

maio 2015

JURISPRUDÊNCIA


INTERNACIONAL

CONSTITUCIONAL PENAL

PROCESSUAL PENAL



CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS



A importância nuclear que a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem tem vindo a granjear no esforço de concretização da ideia de justiça no domínio dos direitos humanos, em paralelo com a implementação de um espaço europeu de justiça, liberdade e segurança, que propicie a todos os cidadãos uma tutela jurisdicional efetiva dos seus direitos e ao mesmo tempo uma crescente cooperação entre as autoridades judiciárias, no âmbito da prevenção e repressão criminal, constitui uma forte razão para o CEJ ter vindo a insistir na realização de ações de formação contínua sobre tal matéria, abrangendo também, pela sua óbvia conexão com os direitos fundamentais, a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia e do Tribunal Constitucional. Assim aconteceu em Dezembro de 2012, com o colóquio denominado “Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem” e, em Junho de 2013, com o Workshop designado “Jurisprudência Internacional e Constitucional Penal e Processual Penal”. As intervenções realizadas, pelo seu formato e objeto específico, não foram propícias ao desenvolvimento de textos de carácter dogmático, mas nem por isso deixaram de possuir uma qualidade e uma riqueza intrínsecas tais, cujo aproveitamento, em termos didáticos, se impunha implementar. Daí a ideia de reunir e sistematizar essas intervenções, a partir dos respetivos registos de vídeo, de molde a permitir não só a sua fácil consulta, como - sobretudo - a consulta imediata e orientada de toda a jurisprudência e legislação nelas mencionadas.

Assim, as videografações são acompanhadas de um “Roteiro Temático” que indica a matéria e momento em que se inicia a sua abordagem, com o respetivo link, a que acresce a indicação dos acórdãos referidos na intervenção.

Foi precisamente esse desiderato que se procurou alcançar com este trabalho e que se espera seja útil a todos aqueles que tenham de lidar com situações relacionadas com esta problemática dos direitos humanos.

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

Ficha Técnica

Conceção e organização:

Francisco Mota Ribeiro (Juiz de Direito – Coordenador da Jurisdição Penal e Processual Penal)

Gabriela Cunha Rodrigues (Juíza de Direito – Coordenadora da Jurisdição Civil, Comercial e Processual Civil)

Lucília Morgadinho Gago (Procuradora-Geral Adjunta – Coordenadora da Jurisdição da Família e da Criança)

Catarina Mota Fernandes (Procuradora da República)

Sérgio Pena (Procurador da República)

Nome:

JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL E CONSTITUCIONAL PENAL E PROCESSUAL PENAL

Categoria:

Formação Contínua

Coordenação executiva do e-book:

Francisco Mota Ribeiro (Juiz de Direito – Docente do CEJ)

Colaboração:

Núcleo de Apoio Documental e Informação Jurídica do Tribunal Constitucional

Gabinete dos Juízes Assessores do Supremo Tribunal de Justiça

Intervenientes:

Maria de Fátima Carvalho (Procuradora-Geral Adjunta e Agente do Governo Português junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem)

Paulo Pinto de Albuquerque (Juiz do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem)

Ana Garcia Marques (Jurista no Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República – Serviço do Agente do Governo Português junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem)

António Henriques Gaspar (Juiz Conselheiro e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça)

Carlos Luís Medeiros de Carvalho (Juiz Desembargador¹ do Tribunal Central

¹ Ao tempo da ação de formação em que participou.

Administrativo Norte)

João da Silva Miguel (Procurador-Geral Adjunto, membro nacional Eurojust e ex-Agente do Governo Português junto ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem)

António João Latas (Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Évora)

Francisco Teixeira da Mota (Advogado e colunista do jornal “Público”)

Ana Isabel Soares Pinto (Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Docente do CEJ)

António Manuel da Rocha Ferreira (Procurador-Geral Adjunto no Tribunal Constitucional)

Revisão final:

Edgar Taborda Lopes (Coordenador do Departamento da Formação do CEJ, Juiz de Direito)

Docentes da Jurisdição de Penal

Joana Caldeira (Técnica Superior do Departamento da Formação do CEJ)

Forma de citação de um livro eletrónico (NP405-4):

AUTOR(ES) – **Título** [Em linha]. a ed. Edição. Local de edição: Editor, ano de edição.
[Consult. Data de consulta]. Disponível na internet:<URL>. ISBN.

Exemplo:

Direito Bancário [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2015.
[Consult. 12 mar. 2015].

Disponível na

internet:<URL:<http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Direito_Bancario.pdf>. ISBN 978-972-9122-98-9.

ÍNDICE

PARTE I – JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS DO HOMEM	11
O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem: o funcionamento, a reforma em curso, o tratamento das queixas e a relação com os tribunais nacionais	
<i>Maria de Fátima Carvalho</i>	13
Videogravação da comunicação	15
Roteiro temático	15
Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	16
Videogravação do debate	17
Roteiro temático	17
O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a sua jurisprudência recente	
<i>Paulo Pinto de Albuquerque</i>	19
Videogravação da comunicação	21
Roteiro temático	21
Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	22
Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem em matéria penal e processual penal	
<i>Ana Garcia Marques</i>	23
Sumário	25
Videogravação da comunicação	26
Roteiro temático	26
Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	28
O artigo 6.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o direito a um processo equitativo: o prazo razoável na administração da justiça	
<i>António Henriques Gaspar</i>	29
Sumário	31
Videogravação da comunicação	32
Roteiro temático	32
Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	33
Responsabilidade civil extracontratual do Estado por atrasos na justiça: a jurisprudência administrativa à luz da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	
<i>Carlos Luís Medeiros de Carvalho</i>	35
Apresentação em <i>powerpoint</i>	37

Videogravação da comunicação	143
Roteiro temático	143
Jurisprudência – Decisão em prazo razoável	148
• Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	149
• Supremo Tribunal Administrativo.....	150
• Tribunal Central Administrativo Norte	151
• Tribunal Central Administrativo Sul.....	152
O artigo 10.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a liberdade de expressão na jurisprudência nacional e do TEDH: diferentes olhares na ponderação de valores conflitantes	
<i>Gabriela Cunha Rodrigues</i>	153
Texto da intervenção	155
Videogravação da comunicação	160
Roteiro temático	160
Jurisprudência	161
<i>João da Silva Miguel</i>	163
Videogravação da comunicação	165
Roteiro temático	165
Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	167
<i>Francisco Teixeira da Mota</i>	169
Videogravação da comunicação	171
Roteiro temático	171
Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	173
<i>António João Latas</i>	175
Videogravação da comunicação	177
Roteiro temático	177
Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	178
Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça em matéria de liberdade de expressão e de informação (2002-2015)	179
PARTE II – JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA.....	269
Jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria penal e processual penal	
<i>Ana Isabel Soares Pinto</i>	271
Sumário e Jurisprudência do Tribunal de Justiça	273
Texto da intervenção	274
Videogravação da comunicação	289

Roteiro temático	289
Legislação da União Europeia relevante	291
PARTE III – JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL	295
Jurisprudência do Tribunal Constitucional em matéria penal e processual penal	
<i>António Manuel da Rocha Ferreira</i>	297
Videogravação da comunicação	299
Roteiro temático	299
Jurisprudência do Tribunal Constitucional.....	300
• Decisão em prazo razoável – Julgamento em prazo curto	300
• Informação e Segredo	300
• Liberdade de expressão, informação, honra, bom nome, difamação e injúrias	300
• Responsabilidade do Estado e Administração da Justiça	300
• Processo equitativo	300

NOTA:

Pode “cliquear” nos itens do índice de modo a ser **redirecionado** automaticamente para o tema em questão.

Clicando no símbolo  existente no final de cada página, será **redirecionado** para o índice.

Notas:

Foi respeitada a opção dos autores na utilização ou não do novo Acordo Ortográfico.

Para a visualização correta dos e-books recomenda-se a utilização do programa **Adobe Acrobat Reader**.

Para visionar a videogravação de comunicações deve possuir os seguintes requisitos de software: **Internet Explorer 9 ou posterior; Chrome; Firefox** ou **Safari** e o **Flash Media Player** nas versões mais recentes.

Registo das revisões efetuadas ao *e-book*

Identificação da versão	Data de atualização
Versão inicial – 29/05/2015	

Parte I – Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem: o funcionamento, a reforma em curso, o tratamento das queixas e a relação com os tribunais nacionais



Comunicação apresentada na ação de formação “Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”, realizada pelo CEJ no dia 21 de dezembro de 2012, em Lisboa.

[Maria de Fátima Carvalho]

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS



VIDEOGRAVAÇÃO DA COMUNICAÇÃO



Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
 O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem...
 Maria de Fátima Carvalho – Procuradora-Geral Adjunta
 Auditório - Centro de Estudos Judiciários, 21.12.2012 09:30
 Duration: 36:20

[Flash](#)
[QuickTime](#)
[iPod](#)

Info: [Quicktime download](#)

ROTEIRO TEMÁTICO		
Tema	Tempo	Acórdãos
- Funcionamento e organização do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	- 00.02.33	
- Os casos considerados urgentes e as petições repetitivas – o processo simplificado	- 00.12.27	
- O “Arrêt pilot”	- 00.17.28	
- O procedimento processual comum	- 00.20.27	
- Condições de admissibilidade da petição individual	--	
<ul style="list-style-type: none"> • O princípio da subsidiariedade – artigo 35º, nº 1, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem <p>* Nota: Foi entretanto adotado o Protocolo 15 à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, nos termos do qual, entre outras alterações, o prazo de apresentação de queixa referido no artº 35º da Convenção passa de 6 para 4 meses.</p>	- 00.24.31	- Ac. TEDH 29/93/2006 - Caso Scordino contra Itália
<ul style="list-style-type: none"> • A existência de “prejuízo significativo” – artigo 35º, nº 3, al. b), da Convenção Europeia dos Direitos do Homem 	- 00.30.02	- Ac. TEDH 03/04/2012 - Caso Liga Portuguesa de Futebol Profissional contra Portugal
- A execução dos Acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	- 00.34.13	



Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem:

- Caso Scordino contra Itália, acórdão de 29 de março de 2006;
- Caso Liga Portuguesa de Futebol Profissional contra Portugal, acórdão de 03 de abril de 2012.



VIDEOGRAVAÇÃO DO DEBATE



ROTEIRO TEMÁTICO		
Tema	Tempo	Acórdãos
- As decisões do TEDH e o recurso de revisão do artº 449º, nº 1, al. g) do CPP	- 00.02.13	
- O prazo de 6 meses de apresentação de queixa no TEDH e o carácter definitivo da respetiva decisão * Nota: Foi entretanto adotado o Protocolo 15 à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, nos termos do qual, entre outras alterações, o prazo de apresentação de queixa referido no artº 35º da Convenção passa de 6 para 4 meses	- 00.03.54	
- Tempo médio de demora na resolução dos casos no TEDH	- 00.08.16	
- O patrocínio de advogado e filtragem dos casos no Secretariado do TEDH e respetiva distribuição	- 00.10.24	

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a sua jurisprudência recente



Comunicação apresentada na ação de formação “Jurisprudência Internacional e Constitucional Penal e Processual Penal”, realizada pelo CEJ no dia 07 de junho de 2013, em Lisboa.

Paulo Pinto de Albuquerque]

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS



VIDEOGRAVAÇÃO DA COMUNICAÇÃO



ROTEIRO TEMÁTICO		
Tema	Tempo	Acórdãos
- A eficácia <i>erga omnes</i> dos acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	- 00.00.36	- Ac. do TEDH, de 13/06/1979 – Caso Marckx contra a Bélgica - Ac. do TEDH, de 07/02/13 – Caso Fabris contra França
- O efeito prescritivo ou injuntivo dos programas de reforma legislativa dos Acórdãos do TEDH	- 00.06.15	- Ac. do TEDH, de 22/05/2008 – Caso Emre contra a Suíça - Ac. do TEDH, de 11/10/2011 – Caso Emre contra a Suíça(2)
- A questão do carácter vinculativo da jurisprudência dos Acórdãos proferidos pelas diversas Secções, entre si e a Grand Chambre	- 00.15.28	- Ac. do TEDH, de 26/06/2012 – Caso Herrmann contra Alemanha
- O TEDH e as novas áreas do direito – o processo penal e a intervenção no âmbito da liberdade de expressão na internet	- 00.20.24	- Ac. do TEDH, de 18/12/2012 – Caso Yildirim contra Turquia



Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem:

- Caso Fabris c. França, acórdão de 07 de fevereiro de 2013
- Caso Marckx c. Bélgica, acórdão de 13 de junho de 1979
- Caso Emre c. Suíça, acórdão de 22 de maio de 2008
- Caso Emre c. Suíça (nº 2), acórdão de 11 de janeiro de 2012
- Caso Hermann c. Alemanha, acórdão de 26 de junho de 2012
- Caso Yildirim c. Turquia, acórdão de 18 de dezembro de 2012

Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem em matéria penal e processual penal



Comunicação apresentada na ação de formação “Jurisprudência Internacional e Constitucional Penal e Processual Penal”, realizada pelo CEJ no dia 07 de junho de 2013, em Lisboa.

[Ana Garcia Marques]

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS



Sumário:

- **I** – Tratamento desumano e degradante em situações de privação de liberdade – violações substantivas e processuais do artigo 3º da Convenção;
- **II** – Medidas privativas de liberdade – artigo 5º da Convenção;
- **III** – Processo equitativo, presunção de inocência e direitos de defesa em processo penal – artigo 6º da Convenção;
- **IV** – *Nullum crimen sine lege, nulla poena sine lege* – artigo 7º da Convenção;
- **V** – Escutas telefónicas, buscas domiciliárias, integridade física e a intimidade da vida privada – artigo 8º da Convenção.



VIDEOGRAVAÇÃO DA COMUNICAÇÃO



Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

O Artigo 8º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem...

Ana Garcia Marques – Jurista no Gabinete de Documentação e Direito Comparado da PGR

Info: [Quicktime download](#)

Auditório - Centro de Estudos Judiciários, 21.12.2012 14:00

Duration: 52:06

 [Flash](#)
 [QuickTime](#)
 [iPod](#)

ROTEIRO TEMÁTICO		
Tema	Tempo	Acórdãos
- Notas Preliminares	- 00.01.50	
- Tratamento desumano e degradante em situações de privação da liberdade – violações substantivas e processuais do artº 3º da CEDH	- 00.04.50	- Ac. Do TEDH, de 02/11/2004 – Caso Martinez Sala e outros contra Espanha - Ac. Do TEDH, de 20/01/2005 – Caso Mayzit contra Rússia - Ac. Do TEDH, de 29/04/2003 – Caso McGlinchey contra Reino Unido
- Medidas Privativas de liberdade – artº 5º da CEDH	- 00.14.03	- Ac. TEDH, de 16/06/2005 – Caso Storck contra a Alemanha - Ac. Do TEDH, de 26/02/2002 – Caso Magalhães Pereira contra Portugal - Ac. TEDH, de 25/01/2005 – Caso Enhorn contra Suécia - Ac. Do TEDH, de 28/11/2002 – Caso Lavents contra Letónia - Ac. Do TEDH, de 08/11/2007 – Caso Lelievre contra a

		Bélgica
- Processo equitativo, presunção de inocência e direitos de defesa em processo penal – artº 6º da CEDH	- 00.28.04	- Ac. do TEDH, de 23/06/2002 – Caso Janosevic contra Suécia - Ac. do TEDH, de 12/07/2013 – Caso Allen contra Reino Unido - Ac. do TEDH, de 20/03/2001 – Caso Telfner contra Austria - Ac. do TEDH, de 11/07/2006 – Caso Jalloh contra a Alemanha - Ac. do TEDH, de 25/09/2001 – Caso P.G. e J.H. contra Reino Unido - hAc. Do TEDH, de 22/07/2008 – Caso Panasenko contra Portugal
- <i>Nullum crimen nulla poena sine lege</i> – artº 7º da CEDH	- 00.43.15	- Ac. do TEDH, de 16/09/2004 – Caso Delbos e outros contra França
- Escutas telefónicas, buscas domiciliárias, integridade física e intimidade da vida privada – artº 8º da CEDH	- 00.47.05	- Ac. do TEDH, de 25/09/2001 – Caso P.G. e J.H. contra Reino Unido - Ac. do TEDH, de 11/07/2006 – Caso Jalloh contra a Alemanha - Ac. Do TEDH, de 07/10/2009 – Caso Bogumil contra Portugal - Ac. Do TEDH, de 09/12/2004 – Caso Van Rossem contra a Bélgica
- Princípio <i>nemo tenetur</i>	- 00.02.34	
- Direito ao silêncio	- 00.16.40	



Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem:

- Caso Martinez Sala e outros contra Espanha, acórdão de 2 de novembro de 2004;
- Caso Slimanic contra França, acórdão de 27 de julho de 2004;
- Caso Mayzit contra Rússia, acórdão De 20 de janeiro de 2005;
- Caso McGlinchey contra Reino Unido, acórdão De 29 de abril de 2003;
- Caso Lelievre contra a Bélgica, acórdão de 8 de novembro de 2007;
- Caso Storck contra a Alemanha, acórdão de 16 de junho de 2005;
- Caso Magalhães Pereira contra Portugal, acórdão de 26 de fevereiro de 2002*;
- Caso Magalhães Pereira contra Portugal (nº 2), acórdão de 20 de dezembro de 2005*;
- Caso Enhorn contra Suécia, acórdão De 25 de janeiro de 2005;
- Caso Lavents contra Letónia, acórdão de 28 de novembro de 2002;
- Caso Sannino contra Itália, acórdão de 27 de abril de 2006;
- Caso Panasenکو contra Portugal, acórdão de 22 de julho de 2008*;
- Caso *Shannon c. Reino Unido*, acórdão de 4 de outubro de 2005;
- Caso *Visser c. Holanda*, acórdão de 14 de fevereiro de 2002;
- Caso *Dowsett c. Reino Unido*, acórdão de 24 de junho de 2003;
- Caso *Delbos e Outros c. França*, decisão de inadmissibilidade de 16 de setembro de 2004;
- Caso *Heglas c. República Checa*, acórdão de 1 de março de 2007;
- Caso Martinez Sala e outros contra Espanha, acórdão de 2 de novembro de 2004;
- Caso *M. M. c. Holanda*, acórdão de 8 de abril de 2003;
- Caso *Deorga c. Holanda*, acórdão de 27 de abril de 2004;
- Caso *Van Rossem c. Bélgica*, acórdão de 9 de dezembro de 2004;
- Caso *Jalloh c. Alemanha*, acórdão de 11 de julho de 2006;
- Caso *Bogumil c. Portugal*, acórdão de 7 de outubro de 2008*;
- Caso *S.C. c. Portugal*, acórdão de 21 de Setembro de 2010*.

Estes acórdãos e decisões encontram-se disponíveis *online* na página do TEDH, base de dados HUDOC, <http://hudoc.echr.coe.int>.

* Estes acórdãos encontram-se traduzidos em português e estão disponíveis na página HUDOC.

O artigo 6.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o direito a um processo equitativo: o prazo razoável na administração da justiça



Comunicação apresentada na ação de formação “Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”, realizada pelo CEJ no dia 21 de dezembro de 2012, em Lisboa.

[António Henriques Gaspar]

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS



Sumário:

Artigo 6º CEDH

- 1. Âmbito da previsão: noção de determinação de direitos e obrigações de carácter civil.
- 2. Processo equitativo: noção; elementos integrantes e caracterizadores.
- 3. Noção autónoma de tribunal; tribunal independente e imparcial; direito de acesso a um tribunal; limites ao direito de acesso.
- 4. Direito ao exame da causa; direito à motivação das decisões e a uma decisão definitiva.
- 5. Igualdade de armas e contraditório: noção e critérios de distinção.
- 6. Direito a decisão em prazo razoável; critérios de verificação e determinação.



VIDEOGRAVAÇÃO DA COMUNICAÇÃO



Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

O Artigo 6º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o direito a um processo equitativo...

António Henriques Gaspar – Juiz Conselheiro e Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça

Auditório - Centro de Estudos Judiciários, 21.12.2012 10:45

Duration: 1:06:45

[Flash](#)
[QuickTime](#)
[iPod](#)
Info: [Quicktime download](#)

ROTEIRO TEMÁTICO		
Tema	Tempo	Acórdãos
– Artigo 6º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e artigo 20º da Constituição da República Portuguesa	– 00.03.01	
– Noção de processo equitativo – seus elementos constitutivos e o âmbito de aplicação dos artigos 6º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e 20º da Constituição da República Portuguesa	– 00.07.06	
• Tribunal independente e imparcial	– 00.09.40	
• Publicidade do processo	– 00.17.58 – 00.27.00	
• Direito de acesso ao tribunal	– 00.18.40	
• Direito a uma decisão jurisdicional definitiva	– 00.21.25 – 00.30.10	
• Direito a uma decisão jurisdicional fundamentada	– 00.24.46	
• Igualdade de armas e contraditório	– 00.39.00	
▪ Processo equitativo e intervenção do Ministério Público nos Tribunais Superiores	– 00.34.58	
• Decisão em prazo razoável	– 00.43.00	
• Andamento aparente do processo	– 00.50.25	– Ac. do TEDH, de 04/12/2012 – Caso Silva Gonçalves e Neves Dias contra Portugal
• Critérios de prazo razoável e direção do processo	– 00.53.28	
• Prazo razoável, responsabilidade e reparação do dano	– 00.58.31	



Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem:

- Sociedade de Construções Martins & Vieira e outros c. Portugal (de **31 de Maio de 2012**)
- Assunção Santos c. Portugal (de **26 de Junho de 2012**)
- Falcão dos Santos (de **3 de Julho de 2012**)
- Lacerda Gouveia e outros c. Portugal (**1 de Março de 2011**)
- Laranjeira Marques da Silva c. Portugal (**19 de Janeiro de 2010**)
- Perdigão c. Portugal (**16 de Novembro de 2010**)
- Pijevschi c. Portugal (**13 de Fevereiro de 2009**)
- Martins Castro e Alves Correia de Castro c. Portugal (**10 de Setembro de 2009**)
- Antunes e Pires (**21 de Junho de 2007**)
- Cruz de Carvalho (**10 de Julho de 2007**)
- Daud c. Portugal (**21 de Abril de 1998**)

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

Responsabilidade civil extracontratual do Estado por atrasos na justiça: a jurisprudência administrativa à luz da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem



Comunicação apresentada na ação de formação “Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”, realizada pelo CEJ no dia 21 de dezembro de 2012, em Lisboa.

[Carlos Luís Medeiros de Carvalho]

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

Responsabilidade civil extracontratual do Estado por atrasos na justiça: a jurisprudência administrativa à luz da jurisprudência do TEDH

Apresentação em powerpoint

Carlos Medeiros de Carvalho

**Responsabilidade civil
extracontratual
do Estado por atrasos na justiça: a
jurisprudência administrativa à luz
da
jurisprudência do TEDH**

CARLOS CARVALHO

JUIZ DESEMBARGADOR
TCA NORTE

CENTRO ESTUDOS JUDICIÁRIOS - 21.12.2012



NOTA PRÉVIA

- ◆ Os elementos que se disponibilizam constituem mero instrumento/texto de trabalho para apoio à conferência realizada, sem preocupações doutrinárias e para cujas omissões/lapsos, imputáveis apenas ao seu autor, se apela a uma leitura crítica.

ESQUEMA

✓ ENQUADRAMENTO-CONSIDERANDOS
INTRODUTÓRIOS

✓ **ASSENTO LEGAL**

✓ PRESSUPOSTOS RESPONSABILIDADE
CIVIL ESTADO JUIZ - ANORMAL FUNCIONAMENTO
APARELHO JUSTIÇA

✓ **EM ESPECIAL:** REGIME / CRITÉRIOS
DEFINIÇÃO DA ILICITUDE - CONCEITO DE
«**PRAZO RAZOÁVEL**» E DO **DANO**
INDEMNIZÁVEL - JURISP. ADMINISTRATIVA
/JURISP. TEDH

✓ **NOTAS FINAIS**



ENQUADRAMENTO



CONSIDERANDOS INTRODUTÓRIOS



NOTAS INTRODUTÓRIAS

A abertura das sociedades contemporâneas, a emergência de novos atores e fóruns de decisão e de novas instituições no quadro internacional e supranacional...



NOTAS ...

O progresso ao nível das tecnologias, mormente as comunicacionais e de informação, veio introduzir no nosso quotidiano uma tal velocidade e ritmo que as instituições criadas ao longo dos tempos, em especial, desde finais do século XIX, não acompanharam e não se adaptaram convenientemente

...



NOTAS ...

É conhecida a frase “*justice delayed is justice denied*”.



NOTAS ...

Mas ...

**A justiça precisa e deve ter tempo
para decidir.**



NOTAS ...

Toda a decisão judicial, enquanto resultado, é antecedida de todo um percurso prévio ou preparatório caracterizado pelo desenvolvimento no tempo e em sequência de atos jurídicos.



NOTAS ...

Ainda que tal custe a alguns reconhecer é preciso **tempo** para que as partes exponham a situação conflitual que as divide, é necessário **tempo** para que as mesmas produzam as suas provas e ainda **tempo** para que o juiz profira uma decisão ponderada e rigorosa.



NOTAS ...

TEMPO JUDICIAL

≠

**TEMPO
MEDIÁTICO/COMUNICACIONAL**



NOTAS ...

Mas decisão judicial não pode ser proferida a «*destempo*».



NOTAS ...

A vida e os desenvolvimentos que a mesma nos trás não são suscetíveis de, pelo simples facto do litígio ter dado entrada em Tribunal, serem congelados e assim ficarem até à decisão final e sua execução.



NOTAS ...

EFETIVA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NÃO SE BASTA COM A SUA CONSAGRAÇÃO SUBSTANTIVA EXIGINDO A CONCESSÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE GARANTIAS PROCESSUAIS QUE CONSTITUAM MEIOS DE SALVAGUARDA E DE REALIZAÇÃO DAQUELES DIREITOS.



NOTAS ...

HOJE É DADO ADQUIRIDO E
CONSENSUAL NO NOSSO ORDENAMENTO
JURÍDICO A EXISTÊNCIA DUM DIREITO DE
ACESSO À JUSTIÇA EM PRAZO
RAZOÁVEL ENQUANTO GARANTIA
INERENTE AO DIREITO DE ACESSO AOS
TRIBUNAIS E À TUTELA JURISDICIONAL
EFETIVA e que ...



NOTAS ...

A INFRAÇÃO A TAL DIREITO, QUE É EXTENSÍVEL A QUALQUER TIPO DE PROCESSO [cível, penal, administrativo/tributário, laboral, etc.], CONSTITUI O ESTADO EM RESP. CIVIL EXTRACONTRATUAL POR FACTO ILÍCITO



NOTAS ...

o direito à justiça em prazo razoável assegura às partes envolvidas numa ação judicial o

“ ... direito de obter do órgão jurisdicional competente uma decisão dentro dos prazos legais pré-estabelecidos, ou, no caso de esses prazos não estarem fixados na lei, de um lapso temporal proporcional e adequado à complexidade do processo

”

... ■



NOTAS ...

Uma causa deve ser examinada num prazo razoável enquanto elemento essencial para uma boa administração da justiça, sua credibilidade e eficácia.



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

**ACÓRDÃO MARCO
NA JURISDIÇÃO
ADMINISTRATIVA
NA EFETIVAÇÃO DA
RESPONSABILIDADE
CIVIL ESTADO JUIZ -
ANORMAL
FUNCIONAMENTO
APARELHO
JUDICIÁRIO**

**“GARAGEM
PINTOSINHOS”**

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo

026525

07-03-1989

2 SUBSECÇÃO DO CA

ANTONIO SAMAGAIO

RECURSO SUBORDINADO

ORDEM DE CONHECIMENTO DOS RECURSOS

ACÇÃO DE INDEMNIZAÇÃO

CONTAGEM DE PRAZO

PRESCRIÇÃO

FUNÇÃO JUDICIAL

ACTO JUDICIAL

OMISSÃO DE PRONÚNCIA

PRAZO RAZOÁVEL

RESPONSABILIDADE POR ACTO JUDICIAL

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

FACTO ILÍCITO

CULPA

DANO

NEXO DE CAUSALIDADE

I - Deve conhecer-se prioritariamente do recurso subordinado da parte da sentença que julgou improcedente a excepção da prescrição do direito de indemnização relativamente ao recurso principal da outra parte que julgou a acção improcedente.

II - Instaurada acção para ressarcimento de danos resultantes da demora do juiz do Tribunal de Trabalho em proferir a sentença (5 anos após o julgamento), face ao disposto nas disposições combinadas do artigo 84 do Código do Processo de Trabalho de 1963 e ns. 2 e 3 do artigo

12 do DL 372-A/75, de 16 de Julho, o prazo de propositura daquela - 3 anos - inicia-se com o trânsito em julgado do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que confirmou a condenação da entidade empregadora nas retribuições em consequência do despedimento ter sido ilegal.

III - O nosso ordenamento jurídico prevê a responsabilidade civil extracontratual do Estado por danos provenientes de factos ilícitos culposos resultantes da função jurisdicional (omissão de pronúncia de sentença em prazo razoável).

IV - Age com culpa o juiz, titular de órgão estadual que, tendo realizado o julgamento de uma acção com processo sumário no Tribunal de Trabalho sobre despedimento sem justa causa, so 5 anos mais tarde profere a correspondente sentença sem que houvesse qualquer circunstância anormal que o justificasse, determinando o artigo 84 do Código do Processo de Trabalho de 1963 que a mesma fosse ditada para a acta ou lavrada no prazo máximo de 3 dias.

V - O facto ilícito e, no condicionalismo descrito, consubstanciado na conduta omissiva do juiz em não ter proferido a sentença num prazo razoável - n. 1 do artigo 6 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

VI - Verifica-se nexo de causalidade adequada entre a referida omissão culposa (facto ilícito) e o dano (retribuições e indemnização que o recorrente teve de suportar relativamente a parte daquele prazo de 5 anos considerada não razoável).

JSTA00020546

SA119890307026525

08-11-1988

GARAGENS PINTOSINHO LDA



ASSENTO LEGAL



QUADRO LEGAL BASILAR

CEDH

- ✓ ARTS. 06.º, 13.º, 35.º, 41.º

CRP

- ✓ ART. 20.º

Lei 67/07, de 31.12

[Regime jurídico Resp. Civil Extracontratual Estado e demais Entidades Públicas - *publicado em anexo ao diploma*]

- ✓ ARTS. 07.º a 10.º e 12.º

C.Civil

- ✓ ARTS. 483.º e segs. 562.º e segs.



CEDH

Artigo 6º – Direito a um processo equitativo

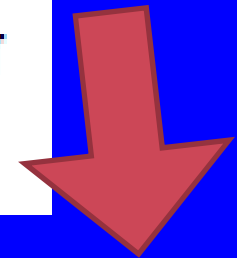
1. Qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada, equitativa e publicamente, num prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei, o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de carácter civil, quer sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal dirigida contra ela. O julgamento deve ser público, mas o acesso à sala de audiências pode ser proibido à imprensa ou ao público durante a totalidade ou parte do processo, quando a bem da moralidade, da ordem pública ou da segurança nacional numa sociedade democrática, quando os interesses de menores ou a protecção da vida privada das partes no processo o exigirem, ou, na medida julgada estritamente necessária pelo tribunal, quando, em circunstâncias especiais, a publicidade pudesse ser prejudicial para os interesses da justiça.



CEDH

Artigo 13º – Direito a um recurso efectivo

Qualquer pessoa cujos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção tiverem sido violados tem direito a recurso perante uma instância nacional, mesmo quando a violação tiver sido cometida por pessoas que actuem no exercício das suas funções oficiais.



Cabe ao juiz nacional, nos termos do **art. 13.º da CEDH**, a proteção dos direitos e liberdades reconhecidas pela Convenção, visto a intervenção do TEDH só operar uma vez esgotados os mecanismos nacionais e/ou se estes não tiverem existido uma resposta satisfatória (**cfr. § 1º do art. 35.º CEDH**).



CEDH

ARTIGO 35º

Condições de admissibilidade

1. O Tribunal só pode ser solicitado a conhecer de um assunto depois de esgotadas todas as vias de recurso internas, em conformidade com os princípios de direito internacional geralmente reconhecidos e num prazo de seis meses a contar da data da decisão interna definitiva.
2. O Tribunal não conhecerá de qualquer petição individual formulada em aplicação do disposto no artigo 34º se tal petição:
 - a) For anónima;
 - b) For, no essencial, idêntica a uma petição anteriormente examinada pelo Tribunal ou já submetida a outra instância internacional de inquérito ou de decisão e não contiver factos novos.
3. O Tribunal declarará a inadmissibilidade de qualquer petição individual formulada nos termos do artigo 34º sempre que considerar que:
 - a) A petição é incompatível com o disposto na Convenção ou nos seus Protocolos, é manifestamente mal fundada ou tem carácter abusivo; ou
 - b) O autor da petição não sofreu qualquer prejuízo significativo, salvo se o respeito pelos direitos do homem garantidos na Convenção e nos respectivos Protocolos exigir uma apreciação da petição quanto ao fundo e contanto que não se rejeite, por esse motivo, qualquer questão que não tenha sido devidamente apreciada por um tribunal interno.
4. O Tribunal rejeitará qualquer petição que considere inadmissível nos termos do presente artigo. O Tribunal poderá decidir nestes termos em qualquer momento do processo.



CEDH

Artigo 41º – Reparação razoável

Se o Tribunal declarar que houve violação da Convenção ou dos seus protocolos e se o direito interno da Alta Parte Contratante não permitir senão imperfeitamente obviar às consequências de tal violação, o Tribunal atribuirá à parte lesada uma reparação razoável, se necessário.



CRP

Artigo 20º

Acesso ao direito e tutela jurisdiccional efectiva

1. A todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.
2. Todos têm direito, nos termos da lei, à informação e consulta jurídicas, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade.
3. A lei define e assegura a adequada protecção do segredo de justiça.
4. Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objecto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo.
5. Para defesa dos direitos, liberdades e garantias pessoais, a lei assegura aos cidadãos procedimentos judiciais caracterizados pela celeridade e prioridade, de modo a obter tutela efectiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses direitos.

Consagração autónoma do direito fundamental a um processo com prazo razoável que assiste a cada pessoa e que vincula todos os órgãos/poderes do Estado, incluindo o poder judicial.



RJRCEE - LEI 67/07

Artigo 12.º Regime geral

Salvo o disposto nos artigos seguintes, é aplicável aos danos ilicitamente causados pela administração da justiça, designadamente por violação do direito a uma decisão judicial em prazo razoável, o regime da responsabilidade por factos ilícitos cometidos no exercício da função administrativa.

Art. 13.º
Responsabilidade por
erro judiciário

Art. 14.º
Responsabilidade dos
magistrados



RJRCEE - LEI 67/07

Artigo 7.º

Responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas colectivas de direito público

- 1 - O Estado e as demais pessoas colectivas de direito público são exclusivamente responsáveis pelos danos que resultem de acções ou omissões ilícitas, cometidas com culpa leve, pelos titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, no exercício da função administrativa e por causa desse exercício.
- 2 - É concedida indemnização às pessoas lesadas por violação de norma ocorrida no âmbito de procedimento de formação dos contratos referidos no artigo 100.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, de acordo com os requisitos da responsabilidade civil extracontratual definidos pelo direito comunitário.
- 3 - O Estado e as demais pessoas colectivas de direito público são ainda responsáveis quando os danos não tenham resultado do comportamento concreto de um titular de órgão, funcionário ou agente determinado, ou não seja possível provar a autoria pessoal da acção ou omissão, mas devam ser atribuídos a um funcionamento anormal do serviço.
- 4 - Existe funcionamento anormal do serviço quando, atendendo às circunstâncias e a padrões médios de resultado, fosse razoavelmente exigível ao serviço uma actuação susceptível de evitar os danos produzidos.



RJRCEE - LEI 67/07

Artigo 8.º Responsabilidade solidária em caso de dolo ou culpa grave

Artigo 9.º Ilicitude

- 1 - Consideram-se ilícitas as acções ou omissões dos titulares de órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objectivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos.
- 2 - Também existe ilicitude quando a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos resulte do funcionamento anormal do serviço, segundo o disposto no n.º 3 do artigo 7.º



RJRCEE - LEI 67/07

Artigo 10.º

Culpa

- 1 - A culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor.
- 2 - Sem prejuízo da demonstração de dolo ou culpa grave, presume-se a existência de culpa leve na prática de actos jurídicos ilícitos.
- 3 - Para além dos demais casos previstos na lei, também se presume a culpa leve, por aplicação dos princípios gerais da responsabilidade civil, sempre que tenha havido incumprimento de deveres de vigilância.
- 4 - Quando haja pluralidade de responsáveis, é aplicável o disposto no artigo 497.º do Código Civil.



**PRESSUPOSTOS
RESPONSABILIDADE CIVIL
ESTADO JUIZ - ANORMAL
FUNCIONAMENTO
APARELHO JUSTIÇA**



RESPONSABILIDADE CIVIL ESTADO JUIZ - ANORMAL FUNCIONAMENTO JUSTIÇA

REQUISITOS: pressupostos gerais cumulativos da lei civil, considerados e lidos à luz do quadro normativo acabado de convocar e jurisprudência do TEDH.

Que especificidades? Ilicitude? Dano indenizável (prova dano moral e fixação do quantum)?



RESPONSABILIDADE CIVIL ESTADO JUIZ - ANORMAL FUNCIONAMENTO JUSTIÇA

“*METODOLOGIA DIALOGANTE*” JUIZ NACIONAL/JUIZ ESTRASBURGO

Em decorrência do princípio da subsidiariedade o juiz nacional na aferição dos pressupostos/requisitos da responsabilidade do Estado-Juiz deverá ter em consideração a jurisprudência precedente do TEDH

[cfr. **Acs. STA de 28.11.2007 (P. 0308/07) e de 09.10.2008 (P. 0319/08)**]



RESPONSABILIDADE CIVIL ESTADO JUIZ - ANORMAL FUNCIONAMENTO JUSTIÇA

“METODOLOGIA DIALOGANTE” JUIZ NACIONAL/JUIZ ESTRASBURGO

o juiz nacional deve conformar a sua jurisprudência com a da «Cour» também no que respeita à quantificação do dano e à fixação da reparação

[cfr., entre outros, Ac. TEDH caso Musci c. Itália de 29.03.2006 (P. 4699/01) nos seus §§ 68, 83 e 84]



RESPONSABILIDADE CIVIL ESTADO JUIZ - ANORMAL FUNCIONAMENTO JUSTIÇA

“METODOLOGIA DIALOGANTE” JUIZ NACIONAL/JUIZ ESTRASBURGO

Este diálogo entre jurisdições enquanto “modo dialógico de dizer o direito, de o desenvolver ou fabricar”, “sem vínculos, nem dependências ou estatutos de coordenação”.



ANÁLISE REGIME / CRITÉRIOS
DEFINIÇÃO
CONCEITO

«PRAZO RAZOÁVEL»



DELIMITAÇÃO CONCEITO

- ◆ É certo que os juízes, sem prejuízo do acerto da decisão, têm, no exercício das suas funções, o dever de adotar as providências necessárias enquanto direção do processo e de observar os prazos e trâmites previstos para que, num prazo razoável, os litígios sejam solucionados.



DELIMITAÇÃO CONCEITO

- ◆ Mas será, todavia, que a mera e formal constatação de inobservância dum prazo processual fixado na lei para prolação duma decisão no âmbito dum processo judicial fará desencadear ou preencherá a previsão do art. 20.º, n.º 4 da CRP e 06.º, § 1º da CEDH e daí ter-se como verificado o requisito da ilicitude?



DELIMITAÇÃO CONCEITO

A resposta a esta questão não poderá ser feita em termos abstratos, não podendo ter-se como adequada e correta a admissão, enquanto tese e regra geral, a de que uma vez decorrido o prazo processual legalmente previsto daí derive automaticamente a ilicitude da conduta fundamentadora resp. civil extracontratual por facto ilícito [*ofensa ao direito à obtenção de decisão em “prazo razoável”*].



DELIMITAÇÃO CONCEITO

Tal posicionamento seria equiparar o decurso de prazo processual legalmente previsto para a prática dum determinado ato com o conceito de obtenção de decisão em “*prazo razoável*”, confundindo os dois conceitos, o que não nos parece legítimo, nem nos parece corresponder a uma adequada interpretação deste último conceito.



DELIMITAÇÃO CONCEITO

A jurisprudência tem sustentado este entendimento.

Entre outros:

Ac. STA de 07.03.1989 (P. 026525)

Ac. STA de 17.03.2005 (P. 0230/03)

Ac. STA de 10.09.2009 (P. 083/09)

Ac. TCAN de 15.10.2009 (P. 02334/06.1BEPRT)

Ac. TCAN de 12.10.2012 (P. 064/10.9BELSB - VISEU)

Ac. TCAS de 11.10.2007 (P. 02815/07)



DELIMITAÇÃO CONCEITO

Se “... *inexiste ‘constitucionalização’ ou ‘fundamentalização’ dos prazos processuais, não devemos considerar como fonte de anormal funcionamento da Administração da Justiça todo e qualquer atraso ou incumprimento dos prazos processuais pelas partes ou pela Administração ...*” [Luís Guilherme Catarino]



DELIMITAÇÃO CONCEITO

Se a apreciação e integração do conceito de justiça em “*prazo razoável*” terá de ser feita “*in concreto*” e nunca em abstrato, então não nos poderemos socorrer única e exclusivamente do que deriva das regras legais que definem o prazo ou os sucessivos prazos para a prática e prolação dos atos processuais pelos vários intervenientes.



CRITÉRIOS «PRAZO RAZOÁVEL»

CONTAGEM DO PRAZO (TERMO INICIAL E FINAL):

DISTINÇÃO ENTRE PROC. CIVIL E PROCESSO PENAL



CRITÉRIOS «PRAZO RAZOÁVEL»

No **Processo Civil** contagem do prazo começa, em princípio, da data da apresentação do articulado inicial em **juízo** (*caso esteja prevista legalmente uma fase preliminar/administrativa ou de conciliação prévia - prazo conta-se desde início desta fase*).



CRITÉRIOS «PRAZO RAZOÁVEL»

No **Processo Penal** contagem do prazo inicia-se com o momento em que o aqui A. foi «acusado» (*não é necessária uma acusação formal pois basta que a pessoa tome conhecimento ainda que indiretamente de que está pendente contra si um processo destinado a averiguar atos criminosos de que o mesmo seja autor/cúmplice*).

Enquanto processo corra contra incertos ou contra terceiro o indivíduo não pode invocar o regime art. 06.º § 1 CEDH.



CRITÉRIOS «PRAZO RAZOÁVEL»

No **Processo Civil** contagem do prazo termina com a emissão de decisão que ponha termo ao litígio resolvendo-o (*caso haja necessidade de execução a contagem estende-se também a esta fase*).



CRITÉRIOS «PRAZO RAZOÁVEL»

No **Processo Penal** contagem do prazo termina com a decisão que fixa definitivamente o destino processo (*decisão arquivamento, decisão condenação ou absolvição, decisão instrutória de não pronúncia*).



CRITÉRIOS «PRAZO RAZOÁVEL»

Na e para a contagem do prazo razoável (seja processo civil, penal, laboral, tributário, administrativo) importa considerar todo o processo incluindo as instâncias de recurso (mormente mesmo junto do TC), sendo que se um processo civil seja consequência dum processo penal para efeitos de contagem do prazo os processos contabilizam-se como sendo um só.

CRITÉRIOS «PRAZO RAZOÁVEL»

A aferição da existência de violação do «prazo razoável» pode ocorrer mesmo num processo ainda pendente, não valendo ou relevando para efeitos de eliminar a ilegalidade/ilicitude uma eventual recuperação posterior do ritmo normal e adequado do processo judicial.



CRITÉRIOS «PRAZO RAZOÁVEL»

Na tarefa de avaliação e de ponderação importa fazer apelo àquela que é jurisprudência sucessivamente reiterada do TEDH quanto à metodologia para avaliar a razoabilidade da duração dum processo.



CRITÉRIOS «PRAZO RAZOÁVEL»

Assim à luz da jurisprudência do TEDH importa considerar e aferir em concreto os quatro critérios:

- 1.º O *objeto/interesse da causa para A./requerente* - urgência na decisão (“l’ enjeu du litige”);
- 2.º O da *complexidade do processo*;
- 3.º O do *comportamento das partes*;
- 4.º O da *atuação das autoridades competentes no processo*.

[cfr., entre outros, **decisões do TEDH no caso Frydlender c. França** (P. n.º 30979/96); no **caso Cavelli e Ciglio c. Itália** - acórdão de 17.01.2002; no **caso Martins Castro e Alves Correia de Castro c. Portugal** (P. n.º 33729/06 - acórdão 10.06.2008, no seu § 38); no **caso Ferreira Alves c. Portugal N.º 6** (P. n.ºs 46436/06 e 55676/08 - acórdão de 13.04.2010, no seu § 35); no **caso Domingues Loureiro e outros c. Portugal** (P. n.º 57290/08 - acórdão de 12.04.2011, no seu § 56) e no **caso Chyżyński c. Polónia** (P. n.º 32287/09 - acórdão 24.07.2012, no seu § 47)].



CRITÉRIOS «PRAZO RAZOÁVEL»

A jurisprudência administrativa tem sustentado reiteradamente este entendimento, fazendo aplicação do mesmo.

Entre outros:

Ac. STA de 07.03.1989 (P. 026525)

Ac. STA de 26.09.2007 (P. 0569/06) (este no quadro de atraso na emissão de decisão administrativa no quadro de procedimento de licenciamento)

Ac. STA de 28.11.2007 (P. 0308/07)

Ac. STA de 09.10.2008 (P. 0319/08)

Ac. STA de 26.03.2009 (P. 0227/08)

Ac. STA de 06.11.2012 (P. 0976/11)

Ac. TCA-N de 15.10.2009 (P. 02334/06.1BEPRT)

Ac. TCA-N de 12.10.2006 (P. 00347/04.7BEPRT)

Ac. TCA-S de 29.04.2010 (P. 04902/09)



1.º CRITÉRIO

OBJETO CAUSA / INTERESSE DA CAUSA - URGÊNCIA NA SUA DECISÃO PARA A./REQUERENTE - “L’ ENJEU DU LITIGE”

Afere-se a natureza do litígio, o assunto objeto de apreciação e tipo de consequências que dele resultam para a vida pessoal ou profissional das pessoas ou sujeitos envolvidos, mormente, a importância que a decisão tem para as partes.

Este último critério tem desempenhado ou assumido um papel cada vez mais relevante a ponto de ser utilizado na apreciação da razoabilidade da duração dos processos em que se discutem certos direitos, mormente, em áreas como as da **assistência social**, as do **emprego**, as dos **sinistros rodoviários**, as relativas ao **estado civil das pessoas** (sua regularização), ou respeitantes a **menores** (regulação poder paternal/adoção, etc.) ou ainda as relativas a **pessoas idosas ou gravemente doentes**.



1.º CRITÉRIO

**OBJETO CAUSA / INTERESSE DA CAUSA -
URGÊNCIA NA SUA DECISÃO PARA
A./REQUERENTE - “L’ ENJEU DU LITIGE”**

Este critério da finalidade do processo assume importância primordial quando está em causa um processo urgente que vise tutelar situação de alegada ofensa irreparável já que o tardar numa decisão judicial para além daquilo que é prazo exigido como estritamente necessário para evitar tal ofensa poderá tornar inútil o processo decorrido esse prazo, desvirtuando-se por completo o direito à tutela jurisdicional efetiva.



1.º CRITÉRIO

**OBJETO CAUSA / INTERESSE DA CAUSA -
URGÊNCIA NA SUA DECISÃO PARA
A./REQUERENTE - “L’ ENJEU DU LITIGE”**

Ex. JURISPRUDÊNCIA TEDH

Quanto às áreas:

Emprego/Laboral - no caso **Frydlender c. França** (P. n.º 30979/96 - acórdão 27.06.2000, no seu § 44); no caso **Tomé Monteiro e outros c. Portugal** (P. n.º 43641/09 - acórdão 26.07.2011, no seu § 43); no caso **Ferreira Araújo do Vale c. Portugal** (P. n.º 6655/07 - acórdão 27.10.2009, no seu § 21).

Menores (regulação poder paternal/adoção, etc.) - no caso **Niederböster c. Alemanha** (P. n.º 39547/98 - acórdão 27.02.2003, no seu § 39); no caso **Novo e Silva c. Portugal** (P. n.º 53615/08 - acórdão 25.09.2012, nos seus §§ 41 e 42).

Pessoas idosas ou gravemente doentes - no caso **F.E. c. França** (P. n.º 60/1998/963/1178 - acórdão de 30.10.1998, no seu § 57).



2.º CRITÉRIO COMPLEXIDADE DA CAUSA

À luz deste critério analisam-se tanto as circunstâncias de facto como o enquadramento jurídico do processo, nomeadamente:

- **Número de pessoas/partes/arguidos envolvidos na ação/processo;**
- Tipo de peças processuais, nomeadamente, articulados;
- **Produção de prova e que tipos de prova foram produzidos, incluindo a pericial ou a realização de prova com recurso a cartas precatórias/rogatórias, ou que envolvam investigações de âmbito ou dimensão internacional, número testemunhas/peritos ouvidos;**
- Sentença (as dificuldades da aplicação do direito ao caso concreto, dúvidas sobre as questões jurídicas em discussão ou própria natureza complexa do litígio);
- **Número de jurisdições envolvidas por via de recursos.**



2.º CRITÉRIO

COMPLEXIDADE DA CAUSA

JURISPRUDÊNCIA TEDH

- no caso **Yagiz e outros c. Turquia** (P. n.º 57344/00 - acórdão 22.11.2005, no seu § 31);
- no caso **Flores Cardoso c. Portugal** (P. n.º 2489/09 - acórdão 29.05.2012, no seu §§ 27 a 33) a complexidade invocada não convenceu;

JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Ac. STA de 17.03.2005 (P. 0230/03)

Ac. STA de 26.03.2009 (P. 0227/08) - *relativo a proc. insolvência dificuldade na liquidação do ativo por factos imputáveis à oferta e procura no mercado imobiliário e avaliações camarárias*

Ac. STA de 10.09.2009 (P. 083/09)

Ac. TCA-S de 29.04.2010 (P. 04902/09)



Jurisp.ADM. / Jurisp.TEDH

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo

083/09

10-09-2009

1 SUBSECÇÃO DO CA

COSTA REIS

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

PROCESSO JUDICIAL

PRAZO RAZOÁVEL

I - A **responsabilidade civil** extracontratual do Estado e demais dos entes públicos por facto ilícito de gestão pública assenta na verificação cumulativa dos pressupostos da idêntica **responsabilidade** prevista na lei **civil**, que são o facto, a ilicitude, a imputação do facto ao lesante, o prejuízo ou dano e o nexo de causalidade entre este e o facto.

II - Os preceitos legais que estabelecem os prazos para a prática, no processo, dos actos de magistrados e funcionários são normas disciplinadoras da actividade processual, cuja violação, por si só, não constitui facto ilícito.

III - Todavia, a não efectivação desses actos processuais num prazo razoável contraria o preceituado no art. 20/1 da Constituição da República Portuguesa e viola também o artigo 6º, § 1.º, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, ratificada pela Lei n.º 65/78, de 13/10, e aplicável, por isso, na ordem jurídica interna.

IV - A determinação do que seja, para esse efeito, um prazo razoável não pode fazer-se em abstracto, antes havendo que ter em consideração as circunstâncias concretas do caso.

V - Não constitui, em concreto, violação do direito à administração da **justiça** em prazo razoável o **atraso**, relativamente aos prazos legalmente estabelecidos, da instrução de um processo em que se investigavam ilícitos criminais de grande complexidade e dificuldade, como o branqueamento de capitais e o tráfico de droga, os quais se suspeitava terem sido praticados não só em Portugal como no estrangeiro e em que, por isso, teve de haver relacionamento com as polícias desses países.



3.º CRITÉRIO

COMPORTAMENTO DAS PARTES

Neste critério atende-se não só ao uso do processo para o exercício ou efetivação de direitos como à utilização de mecanismos processuais [afere-se, nomeadamente, o uso de expedientes ou certas faculdades que obstam ao regular andamento do processo, v.g., a constante substituição do advogado, a demora na entrega de peças processuais, a recusa em aceitar as vias de instrução oral, o abuso de vias de impugnação e recurso sempre que a atitude das partes se revele abusiva e dilatória].



3.º CRITÉRIO

COMPORTAMENTO DAS PARTES

Daí que o TEDH exige que o queixoso, aqui A., tenha tido uma “*diligência normal*” no decurso do processo, não lhe sendo imputável a demora decorrente do exercício de direitos ou poderes processuais, como o de recorrer ou de suscitar incidentes, bem como das consequências que advierem para o processo das decisões proferidas no seu âmbito, mormente quando anulatórias.



Jurisp.ADM. / Jurisp.TEDH

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo

0336/10

01-03-2011

2 SUBSECÇÃO DO CA

FERNANDA XAVIER

CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

INDEMNIZAÇÃO

ESTADO

TRIBUNAL

NEXO DE CAUSALIDADE

ATRASO NA DECISÃO

PRAZO RAZOÁVEL

DEMORA NA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

I – Excedido que se mostre o prazo razoável de decisão do processo é ao Estado que o devia garantir, que incumbe alegar e provar qualquer causa justificativa do excesso verificado, já que tal constitui *matéria de exceção*, cujo ónus de alegação e prova cabe ao Réu, nos termos gerais (cf. artº 342º, nº2 do CC).

II – Para efeitos de aferição da violação do direito à obtenção de uma decisão em prazo razoável, o exercício pelos interessados dos direitos processuais que a lei lhes confere, como o direito ao contraditório, a deduzir incidentes e a reclamar ou recorrer nos termos da lei, das decisões que lhes são desfavoráveis proferidas no processo, não exclui, naturalmente, a **responsabilidade** do Estado, a não ser que deles seja feito um uso *abusivo ou pré-determinado a atrasar o processo*.

III – É que o prazo razoável para resolver um litígio judicial não pode deixar de garantir a defesa dos intervenientes, nos termos da lei.



Jurisp.ADM. / Jurisp.TEDH

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo

0976/11

06-11-2012

2 SUBSECÇÃO DO CA

FERNANDA XAVIER

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

PRAZO RAZOÁVEL

ILICITUDE

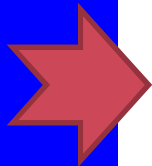
DANO

NEXO DE CAUSALIDADE

I - A duração *global* de um processo judicial, *por mais de 25 anos*, onde se incluem cerca de três anos e meio de atrasos imputáveis ao tribunal, traduz um *anormal* funcionamento da justiça e é, por si só, violadora, pelo Estado, dos artº6º §1º e artº20º, nº4 da CRP.

II - O facto de as partes utilizarem os vários meios processuais que a lei interna lhes permite para defesa dos seus interesses, não pode relevar como comportamento censurável a atender para efeitos de excluir a responsabilidade do Estado pela duração de um processo para além do prazo razoável, a não ser que deles façam um uso abusivo ou pré-determinado a atrasar o processo.

III - É que cabe ao Estado organizar o seu sistema judiciário de molde a evitar que os processos se eternizem nos tribunais, através de sucessivos incidentes e recursos permitidos na lei interna.



4.º CRITÉRIO

COMPORTAMENTO AUTORIDADES

Atende-se não apenas aos comportamentos das autoridades judiciárias no processo mas também ao comportamento dos órgãos do poder executivo e legislativo, exigindo-se, assim, que o direito ao processo equitativo se concretize com reformas legislativas ao nível das leis de processo e com reformas estruturais, mormente, com reforço dos meios humanos e materiais.



4.º CRITÉRIO

COMPORTAMENTO AUTORIDADES

A este propósito o TEDH tem considerado que a invocação de excesso de zelo para a realização de prova, a “*lacuna na sua ordem jurídica*”, a “*complexidade da sua estrutura judiciária*”, a doença temporária do pessoal do tribunal, a falta de meios e de recursos, uma recessão económica, ...



4.º CRITÉRIO

COMPORTAMENTO AUTORIDADES

... uma crise política temporária ou a insuficiência provisória de meios e recursos no tribunal, não podem servir como razão suficiente para desculpar o Estado pelos períodos de tempo em que os processos estão parados traduzindo-se em situação de demora excessiva do processo o que constituiria infração ao art. 06.º da CEDH porquanto face à ratificação desta Convenção pelos Estados estes comprometem-se a organizar os respetivos sistemas judiciários de molde a darem cumprimento aos ditames decorrentes daquele preceito.



4.º CRITÉRIO

COMPORTAMENTO AUTORIDADES

... Também a justificação do atraso na prolação de decisão judicial com base no volume de trabalho não tem merecido aceitação, pois, se pode eventualmente afastar a responsabilidade pessoal dos juízes não afasta a responsabilidade do Estado.



4.º CRITÉRIO

COMPORTAMENTO AUTORIDADES

Estado responde civilmente pela: ausência de juiz [falta de juízes por não terem sido formados ou por má gestão dos respectivos quadros face ao volume de serviço do tribunal (deficiente definição dos quadros)]; grande volume de serviço e não haja um adequado quadro de funcionários judiciais; insuficiência de condições físicas e meios colocados à disposição do tribunal [faltas de salas de audiência ou mesmo da falta equipamento ou do seu deficiente funcionamento quanto aquilo que são os meios legalmente previstos e impostos].



**JURISPRUDÊNCIA
ADMINISTRATIVA**

JURISPRUDÊNCIA TEDH



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo

0319/08

09-10-2008

2 SUBSECÇÃO DO CA

ROSENDO JOSÉ

CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

INDEMNIZAÇÃO

ESTADO

NEXO DE CAUSALIDADE

ATRASSO NA DECISÃO

PRAZO RAZOÁVEL

DANO NÃO PATRIMONIAL

I - Os tribunais apreciam a violação dos arts. 20º n.º 1 da CRP e 6º §1.º da CEDH preenchendo o conceito de "prazo razoável", isto é, o período de tempo dentro do qual, para aquele processo concreto, considerado na sua globalidade, seria expectável a emissão de uma decisão jurisdicional em tempo útil.

II - Nessa apreciação haverá que considerar todas as coordenadas do caso, como a duração média daquela espécie a complexidade e ocorrências especiais, os incidentes suscitados, entre outros factores, e que excluir o tempo de **atraso** injustificado que tenha ficado a dever-se à actuação da parte que pede a indemnização.

III - Se globalmente se houver de considerar excedido o prazo razoável de modo manifesto ou indiscutível não há lugar a apreciar se foram cumpridos os prazos processuais relativos a cada acto, porque mesmo quando se concluisse pelo respectivo cumprimento não se infirmaria a conclusão obtida, antes deveria concluir-se que os meios de resolução daquele conflito pela **justiça** estadual não são adequados e estruturados devidamente, o que envolve também **responsabilidade** do Estado por deficiência da organização.

IV - Se o prazo for de considerar razoável, sem margem de dúvida, também não importará que num acto, ou mesmo mais, tenha havido ligeiro **atraso** sem influência no resultado.

V - No caso de se suscitarem dúvidas quanto a concluir que foi ultrapassado, ou não, o prazo razoável, um caminho consiste em analisar o cumprimento dos prazos processuais em cada acto da sequência que o compõe (embora, não seja elemento exclusivo a ter em conta).

ver ainda seguindo esta jurisprudência

Ac. STA 05.05.2010

(P. 0122/10) -

Demora 7 anos

Proc. recuperação

empresas/falência/insol

vência - proc. urgente

No caso sem

complexidade que

justifique tempo

pendência...



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

VI - Em processo de execução que ao fim de cerca de cinco anos não estava concluído e foi suspenso por ter havido um acordo de pagamento, tendo havido um incidente de habilitação que durou um ano com recurso para a Relação, e necessidade de uma peritagem de avaliação de benfeitorias cujo prazo de realização foi largamente excedido (embora sobreposto ao período de suspensão da instância), podia colocar-se a dúvida quanto a saber se foi ultrapassado o prazo razoável, ainda que para esta espécie se aponte para um prazo médio de dois anos e meio (em geral, para conclusão da acção executiva). Para dissipar a dúvida e verificando-se que o processo esteve um ano a aguardar um despacho judicial que apenas declarou finda a suspensão derivada do incidente de habilitação e ordenou uma notificação aos peritos, deve concluir-se que foi excedido o razoável de modo significativo, injustificado e ilícito, constituindo assim o Estado no dever de indemnizar.

VII - Os danos não patrimoniais que segundo o conhecimento comum sempre atingem os demandantes, isto é, ocorrem em praticamente todos os casos de **atraso** significativo na actuação da **justiça**, merecem, em princípio, a tutela do direito, não sendo de minimizar na respectiva relevância, sem prejuízo de prova em contrário, ou de diferente causalidade, em cada caso.

VIII - Se a parte que invoca a lesão alegar e procurar provar mais danos do que os comuns, mas não conseguir provar que os sofreu, nem por isso fica prejudicada no direito à indemnização que resulta da presunção natural de um dano moral relevante, salvo quando se provar que em concreto, mesmo este, não ocorreu.



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

À luz deste aresto a razoabilidade da duração do processo passa por uma análise global, de conjunto da situação processual dos autos, tendo em conta a duração média da concreta espécie, a complexidade e ocorrências especiais, os incidentes suscitados e ...



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

Tal apreciação pressuporá 3 situações:
a) Situação em que é possível, de forma «clara e segura», chegar à conclusão de que foi ultrapassado o prazo razoável não carecendo o julgador então de desenvolver um «método analítico de cada ato processual e respetivo prazo»; ...



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

Tal apreciação pressuporá 3 situações:...

b) Situação em que, sem margem para dúvida, a duração do processo se considera razoável pouco interessando então averiguar se num ou noutro ato exista eventual atraso;

...



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

Tal apreciação pressuporá 3 situações:...

c) Situações mais complicadas, que são, digo, as mais habituais, em que falta o caráter ostensivo à situação de demora processual ou da sua ausência, em que importa então que se analise o cumprimento dos prazos processuais em cada ato de sequência em que o processo se compõe - critério analítico do cumprimento ou não dos prazos pode desempenhar papel aqui relevante.



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

Importa ter presente que o TEDH já afirmou que a duração razoável corresponde em princípio à duração média dum processo, falando-se, em princípio, numa duração média em 1.^a instância que deve corresponder a 3 anos ou 2 anos e 7 meses se se tratarem de causas em matéria laboral ou relativas a pessoas ...

Ocorre, porém, que nem sempre tal critério se mostra seguido pela sua jurisprudência

...



Jurisp.ADM. / Jurisp.TEDH

E a duração média de todo o processo deve corresponder, em princípio, a um período que vai de 4 a 6 anos, salvo casos especiais em que 2 anos já é excessivo ...



Jurisp.ADM. / Jurisp.TEDH

AFFAIRE ANTUNES c. PORTUGAL

(Requête n° 12750/07)

ARRÊT

STRASBOURG

2 mars 2010

DÉFINITIF

02/06/2010



33. La Cour estime que la période à considérer a débuté le 14 février 1995 avec l'introduction de l'action contre le requérant et s'est terminée par l'arrêt de la cour d'appel de Porto du 15 janvier 2004, porté à la connaissance du requérant le 20 janvier 2004. Constatant que dans le cas d'espèce, l'action en exécution n'a été introduite que trois ans après le jugement final de la procédure civile principale, la Cour en conclut que la durée de la procédure est de près de six ans, pour deux juridictions saisies et une action en exécution.

34. La Cour a traité à maintes reprises d'affaires soulevant des questions semblables à celle du cas d'espèce et a constaté la violation de l'article 6 § 1 de la Convention (voir *Frydlender* précité). Après avoir examiné tous les éléments qui lui ont été soumis, la Cour considère que le Gouvernement n'a exposé aucun fait ni argument pouvant mener à une conclusion différente dans le cas présent.

35. La Cour observe notamment qu'il fallut plus de un an au tribunal de Porto pour prononcer son jugement après la conclusion de la mise en état de l'affaire.

36. Compte tenu de sa jurisprudence en la matière, la Cour estime qu'en l'espèce la durée de la procédure litigieuse est excessive et ne répond pas à l'exigence du « délai raisonnable ».

37. Partant, il y a eu violation de l'article 6 § 1.

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte

00470/04.8BEPRT

1ª Secção - Contencioso Administrativo

08-03-2007

I. Não basta a simples ou mera violação dum prazo previsto na lei para a prática de certo acto judicial para concluir logo no sentido de que foi violado o direito à **justiça** em prazo razoável.
II. Para aferir da ilicitude por violação do direito à **justiça** em prazo razoável, é necessário ter em conta as circunstâncias da causa e os critérios consagrados pela jurisprudência, em especial a complexidade do caso, o comportamento do requerente e o das autoridades competentes, bem como aquilo que está em causa no litígio para o interessado.
III. O que manifestamente não ocorre relativamente a uma acção interposta em 14/2/95 (com réplica, peritagem e respectivos relatórios, recurso de apelação e incidente de prestação de caução) e que terminou em 11/3/99 com acórdão do Tribunal da Relação do Porto a confirmar a sentença recorrida que declarou o direito dos AA à redução do preço do contrato celebrado e ao abrigo do art. 661º n.º2 do CPC relegou para execução de sentença “ a quantia ” a reduzir, mesmo que tenha sido ultrapassado o prazo de prolação da sentença de 30 dias para cerca de 15 meses.*



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

AFFAIRE ALEXANDRE c. PORTUGAL

(Requête n° 33197/09)

ARRÊT

STRASBOURG

20 novembre 2012

AÇÃO DECLARATIVA INSTAURADA TRIBUNAIS NACIONAIS PARA EFETIVAÇÃO DE RESP. CIVIL POR DEFEITOS EQUIPAMENTO

57. La Cour rappelle que le caractère raisonnable de la durée d'une procédure s'apprécie suivant les circonstances de la cause et eu égard aux critères consacrés par sa jurisprudence, en particulier la complexité de l'affaire, le comportement du requérant et celui des autorités compétentes ainsi que l'enjeu du litige pour les intéressés (voir, parmi beaucoup d'autres, *Frydlender c. France* [GC], n° 30979/96, § 43, CEDH 2000-VII).

58. La période à considérer a débuté le 6 mai 2004 et s'est terminée le 28 octobre 2010. Elle a donc duré 6 années, 5 mois et 24 jours pour deux instances.

59. La Cour a traité à maintes reprises d'affaires soulevant des questions semblables à celle du cas d'espèce et a constaté la violation de l'article 6 § 1 de la Convention (voir *Frydlender* précité).

60. Après avoir examiné tous les éléments qui lui ont été soumis, la Cour considère que le Gouvernement n'a exposé aucun fait ni argument pouvant mener à une conclusion différente dans le cas présent. Compte tenu de sa jurisprudence en la matière, la Cour estime qu'en l'espèce la durée de la procédure litigieuse est excessive et ne répond pas à l'exigence du « délai raisonnable ».

61. Partant, il y a eu violation de l'article 6 § 1 de la Convention.



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

AFFAIRE AREDE RUIVO c. PORTUGAL

(Requête n° 26655/09)

ARRÊT

STRASBOURG

12 juillet 2011

**ATRASO
RELEVANTE PARA
TEDH A DILAÇÃO
DO
AGENDAMENTO
DA DILIGÊNCIA - A
NOVE E OITO
MESES**

25. La Cour rappelle que le caractère raisonnable de la durée d'une procédure s'apprécie suivant les circonstances de la cause et eu égard aux critères consacrés par sa jurisprudence, en particulier la complexité de l'affaire, le comportement du requérant et celui des autorités compétentes ainsi que l'enjeu du litige pour les intéressés (voir, parmi beaucoup d'autres, *Frydlender c. France* [GC], n° 30979/96, § 43, CEDH 2000-VII).

26. La Cour a traité à maintes reprises d'affaires soulevant des questions semblables à celle du cas d'espèce et a constaté la violation de l'article 6 § 1 de la Convention (voir *Frydlender* précité).

27. Après avoir examiné tous les éléments qui lui ont été soumis, la Cour considère que le Gouvernement n'a exposé aucun fait ni argument pouvant mener à une conclusion différente dans le cas présent. Contestant l'argument du Gouvernement (voir ci-dessus § 18), la Cour estime que le requérant n'a pas contribué à l'allongement de la procédure civile. En revanche, elle relève qu'il fallut, au tribunal d'Águeda, neuf mois pour tenir sa première audience et près de huit mois pour ouvrir la deuxième audience (voir ci-dessus §§ 8 et 11) consécutivement à l'échec des tentatives de conciliations entre les parties.

28. La Cour réaffirme qu'il incombe aux Etats contractants d'organiser leur système judiciaire de telle sorte que les juridictions puissent remplir chacune de leurs exigences, y compris l'obligation de trancher les causes dans des délais raisonnables (voir *Pélissier et Sassi c. France* [GC], n° 25444/94, § 74, CEDH 1999-II).



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

AFFAIRE TOMÉ MONTEIRO ET AUTRES c. PORTUGAL

(Requête n° 43641/09)

ARRÊT

STRASBOURG

26 juillet 2011

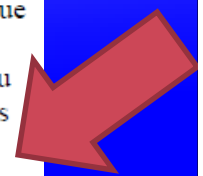
**ATRASO
RELEVANTE PARA
TEDH: A DILAÇÃO
DO
AGENDAMENTO
DA DILIGÊNCIA - A
SETE MESES; E
SENTENÇA
PROFERIDA A
MAIS UM ANO**

46. Après avoir examiné tous les éléments qui lui ont été soumis, la Cour considère que le Gouvernement n'a exposé aucun fait ni argument pouvant mener à une conclusion différente dans le cas présent. En l'occurrence, la Cour relève notamment qu'il fallut au tribunal du travail de Lisbonne, s'agissant de la procédure principale, plus de sept mois pour fixer une première date d'audience (voir §§ 8-9 ci-dessus) et, concernant la procédure d'exécution, plus de un an pour prononcer son jugement après la dernière audience du 28 juillet 2005 (voir §§ 24-25 ci-dessus).

47. La Cour réaffirme qu'il incombe aux États contractants d'organiser leur système judiciaire de telle sorte que les juridictions puissent remplir chacune de leurs exigences, y compris l'obligation de trancher les causes dans des délais raisonnables (voir *Pélissier et Sassi c. France* [GC], n° 25444/94, § 74, CEDH 1999-II).

48. Compte tenu de sa jurisprudence en la matière, la Cour estime qu'en l'espèce, la durée de la procédure litigieuse est excessive et ne répond pas à l'exigence du « délai raisonnable ».

49. Partant, il y a eu violation de l'article 6 § 1 de la Convention.



Jurisp.ADM. / Jurisp.TEDH

AFFAIRES SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES MARTINS &
VIEIRA, LDA ET AUTRES c. PORTUGAL (n° 4)

(Requêtes n°s 58103/08 et 58158/08)

ARRÊT

STRASBOURG

31 mai 2012

**ATRASO NÃO JUSTIFICADO
COM TEMPO OCUPADO EM
EXAMES PERICIAIS**

46. Pour ce qui est de l'affaire n° 58158/08, la Gouvernement estime que les retards survenus au cours de la procédure ne peuvent être imputés aux juridictions dans la mesure où ils s'étaient manifestés dans le cadre de la procédure d'aide juridictionnelle et pendant la réalisation des expertises. Le Gouvernement fait également valoir que la requérante ne s'est jamais plainte des attermolements de la procédure au cours de celle-ci et que les parties auraient pu signer un accord transactionnel sans attendre la date de l'audience.

49. S'agissant de la requête n° 58158/08, la procédure a débuté le 26 juin 2002, date de la citation de la requérante, et s'est terminée le 23 octobre 2006 avec le jugement homologuant l'accord signé entre les parties. Elle a donc duré 4 années, 3 mois et 28 jours pour deux niveaux de juridictions saisis, un recours ayant été introduit par des défendeurs devant la cour d'appel de Porto.

50. La Cour rappelle que le caractère raisonnable de la durée d'une procédure s'apprécie suivant les circonstances de la cause et eu égard aux critères consacrés par sa jurisprudence, en particulier la complexité de l'affaire, le comportement des requérantes et celui des autorités compétentes ainsi que l'enjeu du litige pour les intéressés (voir, parmi beaucoup d'autres, *Frydlender c. France* [GC], n° 30979/96, § 43, CEDH 2000-VII).

51. La Cour a traité à maintes reprises d'affaires soulevant des questions semblables à celle du cas d'espèce et a constaté la violation de l'article 6 § 1 de la Convention (voir *Frydlender* précité).

54. Pour ce qui est de l'affaire n° 58158/08, la Cour considère que les retards survenus au cours de la procédure ne peuvent être imputés à la requérante.

55. Compte tenu de sa jurisprudence en la matière, la Cour estime que dans les deux cas d'espèce la durée de la procédure litigieuse est excessive et n'a pas répondu à l'exigence du « délai raisonnable ».



DO DANO

Quanto a este pressuposto importa referir que o mesmo inclui tanto o dano patrimonial como o moral ou não patrimonial.

Cabe ao A./requerente a prova em juízo do primeiro tipo de dano, provando também que o dano emergente e o lucro cessante a ressarcir é consequência imediata e direta da duração excessiva do processo.



DO DANO

Já quanto ao dano não patrimonial importa considerar a jurisprudência do TEDH acolhida internamente na sequência do acórdão do STA de 28.11.2007.



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

ACÓRDÃO MARCO CARATERIZAÇÃO REQUISITO DO DANO NO QUADRO DA RESPONSABILIDA DE CIVIL ESTADO JUIZ - ANORMAL FUNCIONAMENTO APARELHO JUDICIÁRIO

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo

0308/07

28-11-2007

2 SUBSECÇÃO DO CA

POLÍBIO HENRIQUES

RECURSO CONTENCIOSO

ALEGAÇÕES

REMISSÃO PARA A PETIÇÃO

ÓNUS DE ALEGAÇÃO

CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

INDEMNIZAÇÃO

ESTADO

TRIBUNAL

NEXO DE CAUSALIDADE

ATRASO NA DECISÃO

PRAZO RAZOÁVEL

DEMORA NA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

I - A alegação de recurso jurisdicional por remissão para alegação anterior que contém conclusões, cumpre o ónus de alegar e concluir, desde que a remissão conjugada com a peça processual remetida tenha capacidade significativa suficiente para, sem alternativas de sentido, dar a conhecer aos intervenientes no processo a posição da parte sobre o objecto do processo e os fundamentos por que deve ser concedida a tutela demandada.

II - A violação do direito a uma decisão em prazo razoável, consagrado no art. 20º/4 da Constituição da República Portuguesa e no art. 6 § 1º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, não confere direito automático a uma indemnização, independentemente da existência de danos.

III - A decisão sobre o nexo de causalidade adequada, na sua vertente de pura condicionalidade, no plano naturalístico, integra um juízo de facto que o tribunal de revista só pode sindicar se estiver em causa a inobservância das regras do direito probatório material.

IV - O art. 13º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem consagra o princípio da subsidiariedade, segundo o qual compete às autoridades nacionais, em primeiro lugar, reparar as violações da mesma Convenção.

V - Na densificação dos conceitos da Convenção, entre os quais os de prazo razoável de decisão, indemnização razoável e de danos morais indemnizáveis, a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem desempenhará, seguramente, um papel de relevo.

VI - Tendo-se provado, em caso de violação do art. 6º § 1º da Convenção, que os autores sofreram, em termos causalmente adequados, de ansiedade, depressão e angústia, tais danos são indemnizatoriamente relevantes para reparação da parte lesada.



DO DANO

Os danos não patrimoniais “... segundo o conhecimento comum sempre atingem os demandantes, isto é, ocorrem em praticamente todos os casos de atraso significativo na atuação da justiça, merecem, em princípio, a tutela do direito, não sendo de minimizar na respectiva relevância, sem prejuízo de prova em contrário, ou de diferente causalidade, em cada caso ...”



DO DANO

Se “... a parte que invoca a lesão alegar e procurar provar mais danos do que os comuns, mas não conseguir provar que os sofreu, nem por isso fica prejudicada no direito à indemnização que resulta da presunção natural de um dano moral relevante, salvo quando se provar que em concreto, mesmo este, não ocorreu ...”



DO DANO

O TEDH vem entendendo que é de presumir - embora se admita prova em contrário - que da violação do direito à obtenção em prazo razoável da decisão judicial que regule definitivamente o caso que submeteu a juízo resulta um dano moral.



DO DANO

Exemplos da fundamentação do entendimento do TEDH neste quadro:

Acórdão de 29.03.2006 caso Riccardi Pizzati c. Itália (P. 62361/00) § 94

Acórdão de 29.03.2006 caso Apicella c. Itália (P. 64890/01) § 93

Da mesma ressaltam que a “Cour” considera que o dano não patrimonial:

- é a consequência normal, ainda que não automática, da violação do direito a uma decisão em prazo razoável e presume-se como existente, sem necessidade de dele fazer prova, sempre que a violação tenha sido objetivamente constatada;
- que esta forte presunção é ilidível, havendo casos em que a duração excessiva do processo provoca apenas um dano moral mínimo ou, até, nenhum dano moral, sendo que, então o juiz nacional deverá justificar a sua decisão, motivando-a suficientemente.



DO DANO

Na determinação do *quantum* da reparação deverá ter-se em conta *o critério dos casos semelhantes ou da mesma espécie* (*identificação e classificação dos tais precedentes*) (ver *caso Scordino c. Itália*), afirmando o TEDH a imposição da *consideração da sua jurisprudência* (ver também o *caso Musci c. Itália - processo n.º 64699/01*).



DO DANO

O TEDH já afirmou, em termos gerais, que a duração (em anos) de um processo se apura no seu conjunto e não isoladamente por cada ano de atraso, sendo que por cada ano de demora deve existir uma reparação que, quanto ao dano moral, pode variar entre 1.000 € a 1.500 €, independentemente da sorte da ação perante o juiz nacional.



DO DANO

Note-se, todavia, que este cálculo constitui apenas uma base de partida da valoração, podendo aumentar para 2.000 € tendo em conta a importância da matéria que é objeto da lide (como acontece a propósito de questões de trabalho, questões sobre as pessoas, o seu estatuto, saúde ou vida), ou diminuir, conforme exista pouca importância dos interesses em jogo ou o comportamento do requerente justifique a demora.

- Alerta-se para o facto da fixação do quantum pelo TEDH ser por vezes muito inferior aos 1.000,00 € por ano de demora [v.g. valores que por vezes rondam os 500 € por ano de demora] Critério/quantum: dificuldade de perceção/falta de fundamentação



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul

07472/11

CA-2º JUÍZO

12-05-2011

FONSECA DA PAZ

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL.

ATRASO NA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA.

DANO NÃO PATRIMONIAL.

I - As normas de direito interno respeitantes à **responsabilidade civil** do Estado Juiz devem ser objecto de interpretação conforme à Convenção Europeia dos Direitos do Homem e devem ser aplicadas tomando em consideração a jurisprudência do TEDH.

II - De acordo com a jurisprudência do TEDH, que tem sido acolhida pelo STA, é de presumir que da violação do direito à obtenção em **prazo razoável** de decisão judicial que regule definitivamente o caso submetido a juízo resulta um dano moral que constitui o dano psicológico e moral comum que sofre todas as pessoas que se dirigem aos tribunais e não vêem as suas pretensões resolvidas por um acto final do processo.

III - Na quantificação do dano não patrimonial, a efectuar de acordo com a equidade, há que atender ao período de morosidade do processo em causa, à importância dos interesses em jogo, ao comportamento processual do requerente e aos danos verificados, considerando apenas o dano comum quando o A. não consegue fazer prova de prejuízo não patrimonial superior.



Jurisp.ADM. / Jurisp.TEDH

Extrai-se da fundamentação do acórdão TCA Sul antecedente que “... ainda que se atendesse à grelha estabelecida pelo TEDH no «caso Musci c. Itália» (P. 64699/01) variável entre 1000 e 1500 Euros por cada ano de demora do processo, nunca se poderia esquecer que se estava perante uma mera base de partida, suscetível de ser aumentada ou diminuída, de acordo com os danos concretos, a importância dos interesses em jogo e o comportamento do requerente eventualmente justificativo da demora. (...) as indemnizações totais atribuídas correspondem a valores inferiores a 1000 Euros por cada ano de demora do processo (assim no «caso Apicella c. Itália» para um processo que demorou 12 anos foi atribuída uma indemnização total de 9.800 Euros; no «caso Giuseppe Mostaccinelo» foi atribuída uma indemnização total de 11.900 Euros decorrentes de 15 anos de demora processual; no «caso Ernesto Zullo» foi arbitrada uma indemnização total de 6.364 Euros por danos resultantes de 9 anos de demora do processo; no «caso Concchiarella» foi atribuída uma indemnização total de 5.600 Euros por danos decorrentes de 8 anos de demora processual). Nestes termos, e considerando que o dano moral a reparar não excede o comum destas situações, que os interesses em jogo não são de grande relevância e que a demora processual foi de 11 anos, afigura-se equitativo fixar a indemnização em 7.500 Euros ...”.



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte

00005/04.2BEPRT

1ª Secção - Contencioso Administrativo

30-03-2006

7. As sociedades não podem ser titulares de direito à indemnização por danos morais, dado que pela própria natureza das coisas, não podem sofrer este tipo de danos, com excepção da ofensa do crédito e bom nome, face ao disposto nos artigos 160º, n.º 2, e 484º, do Código Civil.

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte

02767/06.3BEPRT

1ª Secção - Contencioso Administrativo

05-07-2012

XIII. Face ao disposto no arts. 160.º e 484.º do C. Civil não parece curial ou mesmo possível em tese que uma sociedade comercial possa ser sujeito activo e titular de direito indemnizatório por “sofrimentos morais”, por “dores físicas e psíquicas”, por “perturbações da pessoa”, por “prejuízos na vida de relação” e que hajam sido produzidos por determinada conduta ilícita e culposa, já que não se vislumbra lastro à mesma que lhe permita corporizar sentimentos de dor, de angústia, de aborrecimentos, etc., inerentes à pessoa humana.

AFFAIRE ANTICOR-SOCIEDADE DE ANTI-CORROÇÃO, LDA c. PORTUGAL

ARRÊT

(Requête n° 33661/06)

STRASBOURG

23 février 2010

1. Dommage

41. La requérante réclame 5 000 euros (EUR) au titre du préjudice matériel. Elle demande également 15 000 EUR pour le dommage moral subi.

42. Le Gouvernement conteste ces prétentions, les jugeant surévaluées.

43. La Cour n'aperçoit pas de lien de causalité entre la violation constatée et le dommage matériel allégué et rejette cette demande. En revanche, elle estime qu'il y a lieu d'octroyer à la requérante 6 400 EUR au titre du préjudice moral (*Comingersoll S.A. c. Portugal* [GC], n° 35382/97, § 35, CEDH 2000-IV).

AFFAIRES SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES MARTINS & VIEIRA, LDA ET AUTRES c. PORTUGAL (n° 4)

(Requêtes n°s 58103/08 et 58158/08)

ARRÊT

STRASBOURG

31 mai 2012

67. La Cour n'aperçoit pas de lien de causalité entre la violation constatée et le dommage matériel allégué et rejette cette demande.

68. S'agissant de la requête n° 58103/08, dans la mesure où la requérante pourrait éventuellement recevoir une indemnisation à l'issue de l'action en responsabilité extracontractuelle, toujours pendante au niveau interne, la Cour décide de calculer le préjudice moral de la requérante en équité comme le permet l'article 41 de la Convention. Il appartiendra ensuite aux juridictions portugaises concernées, le cas échéant, de prendre en considération la somme reçue à ce titre devant la Cour (voir *Mora do Vale et autres c. Portugal* (satisfaction équitable), n° 53468/99, § 19, 18 avril 2006). Aussi, elle lui accorde 14 400 EUR à ce titre.

69. Pour la requête 58158/08, elle estime qu'il y a lieu d'octroyer 2 000 EUR au titre du préjudice moral.

70. La Cour octroie ainsi à la requérante la somme totale de 16 400 EUR pour le dommage moral subi dans le cadre des deux affaires.



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

AFFAIRE COMINGERSOLL S.A. c. PORTUGAL

(Requête n° 35382/97)

ARRÊT

STRASBOURG

6 avril 2000

**ADMISSÃO DANOS NÃO
PATRIMONIAIS PARA AS
SOCIED. COMERCIAIS**

Quant au dommage moral allégué, le Gouvernement souligne que la réparation du dommage moral découlant d'une éventuelle violation du droit à un procès dans un délai raisonnable vise à compenser l'angoisse, l'attente psychologique, quant au sort de la cause, ou l'incertitude. Il soutient que de tels sentiments sont propres aux seuls individus et ne peuvent aucunement faire l'objet d'une réparation, s'agissant d'une personne morale.

29. La Cour rappelle d'emblée qu'un arrêt constatant une violation entraîne pour l'Etat défendeur l'obligation juridique au regard de la Convention de mettre un terme à la violation et d'en effacer les conséquences (arrêt Papamichalopoulos et autres c. Grèce (*article 50*) du 31 octobre 1995, série A n° 330-B, pp. 58-59, § 34).

Si le droit interne ne permet d'effacer qu'imparfaitement les conséquences de cette violation, l'article 41 de la Convention confère à la Cour le pouvoir d'accorder une réparation à la partie lésée par l'acte ou l'omission à propos desquels une violation de la Convention a été constatée. Dans l'exercice de ce pouvoir, elle dispose d'une certaine latitude : l'adjectif « équitable » et le membre de phrase « s'il y a lieu » en témoignent (arrêt Guzzardi c. Italie du 6 novembre 1980, série A n° 39, p. 42, § 114).

31. Reste à savoir si la requérante peut prétendre obtenir réparation au titre d'un quelconque préjudice moral.

32. La Cour rappelle à cet égard que dans l'affaire *Immobiliare Saffi c. Italie*, elle n'a pas jugé nécessaire, au vu des circonstances de la cause, de se pencher sur la question de savoir si une société commerciale pouvait alléguer avoir subi un préjudice moral résultant d'un quelconque sentiment d'angoisse ([GC], n° 22774/93, § 79, CEDH 1999-V).

33. Dans le cadre de l'ancien système de la Convention, le Comité des Ministres a déjà octroyé, sur proposition de la Commission européenne des Droits de l'Homme, des indemnités à titre de réparation du dommage moral subi par des sociétés commerciales en raison de la durée excessive de la procédure dans plusieurs affaires. Il n'est pas sans intérêt de rappeler que le Gouvernement lui-même n'a jamais contesté cette possibilité dans d'autres affaires portugaises dans lesquelles le Comité des Ministres a pris de telles décisions (Résolution DH (96) 604 du 15 novembre 1996 dans l'affaire *Dias & Costa, Lda.* ; Résolution DH (99) 708 du 3 décembre 1999 dans l'affaire *Riccoitaris, Lda.*)



Jurisp.ADM. / Jurisp.TEDH

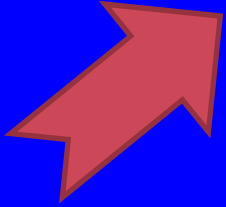
AFFAIRE COMINGERSOLL S.A. c. PORTUGAL

(Requête n° 35382/97)

ARRÊT

STRASBOURG

6 avril 2000



En outre, là où les divers éléments constituant le préjudice ne se prêtent pas à un calcul exact ou là où la distinction entre dommage matériel et dommage moral se révèle difficile, la Cour peut être amenée à les examiner globalement (arrêt *B. c. Royaume-Uni (article 50)* du 9 juin 1988, série A n° 136-D, pp. 32-33, §§ 10-12 ; arrêt *Dombo Beheer B.V. c. Pays-Bas* du 27 octobre 1993, série A n° 274, pp. 20-21, § 40).



NEXO CAUSALIDADE ...



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo

0365/09

09-07-2009

1 SUBSECÇÃO DO CA

MADERA DOS SANTOS

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

ATRASO NA DECISÃO

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

PROCESSO JUDICIAL

ACÇÃO DE INDEMNIZAÇÃO

DANO NÃO PATRIMONIAL

I - O excessivo **atraso** no processamento de uma acção especial do Código da Estrada que veio a terminar por transacção não confere ao autor um direito de indemnização fundado no hipotético vencimento da causa se faltar a prova de que, não fora a demora, ele a ganharia.

II - Não estando provado que, não fora o **atraso**, a transacção se faria vários anos antes por igual quantitativo, o autor não tem o direito de auferir uma indemnização correspondente aos juros moratórios calculados sobre a importância admitida na transacção e vencidos entre a data em que ela normalmente se celebraria e a data em que efectivamente se realizou.

**NEXO CAUSALIDADE
- FALHA**

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte

01182/05.0BEVIS

1ª Secção - Contencioso Administrativo

20-01-2012

TAF de Viseu

Ana Paula Soares Leite Martins Portela

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

ATRASO NA ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA

NEXO CAUSALIDADE

1- Para que haja obrigação de indemnizar pelo **atraso** na aplicação da **justiça** será necessário que se demonstre a existência da generalidade dos requisitos da **responsabilidade civil** extracontratual, inclusivamente o nexo de causalidade entre o **atraso** na tramitação do processo e os danos patrimoniais.

2- Tendo o pedido de exame de letra no proc. 635/1998 instaurado em 15/10/98 sido solicitado ao Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária em 11/5/2000 e o relatório respeitante ao mesmo só dado entrada no 2.º Juízo Cível de Viseu no dia 15/11/2002, passaram cerca de dois anos e meio foi ultrapassado em cerca de dois anos o período de tempo que seria razoável, e até expectável, para o efeito, pelo que ocorre ilicitude do Estado Português na aplicação da **justiça**.

3- Não se verifica o nexo de causalidade entre o **atraso na justiça** (facto ilícito) e qualquer onerosidade na satisfação do crédito da recorrente - o dano - quando não resulta dos autos que se o processo tivesse demorado menos dois anos a recorrente teria visto satisfeito o pagamento do seu crédito de forma diversa da que efectivamente vier a ser feita.*



Jurisp.ADM. / Jurisp.TEDH

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo

01164/06

17-01-2007

2 SUBSECÇÃO DO CA

JORGE DE SOUSA

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL.
ESTADO.

TRIBUNAL.

ATRASO NA DECISÃO.

PRAZO RAZOAVEL.

NEXO DE CAUSALIDADE.

PRESUNÇÃO NATURAL.

ÓNUS DE PROVA.

CONVENÇÃO EUROPEIA DOS (DIREITOS DO HOMEM).

CAUSALIDADE ADEQUADA.

I – A **responsabilidade civil** extracontratual do Estado por factos ilícitos praticados pelos seus órgãos ou agentes assenta nos pressupostos da idêntica **responsabilidade** prevista na lei **civil**, que são o facto, a ilicitude, a imputação do facto ao lesante, o prejuízo ou dano, e o nexo de causalidade entre este e o facto.

II – O **atraso** na decisão de processos judiciais, quando puser em causa o direito a uma decisão em prazo razoável, garantido pelo art. 20.º, n.º 4, da CRP, e pelo art. 6.º, § 1.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, pode gerar uma obrigação de indemnizar.

III – O art. 563.º do Código **Civil**, consagra a teoria da causalidade adequada, devendo adoptar-se a sua formulação negativa correspondente aos ensinamentos de ENNECERUS-LEHMANN, segundo a qual uma condição do dano deixará de ser considerada causa dele sempre que seja de todo indiferente para a produção do dano e só se tenha tornado condição dele, em virtude de outras circunstâncias extraordinárias.

NEXO CAUSALIDADE - FALHA

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo

0679/04

09-06-2005

1 SUBSECÇÃO DO CA

FREITAS CARVALHO

DEMORA NA ADMINISTRAÇÃO DA **JUSTIÇA**.

NEXO DE CAUSALIDADE.

CAUSA VIRTUAL.

ACÇÃO DE **RESPONSABILIDADE CIVIL** EXTRA CONTRATUAL

I – Tendo-se provado que a causa determinante da impossibilidade de cobrança da quantia em que foi condenado o réu na acção cível proposta pelo recorrente foi o facto de, já nessa altura o Réu não possuir penhoráveis inexistia nexo de causalidade adequada entre a conduta que o Autor imputa aos órgãos Estado (demora na administração da **justiça**) e os prejuízos decorrentes do não ressarcimento do seu crédito.

II - O problema da causa virtual do dano ocorre quando “há uma causa real, efectiva do dano ; e há, ao lado dela, um facto que teria produzido o mesmo dano se não operasse a causa real”, só se aceitando relevância da causa virtual negativa - a que exonera (ou reduz) a **responsabilidade** do autor da causa real, que alegou e provou a existência da causa virtual -, situando-se o problema “não no domínio do nexo causal, mas no capítulo da extensão do dano a indemnizar”.



Jurisp. ADM. / Jurisp. TEDH

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo

01037/06

06-02-2007

2 SUBSECÇÃO DO CA

POLÍBIO HENRIQUES

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA.

PRAZO RAZOÁVEL.

GARANTIA BANCÁRIA.

NEXO DE CAUSALIDADE

I - A **responsabilidade civil** extracontratual do Estado por factos ilícitos praticados pelos seus órgãos ou agentes assenta nos pressupostos da idêntica **responsabilidade** prevista na lei **civil**, que são o facto, a ilicitude, a imputação do facto ao lesante, o prejuízo ou dano e o nexo de causalidade entre este e o facto.

II - O **atraso** na decisão de processos judiciais, quando puser em causa o direito a uma decisão em prazo razoável, garantido pelo art. 20.º, n.º 4, da CRP, e pelo art. 6.º, § 1.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, pode gerar uma obrigação de indemnizar.

III - A conduta dos serviços do Estado - **atraso** na prolação de sentença cível - não foi condição do dano quando este proveio do accionamento de uma garantia bancária autónoma, à primeira interpelação, se a decisão judicial, por mais célere que fosse, não podia ter evitado o respectivo levantamento e se não está provado que a demora tenha inviabilizado a possibilidade de ressarcimento do lesado através do património do beneficiário que accionou a garantia em seu proveito.

**NEXO CAUSALIDADE
- FALHA**



QUESTÕES PROCESSUAIS

**ALGUMA
JURISPRUDÊNCIA**



Jurisp.ADM. / Jurisp.TEDH

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo

01116/11

17-05-2012

1 SUBSECÇÃO DO CA

COSTA REIS

DIREITO A DECISÃO JUDICIAL EMPRAZO RAZOAVEL

ATRASO NA DECISÃO

RECURSO DE REVISÃO

I - Inconciliáveis são as coisas que não podem simultaneamente subsistir, seja na ordem da realidade, seja, pelo menos, na ordem do pensamento.

II - A decisão do TEDH que atribuiu uma «reparação razoável» a título de danos morais, custas, despesas, impostos e juros de mora, na medida em que operou como uma **justiça** substitutiva, é conciliável com o julgado interno que negou a existência daqueles danos morais e de um nexo causal entre a acção ilícita e culposa do Estado - decorrente de **atraso** na realização da **justiça** - e os prejuízos consubstanciados naqueles impostos, custas e despesas.

III - E também não há inconciliabilidade entre a decisão do TEDH que, por falta de nexo causal, rejeitou a condenação do Estado Português na indemnização de danos materiais e a decisão interna que, por igual motivo, julgara improcedente o pedido de condenação do Estado no pagamento de honorários forenses.

IV - Inexistindo inconciliabilidade entre as decisões tomadas na ordem interna e na ordem internacional, carece de fundamento o recurso de revisão interposto ao abrigo do art. 771º, al. f), do CPC.

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte

00005/04.0BEPRT-A

1ª Secção - Contencioso Administrativo

08-07-2011

TAF do Porto

Carlos Luis Medeiros de Carvalho

RECURSO EXTRAORDINÁRIO REVISÃO

REQUISITOS

ACÓRDÃO TEDH

REPARAÇÃO INDEMNIZATÓRIA

I. As decisões jurisdicionais produzidas em sede de pronúncia sobre violações da Convenção e respectiva reparação indemnizatória estribadas no art. 41.º da Convenção são emitidas pelo TEDH em julgamento da pretensão substantiva que perante o mesmo foi formulada pelo queixoso, constituindo aquela pronúncia uma decisão que conhece do mérito e atribui/fixa em termos finais a «reparação razoável» decorrente da violação da Convenção, firmando desta forma a decisão última na definição/fixação daquilo que é o «quantum» indemnizatório adequado e suficiente a arbitrar naquele caso ao lesado pelo incumprimento daquele normativo internacional a que o Estado Membro aderiu.

II. A existência duma decisão do TEDH contrária a decisão proferida por tribunal nacional não implica necessária e obrigatoriamente o uso do recurso de revisão e a reabertura do processo na ordem interna, na certeza de que importa ainda distinguir as pronúncias daquele Tribunal no quadro dos arts. 41.º e 46.º da CEDH.

III. A entender-se doutra forma teríamos o recurso de revisão a assumir-se, no plano da reparação indemnizatória dos danos havidos em decorrência de violação de regras da CEDH, como uma instância a abrir de novo para obtenção eventualmente de danos que não mereceram provimento ou que não foram atendidos ou quiçá peticionados junto do TEDH por decisão transitada em julgado (arts. 42.º, 43.º, 44.º da CEDH).

IV. O recurso de revisão admitido pela previsão inserta na al. f) do art. 771.º do CPC não é nem pode tomar-se num mecanismo que permita ultrapassar os decaimentos ou as perdas pretensivas decorrentes da dedução de instância perante o TEDH e dos eventuais desfechos negativos (total ou parcialmente) que as decisões deste impliquem na esfera jurídica das partes envolvidas.*



Jurisp.ADM. / Jurisp.TEDH

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte

00305/07.0BEPRT

1ª Secção - Contencioso Administrativo

25-11-2011

TAF do Porto

José Augusto Araújo Veloso

ATRASO NA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA

QUEIXA JUNTO DO TEDH

ACÇÃO NOS TRIBUNAIS NACIONAIS

ACORDO AMIGÁVEL COM RENÚNCIA

ARQUIVAMENTO DA QUEIXA

INUTILIDADE SUPERVENIENTE DA LIDE

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

- I. A utilidade de uma lide judicial afere-se pelo efeito jurídico que o respectivo autor pretende através dela obter, sendo que esse efeito jurídico terá de se traduzir num efeito prático que o beneficie;
- II. A inutilidade superveniente da lide, como causa de extinção da instância, dá-se quando por facto ocorrido na sua pendência a pretensão do autor não possa subsistir por motivos atinentes ao sujeito ou ao objecto do respectivo processo;
- III. A declaração de inutilidade superveniente da lide exige que o tribunal esteja em condições de fazer um juízo apodíctico acerca da mesma;
- IV. O arquivamento de queixa deduzida junto do TEDH por **atraso** na realização da **justiça**, contra Portugal, fundada nos mesmos factos que deram origem a uma acção de **responsabilidade civil** extracontratual nos tribunais nacionais, contra o Estado Português, baseada num acordo amigável no qual a aí queixosa renunciou a qualquer outra pretensão contra Portugal com referência aos factos que estavam na origem da queixa, justifica que seja declarada extinta a instância nacional com base em inutilidade superveniente da lide;
- V. Diz-se litigante de má-fé aquele que com dolo ou negligência grave tiver deduzido pretensão ou oposição cuja falta de fundamento não devia ignorar, tiver alterado a verdade dos factos, ou omitido factos relevantes para a decisão da causa, tiver praticado omissão grave do dever de cooperação, ou tiver feito dos meios processuais uso manifestamente reprovável, visando com isso prosseguir objectivo ilegal, impedir a descoberta da verdade, entorpecer a acção da **Justiça**, ou protelar, sem fundamento sério, o trânsito em julgado da decisão;
- VI. Perante uma situação pouco definida entre lide dolosa ou temerária, em virtude dos elementos disponíveis serem pouco elucidativos, a condenação por litigância de má-fé não deverá ser decretada.*



NOTAS FINAIS

QUESTÕES????



carlosluiscarvalho@gmail.com



VIDEOGRAVAÇÃO DA COMUNICAÇÃO



Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
 Carlos Medeiros de Carvalho – Juiz Desembargador do Tribunal Central Administrativo Norte
 Auditório - Centro de Estudos Judiciários, 21.12.2012 11:30
 Duration: 52:57

[Flash](#)
[QuickTime](#)
[iPod](#)

Info: [Quicktime download](#)

ROTEIRO TEMÁTICO		
Tema	Tempo	Acórdãos
- Considerações introdutórias	- 00.02.40	- Ac. do STA, de 07/03/1989 – Caso “Garagens Pintosinho”
- Quadro normativo da responsabilidade civil extracontratual do Estado	- 00.08.03	
- Requisitos da responsabilidade civil – especificidade relativamente ao dano	- 00.13.53	- Ac. do STA, de 28/11/2007 - Ac. do STA, de 09/10/2008 - Ac. do STA, de 17/03/2005 - Ac. do STA, de 10/09/2009 - Ac. do TCAN, de 15/10/2009 - Ac. do TCAN, de 12/10/2012 - Ac. do TACS, de 11/10/2007 - Ac. do TEDH, de 29/03/2006 – Caso Musci contra Itália (§§ 68, 83 e 84)
• Ilícitude e determinação do prazo razoável	- 00.15.52	
▪ Critérios de aferição do prazo razoável e sua violação	- 00.22.08	- Ac. do TEDH, de 17/01/2002 – caso Calvelli e Ciglio contra Itália - Ac. do TEDH, de

		<p>10/06/2008 – caso Martins Castro e Alves Correia contra Portugal (§38)</p> <p>– Ac. do TEDH, de 13/04/2010 – caso Ferreira Alves contra Portugal (§35)</p> <p>– Ac. do TEDH, de 12/04/2011 – caso Domingues Loureiro e outros contra Portugal (§56)</p> <p>– Ac. do TEDH, de 24/07/2012 – caso Chyzynski contra Polónia (§ 47)</p> <p>– Ac. do TEDH, de 02/03/2010 – caso Antunes contra Portugal</p> <p>– Ac. do STA, de 07/03/1989</p> <p>– Ac. do STA, de 26/09/2007</p> <p>– Ac. do STA, de 28/11/2007</p> <p>– Ac. do STA, de 09/10/2008</p> <p>– Ac. do STA, de 26/03/2009</p> <p>– Ac. do STA, de 06/11/2012</p> <p>– Ac. do TCAN, de 15/10/2009</p> <p>– Ac. Do TCAN, de 12/10/2006</p> <p>– Ac. do STA, de 29/04/2010</p>
<p>o O objeto do litígio e o interesse e a urgência da decisão para as partes</p>	<p>– 00.24.29</p>	<p>– Ac. do TEDH, de 7/06/200 – caso Frydlender contra França (§ 44)</p> <p>– Ac. do TEDH, de 26/07/2011 – caso Tomé e Monteiro e outros contra Portugal (§ 43)</p> <p>– Ac. do TEDH, de 27/10/99 – caso Ferreira Araújo do Vale contra Portugal (§ 21)</p> <p>– Ac. do TEDH, de 27/05/2003 – caso Niederböster contra Alemanha (§ 39)</p>

		<ul style="list-style-type: none"> - Ac. do TEDH, de 25/09/2012 – caso Novo e Silva contra Portugal (§§ 41 e 42) - Ac. do TEDH, de 30/10/98 – caso F.E contra França (§ 57)
<ul style="list-style-type: none"> o Complexidade da causa 	- 00.27.12	<ul style="list-style-type: none"> - Ac. do TEDH, de 22/11/2005 – caso Yagis e outros contra Turquia (§ 31) - Ac. do TEDH, de 29/05/2012 – caso Flores Cardoso contra Portugal (§ 27 a 33) - Ac. do STA, de 17/03/2005 - Ac. do STA, de 26/03/2009 - Ac. do STA, de 10/09/2009 - Ac. do TCAS, de 29/04/2010
<ul style="list-style-type: none"> o Comportamento das partes 	- 00.31.05	<ul style="list-style-type: none"> - Ac. do STA, de 01/03/2011 - Ac. do STA, de 06/11/2012
<ul style="list-style-type: none"> o Comportamento das autoridades 	- 00.33.32	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prazo razoável e a jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem 	- 00.35.28	<ul style="list-style-type: none"> - Ac. do STA, de 09/10/2008 - Ac. do STA, de 05/05/2010 - Ac. do TEDH, de 02/03/2010 – caso Antunes contra Portugal (§§ 33 a 37) - Ac. do TCAN, de 08/03/2007 - Ac. do TEDH, de 20/11/2002 – caso Alexandre contra Portugal (§§ 57 a 61) - Ac. do TEDH, de 12/07/2011 – caso Arede Ruivo contra Portugal (§§ 25 a 28) - Ac. do TEDH, de 26/07/2011 – caso Tomé e Monteiro e outros contra Portugal (46 a 49) - Ac. do TEDH, de 31/05/2012 – casos Sociedade de construções Martins & Vieira, Lda., e

		outros contra Portuga (§§ 46 a 55)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O dano e a indemnização 	- 00.46.13	<ul style="list-style-type: none"> - Ac. do STA, de 28/11/2007 - Ac. do TEDH de 29/03/2006 – caso Riccardi Pizzati contra Itália (§ 94) - Ac. do TEDH, de 29/03/2006 – caso Apicella contra Itália (§93) - Ac. Do TEDH, de 06/03/2007 – caso Scordino contra Itália - Ac. do TEDH, de 29/03/2006 – Caso Musci contra Itália - Ac. do TCAS, de 12/05/2011 - Ac. do TCAN, de 30/03/2006 - Ac. do TCAN, de 05/07/2012 - Ac. do TEDH, de 23/02/2010 – caso Anticor –Sociedade de Anticorrosão, Lda., contra Portugal (§§ 41 a 43) - Ac. do TEDH, de 31/05/2012 – casos Sociedade de construções Martins & Vieira, Lda., e outros contra Portugal (§§ 67 a 70) - Ac. Do TEDH, de 06/04/2000 – caso Comingersoll, SA., contra Portugal (§§ 28 a 33)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O nexo de causalidade 	- 00.50.06	<ul style="list-style-type: none"> - Ac. do STA. De 09/07/2009 - Ac. do TCAN, de 20/01/2012 - Ac. do STA, de 17/01/2007 - Ac. Do STA, de 09/06/2005 - Ac. do STA, de 06/02/2007

- Questões processuais – alguma jurisprudência	- 00.50.33	- Ac. do STA, de 17/05/2012 - Ac. do TCAN, de 08/07/2011 - Ac. do STA, de 25/11/2011
--	------------	--

Jurisprudência

Decisão em prazo razoável

Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

Supremo Tribunal Administrativo

Tribunal Central Administrativo do Norte

Tribunal Central Administrativo do Sul



1. Caso Antunes Rocha c. Portugal (31-05-2005)
2. Caso Joachim Baraona c. Portugal (06-09-1982)
3. Caso Martins Castro e Alves Correia de Castro c. Portugal (10-06-2008)
4. Caso Falcão dos Santos c. Portugal (03-07-2012)
5. Alexandre c. Portugal (20-11-2012)
6. Antunes c. Portugal (02-03-2010)
7. Apicella c. Itália (10-11-2004)
8. Apicella c. Itália (29-03-2006)
9. Comingersoll S.A. c. Portugal (06-04-2000)
10. Domingos Marques Ribeiro Maçarico c. Portugal (17-01-2012)
11. Flores Cardoso c. Portugal (29-05-2012)
12. Frydlender c. França (27-06-2000)
13. Karpetas c. Grécia (30-12-2012)
14. Musci c. Itália (29-03-2006)
15. Novo et Silva c. Portugal (25-09-2012)
16. Pellegrin c. França (08-12-1999)
17. Riccardi Pizzati c. Itália (29-03-2006)
18. Sociedade de Construções Martins & Vieira, Lda e outros c. Portugal (n.º 4) (31-05-2012)
19. YAĞIZ e outros c. Turquia (22-11-2005)



1. STA 01/02/2001 (Nuno Salgado), p. 046805
2. STA 01/03/2011 (Fernanda Xavier), p. 0336/10
3. STA 05/05/2010 (Jorge de Sousa), p. 0122/10
4. STA 06/02/2007 (Políbio Henriques), p. 01037/06
5. STA 06/11/2012 (Fernanda Xavier), p. 0976/11
6. STA 07/03/1989 (António Samagaio), p. 026525
7. STA 08/07/2009 (Alberto Augusto Oliveira), p. 0122/09
8. STA 09/06/2005 (Freitas Carvalho), p. 0679/04
9. STA 09/07/2009 (Madeira dos Santos), p. 0365/09
10. STA 09/10/2008 (Rosendo José), p. 0319/08
11. STA 10/09/2009 (Costa Reis), p. 083/09
12. STA 17/01/2007 (Jorge de Sousa), p. 01164/06
13. STA 17/03/2005 (Adérito Santos), p. 0230/03
14. STA 17/05/2012 (Costa Reis), p. 01116/11
15. STA 19/11/2009 (Costa Reis), p. 0533/09
16. STA 26/03/2009 (Pais Borges), p. 0227/08
17. STA 26/09/2007 (Adérito Santos), p. 0569/06
18. STA 28/11/2007 (Políbio Henriques), p. 0308/07



1. TCAN 05/07/2012 (Rogério Paulo da Costa Martins), p. 02767/06.3BEPRT
2. TCAN 08/03/2007 (Ana Paula Portela), p. 00470/04.8BEPRT
3. TCAN 08/07/2011 (Carlos Luís Medeiros de Carvalho), p. 00005/04.0BEPRT-A
4. TCAN 12/10/2006 (José Luís Paulo Escudeiro), p. 00347/04.7BEPRT
5. TCAN 12/10/2012 (Carlos Luís Medeiros de Carvalho), p. 00064/10.9BELSB
6. TCAN 15/06/2012 (Antero Pires Salvador), p. 01399/06.0BEBRG
7. TCAN 15/10/2009 (Carlos Luís Medeiros de Carvalho), p. 02334/06.1BEPRT
8. TCAN 18/01/2007 (Jorge Miguel Barroso de Aragão Seia), p. 00348/04.5BEPRT
9. TCAN 20/01/2012 (Ana Paula Soares Leite Martins Portela), p. 01182/05.0BEVIS
10. TCAN 22/10/2010 (Carlos Luís Medeiros de Carvalho), p. 01357/07.8BEVIS
11. TCAN 25/11/2011 (José Augusto Araújo Veloso), p. 00305/07.0BEPRT
12. TCAN 26/10/2012 (Antero Pires Salvador), p. 01490/09.1BEPRT
13. TCAN 29/06/2012 (Maria do Céu Dias Rosa das Neves), p. 01149/06.1BEVIS
14. TCAN 30/03/2006 (Carlos Luís Medeiros de Carvalho), p. 00005/04.2BEPRT



1. TCAS 02/10/2008 (Rogério Martins), p. 04055/08
2. TCAS 10/05/2012 (Cristina dos Santos), p. 03576/08
3. TCAS 11/10/2007 (Rogério Martins), p. 02815/07
4. TCAS 12/05/2011 (Fonseca da Paz), p. 07472/11
5. TCAS 20/05/2010 (Teresa de Sousa), p. 06052/10
6. TCAS 29/04/2010 (Teresa de Sousa), p. 04902/09
7. TCAS 30/04/2008 (José Correia), p. 01297/05
8. TCAS 30/04/2008 (Magda Geraldes), p. 01299/05
9. TCAS 30/06/2011 (Cristina dos Santos), p. 04368/08

O artigo 10.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a liberdade de expressão na jurisprudência nacional e do TEDH: diferentes olhares na ponderação de valores conflitantes



Comunicação apresentada na ação de formação “Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”, realizada pelo CEJ no dia 21 de dezembro de 2012, em Lisboa.

[Gabriela Cunha Rodrigues]

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS



Tópicos para o debate sobre a liberdade de expressão

I

O tema da liberdade de expressão está longe de estar esgotado.

A sociedade de risco obriga-nos a visitar a noção de liberdade como demonstram os sintomas de regressão visíveis em muitas democracias e as dificuldades dos sistemas judiciais em proteger os direitos fundamentais.

Os fundadores do sistema democrático moderno alertaram-nos para a necessidade de defesa contínua da liberdade devido à facilidade com que renasce a intolerância e o chauvinismo.

Veja-se o caso da Hungria que aprovou, no dia 21 de Dezembro de 2010, uma lei de imprensa sem precedentes na União Europeia.

Através do recurso a conceitos abstractos, foram fixadas coimas até ao montante de 750 mil euros para os autores de notícias, independentemente de surgirem na televisão, jornal, rádio ou mesmo blogues, que “não sejam politicamente equilibradas”, ofendam a “dignidade humana”, o “interesse público” ou a “ordem moral”.

Entre nós, assistimos, nos últimos anos, ao aumento da litigância penal e civil no campo da defesa da honra e reputação por parte de titulares de cargos públicos face a juízos, críticas, opiniões ou simples relatos factuais veiculados através de órgãos da comunicação social.

A jurisprudência, na resolução do conflito entre o direito à honra e à reputação e o direito à liberdade de expressão, inclinou-se, maioritariamente, a favor do primeiro.

A tónica tem sido a de que, estando em confronto dois direitos de igual hierarquia constitucional – o direito à honra e o direito à liberdade de expressão – o conflito conduz, em princípio, à necessidade de compressão do segundo.

Os acórdãos do STJ de 13.01.2005 (relator Moitinho de Almeida), de 07.02.2008 e de 30.06.2011 (relator João Bernardo) são exemplos de alguma jurisprudência que rema contra a maré, fazendo prevalecer a liberdade de expressão com fundamento no artigo 10.º da CEDH.

II

No ordenamento nacional, as normas penais e as normas civis sobre a difamação podem ser usadas para violar a liberdade de expressão.

A protecção do direito ao bom nome e à reputação no âmbito do direito penal é realizada, em boa medida, pelo artigo 180.º do Código Penal.



Como interpretar a *exceptio veritatis* constante do artigo 180.º, n.º 2, alínea b) e n.º 4 do Código Penal?

Será que o arguido, que beneficia da presunção de inocência, tem de provar a todo o custo a verdade dos factos que divulgou?

Ou será que quem promove a acção judicial é que tem o ónus de provar a falsidade da imputação difamatória?

Em que pode consistir esta verdade, à luz da nossa Constituição e do artigo 10.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem?

Estas questões aplicam-se também ao direito civil.

O artigo 484º do Código Civil, relativo à ofensa ao crédito e ao bom nome, quando conjugado com o artigo 483º, do mesmo diploma, pode dar origem a uma interpretação segundo a qual quem, com dolo ou mera culpa, afirmar ou difundir um facto capaz de prejudicar o crédito ou o bom nome de qualquer pessoa singular e colectiva responde pelos danos causados.

Estas normas não contêm qualquer margem de manobra para a prova total ou substancial dos factos nem para a situação de admissibilidade da eventual divulgação de factos errados.

Mais uma vez se pergunta:

Terá o alegado lesante de provar a verdade dos factos que divulgou?

São admissíveis os erros factuais de boa fé?

III

O Estado Português foi condenado mais de uma dezena de vezes por violação da liberdade de expressão.

Um desses casos (recente) é o Bargão e Domingos Correia contra Portugal (acórdão de 15.11.2012).

O caso Barata Monteiro da Costa Nogueira e Patrício Pereira contra Portugal, de 11 de Janeiro de 2012, é um caso recente de absolvição do Estado português no que concerne à violação do artigo 10.º da CEDH.

O acórdão teve um voto de vencido, no qual se alerta para o facto de, depois de alguns anos, os órgãos políticos do Conselho da Europa terem convidado os Estados membros a descriminalizar a difamação e a abolir as penas de prisão nesta matéria.

Será que este acórdão é apenas circunstancial ou representa uma nova tendência e reflexão do TEDH quanto à liberdade de expressão?



IV

A jurisprudência do TEDH sustenta uma maior latitude de actuação das instâncias nacionais no que toca às críticas ao poder judiciário.

A condenação de jornalistas por críticas consideradas difamatórias a juízes foi considerada várias vezes pelo TEDH como não violadora do artigo 10.º.

Que valores são esses que se pretende proteger quando, na realidade, a resiliência deve ser apanágio dos magistrados?

V

Também o valor do segredo de justiça no confronto com a liberdade de imprensa tem sido suscitado perante o TEDH que, a propósito, desenvolveu uma jurisprudência aberta, aplicando à especificidade da matéria as formulações mais amplas em favor da liberdade de informação, no conflito com os interesses protegidos pela exclusão da publicidade das fases preliminares do processo penal.

No caso Pinto Coelho contra Portugal (acórdão de 28 de Junho de 2011), uma jornalista do canal de televisão SIC, numa reportagem televisiva, anunciou que o antigo Director da Polícia Judiciária foi objecto de uma acusação penal por violação do segredo de justiça e reproduziu na imprensa peças do processo de inquérito em curso.

Foi condenada pela prática de um crime de desobediência.

Depois de esgotadas as instâncias nacionais, o TEDH decidiu que o uso de tais peças processuais durante uma reportagem serviu apenas para conferir credibilidade e autenticidade às informações prestadas, para atestar a sua exactidão.

Como decidir no confronto entre liberdade de expressão e segredo de justiça?

VI

O sistema convencional de controlo está instituído num quadro de autonomia, sem continuidade processual directa entre as ordens judiciais nacionais e o TEDH.

O fundamento de revisão de sentença previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 449.º do Código de Processo Penal foi introduzido no ordenamento jurídico-penal interno pelas alterações processuais operadas em 2007, concretamente pela Lei n.º 48/2007, de 29.08, fundamento que o legislador estendeu, também, ao processo civil – artigo 771.º,¹ alínea f), do

¹ Actual artigo 696º, nº 1, f), do Código de Processo Civil vigente desde 01 de Setembro de 2013 (aprovado pela Lei 41/2013, de 26 de Junho).



Código de Processo Civil, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei nº 303/2007, de 24.08.

No acórdão do STJ de 27.05.2009 (relator Oliveira Mendes) considerou-se que o legislador de 2007, na estrita literalidade da lei, foi bem mais longe do que a Recomendação R (2000) 2 – adoptada na reunião do Comité de Ministros do Conselho da Europa ocorrida em 19.01.2000, dirigida aos Estados membros, relativa ao reexame e reabertura de determinados processos ao nível interno na sequência de acórdãos do TEDH.

Segundo o acórdão, o legislador de 2007, ao prever a revisão de sentença em termos tão latos, instituiu, indirectamente, um novo grau de recurso, quer em matéria criminal, quer em matéria civil, grau de recurso manifestamente inconstitucional, por notoriamente violador do caso julgado.

Fez, assim, uma interpretação restritiva, a qual deveria orientar-se no sentido dos princípios consignados na referida Recomendação, concretamente do princípio segundo o qual a reabertura de processos só se revela indispensável perante sentenças em que o TEDH constate que a decisão interna que suscitou o recurso é, quanto ao mérito, contrária à Convenção, ou quando constate a ocorrência de uma violação da Convenção em virtude de erros ou falhas processuais de uma gravidade tal que suscite fortes dúvidas sobre a decisão e, simultaneamente, a parte lesada continue a sofrer consequências particularmente graves na sequência da decisão nacional, que não podem ser compensadas com a reparação razoável arbitrada pelo TEDH e que apenas podem ser alteradas com o reexame ou a reabertura do processo.

Será sustentável uma interpretação da lei conforme a uma Recomendação do Conselho da Europa?

VII

A Internet, por constituir um meio de comunicação com barreiras de entrada muito baixas, implica um regresso ao paradigma individualista que esteve na origem da liberdade de expressão.

Permite a cada indivíduo “nascer de novo” para a comunicação, podendo ter aí um impacto até há pouco impensável.

Um dos problemas mais controvertidos prende-se com a imposição de restrições à liberdade de expressão na Internet.



Entre as técnicas que têm sido propostas para a restrição da liberdade de expressão na Internet conta-se a responsabilização, pela difusão de conteúdos proibidos, dos fornecedores de acesso à Internet de quem os utilizadores do serviço estão dependentes.

Trata-se de uma das problemáticas a aprofundar, no domínio da promoção da Sociedade de Informação.

VIII

Todos integramos a paisagem da vida através dos trilhos da nossa maneira de pensar.

Essas linhas orientadoras chamam-se educação, religião e cultura, e são veiculadas também pela televisão, jornais, escola, meio social e grupo de amigos.

Antigamente provinham dos mexericos da aldeia, ensinamentos dos avós e pregação da paróquia.

Este fenómeno explica o nosso espanto com os antigos. Como podiam pessoas inteligentes e sensíveis, por exemplo, aceitar a escravatura e ignorar a democracia?

Essas gerações eram como nós, viviam na mesma região, mas passavam pela vida por outros trilhos.

Os nossos caminhos escondem-nos coisas que eles viam.

A nossa cegueira será censurada pelas gerações futuras.

Por isso, no percurso da interpretação dos direitos fundamentais, há que apelar ao “cosmopolitismo judicial”, tão bem definido por António Henriques Gaspar.

Maria Gabriela Abrantes Leal da Cunha Rodrigues



VIDEOGRAVAÇÃO DA COMUNICAÇÃO



Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
O Artigo 10º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem...
Gabriela Cunha Rodrigues – Juíza de Direito e docente do CEJ
Auditório - Centro de Estudos Judiciários, 21.12.2012 15:15
Duration: 10:29

[Flash](#)
[QuickTime](#)
[iPod](#)

Info: [Quicktime download](#)

ROTEIRO TEMÁTICO		
Tema	Tempo	Acórdãos
- Apresentação do tema	- 00.02.51	- Ac. do STJ, de 13/01/2005 - Ac. do STJ, de 07/02/2008 - Ac. do STJ, de 30/06/2011 - Ac. do TEDH, de 15/11/2012 – caso Bargão e Domingos Correia contra Portugal - Ac. do TEDH, de 11/01/2011 – caso Barata Monteiro da Costa Nogueira e Patrício Pereira contra Portugal - Ac. do TEDH, de 28/06/2011 – caso Pinto Coelho contra Portugal



Jurisprudência:

- Ac. do STJ, de 13/01/2005;
- Ac. do STJ, de 07/02/2008;
- Ac. do STJ, de 30/06/2011;
- Ac. do TEDH, de 15/11/2012 – caso Bargão e Domingos Correia contra Portugal;
- Ac. do TEDH, de 11/01/2011 – caso Barata Monteiro da Costa Nogueira e Patrício Pereira contra Portugal;
- Ac. do TEDH, de 28/06/2011 – caso Pinto Coelho contra Portugal.

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

O artigo 10.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a liberdade de expressão na jurisprudência nacional e do TEDH: diferentes olhares na ponderação de valores conflitantes



Comunicação apresentada na ação de formação “Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”, realizada pelo CEJ no dia 21 de dezembro de 2012, em Lisboa.

[João da Silva Miguel]

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS



VIDEOGRAVAÇÃO DA COMUNICAÇÃO



Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

Debate

Moderação: Francisco Mota Ribeiro & Gabriela Cunha Rodrigues - Juizes de Direito e docentes do CEJ

Auditório - Centro de Estudos Judiciários, 21.12.2012 16:30

Duration: 25:40

 [Flash](#)
 [QuickTime](#)
 [iPod](#)

Info: [Quicktime download](#)

ROTEIRO TEMÁTICO		
Tema	Tempo	Acórdãos
- Considerações Introdutórias	- 00:00:24	
- Liberdade de expressão enquanto direito não absoluto (reflexão)	- 00:05:00	
• Conteúdo do direito e obrigações positivas dos estados (reflexão)	- 00:06:30	- Ac. do TEDH, de 20/09/94 – caso Otto Preminger contra Austria - Ac. do TEDH, de 26/11/91 – caso Sunday Times contra Reino Unido
- As restrições à liberdade de expressão – o artº 10º, nº 2 da CEDH (painel de reflexão)	- 00:09:30	
- Factos e Juízos de Valor (reflexão)	- 00:14:32	- Ac. do TEDH, de 28/09/2000 – caso Lopes Gomes da Silva contra Portugal - Ac. do TEDH, de 28/06/2011 – caso Pinto Coelho contra Portugal - Ac. do TEDH, de 24/04/2008 – caso Campos Dâmaso contra Portugal
- Liberdade de expressão e direito à honra	- 00:19:45	- Ac. do TEDH, de 25/07/2001 – caso Perna contra Itália

- Jurisprudência do TEDH e dos tribunais nacionais (vídeo debate)	- 00:00:66	- Ac. do TEDH, de 28/09/2000 – caso Lopes Gomes da Silva contra Portugal - Ac. do TEDH, de 29/11/2005 – caso Urbino Rodrigues contra Portugal - Ac. do TEDH, de 20/10/2009 – caso Alves da Silva contra Portugal - Ac. do TEDH, de 11/01/2011 – caso Barata Monteiro da Costa Nogueira e Patrício Pereira contra Portugal
- Liberdade de expressão e regras deontológicas dos jornalistas (debate)	- 00:15:50	- Ac. do TEDH, de 11/01/2011 – caso Barata Monteiro da Costa Nogueira e Patrício Pereira contra Portugal



Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem:

- Ac. do TEDH, de 20/09/94 – caso Otto Preminger contra Austria;
- Ac. do TEDH, de 26/11/91 – caso Sunday Times contra Reino Unido;
- Ac. do TEDH, de 28/09/2000 – caso Lopes Gomes da Silva contra Portugal;
- Ac. do TEDH, de 28/06/2011 – caso Pinto Coelho contra Portugal;
- Ac. do TEDH, de 24/04/2008 – caso Campos Dâmaso contra Portugal;
- Ac. do TEDH, de 25/07/2001 – caso Perna contra Itália;
- Ac. do TEDH, de 29/11/2005 – caso Urbino Rodrigues contra Portugal;
- Ac. do TEDH, de 20/10/2009 – caso Alves da Silva contra Portugal;
- Ac. do TEDH, de 11/01/2011 – caso Barata Monteiro da Costa Nogueira e Patrício Pereira contra Portugal.

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

O artigo 10.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a liberdade de expressão na jurisprudência nacional e do TEDH: diferentes olhares na ponderação de valores conflitantes



Comunicação apresentada na ação de formação “Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”, realizada pelo CEJ no dia 21 de dezembro de 2012, em Lisboa.

[Francisco Teixeira da Mota]

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS



VIDEOGRAVAÇÃO DA COMUNICAÇÃO



Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

Painel de reflexão

João da Silva Miguel, António João Latas e Francisco Teixeira da Mota

Auditório - Centro de Estudos Judiciários, 21.12.2012 15:30

Duration: 1:06:01

 [Flash](#)

 [QuickTime](#)

 [iPod](#)

Info: [Quicktime download](#)

ROTEIRO TEMÁTICO		
Tema	Tempo	Acórdãos
- Os tribunais portugueses e o TEDH – o sistema americano e o europeu (painel de reflexão)	- 00.51.36	
- A liberdade de expressão e o direito à honra nos tribunais portugueses	- 00.56.41	- Ac. do TEDH, de 15/11/2012 – caso Bargão e Domingos Correia contra Portugal - Ac. do TEDH, de 23/01/2007 – caso Almeida Azevedo contra Portugal
- Factos e Juízos de Valor (painel de reflexão)	- 01.00.53	
• Conteúdo do direito e obrigações positivas dos estados (reflexão)	- 00.08.47	- http://hudoc.echr.coe.int/sites/eng/pages/search.aspx?i=001-102692
• Ofensa a magistrado e o artº 10º da CEDH (debate)	- 00.10.52	- Caso Perna contra Itália http://hudoc.echr.coe.int/sites/eng/pages/search.aspx?i=001-61075
• Liberdade de expressão (debate)	- 00.13.09	- Caso Éditions Plon contra França http://hudoc.echr.coe.int/sites/eng/pages/search.aspx?i=001-61760 - Caso Observer and

		Guardian contra Reino Unido http://hudoc.echr.coe.int/sites/eng/pages/search.aspx?i=001-61075
• O artº 10º da CEDH e o artº 18º do CP (debate)	– 00.21.10	– Caso Miguel Azevedo http://hudoc.echr.coe.int/sites/eng/pages/search.aspx?i=001-85545
• Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e valoração da matéria de facto (debate)	– 00.22.37	



Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem:

- Ac. do TEDH, de 15/11/2012 – caso Bargão e Domingos Correia contra Portugal;
- Ac. do TEDH, de 23/01/2007 – caso Almeida Azevedo contra Portugal;
- Caso Perna contra Itália;
- Caso Éditions Plon contra França;
- Caso Observer and Guardian contra Reino Unido;
- Caso Miguel Azevedo.

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

O artigo 10.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a liberdade de expressão na jurisprudência nacional e do TEDH: diferentes olhares na ponderação de valores conflitantes



Comunicação apresentada na ação de formação “Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”, realizada pelo CEJ no dia 21 de dezembro de 2012, em Lisboa.

[António João Latas]

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS



VIDEOGRAVAÇÃO DA COMUNICAÇÃO



Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
 Painel de reflexão
 João da Silva Miguel, António João Latas e Francisco Teixeira da Mota

Auditório - Centro de Estudos Judiciários, 21.12.2012 15:30

Duration: 1:06:01

[Flash](#)
[QuickTime](#)
[iPod](#)

Info: [Quicktime download](#)

ROTEIRO TEMÁTICO		
Tema	Tempo	Acórdãos
- Pressupostos básicos da relação entre o TEDH e os Tribunais nacionais	- 00.24.56	
- Divergência de Critérios no tratamento da liberdade de imprensa entre os tribunais nacionais e o TEDH	- 00.35.17	
• Fatores técnico-jurídicos de divergência	- 00.38.36	
- Alguns princípios afirmados pelo TEDH em matéria de liberdade de expressão	- 00.42.09	- Ac. do TEDH, de 26/04/2007 – caso Colaço Mestre e SIC contra Portugal - Ac. do TEDH, de 25/06/2002 – caso Colombani e outros contra a França - Ac. do TEDH, de 20/04/2004 – caso Amihalachioaie contra Moldavia
- A difamação e <i>exceptio veritatis</i> do art.º 180º, nº 2 do Código Penal	- 00.47.06	
- A revisão de sentença e a al. g) do nº 1 do art.º 449º do CPP	- 00.49.06	



Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem:

- Ac. do TEDH, de 26/04/2007 – caso Colaço Mestre e SIC contra Portugal;
- Ac. do TEDH, de 25/06/2002 – caso Colombani e outros contra a França;
- Ac. do TEDH, de 20/04/2004 – caso Amihalachioaie contra Moldavia.

Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça



A liberdade de expressão e informação e os direitos de personalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça

(Sumários de acórdãos
das Secções Cíveis e Criminais,
de 2002 a Janeiro de 2015)

Colaboração dos Juizes Assessores
Supremo Tribunal de Justiça



NOTA INTRODUTÓRIA

A liberdade de informação e de expressão está inscrita no quadro dos direitos, liberdades e garantias pessoais com assento constitucional, assim como em várias declarações internacionais de direitos, e tem por fim último garantir a plenitude da democracia.

Não se trata, porém, de um direito absoluto, pois a lei ordinária restringe-a nos casos expressamente previstos na Constituição, limitando-a ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.

Entre os limites à liberdade de expressão encontram-se os direitos da personalidade, mais precisamente, o direito à honra, à privacidade e à imagem, os quais, alicerçados no princípio elementar da dignidade da pessoa humana, são, em regra, absolutos.

Este caderno temático concentra todos os sumários dos acórdãos proferidos pelas Secções Cíveis e Criminais tirados entre 2002 e Abril de 2013 a propósito da colisão entre a liberdade de informação e de expressão e os direitos de personalidade e pretende revelar o caminho que a jurisprudência deste Supremo Tribunal de Justiça tem trilhado.

Não obstante todo o cuidado colocado na elaboração dos sumários que se seguem, a utilização destes não dispensa a consulta do texto integral da decisão a que os mesmos dizem respeito.

Janeiro de 2015

Gabinete dos Juízes Assesores – Assessorias Cível e
Criminal

Sumários de acórdãos das Secções Cíveis

Responsabilidade civil – Liberdade de imprensa – Direito de personalidade – Colisão de direitos

I- Devem ser conciliados, na medida do possível, os direitos de informação e livre expressão, por um lado, e à integridade moral e ao bom nome e reputação, por outro.

II- Quando tal se revele inviável, a colisão desses direitos deve, em princípio, resolver-se pela prevalência daquele direito de personalidade.

III- Só assim não será quando, em concreto, concorram circunstâncias susceptíveis de, à luz de bem entendido interesse público, justificar a adequação da solução oposta, sendo sempre ilícito o excesso e exigindo-se o respeito por um princípio, não apenas de verdade, necessidade e adequação, mas também de proporcionalidade ou razoabilidade.

IV- Na determinação das formas de efectivação da responsabilidade civil emergente de factos cometidos por meio da imprensa são aplicáveis os princípios gerais.

V- O cumprimento do dever de vinculação do jornalista à verdade, à objectividade, à fidelidade aos factos e à neutralidade é ainda mais imperioso quando se trate de imprensa especializada, em que é de presumir mais apurado conhecimento do meio e das regras.

VI- A divulgação de um facto verdadeiro pode, em certo contexto, atentar contra o bom nome e a reputação de uma pessoa.

14-02-2002 - Revista n.º 4384/01 – 7.ª Secção – Oliveira Barros (Relator), Miranda Gusmão e Sousa Inês

Presunções judiciais – Poderes do Supremo Tribunal de Justiça – Abuso de liberdade de imprensa – Fontes – Danos não patrimoniais – Condenação em quantia certa – Liquidação em execução de sentença

I- Os juízos de valor formulados pela Relação, perante os factos provados, com base em regras de experiência ou presunções judiciais, como ilações

logicamente deduzidas desses factos, reconduzem-se, em princípio, a matéria de facto, excluída da competência do tribunal de revista.

II- O STJ pode sindicar as presunções judiciais tiradas pela Relação no que respeita a saber se elas alteram ou não os factos provados e se são ou não consequência lógica dos factos apurados - por outras palavras, é da competência do STJ apreciar se a Relação se conteve nos parâmetros legais ao estabelecer ilações da matéria de facto.

III- Aos jornalistas impõe-se, como regra deontológica básica, a confrontação de versões e opiniões, cumprindo-lhes testar e controlar a veracidade da notícia, recorrendo a fontes idóneas, diversificadas e controladas.

IV- O conceito de idoneidade e de credibilidade da fonte de informação traduz-se num conceito ou juízo de valor sobre a fonte, na medida em que encerra uma valoração jurídica, aferindo-se em função de critérios estabelecidos seja em normas legais, por exemplo de natureza penal, seja em princípios éticos contidos no Código Deontológico dos Jornalistas.

V- No exercício da sua função pública (direito-dever de informação), exige-se que a imprensa não publique imputações que atinjam a honra das pessoas, sabendo-as inexactas ou quando não tenha podido informar-se suficientemente.

VI- O tribunal pode proceder à liquidação dos danos não patrimoniais, fixando a indemnização, ainda que o autor tenha pedido a condenação do réu no que viesse a liquidar-se em execução de sentença, desde que os factos provados não revelem que alguma consequência do facto ilícito esteja em evolução.

19-02-2002 – Revista n.º 3379/01 – 1.ª Secção – Ferreira Ramos (Relator), Lemos Triunfante e Reis Figueira

Liberdade de imprensa – Direito de personalidade –**Colisão de direitos**

I- Os direitos de informação e de livre expressão sofrem as restrições necessárias à coexistência, em sociedade democrática, de outros direitos como os da honra e reputação das pessoas.

II- Há que procurar, antes do mais, a “concordância prática” desses direitos, de informação e livre expressão, por um lado, e à integridade moral e ao bom nome e reputação, por outro, mediante o sacrifício indispensável de ambos.

III- Em último termo, o reconhecimento da dignidade humana como valor supremo da ordenação constitucional democrática impõe que a colisão desses direitos deva, em princípio, resolver-se pela prevalência daquele direito de personalidade (n.º 2 do art.º 335 do CC), só assim não sucedendo quando, em concreto, concorram circunstâncias susceptíveis de, à luz de relevante interesse público, justificar a adequação da solução oposta.

IV- Existindo verdadeiro interesse público em que a comunidade seja informada sobre certas matérias, o dever de informação prevalece sobre a discricção imposta pelos interesses pessoais.

V- Sempre, no entanto, será de exigir o respeito por um princípio, não apenas de verdade, necessidade e adequação, mas também de proporcionalidade (ou razoabilidade).

07-03-2002 - Revista n.º 184/02 - 7.ª Secção - Oliveira Barros (Relator), Miranda Gusmão e Sousa Inês

Ofensa do crédito ou do bom nome – Liberdade de imprensa – Responsabilidade civil – Responsabilidade criminal

I- O preceito do art.º 37, n.º 3, da CRP refere-se somente aos ilícitos criminais e contra-ordenacionais, tendo por objectivo a inviabilização de um direito penal de excepção.

II- A norma do n.º 5 do art.º 26 do DL n.º 85-C/75, de 26-02 (redacção de 1995) não é convocável em

sede de responsabilidade civil, sendo, como é, uma norma concebida apenas em sede de responsabilidade criminal por delitos de imprensa.

III- A obrigação de indemnizar gerada por uma conduta criminosa não desaparece por verificação das causas de extinção da respectiva responsabilidade criminal - designadamente as enumeradas nos art.ºs 118 e 127 do CP -, nem por virtude da sua eventual descriminalização.

IV- Com a redacção introduzida pela Lei n.º 15/95, de 25-05, ao art.º 26 do referido diploma, que aí ficou tendo o n.º 5, e a actual Lei de Imprensa (Lei n.º 2/99, de 13-01), art.º 31, n.º 4, passou a vigorar um sistema segundo o qual o jornalista e o director do periódico não são responsáveis criminalmente se as declarações do entrevistado constituírem crime.

V - Esse n.º 5 não é norma interpretativa.

VI- A solução dos conflitos entre a liberdade de expressão e informação e o direito à honra passa pela sua harmonização ou pela prevalência a dar a um ou a outro, com recurso aos princípios da proporcionalidade, da necessidade e da adequação às circunstâncias do caso concreto.

VII- O director do jornal e o jornalista que transcreve as afirmações feitas por um entrevistado, acusando um árbitro de futebol de ser corrupto - afirmação levada ao título que ocupa meia página - sem se certificarem se o seu teor correspondia ou não à verdade, actuam sem observarem as cautelas exigidas para um legítimo e correcto exercício do seu direito de informar e, contendo as frases do entrevistado imputações que atentam contra a honra, bom nome e reputação do árbitro, caíram dentro do que lhes era vedado pelo seu Código Deontológico, pelo Estatuto dos Jornalistas e pelo art.º 484 do CC.

14-05-2002 - Revista n.º 650/02 - 1.ª Secção - Ribeiro Coelho (Relator), Garcia Marques e Ferreira Ramos

Ofensa do crédito ou do bom nome – Liberdade de imprensa – Responsabilidade civil

Responsabilidade criminal

I- A ofensa prevista no art.º 484 do CC é um caso especial de facto antijurídico definido no artigo precedente que, por isso, se deve ter por subordinada ao princípio geral consignado nesse art.º 483, não só quanto aos requisitos fundamentais da ilicitude, mas também relativamente à culpabilidade.

II- Não importa que o facto afirmado ou divulgado seja ou não verdadeiro.

III- A norma do art.º 26 da Lei de Imprensa (DL n.º 85-C/75, de 26-02) rege apenas para a responsabilidade criminal, definindo quem são os responsáveis para efeitos deste tipo de responsabilidade, não se aplicando à responsabilidade civil.

IV- As competências impostas por lei ao director, em especial a que se reporta à determinação do conteúdo do periódico, impõem-lhe um dever de conhecimento antecipado das matérias a publicar, em ordem a poder impedir a divulgação daquelas susceptíveis de gerar responsabilidade, civil ou criminal.

V- Aos mesmos deveres está sujeito o chefe de redacção, enquanto substituto legal do director, em caso de impedimento deste.

14-05-2002 - Revista n.º 267/02 - 1.ª Secção - Ferreira Ramos (Relator), Pinto Monteiro e Lemos Triunfante

Responsabilidade civil – Abuso de liberdade de imprensa – Direito ao bom nome

I- À obrigação de indemnizar estatuída no art.º 484 do CC é exigível a pressuposição do art.º 483 do mesmo diploma legal.

II- A conceptualização do abuso de liberdade de imprensa delimita-se através do contraste dos princípios de consagração constitucional da liberdade da mesma e do direito ao bom nome e reputação estatuídos respectivamente nos art.ºs 38 e 26º do texto fundamental.

III- No confronto desses direitos, o da honra e o da informação, um deles terá de prevalecer, não obstante serem de hierarquia semelhante no enquadramento da colisão de direitos prevista no art.º 335 do CC.

IV- Não é o sentimento de quem se diz ofendido que deve servir de padrão aferidor da ofensa, já que para haver lugar à indemnização é mister a necessidade de um comportamento ilícito violador da imagem e da reputação de outrem, o que não ocorre se o autor da notícia ofensiva se cingiu ao dever de informar.

01-10-2002 - Revista n.º 2383 /02 - 1.ª Secção - Lemos Triunfante (Relator), Barros Caldeira e Reis Figueira

Responsabilidade civil – Liberdade de imprensa – Direito de personalidade – Colisão de direitos

I- O reconhecimento da dignidade humana como valor supremo da ordenação constitucional democrática impõe que a colisão entre os direitos de informação e de livre expressão, por um lado, e à integridade moral e ao bom nome e reputação, por outro, deva resolver-se, em princípio, pela prevalência daquele direito de personalidade (n.º 2 do art.º 335 do CC).

II- Podem, no entanto, concorrer em concreto, circunstâncias susceptíveis de, à luz de bem entendido interesse público, justificar a adequação da solução oposta.

III- A divulgação de um facto verdadeiro pode, em certo contexto, atentar contra o bom nome e a reputação de uma pessoa.

IV- Existe o direito de noticiar factos verdadeiros - ou, pelo menos, na séria convicção de que o são, por apurados através de fontes de informação idóneas, diversificadas e controladas - e que tenham relevo social, desde que a tal se proceda por forma adequada, moderada, isto é, sem ultrapassar o necessário à divulgação do facto.

10-10-2002 - Revista n.º 2751/02 - 7.ª Secção - Oliveira Barros (Relator), Diogo Fernandes e Miranda Gusmão

Direito ao bom nome – Liberdade de imprensa

I- A regra geral é a de admitir a divulgação de factos verdadeiros, desde que tal se efectue para assegurar um interesse público legítimo.

II- Não é ilícita a imputação feita na imprensa, à pessoa de um advogado e ex-proprietário de um jornal, da prática de um crime de burla agravada, em termos muito próximos do teor da acusação crime, tendo existido despacho de pronúncia nesse sentido e estando o arguido preso preventivamente.

19-11-2002 - Revista n.º 2028/02 - 1.ª Secção – Pinto Monteiro (Relator), Lemos Triunfante e Reis Figueira

Liberdade de imprensa – Direito de personalidade – Colisão de direitos

I- O simples facto de se atribuir a alguém uma conduta contrária e oposta àquela que o sentimento da generalidade das pessoas exige do homem medianamente leal e honrado, é atentar contra o seu bom nome, reputação e integridade moral.

II- O direito à informação comporta três limites essenciais: o valor socialmente relevante da notícia; a moderação da forma de a veicular; e a verdade, medida esta pela objectividade, pela seriedade das fontes, pela isenção e pela imparcialidade do autor, evitando manipulações que a deontologia profissional, antes das leis do Estado, condena.

III- A solução do conflito entre os direitos constitucionais de liberdade de informação e à honra e ao bom nome, sendo, pelo menos em teoria, de igual hierarquia constitucional, deve procurar-se pela harmonização ou concordância pública dos interesses em jogo, por forma a atribuir a cada um deles a máxima eficácia possível, em obediência ao princípio jurídico-constitucional da proporcionalidade, vinculante em matéria de direitos fundamentais.

IV- O direito de liberdade de expressão e informação, pelas restrições e limites a que está sujeito, não pode, ao menos em princípio, atentar contra o bom nome e reputação de outrem, sem prejuízo de em certos casos, ponderados os valores jurídicos em confronto, o princípio da proporcionalidade conjugado com os ditames da necessidade e da adequação e todo o circunstancialismo concorrente, tal direito poder prevalecer sobre o direito ao bom nome e reputação.

V- Assim sucede nos casos em que estiver em causa um interesse público que se sobreponha e a divulgação seja feita de forma a não exceder o necessário à divulgação, sendo exigível que a informação se cinja à estrita verdade dos factos.

05-12-2002 - Revista n.º 3553/02 - 7.ª Secção – Araújo de Barros (Relator), Oliveira Barros e Diogo Fernandes

Direitos fundamentais – Vida privada – Direito à reserva sobre a intimidade – Direitos de personalidade – Limites

I- É ao direito ordinário que cabe a regulamentação do exercício dos direitos fundamentais, estabelecendo os necessários desenvolvimentos e concretizações, ficando, para tanto, em princípio, aberto ao legislador um amplo espaço livre de conformação.

II- A tutela do direito à intimidade da vida privada desdobra-se em duas vertentes: a protecção contra a intromissão na esfera privada e a proibição de revelações a ela relativas.

III- A saúde faz parte da individualidade privada do ser humano, e, assim, do assegurado resguardo da vida particular contra a eventualidade de divulgação pública.

IV- O direito de resguardo não é, no entanto, absoluto em todos os casos e relativamente a todos os domínios.

V- Havendo que atender à contraposição do interesse do indivíduo em obstar à tomada de conhecimento

ou à divulgação de informação a seu respeito e dos interesses de outros em conhecer ou revelar a informação conhecida, interesses que ganharão maior peso se forem também interesses públicos, a extensão do dever de resguardo, e, assim, do correlativo direito, deverá ser apreciada "segundo as circunstâncias do caso e das pessoas".

VI- Desde que não contrariados por esse modo os princípios da ordem pública interna, é lícita a limitação voluntária do exercício dos direitos de personalidade, designadamente, podendo, em princípio, o exercício do direito ao resguardo, nas suas várias manifestações, ser objecto de limitações voluntárias.

25-09-2003 – Revista n.º 2361/03 – 7.ª Secção – Oliveira Barros (Relator)*, Ferreira de Sousa e Armindo Luís

Direito ao bom nome – Ofensas à honra – Pressupostos

I- O que se discute na acção é a responsabilidade civil do réu por, através de escrito publicado, ter ofendido direitos de personalidade do autor.

II- A responsabilidade do réu há-de, então, depender do concurso dos pressupostos mencionados no art.º 483 do CC, ou seja, da ilicitude do acto, da sua voluntariedade, do nexos de imputação do facto ao agente lesante, da produção de um dano e do nexos de causalidade entre o facto e o dano.

III- O acto ilícito é, aqui, a afirmação dos factos capazes de prejudicar o prestígio e o bom nome do autor; de salientar que a lei se basta com a potencialidade lesiva da afirmação ou com a ameaça de lesão, dispensando a efectiva verificação do resultado.

IV- O direito de crítica, enquanto manifestação do direito de opinião, tendo subjacente o confronto de ideias, traduz-se na apreciação e avaliação de actuações ou comportamentos de outrem, com a correspondente emissão de juízos racionais apreciativos ou depreciativos.

V- O seu limite lógico deve ser, consequentemente, o resultante do próprio conceito de crítica, correspondendo este ao confronto de ideias, a apreciação racional de comportamentos e manifestação de opiniões; por afastadas e exorbitantes do conteúdo do direito se hão-de ter “considerações imotivadas ou de pura malquerença pessoal”.

14-10-2003 – Revista n.º 2249/03 – 1.ª Secção – Alves Velho (Relator), Moreira Camilo e Lopes Pinto

Liberdade de imprensa – Abuso de liberdade de imprensa – Direito de personalidade – Colisão de direitos – Direito ao bom nome – Direito à honra – Ofensas à honra e dignidade do outro cônjuge – Dolo directo – Dolo necessário – Dolo eventual – Danos não patrimoniais – Montante da indemnização

I- A publicação, em jornal que se vende em todo o território nacional, de acusações ou insinuações feitas a uma mulher casada, no mínimo tratando-a como leviana e imputando-lhe a prática de adultério, atinge directamente o marido daquela, violando o seu direito ao bom nome, à honra e consideração social, e à reserva da intimidade da vida privada conjugal.

II- Não importa que o facto afirmado ou divulgado seja ou não verdadeiro, contanto que seja susceptível, ponderadas as circunstâncias do caso, de abalar a honra e o prestígio de que a pessoa goze ou o bom conceito em que ela seja tida (prejuízo do bom nome) no meio social em que vive ou exerce a sua actividade.

III- Na delimitação do direito à informação intervêm princípios éticos, pelos quais o jornalista responde em primeiro lugar, constituindo dever de quem informa esforçar-se por contribuir para a formação da consciência cívica e para o desenvolvimento da cultura sobretudo pela elevação do grau de convivalidade como factor de cidadania, e não fomentar reacções primárias,

sementes de violência, ou sentimentos injustificados de indignação e de revolta, tratando assuntos com desrespeito pela consciência moral das gentes, contribuindo negativamente para a desejável e salutar relação de convivalidade entre elas.

IV- Na conflitualidade entre os direitos de liberdade de imprensa e os direitos de personalidade, sendo embora os dois direitos de igual hierarquia constitucional, é indiscutível que o direito de liberdade de expressão e informação, pelas restrições e limites a que está sujeito, não pode atentar contra o bom nome e reputação de outrem, salvo se estiver em causa um interesse público que se sobreponha àqueles e a divulgação seja feita de forma a não exceder o necessário a tal divulgação.

IV- Actua culposamente, com dolo directo, o jornalista que voluntariamente narra certo facto ou faz alguma afirmação ou insinuação, sabendo que dessa forma atinge a honra ou o bom nome de outrem, sendo esse preciso efeito que ele pretende atingir. Age com dolo necessário (ou eventual) a empresa jornalística que, sem poder deixar de conhecer a natureza melindrosa e difamatória dos escritos, tinha também o dever de ter impedido a sua divulgação.

VI- Tratando-se de notícia publicada em jornal que se vende em todo o território nacional; considerando que o lesado, a partir da data da publicação dos artigos, passou a ser alvo de observações jocosas dos seus colegas de trabalho e de alguns clientes que o conheciam devido à vida pública que levava, tendo até, em consequência, pedido uma licença sem vencimento como única forma de se furtar aos incómodos e ultrajes de que passou a ser alvo; atendendo a que o casal constituído por ele e a mulher, visada nas notícias publicadas, acabou por se separar devido às discussões e aos embaraços que tais artigos provocaram em ambos, justifica-se, por criteriosa e adequada às circunstâncias do caso, a atribuição da quantia de 5.000.000\$00 (ou seja, 24.939,99 Euros) para compensar os danos não patrimoniais sofridos pelo autor.

26-02-2004 - Revista n.º 3898/03 - 7.ª Secção - Araújo de Barros (Relator), Oliveira Barros e Salvador da Costa

Direito ao bom nome – Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Danos não patrimoniais – Indemnização

I- O direito de informação e de livre expressão não pode deixar de respeitar o direito à honra e ao bom nome tutelados pelo art.º 70 do CC.

II- O art.º 70 do CC tem em vista a defesa dos cidadãos contra qualquer ofensa ou ameaça ilícitas da sua personalidade física ou moral.

III- A Lei n.º 62/79 não só estabelece os direitos dos jornalistas, como lhes impõe deveres, nomeadamente o respeito pelo rigor e objectividade da informação.

IV- A publicação na 1.ª página do jornal "O Público" de uma fotografia do Autor legendada com a informação "Engil ilibada em Loulé", "facturas falsas dão prisão" e "na foto o advogado de defesa, Proença de Carvalho, com alguns dos réus", apesar de desmentida no jornal do dia seguinte, constitui, objectivamente, uma ofensa à honra e consideração social do Autor, justificando o direito a uma indemnização.

02-03-2004 - Revista n.º 43/04 - 6.ª Secção - Ponce de Leão (Relator), Afonso Correia e Ribeiro de Almeida

Responsabilidade extracontratual – Pressupostos – Direito ao bom nome – Dever de informar – Liberdade de expressão – Liberdade sindical – Dever de indemnizar

I- A liberdade de expressão e o direito de liberdade sindical não são absolutos, devendo respeitar o direito ao crédito profissional, à honra e ao bom nome dos visados.

II- A informação deve ser rigorosa e verdadeira, devendo a notícia ser dada com contenção, para não afectar, além do necessário, a reputação alheia.

III- Pouco importa que o facto afirmado ou

divulgado corresponda ou não à verdade, contanto que seja susceptível, perante as circunstâncias do caso, de diminuir a confiança na capacidade e na vontade da pessoa para cumprir as suas obrigações ou de abalar o prestígio de que a pessoa goze ou o bom conceito em que seja tida.

IV- O dever de indemnizar não depende de intenção ofensiva, bastando a mera culpa.

V- A invocação do cumprimento de um dever como causa justificativa do incumprimento de outro só releva se o respectivo sujeito não contribuiu culposamente para a impossibilidade de satisfação de ambos.

VI- Para haver culpa e obrigação de indemnizar, no caso de afirmação ou divulgação de factos susceptíveis de prejudicar o crédito ou o bom nome de alguém, basta, em princípio, que o agente queira afirmar ou difundir o facto, desde que conheça ou devesse conhecer a ilicitude ou o carácter danoso do mesmo facto.

27-05-2004 – Revista n.º 1704/04 – 6.ª Secção – Azevedo Ramos (Relator)*, Silva Salazar e Ponce de Leão

Liberdade de informação – Liberdade de expressão – Liberdade de imprensa – Direito à honra – Direito ao bom nome – Danos não patrimoniais – Indemnização

I- O direito à honra como direito subjectivo absoluto vincula todos os particulares e entidades públicas (*vale erga omnes*).

II- Tendo o réu exorbitado manifestamente da terminologia estritamente necessária ao comentário que pretendia tecer à falta de coerência que detectara entre aquilo que o autor dissera na entrevista e a prática das publicações de que este era director, quebrou o equilíbrio que deve existir entre o direito ao bom nome e à reputação, parte integrante da dignidade humana, e os direitos da liberdade de informação e de expressão. Abusou, pois, do direito de informar e opinar por intermédio da imprensa.

III- A compensação com a quantia de 15.000

euros arbitrada pela Relação, mostra-se adequada a compensar os danos não patrimoniais sofridos pelo autor, tendo em conta o grau de culpa do réu, a reputação social e profissional do autor, a intensa gravidade e grande difusão das ofensas perpetradas contra a sua honra e bom nome, a necessidade de alguma penalização civil pelo comportamento do réu, que não se coibiu de fechar o escrito em referência epitetando o visado de "repelente criatura", dizendo que ia com algum esforço comprar um exemplar da revista, a fim de, na eventualidade, que esperava não vir a acontecer, de com ele se cruzar um dia, estar municiado com um bocado de "trampa" para lhe atirar à cara, com o que, uma vez mais, em muito ultrapassou os justos limites da opinião crítica admissível, descambando para o campo do insulto pessoal de larga divulgação.

27-05-2004 - Revista n.º 1530/04 - 1.ª Secção - Faria Antunes (Relator), Moreira Alves e Alves Velho

Liberdade de expressão – Bom nome – Reputação – Jornalista – Liberdade de informação – Boa-fé

I- A liberdade de expressão é um dos pilares fundamentais de toda a sociedade democrática, uma das condições primordiais do seu progresso e da realização individual.

II- Daí que as excepções a que se encontra sujeita devam ser objecto de interpretação estrita e qualquer restrição estabelecida de modo convincente.

III- A liberdade de expressão não tem como limite absoluto o bom nome e a reputação de terceiros quando se trata de questões de interesse geral.

IV- Na divulgação de informações deve o jornalista proceder de boa-fé, de modo a fornecer informações exactas e dignas de crédito, observando os princípios de deontologia que regem a sua actividade.

V- Perante os factos assim apurados, a liberdade de informação abrange o recurso a certa dose de

exagero, mesmo de provocação, de polémica e de agressividade (a Convenção dos direitos do Homem protege, no seu art.º 10 não apenas a substância das ideias mas também o seu modo de expressão).

VI- Tratando-se de juízos de valor exclui-se a prova da sua exactidão, importando somente que não se encontrem totalmente desprovidos de base factual.

VII- Esses juízos de valor encontram-se ainda sujeitos à apreciação da sua proporcionalidade.

VIII- A crítica tem limites mais amplos quando se trate de personalidades públicas, agindo nessa qualidade.

13-01-2005 – Revista n.º 3924/04 – 2.ª Secção – Moitinho de Almeida (Relator)*, Noronha do Nascimento e Ferreira de Almeida

Liberdade de imprensa – Direito ao bom nome – Obrigação de indemnizar

I- Publicar numa revista da especialidade, destinada fundamentalmente a um público conhecedor, uma notícia onde se dá conta de que a ora autora “pode ter os dias contados”, defendendo-se, para sustentar a afirmação, que a empresa se encontra “com graves problemas financeiros e algumas das suas maquinarias já terão sido retiradas da empresa pelos seus fornecedores devido à falta dos respectivos pagamentos” abala, obviamente, a credibilidade e o prestígio da empresa, com as consequências daí resultantes.

II- O comentário da revista à resposta que a empresa visada enviou ao abrigo do direito de resposta, é igualmente desprestigiante, continuando a insistir-se na tese da “falência” da gráfica-autora. Um jornalismo de rigor, como se deseja e impõe, implicaria uma investigação credível sobre a real situação económica da empresa, designadamente, no que respeita à problemática da devolução da máquina.

III- Tal comportamento não pode ser enquadrado na mera culpa, surgindo, claramente, como doloso, pelo menos, na modalidade de dolo eventual. O jornalista medianamente preocupado com o efeito que as notícias iriam provocar, facilmente

concluiria que o primeiro artigo e a insistência que se continuou a fazer sob a capa de esclarecimento, afectariam o bom nome, crédito, reputação e credibilidade dos autores.

IV- Nem sequer se pode colocar a dúvida sobre a veracidade da notícia e questionar então se existia ou não exclusão da responsabilidade com base na *exceptio veritatis*, por a sua difusão corresponder a interesses legítimos. Tratando-se de factos falsos a sua difusão ou afirmação constitui sempre um ilícito, pelo menos civil.

18-01-2005 - Revista n.º 3631/04 - 1.ª Secção - Pinto Monteiro (Relator), Lemos Triunfante e Reis Figueira

Direito à honra – Direito ao bom nome – Liberdade de expressão – Indemnização

I- Mesmo sendo figura pública – conhecida actriz e apresentadora de televisão - a pessoa tem o direito de não ser vilipendiada, amesquinhada, apocada, no seu valor aos olhos da sociedade, de não ser atingido, mormente perante o grande público, designadamente enquanto protagonista da profissão que abraçou.

II- Como direito subjectivo absoluto, que vincula todos os particulares e entidades públicas (*vale erga omnes*), o direito da A. à preservação da honra, bom nome e reputação.

III- Provando-se que a R., proprietária de um conhecido jornal de circulação nacional, fez publicar dois artigos sobre a A., num dos quais se refere que esta esteve ameaçada de ficar sem emprego na novela de que era protagonista, o que era falso, artigos que davam da A. uma imagem de pessoa conflituosa, como a R. bem sabia, actuou de forma ilícita e culposa, ofendendo a honra da A., seu bom nome e reputação.

IV- Provando-se que ao ter conhecimento destes artigos a A. ficou perplexa, abalada e deprimida, mas que um outro jornal semanário já tinha anteriormente procedido à divulgação da falsa

notícia do despedimento da A., pelo que o sofrimento desta não foi unicamente causado pelas notícias do jornal da R., que a divulgação dos artigos em causa junto do grande público é susceptível de afectar o crédito e a reputação da recorrida mas sem se provar que houve um efectivo prejuízo para a carreira artística dela, e visto o grau de culpa da recorrente, afigura-se justa para compensação dos danos não patrimoniais daquela, face ao disposto nos art.ºs 496, n.ºs 1 e 3, e 494 do CC, a quantia de 7.500 Euros, que já cumpre equitativamente as finalidades compensatória e sancionatória.

15-02-2005 – Revista n.º 3875/04 – 1.ª Secção – Faria Antunes (Relator), Moreira Alves e Alves Velho

Liberdade de imprensa – Direito à imagem – Direito ao bom nome – Colisão de direitos

I- Se nenhuma dúvida existem quanto à dignidade constitucional do princípio fundamental da liberdade de expressão e do direito de informação ("liberdade de informar", "de se informar" e "de ser informado"), também se perfila como não menos relevante o princípio da salvaguarda do bom nome e reputação individuais, e o direito à imagem e reputação - cfr. art.º 26, n.º 1, da CRP.

II- A liberdade de expressão não pode (e não deve) atentar contra o direito ao bom nome e reputação, salvo quando estiver em causa um interesse público que se sobreponha àqueles e a divulgação dos factos seja feita de forma a não exceder o estritamente necessário a tal salvaguarda.

III- Mormente quando estiverem em causa críticas dirigidas ao funcionamento de um serviço público ou uma actuação de um dado agente político, domínio em que impera uma particular sensibilidade social que de certa forma alarga os contornos do direito de crítica.

IV- É o que se passa em caso de inércia do visado, enquanto dirigente de um serviço público (Centro de Saúde) – que perdurou por cerca de um ano - no desencadeamento e na conclusão do processo burocrático que se lhe encontrava

confiado e relativo à criação de determinadas unidades orgânicas integradas na respectiva área de actuação.

03-03-2005 - Revista n.º 4789/04 - 2.ª Secção - Ferreira de Almeida (Relator)*, Abílio de Vasconcelos e Duarte Soares

Abuso de liberdade de imprensa – Direito ao bom nome – Direito à honra – Dever de informar

I- Provando-se que as fotografias publicadas no jornal com a notícia permitem identificar a Escola onde ocorreram os factos noticiados e o recorrido como seu Autor, tratando-o como pedófilo e imputando-lhe a tentativa de violar uma menina de 8 anos, filha de uma colega de trabalho, não tendo a Ré, jornalista que assina o artigo, efectuado uma investigação séria, nem testado minimamente a informação da mãe da criança, mostram-se infringidos pela Ré os deveres consagrados no Código Deontológico do Jornalista aprovado em 04-05-1993, e o art.º 4, n.º 2, do DL n.º 85-C/75, de 26-02 (Lei da Imprensa vigente ao tempo).

II- Foi praticada uma violação grave, irreparável e gratuita do direito do Autor ao bom nome e reputação, não justificada por qualquer pretensão interesse público dos factos noticiados ou pela notoriedade do visado, não sendo de reduzir o montante indemnizatório fixado pela Relação em 24.940 Euros, que se mostra equitativamente adequado.

III- Por sua vez, tendo o Réu Director do jornal autorizado a publicação da notícia, não pode deixar de ser solidariamente responsável com a Ré jornalista e com a empresa jornalística pelo ressarcimento dos danos sofridos pelo Autor (art.º 497, n.º 1, do CC).

24-05-2005 - Revista n.º 1410/05 - 6.ª Secção - Salreta Pereira (Relator), Fernandes Magalhães e Azevedo Ramos



**Abuso de liberdade de imprensa – Fotografia –
Direito à imagem – Direito à reserva sobre a
intimidade – Direito à informação**

I- O direito à imagem e direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, enquanto direitos fundamentais de personalidade, são inatos, inalienáveis, irrenunciáveis e absolutos, no sentido de que se impõem, por definição, ao respeito de todas as pessoas.

II- O que se passa no interior da residência de cada pessoa e na área, privada, que a circunda, integra o núcleo duro da reserva da intimidade da vida privada legalmente protegida.

III- A publicação numa revista pertencente à ré de uma reportagem fotográfica legendada divulgando, sem consentimento do autor, uma visita por ele feita na companhia da mulher à residência familiar então em fase de construção na cidade de Madrid, integra a violação simultânea dos seus direitos à imagem e à reserva da intimidade da vida privada.

IV- A ilicitude desta conduta não é afastada, nem pelo facto de o autor ser uma pessoa de grande notoriedade, adquirida graças à sua condição de futebolista profissional mundialmente reconhecido (figura pública), nem pela circunstância de as fotografias mostrarem apenas a entrada da casa e de esta se encontrar em fase de construção.

V- O direito da liberdade de imprensa tem como limite intransponível, entre outros, a salvaguarda do direito à reserva da intimidade da vida privada e à imagem dos cidadãos.

VI- De igual modo, também a invocação do direito de informar consagrado no art.º 37, n.º 1, da Constituição não legitima a conduta do lesante se não houver qualquer conexão entre as imagens ou factos divulgados pertencentes ao foro privado do lesado e a actividade profissional por ele desempenhada que originou a sua notoriedade pública.

14-06-2005 - Revista n.º 945/05 - 6.ª Secção - Nuno Cameira (Relator)*, Sousa Leite e Salreta Pereira

**Direito ao bom nome – Liberdade de imprensa –
Liberdade de expressão – Abuso de liberdade
imprensa – Indemnização**

I- O direito de liberdade de imprensa tem limites legais e constitucionais, sendo um desses limites os direitos de personalidade, não obstante se possa admitir, em casos especiais, que o interesse público subjacente à liberdade de imprensa, justifique a lesão do direito ao bom nome e reputação.

II- Tratando-se de uma opinião ou de um trabalho de crítica artística, justifica-se a máxima liberdade de expressão. Todavia, qualquer artigo de opinião ou de crítica social ou artística, assenta necessariamente em determinados factos, que o autor pode interpretar livremente.

III- Se nada há a censurar quando o jornalista ou o crítico opina desfavoravelmente a respeito de certa obra de arte, por exemplo de teatro, ainda que a sua opinião esteja em flagrante desacordo com a maioria da crítica publicada sobre o assunto, não pode, todavia, o crítico descurar o cuidado que lhe é imposto pelo seu estatuto, pela lei geral, pela lei de imprensa, pela Constituição da República ou pelo seu próprio Código Deontológico.

IV- Assim, embora o jornalista ou autor do artigo seja livre de publicamente expressar o seu desagrado pela actuação profissional e artística de determinada actriz e directora de um grupo de teatro, já não é livre de relatar ou insinuar factos não verdadeiros, susceptíveis de abalar a dignidade profissional e a reputação pública da Autora, e neles assentar, pelo menos em parte, as suas opiniões.

V- Provando-se que com a publicação do artigo em causa a Autora se sentiu exposta e com o sentimento que o público a poderia considerar como uma má actriz, desorganizada, péssima directora de um grupo de teatro e solicitadora de favores públicos por parte do Estado, estamos perante um sofrimento moral, uma angústia compreensível e

relevante que deve ser indemnizada nos termos do disposto no art.º 496, n.º 1, do CC.

18-10-2005 – Revista n.º 2070/05 – 1.ª Secção – Moreira Alves (Relator), Alves Velho e Moreira Camilo

Direito ao bom nome – Direito à honra – Danos não patrimoniais

I- Entre os danos não patrimoniais - que pela sua gravidade merecem a tutela do direito – encontram-se os resultantes de ofensa do direito à honra e ao bom nome, ambos direitos de personalidade (arts. 496.º, n.º 1, 484.º e 70.º do CC).

II- A protecção de tais direitos de personalidade não termina com a morte do respectivo titular (art. 71.º do CC).

III- A notícia publicada num jornal de distribuição nacional que refere que um concreto sujeito era toxicodependente e que foi o consumo de droga que contribuiu para a ocorrência de um acidente de viação no qual o mesmo veio a falecer, provoca danos irreparáveis no bom nome e na honra devida a pessoa falecida e, como tal, gera a obrigação de indemnizar.

25-05-2006 – Revista n.º 715/06 – 7.ª Secção – Mota Miranda (Relator), Oliveira Barros e Salvador da Costa

Responsabilidade civil – Direito à honra – Direito ao bom nome – Liberdade de expressão – Titulares de cargos políticos

I- O direito à honra inclui o direito ao bom nome e reputação, o simples decoro e o crédito pessoal.

II- Estes bens são tutelados juscivilisticamente, impondo aos outros um dever geral de respeito e de abstenção de ofensas ou mesmo de ameaças de ofensas à honra alheia.

III- A protecção juscivilística não se restringe, como no direito penal, ao sancionamento de condutas dolosas, mas também alcança a defesa de condutas meramente negligentes.

IV- Quem afirmar ou difundir um facto capaz de prejudicar o crédito ou o bom nome de qualquer pessoa, singular ou colectiva, responde pelos danos causados.

V- A tutela da reputação dos políticos pode ser menos intensa do que a dos cidadãos em geral, por estarem mais expostos à crítica do que um vulgar cidadão, mas não pode significar que o direito de crítica seja ilimitado e justifique a própria ofensa.

12-09-2006 - Revista n.º 2238/06 - 6.ª Secção - Azevedo Ramos (Relator)*, Silva Salazar e Afonso Correia

Ofensas à honra – Liberdade de expressão – Liberdade de imprensa – Conflito de direitos – Jornal – Juiz

I- O direito à liberdade de expressão e informação, o direito à liberdade de imprensa e meios de comunicação social e o direito ao bom nome e à honra, todos constitucionalmente garantidos, quando em confronto, devem sofrer limitações, por forma a atribuir a cada um deles a máxima eficácia possível.

II- Sendo todos direitos de igual garantia constitucional, é indiscutível que o direito de liberdade de expressão e informação, pelas restrições e limites a que está sujeito, não pode, ao menos em princípio, atentar contra o bom nome e reputação de outrem, admitindo-se que, porém, em certos casos, ponderados os valores jurídicos em confronto, o princípio da proporcionalidade conjugado com os ditames da necessidade e da adequação e todo o circunstancialismo concorrente, tal direito possa prevalecer sobre o direito ao bom nome e reputação.

16-11-2006 – Revista n.º 734/06 – 2.ª Secção – Rodrigues dos Santos (Relator), Abílio Vasconcelos e Duarte Soares

Pessoa colectiva – Liberdade de imprensa – Liberdade de informação – Liberdade de expressão – Conflito de direitos – Ofensa do crédito ou do bom nome – Danos não patrimoniais

I- A capacidade de gozo das pessoas colectivas abrange os direitos de personalidade relativos à liberdade, ao bom-nome, ao crédito e à consideração social.

II- A eficácia dos meios de publicação informativa deve ter por contraponto os máximos rigor e cautela na averiguação da realidade dos factos que divulgam, sobretudo quando essa divulgação, pela natureza do seu conteúdo, seja susceptível de afectar aqueles direitos.

III- O conflito entre o direito de liberdade de imprensa e de informação e o direito de personalidade - de igual hierarquia constitucional - é resolvido, em regra, por via da prevalência do último em relação ao primeiro.

IV- Ofende o crédito da pessoa colectiva a divulgação jornalística de facto susceptível de diminuir a confiança nela quanto ao cumprimento de obrigações, e o seu bom-nome se for susceptível de abalar o seu prestígio ou merecimento no respectivo meio social de integração.

V- Ofende ilícita e culposamente o crédito e o bom-nome do clube de futebol, que disputa a liderança da primeira liga, sujeitando os seus autores a indemnização por danos não patrimoniais, a publicação, em jornal diário citadino conceituado e de grande tiragem, da notícia de que resulta não ser o visado cumpridor das suas obrigações fiscais e a conduta dos dirigentes ser passível de integrar o crime de abuso de confiança fiscal.

08-03-2007 – Revista n.º 566/07 – 7.ª Secção – Salvador da Costa (Relator)*, Ferreira de Sousa e Armindo Luís

Liberdade de imprensa – Responsabilidade civil – Jornal – Proprietário – Presunção *juris tantum*

I- O art. 29.º, n.º 1, da Lei n.º 2/99, de 13-01 (responsabilidade civil das empresas jornalísticas) deve ser interpretado como referindo-se à responsabilidade de quem for na altura o seu proprietário ou titular - seja pessoa singular ou colectiva -, responsabilidade essa que, quanto a ele, terá como limite o valor patrimonial da empresa e

sempre referida a quem, no momento da sua concretização, for titular da empresa.

II- Tem de considerar-se que a ficha técnica de cada publicação periódica contém elementos que vinculam os seus responsáveis, pois o seu correcto preenchimento não é mais do que o cumprimento da norma imperativa do n.º 2 do art. 1.º da Lei n.º 2/99, que prevê expressamente a indicação do nome ou denominação social do seu proprietário.

III- A obrigatoriedade de tal menção só pode explicar-se pela imperativa necessidade de indicação de quem são os responsáveis pela publicação.

IV- A indicação na ficha técnica de um concreto jornal de que o réu, pessoa singular, é seu proprietário constitui presunção *juris tantum* de que é seu dono e, como tal, responsável pelos danos eventualmente causados por uma notícia.

17-05-2007 – Revista n.º 4748/06 – 2.ª Secção – Duarte Soares (Relator), Bettencourt de Faria e Pereira da Silva

Direito à honra – Ofensa do crédito ou do bom nome – Liberdade de imprensa – Liberdade de informação – Responsabilidade extracontratual – Danos não patrimoniais – Cálculo da indemnização

I- Ainda que constituindo o direito à liberdade de expressão um pilar essencial do Estado de Direito democrático, o certo é que esse direito não pode ser exercido com ofensa de outros direitos, designadamente o direito ao bom nome e reputação, direito de igual dignidade e idêntica valência normativa.

II- A gravidade do dano deve ser aferida concretas do caso e, por outro lado, há-de ser de molde a justificar a concessão de uma satisfação de natureza pecuniária ao lesado. Essa gravidade há-de depender, no caso de notícia publicada através de imprensa, do teor das notícias dadas à estampa, da publicidade que as rodeou e da personalidade e situação social dos visados.

III- Em situações como a presente, na reparação

do dano não patrimonial haverá que ponderar a natureza e gravidade do escrito noticiado, o reflexo público da notícia em função da sua divulgação, a sua consequência para o visado, bem como a sua situação social e a situação económica quer do lesante quer do lesado.

27-09-2007 – Revista n.º 2528/07 – 7.ª Secção – Alberto Sobrinho (Relator)*, Maria dos Prazeres Belezza e Salvador da Costa por um padrão objectivo, ainda que sopesando as circunstâncias

Liberdade de imprensa – Direito à informação – Direito ao bom nome – Obrigação de indemnizar

I- Destinada a notícia – que não se mostrou não fosse verdadeira – a informar a sociedade, o público em geral, a referência à pretensão do estatuto de “arrependido” nada acrescenta ou retira ao que esse mesmo público destinatário e o leitor normal ajuíza valorativamente quanto ao bom nome, honra e prestígio de alguém que não discute, antes aceita expressamente, a existência do pressuposto nuclear do estatuto: ter praticado factos previstos na lei penal como crimes.

II- Pode o facto ter relevância nos meios e “cultura” prisionais, ou mais propriamente, entre a população prisional, onde tem a referida carga pejorativa e de inferiorizante reputação, a qual, porém, não se mostra coincidir, nem coincide, com o entendimento da sociedade e dos cidadãos que a integram, à qual o escrito jornalístico, no âmbito do direito à informação e dever de informar, é predominantemente dirigido.

III- Se o estatuto ou a figura do “arrependido”, só por si, repugnasse à sociedade, em termos de esta valorar negativa e desprestigiantemente o bom nome das pessoas que o assumem, certamente que os Estados democráticos não manteriam condições legitimadoras para o seu reconhecimento legal, impondo-lhes bani-lo dos sistemas processuais penais.

IV- Julga-se, pois, que a publicação da notícia referente ao autor dizendo que este estaria a querer

ser “arrependido”, não integra o facto ilícito violação do direito ao bom nome e reputação, nem há lugar à sua imputação culposa, pressupostos da responsabilidade civil e da obrigação de indemnizar.

09-10-2007 – Revista n.º 274/05 – 1.ª Secção – Alves Velho (Relator), Moreira Camilo e Urbano Dias

Direito ao bom nome – Direito à honra – Cumulação de pedidos – Incompatibilidade de pedidos – Caso julgado formal – Sentença – Publicação

I- O direito de crítica que assiste a qualquer cidadão não é ilimitado, não podendo servir, inclusive quando sejam visados titulares de cargos públicos, para justificar ofensas ao direito à honra do criticado.

II- Havendo meios legais para reagir contra a demora na emissão de documentos ou contra a demora na aprovação ou contra a desaprovação de projectos de licenciamento de obras, excede os limites do necessário para a crítica e para a sua defesa no processo produzir publicamente e na contestação afirmações ofensivas do direito à honra contra o Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente de Câmara Municipal.

III- À luz do art. 31.º, n.º 2, ex vi art. 470.º do CPC, não ocorre manifesta incompatibilidade entre o pedido de indemnização pelas ofensas - a que corresponde a forma de processo comum - e o pedido de adopção da medida atenuante - a que corresponde forma de processo de jurisdição voluntária prevista nos arts. 1474.º e 1475.º do CPC.

IV- Tendo essa cumulação sido admitida quer na 1.ª instância, quer na Relação, a invocação de inadmissibilidade de cumulação de pedidos agora feita trata-se de matéria de natureza processual, pelo que nessa parte o recurso não é admissível face ao disposto nos arts. 722.º, n.º 1, e 754.º, n.º 2, do CPC.

V- Atendendo ao critério fixado pelo art. 70.º, n.º 2, do CC, de harmonia aliás com o fixado no art.

1410.º do CPC, a providência de atenuação dos efeitos da ofensa cometida deve ser a que se mostre adequada às circunstâncias do caso, ou seja, a que face a tais circunstâncias se mostre mais conveniente e oportuna.

VI- Não se mostra adequada a publicação integral à custa do ora recorrente se a extensão da descrição dos factos dados por assentes, em relação a muitos dos quais não se vê por que motivo haveria de lhes ser dada inútil publicidade, não justifica a sua enumeração específica, sendo suficiente a identificação do processo, com os fundamentos invocados pelas partes de harmonia com o relatório da sentença, a fundamentação jurídica adoptada, da qual consta a própria enumeração do essencial dos factos imputados pelo réu ao autor e a circunstância de não ter ficado provada a correspondência entre os factos divulgados pelo réu como tendo sido praticados pelo autor e a realidade, e a decisão.

18-10-2007 – Revista n.º 2651/07 – 6.ª Secção – Silva Salazar (Relator), Nuno Cameira e Sousa Leite

Liberdade de imprensa – Direito à informação – Direito à imagem – Direito à honra – Direito ao bom nome – Direitos de personalidade – Danos não patrimoniais – Obrigação de indemnizar

I- Apesar do direito de informar consagrado, além do mais, no art. 37.º, n.ºs 1 e 2, da CRP, não pode deixar de se ter em conta que a liberdade de informação tem limites, como é o caso da necessidade de respeito pelos direitos à integridade moral, ao bom nome e reputação, à imagem, à dignidade pessoal e à não utilização abusiva ou contrária à dignidade humana de informações relativas às pessoas, também consagrados na Constituição (arts. 25.º e 26.º) e regulados na lei ordinária (arts. 70.º, 79.º e 484.º do CC), limites esses cuja inobservância dá origem a direito de indemnização pelos danos sofridos, como logo resulta do disposto nos n.ºs 3 e 4 daquele art. 37.º, e que nem o interesse de tornar qualquer publicação apelativa de forma a aumentar a sua

circulação e venda justifica sejam ultrapassados.

II- Daí que as informações a serem divulgadas devam, além do mais, corresponder à verdade dos factos, - sem esquecer que mesmo a divulgação de um facto verdadeiro pode, em certo contexto, atentar contra o bom nome e a reputação de uma pessoa, e que essa divulgação deva ser realizada de forma a não integrar mensagens subliminares ocultas ou de algum modo viciadas nem a provocar equívocos, sugerindo interpretações incorrectas susceptíveis de originarem ofensas à personalidade, à dignidade ou ao bom nome de alguém.

III- Ora, é precisamente esta a hipótese que se verifica, pelo que, conjugados os artigos com as fotografias da autora publicadas sem autorização desta na revista, por um lado de forma absolutamente desnecessária, - visto que, se a intenção fosse a de simplesmente informar, seria mais que suficiente a fotografia da verdadeira actriz interveniente no filme pornográfico com a indicação de que não se tratava da autora -, e por outro lado sem uma legenda a esclarecer de onde provinham, tem de se entender que, no contexto em que a publicação teve lugar e que resulta dos factos provados, sem que a notoriedade da autora ou o seu enquadramento público justificassem que fosse dispensado o consentimento da mesma para tal publicação, ao que acresce que esta, no mesmo contexto, originaria notoriamente prejuízo para a reputação ou pelo menos para o decoro da autora, não se pode senão concluir pela existência de ilicitude.

IV- Da mesma forma tem de se entender que as recorrentes actuaram com culpa, pois não deixaram de concretizar a publicação sabendo perfeitamente que esta nada tinha a ver com a exploração comercial no âmbito do contrato, válido, celebrado entre a autora e a produtora e não com as rés, - do qual nem sequer resultava possibilidade de utilização de imagens da autora em associação

com filmes de conteúdo pornográfico -, e apesar de admitirem que dela resultaria sentir-se a autora enxovalhada e humilhada, para o que, aliás, o simples bom senso apontaria, o que torna nitidamente censurável tal comportamento e lhes impunha conduta distinta.

V- O montante de € 20.000,00 arbitrado como indemnização a pagar pelas recorrentes à recorrida, afigura-se adequado aos danos sofridos por esta, tendo nomeadamente em conta o agravamento da intensidade da angústia e ansiedade sofridas pela autora, fáceis de imaginar perante o risco acrescido da rescisão de contratos e da destruição de uma carreira promissora, mostrando-se bem calculado de harmonia com o critério de equidade fixado pelo art. 496.º, n.º 3, do CC.

27-11-2007 – Revista n.º 3341/07 – 6.ª Secção – Silva Salazar (Relator), Nuno Cameira e Sousa Leite

Liberdade de imprensa – Liberdade de informação – Direito a ser informado – Direito ao bom nome

I- É inquestionavelmente importante saber quem dirige as instituições de ensino e em que condições, qual a qualificação humana e científica do seu corpo docente, qual o suporte económico e financeiro que lhes assegura a solidez necessária.

II- E nesse sentido faz todo o sentido informar e perguntar-se e exprimir-se sobre se pode ou como pode alguém, ao mesmo tempo, cumprir o seu trabalho como funcionário da empresa x e ser ao mesmo tempo gerente e docente da escola y, se as duas actividades são ou não são inteiramente compatíveis, se o são apenas face a circunstâncias ocasionais ou de conjuntura empresarial, em que medida é que a alteração dessas circunstâncias pode perturbar o funcionamento da instituição de ensino, saber do que se diz ou se não diz dela, da verdade ou falsidade disso mesmo, dos reflexos de tudo isso na estabilidade do corpo docente e do corpo discente.

III- Se os artigos publicados no jornal “x” se mantiverem dentro deste registo, deste balanço,

eles correspondem ao exercício do direito de informar e de ser informado e esse direito não deve ser limitado ainda que cause alguns dissabores ou desconforto a quem vê discutido na praça pública aquilo que preferiria resguardar nos estritos limites do privado. 27-11-2007 – Revista n.º 4293/06 – 7.ª Secção – Pires da Rosa (Relator), Custódio Montes e Mota Miranda

Abuso de liberdade de imprensa – Liberdade de informação – Liberdade de expressão – Jornalista – Direito ao bom nome – Direito à honra – Convenção Europeia dos Direitos do Homem – Tribunal Europeu dos Direitos do Homem – Abuso do direito – Responsabilidade extracontratual – Danos não patrimoniais

I- No domínio do pensamento, da expressão e da informação, a regra é a liberdade.

II- Esta ideia-base de liberdade encerra, porém, restrições.

III- Na concretização da fronteira entre aquela e estas, deve ser tido em conta o art. 10.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e, concomitantemente, deve ser acolhida a interpretação que dele faz o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

IV- Da jurisprudência que vem sendo firmada por este, resulta uma imposição no modo de pensar. Não se justifica que se pense, logo à partida, sobre se determinada peça jornalística ofende alguém. Deverá, antes, partir-se da liberdade de que gozam o ou os respectivos autores. Só depois, se deve indagar se se justifica - atentos os critérios referenciais do mesmo tribunal, com inclusão numa margem de apreciação própria por parte dos órgãos internos de cada um dos Estados signatários da Convenção - a ingerência restritiva no campo dessa mesma liberdade e a consequente ida para as sanções legais.

V- O que não significa que os casos de ingerência restritiva não assumam intensa relevância, na

perspectiva dos valores essenciais ao ser humano.

VI- Sendo de considerar, na margem de liberdade que assiste aos órgãos de cada um dos Estados signatários da Convenção e, dentro dela, aos órgãos portugueses, as normas interessantes do Direito Penal, o art. 484.º do CC e, bem assim, além do mais que ao caso couber, o constante do Estatuto dos Jornalistas.

VII- Neste quadro, é de considerar ainda situada no campo da liberdade, a referência, em semanário, relativa a instituição que prossegue fins humanitários de luta contra uma doença, de que há irregularidades de gestão de cerca de 240 mil contos recebidos de dois ministérios, que relativamente aos donativos de particulares e empresas a situação é ainda mais complicada, que os donativos em espécie também são fonte geradora de polémica e que ainda hoje ninguém sabe do paradeiro de quadros doados à instituição, tudo numa altura em que se verificavam investigações das autoridades que colocaram diversas questões de procedimento e funcionamento da mesma instituição.

VIII- Mas já se situam no campo das restrições à mesma liberdade, no capítulo da ofensa à honra na modalidade do bom nome, as notícias inseridas em duas edições desse semanário, com muita relevância e fotografia da directora de tal instituição, em que se imputou a esta vida luxuosa – com referência pormenorizada a propriedades, viagens e desaparecimento de obras de arte – à custa do património da instituição e à sombra da luta contra a doença por esta prosseguida, nada se tendo provado a respeito de tal vida, ou de desvio de fundos ou, ainda, de apropriação de obras de arte.

IX- Na determinação do *quantum* indemnizatório respectivo, há que atender aos critérios do art. 494.º, por remissão do art. 496.º, n.º 3, ambos do CC, com ressalva do relativo à situação económica da lesada que é afastado pelo art. 13.º da CRP.

X- Sendo ainda de considerar os valores que vêm sendo atribuídos noutros casos, por este tribunal,

havendo, outrossim, vantagem em reparar nos montantes que vêm sendo fixados pelos tribunais dos países com os quais temos mais estreitas afinidades.

XI- É, assim, adequado o montante compensatório de € 12.500 relativo ao referido em VIII.

XII- Se dos factos não resultar que o director da publicação teve conhecimento e não se opôs à publicação das notícias referidas em VIII, não deve ele ser condenado.

XIII- As suas funções poderiam levar a menor exigência de prova sobre o seu conhecimento prévio das notícias ou até levar a presunções judiciais que a tal conduzissem – estas, se não afastadas pela resposta negativa a pontos da base instrutória em que se perguntasse tal matéria e se tivesse respondido não provado - mas tudo isso é alheio aos poderes deste Supremo Tribunal em recurso de revista.

XIV- O abuso do direito, na modalidade da neutralização do direito, *supressio* ou *Verwirkung* tem os mesmos pressupostos do reportado ao *venire contra factum proprium*, substituindo-se o facto próprio pelo decurso do tempo.

XV- Não tem, então, lugar no caso de apenas se ter provado que a autora, até vir a juízo, quase esgotou o prazo de prescrição relativo ao seu direito.

XVI- Ainda que o autor principal das notícias não seja o autor dos títulos, subtítulos, textos e aposição das fotografias das primeiras páginas e títulos e subtítulos das páginas interiores, não deve deixar de ser responsabilizado pela totalidade da indemnização.

07-02-2008 – Revista n.º 4403/07 – 2.ª Secção – João Bernardo (Relator)*, Oliveira Rocha e Oliveira Vasconcelos

Direito ao bom nome – Abuso de liberdade de imprensa – Danos não patrimoniais

I- O conceito jurídico fundamental de dignidade da pessoa humana, em que cabem os direitos

constitucionais ao bom-nome e à reserva da vida privada, integra uma decisão de valor válida para toda a ordem jurídica.

II- No apuramento da gravidade do dano e na sua, consequente, concretização para efeitos indemnizatórios tem o julgador que interpretar e decidir à luz dos preceitos da lei civil (arts. 70.º, 484.º e 496.º do CC).

III- Apesar de serem ilícitos todos os actos lesivos de direitos fundamentais, os danos decorrentes dessa violação podem, pela sua irrelevância, não merecer a tutela do direito.

IV- No caso dos autos, embora estejam preenchidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual por violação do direito de personalidade ao bom-nome, reputação e imagem da Autora, em consequência da publicação na capa de revista de que o Réu é proprietário de título segundo o qual a Autora e um seu amigo “assumem relação”, tal não implica que os danos - no caso arrelias e incómodos - daí resultantes assumam gravidade bastante para justificar a atribuição de indemnização por danos não patrimoniais.

13-03-2008 – Revista n.º 159/08 – 1.ª Secção – Mário Mendes (Relator), Moreira Alves e Sebastião Povoas (vencido)

Abuso de liberdade de imprensa – Direito à honra – Direito ao bom nome – Direito de resposta – Responsabilidade extracontratual – Prescrição

I- A notícia da prática (por pessoa, o ora Autor, embora não identificado pelo seu nome) de um crime de tráfico de estupefacientes, dada pela imprensa, não pode deixar de ser considerada de inegável interesse público e integrada na função da imprensa.

II- Estando provado que os factos noticiados foram transmitidos ao jornal da Ré pelo Núcleo de Investigação Criminal da GNR, fonte que merece credibilidade, cumpriu a Ré, antes da publicação da notícia, o dever de informação cuidada que lhe é

imposto pelo n.º 4 do art. 180.º do Código Penal.

III- Não pode, por isso, qualificar-se a conduta da Ré como constituindo um crime de difamação cometido através de meio de comunicação social, p. e p. pelos arts. 180.º, n.º 1, e 183.º, n.º 2, do Código Penal. Mesmo a entender-se que a publicação da notícia integrava tal tipo de crime, sempre estaria presente uma causa de justificação, que excluiria a ilicitude.

IV- A posterior omissão do eventual direito de resposta não faz parte do tipo criminal em análise, nem integra conduta omissiva qualificável como crime. Perante a recusa da Ré em reconhecer ao Autor direito de resposta, podia este ter recorrido ao tribunal judicial do seu domicílio ou à Alta Autoridade para a Comunicação Social (no prazo de 10 dias, sob pena de preclusão), pedindo a publicação da resposta ou rectificação pretendida nos termos regulados no art. 27.º da Lei de Imprensa, o que não fez.

V- Assim, mesmo que se pudesse considerar que os invocados danos patrimoniais e não patrimoniais também resultaram da referida omissão da Ré, já prescreveu o direito à indemnização que o Autor arroga, atento o decurso do prazo de 3 anos (cfr. art. 498.º do CC), não se podendo aplicar aqui o prazo de prescrição de 5 anos (art. 118.º, n.º 1, al. c), do Código Penal).

13-03-2008 – Revista n.º 49/08 – 1.ª Secção – Moreira Alves (Relator), Alves Velho e Moreira Camilo

Liberdade de imprensa – Liberdade de informação – Jornalista – Decisão judicial – Direito de crítica – Juízo de valor – Direito ao bom nome – Responsabilidade civil – Ilicitude

I- A honra de uma pessoa é essencialmente o substrato moral e ético da sua existência, e a consideração social, bom-nome ou reputação são o resultado do julgamento dos outros acerca dela.

II- A lei traça limites à liberdade de imprensa de

forma a salvaguardar o rigor e a objectividade da informação, a garantir os direitos ao bom nome, à reserva da intimidade da vida privada, à imagem e à palavra dos cidadãos e a defender o interesse público e a ordem democrática.

III- Na interpretação do conteúdo dos relatos jornalísticos, face ao direito à integridade moral de quem exerce a função jurisdicional, deve considerar-se o contexto circunstancial que os motivaram, o seu interesse jornalístico e do público, a sujeição das decisões judiciais à crítica e a distinção entre elas e as pessoas que as proferem.

IV- O relato objectivo da forma insólita do protesto de um cidadão, em greve de fome junto do tribunal, incluindo a motivação e um outro juízo moderado de valor por ele afirmados, não extravasa do direito e do dever de informar de quem o escreveu e publicou.

V- Não se verifica o pressuposto da responsabilidade civil ilicitude da acção nos relatos jornalísticos que, objectiva e contextualizadamente interpretados, não se revelem idóneos a gerar a ofensa à integridade moral da pessoa que decidiu, embora esta tenha sentido compreensivamente essa ofensa e quem os escreveu tenha configurado esse sentimento.

27-05-2008 – Verista n.º 1478/08 – 7.ª Secção – Salvador da Costa (Relator)*, Ferreira de Sousa e Armindo Luís

Direitos de personalidade – Direito à imagem – Princípios de ordem pública portuguesa – Direitos indisponíveis – Direito à informação – Responsabilidade extracontratual – Obrigação de indemnizar – Danos não patrimoniais – Condenação em quantia a liquidar

I- Provado que os AA. (jogadores de futebol) permitiram, através do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, que a A. usasse as respectivas imagens numa colecção de cromos, que editou, destinados a serem colados numa caderneta, também por si criada e fornecida, e que nesta

colecção de cromos, os AA. surgem equipados com as camisolas da selecção portuguesa ou dos respectivos clubes, esta limitação voluntária do seu direito à imagem é estabelecida para aquele concreto fim e por um período determinado, não se vislumbra a violação dos princípios da ordem pública (art. 81.º, n.º 1, do CC), que fundamentariam a nulidade do contrato de cedência de imagem celebrado entre os ora AA..

II- No caso concreto, não está em questão o direito à informação, constitucionalmente consagrado, em eventual contraponto com o direito à imagem dos AA. (arts. 37.º e 26.º da CRP), mas tão só a comercialização directa, pura e simples das fotografias dos AA., sem a sua autorização.

III- A recorrente, ao publicar e vender os cromos dos AA., não exercitou o seu direito de informar o público, mas procurou enriquecer à custa dos AA., vendendo as respectivas fotografias, sem a respectiva autorização, violando ilicitamente o direito destes à imagem (arts. 70.º e 79.º do CC). Há, sem dúvida, responsabilidade civil extracontratual da recorrente, pois a publicação dos cromos dos AA. foi ilícita e culposa (art. 483.º do CC).

IV- A violação do direito à imagem dos AA., constitucionalmente consagrado, é, só por si, suficientemente grave para justificara a indemnização a título de danos morais, independentemente dos concretos danos causados àqueles.

V- O art. 661.º, n.º 2, do CPC, permite ao tribunal que dê ao lesado uma segunda oportunidade para provar o montante dos danos, mas não para fazer a prova da sua ocorrência. Tendo o único quesito que se reportava aos danos patrimoniais sofridos pela A. merecido a resposta "não provado", impõe-se, nesta parte, absolver a R. do pedido de indemnização por danos patrimoniais formulado pela A..

01-07-2008 – Revista n.º 1723/08 – 6.ª Secção – Salreta Pereira (Relator), João Camilo e Fonseca Ramos



Direito ao bom nome – Direito à honra – Abuso de liberdade de imprensa – Segredo de justiça – Danos não patrimoniais – Cálculo da indemnização

I- Constitui acto ilícito a divulgação de actos desonrosos e criminosos imputados a determinada pessoa, cujo nome e profissão foi divulgado - sendo assim facilmente identificada por quem a conhece - , quando a notícia refira como fonte o que consta da acusação do Ministério Público em processo penal, e a notícia até esteja de acordo com a acusação mencionada.

II- Só o levantamento do segredo de justiça acompanhado da prolação do despacho de pronúncia permite a divulgação da identificação das pessoas a que respeita a imputação de factos, devendo apesar disso o órgão de comunicação social deixar bem expresso que se trata apenas de pronúncia criminal e não se trata ainda de uma condenação.

III- A repetida divulgação de notícias nas condições indicadas em I., mesmo não tendo o impacto das primeiras e constituam mera ressonância delas, adquirem um efeito ainda mais gravoso, demolidor e perverso, uma vez que fazem consolidar na opinião pública as imputações transmitidas nas informações anteriores.

IV- Vindo a verificar-se que a pessoa indicada na notícia não chegou sequer a ser pronunciada, a indemnização a atribuir ao lesado a título de danos não patrimoniais, deve ser determinada em função da equidade, para cuja determinação, entre as mais diversas causas de índole comum, deve atender-se ao poder económico do grupo onde se insira o meio de comunicação social, tiragens médias e difusão designadamente no meio social a que respeite o visado, e potenciais lucros obtidos com notícias desse tipo.

V- Considera-se ajustada a indemnização civil (pois só dessa aqui se trata) de 25.000,00€ por ofensa à honra e ao bom nome, nas condições acima mencionadas, de um Advogado e gestor conhecido,

quando praticada por um jornal de grande divulgação, e se constata que, por falta de indícios suficientes, não chega sequer a haver pronúncia.

10-07-2008 – Revista n.º 1824/08 – 1.ª Secção – Mário Cruz (Relator)*, Garcia Calejo e Mário Mendes

Direitos de personalidade – Direito ao bom nome – Liberdade de informação – Abuso de liberdade de imprensa – Responsabilidade extracontratual – Exclusão da responsabilidade

I- O art. 70.º do CC tutela a personalidade, como direito absoluto, de exclusão, na perspectiva do direito à saúde, à integridade física, ao bem-estar, à liberdade, ao bom-nome, e à honra, que são os aspectos que individualizam o ser humano, moral e fisicamente, e o tornam titular de direitos invioláveis.

II- O art. 484.º do referido diploma legal ao proteger o bom-nome de qualquer pessoa, singular ou colectiva, tutela um dos elementos essenciais da dignidade humana - a honra.

III- A afirmação e difusão de factos que sejam idóneos a prejudicar o bom-nome de qualquer pessoa acarretam responsabilidade civil (extracontratual), gerando obrigação de indemnizar se verificados os requisitos do art. 483.º, n.º 1, do CC.

IV- O art. 484.º do CC prevê caso particular de antijuridicidade que deve ser articulado com aquele princípio geral - contido no art. 483.º - não dispensando a cumulativa verificação dos requisitos da obrigação de indemnizar.

V- Os jornalistas, os media, estão vinculados a deveres éticos, deontológicos, de rigor e objectividade, que se cumprem com a recolha de informação, com base em averiguações credíveis que possam ser confrontadas, para testar a genuinidade das fontes, de modo a que o dever de informar com isenção e objectividade, não seja comprometido por afirmações levianas ou sensacionalistas, fazendo manchetes que têm,

quantas vezes, como único fito o incremento das vendas e a avidez da curiosidade pública, sem que a isso corresponda qualquer interesse socialmente relevante.

VI- Se forem violados deveres deontológicos pelos jornalistas, por não actuarem com a diligência exigível com vista à recolha de informações; se negligentemente, as recolheram de fonte inidónea e se essas informações e as fontes não foram testadas de modo a assegurar a sua fidedignidade e objectividade, estamos perante actuação culposa.

VII- Assiste ao Jornal o direito, a função social, de difundir notícias de interesse público, importando que o faça com verdade e com fundamento, pois, o direito à honra em sentido lato, e o direito de liberdade de imprensa e opinião são tradicionais domínios de direitos fundamentais em conflito, tendo ambos tutela constitucional pelo que facilmente se entra

no campo da colisão de direitos - art. 335.º do CC - sendo que, em relação a factos desonrosos, dificilmente se pode configurar a *exceptio veritatis* a cargo do lesante.

VIII- A prova da actuação diligente na recolha e tratamento da informação - a actuação segundo as *leges artis* - incumbe ao jornalista.

IX- No caso em apreço, provou-se que o Jornal procedeu a uma prudente investigação dos factos, junto da área de residência do Autor, baseada em fontes diversificadas, junto de vizinhos e do contacto com as autoridades policiais locais que confirmaram a veracidade dos factos relatados na notícia.

X- Se não se provou que a publicação da notícia causou ao visado dano moral – sofrimento, psicose, depressão (como foi alegado) – e não havendo negligência do jornalista na recolha das fontes, nem tendo resultados danos, não existe obrigação de indemnizar, por a dignidade do Autor não ter sido afectada, pese embora o desvalor dos factos noticiados.

30-09-2008 – Revista n.º 2452/08 – 6.ª Secção – Fonseca Ramos (Relator)*, Cardoso de Albuquerque e Azevedo Ramos

Direito à honra – Direito ao bom nome – Liberdade de expressão – Abuso de liberdade de imprensa – Obrigação de indemnizar – Concausalidade

I- Perante a publicação pelo Réu de um artigo de opinião em que atribuía a um certo programa televisivo, em que o Autor – jornalista – intervinha, o objectivo de fazer “publicidade encoberta” a determinadas marcas de automóveis, e considerando o Autor que as afirmações aí feitas visavam difamá-lo, imputando-lhe conduta ilegal e deontologicamente ofensiva do seu bom nome e dignidade, não se pode considerar que contenha ofensas pessoais ao bom nome do Réu a carta-resposta escrita pelo Autor, em que, dirigindo-se ao Director do Jornal no qual tinha sido publicado o referido artigo, afirmou o seguinte: “(...) Apesar de todos os defeitos do sistema judiciário, o regresso à barbárie continua a ser uma hipótese remota, porque pessoas como tu, eu e a quase totalidade dos portugueses continuamos a acreditar que o berbequim e o murro não são a melhor forma de resolver divergências ou conflitos, ou mesmo de responder ao mais ignóbil dos ataques. (Confesso que é muito mais fácil dominar o ímpeto que me assalta num primeiro instante de indignação quando o agressor é alguém diminuído pela doença, idade ou simples incapacidade acidental)”.

II- Não encontra justificação, em termos de necessidade, actualidade e proporcionalidade, a ulterior resposta do Réu, em textos escritos, publicados mais de uma semana depois, nos quais dirigiu ao Autor insultos pessoais como “figurinha sem carácter nem princípios, embusteiro que não tem pudor de enganar quem quer que seja quando o dinheiro lhe escorrega para os bolsos, capacho, canalha, faz parte dos oportunistas”.

III- No quadro descrito não se pode considerar que

ocorre um concurso simultâneo ou sucessivo de facto praticado pelo lesado que funcione como concausa da produção do evento danoso, para efeitos de exclusão ou redução da indemnização devida ao Autor (cf. art. 570.º, n.º 1, do CC). Antes se está perante uma sucessão de actos autónomos e independentes, actos que, podendo embora integrar uma causalidade naturalística subjectiva na valoração do Réu, não preenchem o conceito de concurso de facto culposo ou censurável exigido.

04-11-2008 – Revista n.º 2981/08 – 1.ª Secção – Alves Velho (Relator), Moreira Camilo e Urbano Dias

Responsabilidade extracontratual – Procedimento criminal – Prazo de prescrição – Abuso de liberdade de imprensa – Direito ao bom nome – Direito à honra – Morte – Danos não patrimoniais

I- Para demandar civilmente os responsáveis com base no ilícito penal – no caso, ofensa da memória de pessoa falecida – impunha-se o recurso à lide criminal, só sendo possível fazê-lo em separado, e noutro foro, nos casos excepcionais elencados no art. 71.º do CPP.

II- Por isso, enquanto se mantiver pendente essa lide - ainda que em sede de inquérito - não pode correr a contagem do prazo prescricional do n.º 1 do art. 498.º do CC.

III- As normas conjugadas dos arts. 70.º e 71.º do CC não conferem aos filhos qualquer direito a serem indemnizados, por ofensas aos direitos de personalidade de pessoas falecidas.

IV- É, pois, inviável o pedido indemnizatório formulado pelos Autores, tendo como causa de pedir a ofensa do bom nome de sua mãe, que não se confunde com a violação de um direito de personalidade próprio (ofensa da sua integridade moral e do seu bom nome, pela imputação de factos desonrosos à sua mãe).

04-11-2008 – Revista n.º 2342/08 – 1.ª Secção – Paulo Sá (Relator), Mário Cruz e Garcia Calejo

Responsabilidade extracontratual – Decisão judicial – Liberdade de expressão – Juiz – Direito à honra – Direito ao bom nome – Danos não patrimoniais – Indemnização

I- A jurisprudência vem definindo alguns guias orientadores que servem de guia à equidade na compensação dos danos não patrimoniais, cumprindo destacar, entre eles, a ideia da proporcionalidade, a necessidade de uniformização de critérios e o reconhecimento do carácter sancionatório da compensação deste tipo de danos.

II- A ideia da proporcionalidade parte do pressuposto que aos danos mais graves correspondem montantes mais elevados e esses danos mais graves respeitam à maior dignidade do bem jurídico em causa, havendo que diferenciar entre as lesões corporais que privem o lesado de funções biológicas importantes de modo irreversível e são fonte de imenso sofrimento moral até ao fim da vida, e os atentados aos valores do bom nome e reputação profissional, mas não podendo olvidar-se que a forma como tais atentados ocorrem, com larga divulgação pública e sobretudo através dos “*mass media*” justificará, por vezes, algum descompasso entre os valores atribuídos.

III- O Réu, com o seu insólito protesto contra a decisão judicial proferida pelo magistrado Autor, permanecendo durante pelo menos 2 meses na praça fronteira ao Tribunal (e não só aí) onde este último desempenhava funções, anunciando estar em “greve de fome” e prestando declarações a jornalistas de diferentes órgãos de comunicação social que ultrapassaram os limites da liberdade de expressão e de crítica das decisões judiciais, fazendo passar do magistrado em causa uma imagem pública de pessoa conflituosa, polémica, prepotente e alvo de surda e generalizada contestação, lesou o direito ao bom nome e reputação do Autor, na perspectiva da função que exerce e do elevado sentido de exigência ética e de responsabilidade a

ela associadas, pelo que incorreu em responsabilidade civil, sendo adequado fixar a indemnização dos danos em causa no montante de 20.000€.

09-12-2008 – Revista n.º 2613/08 – 6.ª Secção – Cardoso de Albuquerque (Relator), Azevedo Ramos e Salazar Casanova

Abuso de liberdade de imprensa – Jornal – Jornalista – Direito ao bom nome – Direito à honra – Direito a reserva sobre a intimidade – Advogado

I- Não sendo desprestigiante, nem ofensivo da honra, ser advogado no processo “Casa Pia”, ninguém ficando menorizado, e não sendo também facto desprestigiante ser membro de qualquer loja maçónica, ainda que a notícia se refira a tal qualidade relativamente ao autor, e não se imputando a este qualquer concreto facto neste âmbito, e não se imputando ao autor a escolha de um defensor a arguido de pedofilia organizada, não se vê motivo substancial que justifique a conclusão da prática, pela ré, de comportamento ofensivo da honra do autor.

II- Não se conclui, pois, que, pela notícia em causa, tenha havido qualquer violação dos direitos relativos à integridade moral do autor, ao seu bom nome, à sua reputação, à sua imagem e à reserva da intimidade da sua vida privada, por inexistência de conteúdo, objectivamente apreciado, ofensivo de tais direitos, no texto em causa nos autos, publicado pelo jornal X.

08-01-2009 – Revista n.º 2748/08 – 7.ª Secção – Lázaro Faria (Relator)*, Salvador da Costa e Ferreira de Sousa

Direitos de personalidade – Liberdade de informação – Abuso de liberdade de imprensa – Jornalista – Direito ao bom nome – Direito à honra – Direito de resposta – Responsabilidade extracontratual

I- O direito ao bom nome, à honra e à consideração, como integrante do direito de

personalidade, encontra-se legal e constitucionalmente protegido, sendo a sua violação susceptível de responsabilidade civil com a consequente condenação do autor a indemnizar o lesado pelos danos causados (arts. 25.º e 26.º da CRP e 483.º a 484.º do CC).

II- A honra é o conjunto de qualidades necessárias a uma pessoa para ser respeitada no meio social, sendo a consideração o equivalente social da honra: esta é a essência da personalidade humana, ao passo que a consideração é o seu aspecto exterior e superficial, pois provém do juízo em que somos tidos pelos nossos semelhantes.

III- O direito de informação (art. 37.º da CRP) não é absoluto: deve ser exercitado no respeito da lei e, designadamente, no respeito da integridade moral dos cidadãos (art. 26.º da CRP).

IV- Porém, actos ou factos há que, mesmo que aptos a ofender a honra e consideração dos cidadãos, podem/devem ser noticiados pelo jornalista, no exercício do direito/dever de informar o público em geral, divulgando-os pela imprensa, como função pública.

V- Trata-se de actos ilícitos, ou meramente criticáveis, erros ou vícios, praticados no âmbito de funções públicas por seus membros.

VI- Impõe-se, contudo, que tais actos sejam verídicos e publicitados em termos precisos e adequados, de forma a conterem-se nos limites do necessário à sua divulgação: é o interesse público que legitima a divulgação daqueles factos, o interesse dos cidadãos em preservar a moralidade de uma função pública.

VII- O direito de resposta consiste essencialmente no poder que assiste a todo aquele que seja pessoalmente afectado por notícia, comentário ou referência saída num órgão de comunicação social, de fazer publicar ou transmitir nesse mesmo órgão, gratuitamente, um texto seu contendo um desmentido, rectificação ou defesa.

VIII- O direito de resposta, como direito

constitucionalmente consagrado (art. 37.º, n.º 4, da CRP), tem como funções a defesa dos direitos de personalidade e a promoção do contraditório e do pluralismo da comunicação social.

IX- A violação do cumprimento da lei, no que concerne à resposta pelo órgão de comunicação social ao direito de resposta, não faz incorrer o seu autor em indemnização – essa violação por réplica não traz qualquer dano para quem tem o direito de responder, salvo se, em si, constituir uma ofensa aos direitos de personalidade do cidadão que exerceu o seu direito de resposta.

12-02-2009 – Revista n.º 3569/08 - 7.ª Secção – Mota Miranda (Relator), Alberto Sobrinho e Maria dos Prazeres Beleza

Responsabilidade civil – Danos não patrimoniais – Direitos de personalidade – Direito ao bom nome – Liberdade de imprensa – Liberdade de expressão – Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

I- Havendo ofensa (ou ameaça de ofensa) à personalidade humana, admite a lei, além do mais, haver lugar a responsabilidade civil do agente infractor, caso se verifiquem os pressupostos de tal responsabilidade, designadamente a culpa e a verificação do dano, apresentando-se o dano como condição essencial da responsabilidade, não havendo, pois, responsabilidade civil sem dano.

II- O direito à honra é uma das mais importantes concretizações da tutela do direito de personalidade.

III- Sendo a honra um bem da personalidade e imaterial, que se traduz numa pretensão ou direito do indivíduo a não ser vilipendiado no seu valor aos olhos da sociedade e que constitui modalidade do livre desenvolvimento da dignidade humana, valor a que a Constituição atribui a relevância de fundamento do Estado Português.

IV- O nosso Código Civil consagrou a tese da ressarcibilidade dos danos não patrimoniais, limitando-os, porém, àqueles que pela sua gravidade, mereçam a tutela do direito. Gravidade

essa que se deve medir por um padrão objectivo e não à luz de factores subjectivos, embora estes, resultantes de circunstâncias concretas em que a ofensa se verificou, temperem necessariamente aquele.

V- A inserção absolutamente injustificada (nada podendo justificar o seu carácter não verdadeiro, conhecido da ré) de uma manchete, seguida de notícia desenvolvida numa página do jornal, a descrever o autor, homem público, a desempenhar funções de relevo no Governo do Estado, como estando a ser criminalmente investigado pela prática de um crime de burla ou de corrupção, é, em si mesma, potencialmente lesiva do seu direito à honra e ao bom nome, sendo, assim, susceptível de, em abstracto, gerar obrigação de indemnizar.

VI- A liberdade de imprensa, implicando a correspondente liberdade de expressão e criação dos jornalistas, situa-se, de pleno, no campo dos direitos fundamentais (art. 38.º da CRP), decorrendo os limites a tal liberdade da lei - fundamental e ordinária - de forma, além do mais, a salvaguardar o rigor e a objectividade da informação, a garantir os direitos ao bom nome, à reserva da intimidade da vida privada, à imagem e à palavra dos cidadãos.

VII- É dever fundamental do jornalista respeitar escrupulosamente o rigor e a objectividade da informação, devendo comprovar os factos, ouvir as partes interessadas, constituindo, face ao respectivo código deontológico, falta grave a imputação de factos a alguém sem provas.

VIII- O TEDH tem vindo a firmar jurisprudência no sentido de, sob reserva do n.º 2 do art. 10.º da CEDH, a liberdade de expressão ser válida não só para as informações consideradas como inofensivas ou indiferentes, mas também para aquelas que contradizem, chocam ou ofendem. Estando, porém, o exercício de tal liberdade sujeito a restrições e sanções. Reconhecendo o próprio TEDH a existência de uma margem de actuação a cada Estado, nela se



atendendo às estatuições internas sobre a honra e o bom nome e, desde logo, ao art. 484.º do CC.

IX- É exigível que a imprensa, no exercício da sua função pública, não publique imputações que atinjam a honra das pessoas e que se saibam inexactas, cuja inexactidão não tenha podido comprovar ou sobre a qual se não tenha podido informar convenientemente.

12-03-2009 – Revista n.º 2972/08 – 2.ª Secção – Serra Baptista (Relator)*, Santos Bernardino e Bettencourt de Faria

Direitos de personalidade – Liberdade de informação – Abuso de liberdade de imprensa – Jornalista – Direito ao bom nome – Direito à honra – Responsabilidade extracontratual – Prazo de prescrição

I- O direito de indemnização por responsabilidade civil extracontratual prescreve no prazo de três anos a contar da data em que o lesado teve conhecimento do direito que lhe compete (art. 498.º, n.º 1, do CC).

II- Tal prazo interrompe-se com a citação do réu (art. 323.º do CC).

III- Se o facto ilícito constituir crime para o qual a lei estabeleça prescrição sujeita a prazo mais longo, é este o prazo de prescrição aplicável (art. 498.º, n.º 3, do CC).

IV- Para haver ilícito penal é necessário que exista uma conduta tipificada imputável e reprovável ao agente.

V- Não revelando os factos provados o preenchimento dos elementos subjectivos do crime imputado aos réus – ofensa à honra, cometido através de imprensa, previsto e punido nos arts. 180.º, 183.º, n.º 2, e 184.º do CP e 9.º e 30.º da Lei n.º 2/99, de 13-01 –, não pode o autor beneficiar do prazo de prescrição de cinco anos a que cabe tal ilícito penal (art. 118.º, n.º 1, al. c), do CP).

VI- O direito de informação (art. 37.º da CRP) não é absoluto: deve ser exercitado no respeito da lei e, designadamente, no respeito da integridade

moral dos cidadãos (art. 26.º da CRP).

VII- Porém, actos ou factos há que, mesmo que aptos a ofender a honra e consideração dos cidadãos, podem/devem ser noticiados pelo jornalista, no exercício do direito/dever de informar o público em geral, divulgando-os pela imprensa, como função pública.

VIII- Trata-se de actos ilícitos, ou meramente criticáveis, erros ou vícios, praticados no âmbito de funções públicas por seus membros.

IX- Impõe-se, contudo, que tais actos sejam verídicos e publicitados em termos precisos e adequados, de forma a conterem-se nos limites do necessário à sua divulgação: é o interesse público que legitima a divulgação daqueles factos, o interesse dos cidadãos em preservar a moralidade de uma função pública.

X- Não merece censura a conduta da ré jornalista que elabora um escrito narrativo – sem exageros ou expressões sensacionalistas e sem quaisquer juízos de valor – do que foi requerido pelas partes num processo que não se encontra em segredo de justiça e no qual foi suscitado o incidente de recusa do juiz-desembargador relator, pessoa que é conhecida devido a algumas decisões judiciais.

31-03-2009 – Revista n.º 656/09 – 2.ª Secção – Mota Miranda (Relator), Alberto Sobrinho e Maria dos Prazeres Beleza

Liberdade de imprensa – Direitos de personalidade – Direito ao bom nome – Reputação

I- Se a informação passa pelo assegurar da livre possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião, não se pode olvidar que essa possibilidade não pode beliscar os direitos de personalidade de cada cidadão. Como ressalta dos arts. 25.º e 26.º da Constituição, toda a pessoa goza do direito à integridade moral e física, e ao bom nome e reputação. Para no n.º 1 do art. 70.º do CC,

ao versar sobre a tutela geral da personalidade, se dispor que a lei protege os indivíduos contra qualquer ofensa ilícita ou ameaça de ofensa à sua personalidade física ou moral. Este normativo pressupõe a existência de direitos fundamentais, consagrados constitucionalmente, e de entre eles o direito ao bom nome e reputação. Ainda que constituindo o direito à liberdade de expressão um pilar essencial do Estado de Direito democrático, o certo é que esse direito não pode ser exercido com ofensa de outros direitos, designadamente o direito ao bom nome e reputação, direito de igual dignidade e idêntica valência normativa.

II- Assumindo estes dois direitos consagração e protecção constitucional, é difícil estabelecer uma ordem hierárquica entre eles, pelo menos em abstracto. Essa ordem deve antes fazer-se sopesando as circunstâncias concretas de cada caso, e com base em princípios de adequação e proporcionalidade em ordem à salvaguarda de cada um dos direitos.

III- Decorrendo dos factos noticiados uma clara ideia de um comportamento incoerente do autor, porque contraditório com aquilo que apregoa, de um oportunista, que não hesitou em aceitar uma reforma ancorada apenas em alguns meses de trabalho, de mais um privilegiado, ao receber uma pensão de elevado valor, no fundo, de ser um político em tudo idêntico aos outros que se aproveitam de toda a ordem de benesses mesmo que moralmente inaceitáveis, a sua publicação viola o bom nome e reputação do autor, conduta que reveste um comportamento anti-jurídico.

18-06-2009 – Revista n.º 159/09.1YFLSB – 7.ª Secção – Alberto Sobrinho (Relator)*, Maria dos Prazeres Beleza e Lázaro Faria

Jornalista – Pessoa singular – Liberdade de imprensa – Liberdade de informação – Direito ao bom nome – Direitos fundamentais – Colisão de direitos – Prova da verdade dos factos – Ofensa do crédito ou do bom nome – Boa-fé

I- A lei ordinária, na salvaguarda do princípio constitucional do direito de todos os cidadãos ao bom nome e reputação e à imagem, consagrado no art. 26.º da CRP, protege-os contra toda a ofensa ilícita ou ameaça de ofensa à sua personalidade física ou moral, nos termos amplos definidos no art. 70.º do CC. Essa protecção, pela via meramente civil, é exercida, normalmente, através da pertinente acção de indemnização no âmbito da responsabilidade civil extracontratual e de harmonia com os pressupostos previstos no art. 483.º, n.º 1, do CC, dispondo o art. 484.º que responde pelos danos causados, quem afirmar ou difundir um facto capaz de prejudicar o crédito ao bom nome de qualquer pessoa, singular ou colectiva.

II- A definição dos limites do direito à liberdade de imprensa, quando conflituem com outros direitos fundamentais e com igual dignidade, como o direito de qualquer pessoa à integridade moral e ao bom nome e reputação, obedece a determinados princípios consagrados na jurisprudência do STJ, do TC, bem como da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Entre estes princípios são de salientar o cumprimento, na divulgação das informações que possam atingir o crédito e bom nome de qualquer cidadão, das regras deontológicas que regem a profissão de jornalista, designadamente procedendo de boa fé na sua recolha e na aferição da credibilidade respectiva antes da sua publicação.

III- Uma dessas regras deontológicas é a que vincula o jornalista a comprovar os factos que relate, ouvindo as partes com interesses atendíveis. Ou seja, as empresas que desenvolvem a actividade jornalística e os jornalistas que nela operam devem ser rigorosos e objectivos na averiguação da veracidade dos factos ou acontecimentos relatados, sobretudo quando sejam susceptíveis de afectar direitos de personalidade.

IV- Embora a liberdade de imprensa deva respeitar no seu exercício o direito fundamental do bom nome

e da reputação, o jornalista não está impedido de noticiar factos verdadeiros ou que tenha como verdadeiros, em séria convicção, desde que justificados pelo interesse público na sua divulgação, podendo este direito prevalecer sobre aqueles desde que adequadamente exercido.

V- O conceito de “verdade jornalística” não tem que se traduzir numa verdade absoluta, pois, o que importa em definitivo é que a imprensa não publique imputações que atinjam a honra das pessoas e que saiba inexactas, cuja exactidão não tenha podido comprovar ou sobre a qual não tenha podido informar-se convenientemente. Mas esta comprovação não pode revestir-se das exigências da própria comprovação judiciária, antes e apenas utilizar as regras derivadas das *leges artis* dos jornalistas, das suas concepções profissionais sérias, significando isto que ele terá de utilizar fontes de informação fidedignas, de forma a testar e controlar a veracidade dos factos.

VI- A densificação do conceito de boa fé na divulgação, pela imprensa, de notícias de factos não verdadeiros é de crucial relevo para ajuizar se os réus (jornalistas) dela poderão beneficiar, em termos de excluir a ilicitude duma conduta passível de violação do bom nome e crédito do autor, enquanto imputando a este factos que não se provou ter cometido e em si lesivos da sua reputação, revestindo alguma complexidade.

VII- De acordo com alguma doutrina, transportável para a responsabilidade civil, essa boa fé é composta dos seguintes elementos fundamentais: 1) os factos inverídicos têm de ser verosímeis, ou seja, têm de ser portadores de uma aparência de veracidade susceptível de provocar a adesão do homem normal e não só do informador; 2) o informador terá de demonstrar que procedeu a uma averiguação séria, segundo as regras e os cuidados que as concretas circunstâncias do caso razoavelmente exigiam, provando se necessário que a fonte era idónea ou que chegou a confrontar as informações com várias fontes; 3)

o informador terá de demonstrar que agiu com moderação nos seus propósitos, ou seja, que se conteve dentro dos limites da necessidade de informar e dos fins ético-sociais do direito de informar, evitando o sensacionalismo ou os pormenores mais ofensivos ou com pouco valor informativo; 4) o informador deverá demonstrar a ausência de animosidade pessoal em relação ao ofendido a fim de que a informação inverídica não possa considerar-se ataque pessoal.

17-09-2009 – Revista n.º 832/06.6TSLBTS.S1 – 6.ª Secção – Cardoso de Albuquerque (Relator), Salazar Casanova e Azevedo Ramos

Abuso de liberdade de imprensa – Jornal – Jornalista - Direito à informação – Direito ao bom nome – Direito à imagem – Direito a reserva sobre a intimidade – Órgãos de comunicação social – Legitimidade – Colisão de direitos – Direito à indemnização – Danos não patrimoniais

I- Em acção cível para ressarcimento dos danos provocados por factos cometidos através da imprensa, os responsáveis, de acordo com o n.º 2 do art. 29.º da Lei n.º 2/99, de 13-01, são, para além do autor do escrito ou imagem, a empresa jornalística e não o director do periódico ou o seu substituto legal, mesmo que se prove que tiveram conhecimento prévio da publicação do escrito ou imagem em causa.

II- A expressão «empresas de comunicação social» utiliza-se para referir, sinteticamente, as pessoas singulares ou colectivas (qualquer que seja a sua forma ou tipo) que exercem, em nome e por conta própria e de um modo organizado, uma actividade de recolha, tratamento e divulgação de informações destinadas ao público, através da imprensa, do cinema, da televisão e de outros meios análogos.

III- Por aplicação do disposto no citado art. 335.º do CC, há que entender que a liberdade de expressão não possa (e não deva) atentar contra os direitos à

reserva da intimidade da vida privada e à imagem, salvo quando estiver em causa um interesse público que se sobreponha àqueles e a divulgação seja feita de forma a não exceder o necessário a tal divulgação.

IV- O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade.

V- O dano constitui a razão de ser do instituto da responsabilidade civil, seja ela contratual, seja extracontratual.

VI- Ora, também se perfila como igualmente relevante o princípio da salvaguarda do bom nome e reputação individuais, à imagem e reserva da vida privada e familiar – art. 26.º, n.º 1, da mesma Lei Fundamental.

17-12-2009 – Revista n.º 4822/06.0TVLSB.S1 - 2.ª Secção – Oliveira Rocha (Relator)*, Oliveira Vasconcelos e Serra Baptista

Liberdade de imprensa – Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Direito ao bom nome – Colisão de direitos – Direitos fundamentais

I- Os direitos (e as liberdades) de expressão e informação, e de imprensa, constitucionalmente consagrados, não são direitos inteiramente absolutos, vivendo por si e para si como se fossem únicos.

II- Há outros direitos constitucionalmente assegurados e é no confronto entre todos que tem que definir-se, em concreto, a medida do absoluto de cada qual e a relativização necessária ao respeito pela dimensão essencial de todos e de cada um.

III- A liberdade de imprensa não é uma criação pela criação, mas uma exigência em ordem à defesa do interesse público e à consolidação da sociedade democrática.

IV- No confronto entre os direitos à liberdade de expressão e informação, exercidos através da imprensa, e outros direitos constitucionalmente consagrados, *maxime* o direito à integridade pessoal e o direito ao bom nome e reputação, não pode

deixar de reflectir-se na verdadeira dimensão do exercício desses direitos – se há um qualquer interesse público a prosseguir, haverá eventualmente que privilegiar o direito à informação e a liberdade de expressão em detrimento de outros direitos individuais; se o interesse de quem informa se situa no puro domínio do privado, sem qualquer dimensão pública, o direito à integridade pessoal e ao bom nome e reputação não pode ser sacrificado para salvaguarda de uma egoística liberdade de expressão e de informação.

14-01-2010 – Revista n.º 1869/06.0TVPRT.S1 – 7.ª Secção – Pires da Rosa (Relator)*, Custódio Montes e Alberto Sobrinho

Jornalista – Liberdade de imprensa – Direitos de personalidade – Direito à honra – Direito ao bom nome – Direito de crítica

I- Um dos limites à liberdade de informar, que não é por isso um direito absoluto, é a salvaguarda do direito ao bom-nome. Os jornalistas, os *media*, estão vinculados a deveres éticos, deontológicos, de rigor e objectividade.

II- Assiste aos *media* o direito, a função social, de difundir notícias e emitir opiniões críticas ou não, importando que o façam com respeito pela verdade e pelos direitos intangíveis de outrem, como são os direitos de personalidade.

III- O direito à honra em sentido lato, e o direito de liberdade de imprensa e opinião são tradicionais domínios de conflito.

IV- O sentido crítico dos leitores que seguem o fenómeno desportivo, mormente as discussões em torno do futebol, é exacerbado por questões de toda a ordem, já que o constante debate na imprensa escrita e falada, sobredimensiona a importância de questões que, numa sociedade onde os valores cívicos deveriam ser a preocupação maior dos cidadãos, são relegados para segundo plano pela constante evidência de acontecimentos



distractivos, sejam os da imprensa desportiva, cor-de-rosa, ou quejanda.

V- A crítica tem como limite o direito dos visados, mas não deixa de ser legítima se for acutilante, acerada, desde que não injuriosa, porque quantas vezes aí estão o estilo de quem escreve.

VI- No âmbito do desporto e do futebol os actores do palco mediático nem sempre convivem de modo são com a crítica, quantas vezes por culpa dos *media* que se dividem entre apoiantes de uns e antagonistas de outros, não mantendo a equidistância postulada por uma actuação objectiva, com respeito pelos valores da ética jornalística.

VII- Não lidando bem com as críticas do autor, o réu pôs em causa a idoneidade pessoal e profissional daquele, afirmando “que era um opinador pago para dizer mal, diariamente, referenciando o seu nome e afirmando que se pagasse jantares, *whiskeys* e charutos seria uma pessoa muito bem vista”. O autor foi, publicamente, apelidado pelo réu, de jagunço que, notoriamente, é um termo injurioso. Segundo o “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”, jagunço significa - “valentão que serve de guarda-costas a fazendeiros”, “homem que serve de guarda-costas a fazendeiros e caciques”, “capanga”, “guarda- costas”, “pistoleiro contratado para matar”, [...] pessoa torpe, reles, que vive de expedientes”.

VIII- Qualquer leitor, medianamente avisado, colherá destas afirmações a ideia que o autor, como jornalista, é um mau profissional, dado a influências em função de pagamentos e favores, o que é demolidor para o seu trabalho que deve ser isento, e para a sua imagem de pessoa que deve ser incorruptível e séria na suas apreciações, e também o lesa como cidadão que preza a sua honra.

IX- Criticar implica censurar, a censura veiculada nos *media* só deixa de ser legítima como manifestação da liberdade individual quando exprime antijuricidade objectiva, violando direitos que são personalíssimos e que afectam, mais ou menos duradouramente segundo a memória dos

homens, bens que devem ser preservados como são os direitos aqui em causa, à honra, ao bom nome e ao prestígio social.

20-01-2010 – Revista n.º 1839/06.9TVLSB.L1.S1 – 6.ª Secção – Fonseca Ramos (Relator)*, Cardoso de Albuquerque e Salazar Casanova

Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Direitos de personalidade – Direito ao bom nome – Direito à honra – Conflito de direitos – Ofensa do crédito ou do bom nome – Jornalista – Televisão – Boa fé

I- A definição dos limites do direito à liberdade de expressão por via da comunicação social, quando conflituem com outros direitos fundamentais e com igual dignidade, como o direito de qualquer pessoa à integridade moral e ao bom nome e reputação, obedece a determinados princípios consagrados na jurisprudência deste Tribunal, do TC, bem como do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, e sempre dependendo da análise das circunstâncias do caso.

II- Entre estes princípios são de salientar, na divulgação de informações que possam atingir o crédito e bom nome de qualquer cidadão, o cumprimento das regras deontológicas que regem a profissão de jornalista, designadamente procedendo de boa-fé na sua recolha e na aferição de credibilidade respectiva antes da sua publicação.

III- Uma dessas regras deontológicas é a que vincula o jornalista a comprovar os factos que relate, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso, como resulta até do n.º 1 do denominado Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses, por estes aprovado em 04-05-1993. Ou seja, as empresas que desenvolvem a actividade jornalística e os jornalistas que nelas operam, devem ser rigorosos e objectivos na averiguação da veracidade dos factos ou acontecimentos relatados, sobretudo quando sejam susceptíveis de afectar direitos de personalidade.

IV- Em caso de colisão de direitos, o sacrifício de

um dos bens só pode admitir-se pela verificação de uma causa justificativa, e essa causa justificativa deve respeitar o princípio da proporcionalidade, necessidade e adequação do meio.

V- A boa fé, nesse sentido objectivo, deve considerar-se afastada sempre que o autor da notícia não realiza, podendo fazê-lo, todas as diligências tendentes à sua comprovação e se demonstre não corresponderem tais factos à verdade, sendo noticiados em consequência dessa falta de diligência.

VI- Embora a liberdade de imprensa deva respeitar, no seu exercício, o direito fundamental do bom nome e da reputação, o jornalista não está impedido de noticiar factos verdadeiros ou que tenha como verdadeiros em séria convicção, desde que justificados pelo interesse público na sua divulgação, podendo este direito prevalecer sobre aquele, desde que adequadamente exercido, nomeadamente mediante exercício de um esforço de objectividade com recurso a fontes de informação fidedignas por forma a testar e controlar a veracidade dos factos.

27-01-2010 – Revista n.º 48/04.6TBVNG.S1 – 6.ª Secção – Silva Salazar (Relator), Sousa Leite e Salreta Pereira

Liberdade de imprensa – Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Direito ao bom nome – Juiz – Danos não patrimoniais

I- A protecção do art. 496.º do CC abrange apenas os danos que, pela sua especial gravidade, mereçam a tutela do direito.

II- A gravidade dos danos não deve - não pode - ser apreciada por uma sensibilidade colocada no patamar de qualificação com a qual o ofendido se apresenta, pessoal e profissionalmente.

III- Essa especial qualificação, em contraponto com um universo mais comum de outros profissionais (de outras profissões), não pode conduzir a uma sensibilidade sensível mas a uma sensibilidade tolerante, que tenha em conta as condições

concretas do exercício profissional donde proveio a ofensa.

IV- Os juízes, os tribunais - sem prejuízo de lutarem por uma formação especializada dos profissionais que com eles trabalham por forma a que possa ser cumprido com a preceito o dever de informar - não podem ser particularmente sensíveis a alguns destemperos ou inexactidões na publicitação da sua actividade.

25-02-2010 – Revista n.º 1016/06.9TVLSB.S1 – 7.ª Secção – Pires da Rosa (Relator)*, Custódio Montes, Alberto Sobrinho, Maria dos Prazeres Beleza e Lopes do Rego

Direito ao bom nome – Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Ilicitude – Dano – Equidade – Especulação – Jornalista

I- Quer o direito ao bom-nome e à reputação quer a liberdade de expressão e informação têm guarida constitucional e na lei ordinária.

II- Relativamente ao direito ao bom-nome e à reputação, a Constituição não estabelece qualquer restrição, o que não acontece em relação à liberdade de expressão e informação em que as infracções cometidas no seu exercício ficam submetidas ao princípio geral de direito criminal.

III- A ilicitude reporta-se apenas ao facto e não também ao seu efeito (danoso), podendo haver factos danosos que sejam indiferentes à ordem jurídica ou por ela tolerados, se o bom senso e a equidade do julgador assim o concluir, no caso concreto.

IV- A dialéctica concorrencial entre a política e o jornalismo justifica que se entre em alguma especulação em certos casos, como são os que representam para a população em geral grande repercussão e sensibilidade.

V- Não é ilícita a notícia que, fora um ou outro pormenor, é verdadeira e está escrita com

sobriedade, havendo a preocupação, nas questões mais controversas, em ouvir as partes interessadas.

04-03-2010 – Revista n.º 677/09.1YFLSB – 7.ª Secção – Custódio Montes (Relator)*, Alberto Sobrinho e Maria dos Prazeres Beleza

Direito ao bom nome – Liberdade de imprensa – Direitos fundamentais – Colisão de direitos – Lei de imprensa – Jornalista – Responsabilidade extracontratual – Causas de exclusão da ilicitude – Danos não patrimoniais – Junção de documento

I- Não basta alegar que os documentos, que se pretende juntar com as alegações do recurso de apelação, se referem a factos notórios para afastar as regras relativas à junção de documentos, só possível nos termos do art. 706.º do CPC.

II- Para que a divulgação de um facto respeitante a determinada pessoa possa vir a gerar a obrigação de indemnizar por danos não patrimoniais é necessário que seja apta a provocar danos graves.

III- A gravidade é aferida objectivamente, em função de um padrão médio de sensibilidade.

IV- Tratando-se de um facto divulgado através da comunicação social, há que ponderar o impacto negativo que essa divulgação terá, atento o destinatário médio da notícia.

V- A divulgação do facto, não verdadeiro, da associação com um caso de tráfico de droga de quem, por profissão, está reconhecidamente envolvido na investigação criminal e, no momento da publicação da notícia, tutela os órgãos de polícia criminal, assume especial gravidade.

VI- Nesse contexto, não pode ser invocada a qualidade de personalidade pública do visado para diminuir ou excluir a gravidade da ofensa.

VII- Só se torna necessário resolver um conflito entre o direito fundamental ao bom nome e reputação e o direito fundamental de informar se, no caso concreto, a conduta potencialmente lesiva do titular deste último corresponder efectivamente ao exercício desse direito.

VIII- A verdade de uma concreta notícia não pode

ser aferida em função de cada um dos factos isoladamente relatados, com maior ou menor correspondência com a realidade, mas da mensagem que com ela se quis transmitir ao público.

25-03-2010 – Verista n.º 576/05.6TVLSB.S1 – 7.ª Secção – Maria dos Prazeres Beleza (Relator) *, Lopes do Rego e Barreto Nunes

Jornalista – Juiz – Órgãos de comunicação social – Ofensa do crédito ou do bom nome – Responsabilidade extracontratual – Pressupostos – Texto de opinião – Causas de exclusão da culpa

I- Numa acção inserida na responsabilidade civil aquiliana ou extracontratual, a nível probatório, como elementos constitutivos do direito à indemnização, é ao autor, lesado, que compete a prova de todos os pressupostos, inclusive a prova da culpa, salvo se houver presunção legal em contrário - arts. 483.º, 487.º e 342.º, n.º 1, do CC; ao réu, por sua vez, compete provar os factos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito alegado - art. 342.º, n.º 2, do CC.

II- No caso em apreço, como em nenhuma das partes dos textos publicados no jornal havia qualquer referência ao autor ou algo que o identificasse como um dos juízes desembargadores subscritores do acórdão, não estão preenchidos todos os pressupostos para a responsabilidade civil extracontratual em que assentava a acção; não está provado o nexo de causalidade entre o facto ilícito (divulgação de um texto que não correspondia à verdade dos factos) com as lesões concretas sofridas pelo autor.

III- Os danos que o autor refere como tendo por si sofridos (profundo desgosto por ver prejudicada a sua reputação e imagem pessoal), resultaram da publicação de textos que noutros meios de comunicação social o apresentaram como um dos subscritores do acórdão; só que, sublinha-se, foram outros órgãos de comunicação social que fizeram essa revelação, pelo que a relação directa dos danos

com o acto ilícito está ausente nos textos em apreciação.

IV- Aos artigos de opinião/comentário não pode exigir-se o grau de rigor na investigação dos factos em que os comentários ou opiniões assentam, pois mais do que a notícia - já conhecida - o que pretendem é levar o leitor à reflexão e lançar o debate sobre factos já conhecidos.

V- Se cada opinante ou comentarista tivesse de fazer a sua própria investigação, provavelmente teria de ficar sempre calado ou só em muito poucos casos poderia escrever. É certo que o próprio comentador tem de ter contenção e colocar dúvidas quando a fonte em que se assenta não é credível. Mas, sendo credível a fonte, é demasiado exigir que tenha de desconfiar da eventual autenticidade e veracidade desta.

VI- Os desmentidos de notícias, quando provenientes de agências credenciadas são casos raros, não porque só raramente se fazem, mas porque são normalmente fiáveis as notícias que vão sendo comunicadas.

VII- A avaliação da diligência deve ser feita em função da actuação que em abstracto tomaria o *bonus pater familiae*, colocado perante as circunstâncias concretas de cada caso - art. 487.º, n.º 2, do CC. O *bonus pater familiae* será aqui o jornalista/comentador ou jornalista/opinante prudente, que, em órgão de comunicação social, teria assumido naquela situação, ou seja, pensando que fosse verdadeira a base sobre a qual trabalhava e não tendo razões para desconfiar da sua veracidade, por ser a sua fonte uma entidade credenciada.

VIII- A nível psicológico os réus actuaram com culpa na sua forma mais leve (culpa inconsciente), mas perante um quadro que se lhes apresentou como real, sem terem razões objectivas para duvidar que assim não fosse ou não pudesse plausivelmente ser. Afigura-se-nos que mesmo que se aceitasse o nexos causal entre o ilícito e o dano, estaríamos perante uma causa de escusa, exonerante de responsabilidade.

21-04-2010 – Revista n.º 6160/05.7TVLSB.L1.S1 – 1.ª Secção – Mário Cruz (Relator), Garcia Calejo e Helder Roque (declaração de voto)

Direitos de personalidade – Direito ao bom nome – Direito à honra – Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Liberdade de imprensa – Televisão – Colisão de direitos – Jornalista – Ilícitude – Culpa – Ónus da prova – Danos não patrimoniais

I- Os princípios fundamentais da liberdade de expressão e do direito de informação têm dignidade constitucional; por isso, os direitos em colisão com a liberdade de expressão só podem prevalecer na medida em que a Constituição os acolha e valorize.

II- Perfila-se como igualmente relevante o princípio da salvaguarda do bom nome e reputação individuais, da imagem e reserva da vida privada e familiar.

III- Ocorrendo situações em que os direitos mencionados entrem em conflito, há que entender que a liberdade de expressão não pode (e não deve) atentar contra os direitos de personalidade, salvo quando estiver em causa um interesse público que se sobreponha àqueles e a divulgação seja feita de forma a não exceder o necessário a tal divulgação.

IV- O princípio norteador da informação jornalística deve ser o de causar o menor mal possível, pelo que, quando se ultrapassam os limites da necessidade ou quando os processos não são, de *per sí*, injuriosos, a conduta é ilegítima.

V- Cabe ao autor da notícia ou escrito o ónus da prova relativamente à verdade dos factos bem como à boa fé na prestação da notícia.

VI- Revelando os factos provados que as notícias dos jornais nacionais de 29 e 30 de Abril de 2004 e do jornal da tarde deste último dia (todos da mesma estação televisiva), foram transmitidas sem previamente ouvir o visado e sem correspondência com a realidade e transformaram-se em tema de conversa em todo o País, criando

em muitas pessoas um clima de desconfiança relativamente àquele, dando-lhe a imagem de cidadão pouco escrupuloso e desonesto nos meios onde se move, sendo certo que os réus representaram que a publicitação dos factos relatados e as considerações expendidas nos programas televisivos, acerca do autor, produziam um efeito nocivo para a personalidade deste, realidade com a qual se conformaram, deve considerar-se que a informação veiculada pela estação televisiva em causa é ofensiva dos direitos do autor à honra, dignidade e imagem, ultrapassando, manifestamente, os limites a que a liberdade de informação está sujeita, sendo certo que entre estes está a verdade, a qual se mede pela objectividade, pela seriedade das fontes, pela isenção e pela imparcialidade dos jornalistas, evitando manipulações que a deontologia profissional, antes da lei do Estado, condena.

VII- Tais notícias constituem, por isso, um facto que é ilícito.

VIII- Demonstrando ainda os mesmos factos que quem deu rosto à notícia divulgada foi a ré X, que também era directora-adjunta de informação e pivot do serviço noticioso Jornal Nacional (20h00), e não tendo esta logrado provar que actuou com o grau de diligência normalmente adequado a evitar o evento produzido ou que não teve condições de o observar no contexto da notícia reportada, deve considerar-se que referida a ré agiu com culpa.

IX- Evidenciando ainda a mesma factualidade que: do teor das notícias em causa, que foram vistas e ouvidas por cerca de 2.000.000 de pessoas, decorria, para o telespectador comum, que o autor estava implicado em actos qualificáveis como crime e que, por isso, estava a ser objecto de inquérito pela Polícia Judiciária, que chegara a realizar buscas em sua casa, para tentar apurar factos concernentes a essa implicação; dando tais notícias, do autor, uma imagem de cidadão pouco escrupuloso e desonesto, nos meios em que se tem movido e que se move; a imagem dada, do autor, através das mesmas,

diminuiu o seu crédito, como homem e como deputado; nos dias subsequentes à transmissão das notícias, o autor foi contactado por familiares, amigos, colegas de Partido e membros de diversos grupos parlamentares, que se mostravam incomodados e chocados com o conteúdo daquelas; as declarações constantes das mencionadas notícias foram tema de conversa em todo o país e criaram, em muitas pessoas, um clima de desconfiança em relação ao autor; por efeito da difusão de tais notícias, o autor sofreu desgosto, revolta, indignação, humilhação e angústia; em virtude da emissão de tais notícias, o autor ficou vexado e ofendido no seu “pundonor” e no bom nome e reputação; a emissão das notícias e o respectivo impacto provocou no autor perturbações que se prolongaram no tempo; deve concluir-se que tais factos constituem, no seu conjunto, muito mais do que meros incómodos sem relevância jurídica: são, na verdadeira acepção da palavra, lesões – e lesões suficientemente graves para merecerem a protecção do direito – de aspectos essenciais dos direitos de personalidade atingidos.

X- Em função do exposto, reputa-se de justa e equitativa a quantia de € 40 000 destinada ao ressarcimento dos danos não patrimoniais sofridos pelo autor.

29-04-2010 – Revista n.º 5583/04.3TBOER.S1 – 2.ª Secção – Oliveira Rocha (Relator), Oliveira Vasconcelos e Serra Baptista

Direitos de personalidade – Direito ao bom nome – Direito à honra – Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Liberdade de imprensa – Colisão de direitos – Jornal – Jornalista – Ilícitude – Culpa – Presunções judiciais

I- O responsável civil por factos lesivos do direito ao bom nome e reputação de outrem, nos termos previstos nos arts. 483.º, n.º 1, e 484.º do CC, cometidos por meio de imprensa, é, em princípio, o autor da imagem ou do escrito nela inserido; as

empresas jornalísticas respondem solidariamente, quando o escrito tenha sido inserido na edição do jornal com o conhecimento e sem oposição do director do jornal ou por quem então o substitua (art. 29.º, n.º 2, da Lei n.º 2/99, de 13-01).

II- O director pode, também ele, ser responsabilizado, desde que demonstrada a sua culpa na publicação do escrito, por omissão dos deveres impostos por lei de obstar a essa publicação, enquanto susceptível de acarretar responsabilidade, por violação do direito ao bom nome de outrem e, logo, ultrapassando os limites da liberdade de informação constitucionalmente consagrada no art. 38.º da CRP.

III- O tribunal pode inferir o conhecimento e aprovação pelo director da publicação periódica de notícia nele inserida, por lhe caber a responsabilidade última pela determinação do conteúdo respectivo, a menos que se provasse que nada teve que ver com ela, por quaisquer ponderosas razões circunstanciais.

IV- Incumbe ao director de uma publicação periódica o dever especial de obstar à publicação de escritos ou imagens que possam integrar um facto ilícito gerador de responsabilidade civil.

V- No caso vertente, a notícia publicada pelo jornal semanário em causa, tido como referência e com larga tiragem, de que o autor, na sequência da sua detenção em Maputo, Moçambique, confessara o aliciamento de quatro homens para praticarem um crime de homicídio de uma sua ex-amante, notícia a que se deu grande destaque, com título apelativo, na última página do principal caderno do jornal, reportando-se a um facto falso, não tendo sequer havido queixa da ofendida, traduz, por si mesmo, um ilícito, enquanto gravemente lesivo do bom nome, imagem e reputação do autor, pessoa com notoriedade na comunidade portuguesa, antigo jornalista e director de uma revista de informação económica.

VI- Não houve exercício adequado e rigoroso do direito de informação sobre o caso e de controlo

desta no jornal, se o escrito, de autoria não assumida, foi enviado por um correspondente do jornal em Maputo e foi dada ordem de publicação, sem outro critério que não o de uma confiança pessoal no autor do escrito, não obstante a dificuldade óbvia de acesso a um processo sob investigação, não tendo sido feitas averiguações sobre a credibilidade das fontes invocadas ou tentado ouvir familiares do visado ou o seu advogado, dado que o próprio se encontrava detido em Moçambique.

VII- É lícita a presunção, à luz das regras de experiência e da normalidade das coisas, do conhecimento prévio pelo director da publicação do teor do artigo, atento o destaque que mereceu e que punha em causa o bom nome, a imagem pública e a reputação do autor, com base numa ficcionada e inexistente confissão do crime de homicídio tentado que determinara a sua detenção, apelidada de “golpe” no título com recorte sensacionalista para o efeito escolhido, pelo que deve ser confirmada a condenação do director do jornal e da empresa proprietária e editora do mesmo.

21-09-2010 – Revista n.º 4226/06.5TVLSB.L1.S1 – 6.ª Secção – Cardoso de Albuquerque (Relator) – Salazar Casanova e Azevedo Ramos

Direitos de personalidade – Liberdade de expressão – Direito ao bom nome – Direito à honra – Colisão de direitos – Município – Assembleia da República

I- As palavras têm de ser medidas e pesadas no contexto em que foram proferidas e não fora dele.

II- As Assembleias Municipais são uma réplica minimalista de debates partidários da Assembleia da República. São areópagos por excelência, onde o vigor das discussões e da confrontação dos casos e das ideias são vividos de forma apaixonada, na perspectiva de se fazer valer aquilo que cada deputado (representante do povo) pensa que esteja ao serviço da lei e do bem comum, e onde se denunciam comportamentos desviantes ou



porventura menos correctos de órgãos ou agentes que seria suposto estarem ao serviço desses valores.

III- Os deputados municipais, como representantes dos cidadãos eleitores da respectiva circunscção, têm o dever de questionar e o direito de ficarem esclarecidos sobre a actuação dos órgãos do Município, designadamente do seu Presidente, quando no exercício da *res publica*, se lhes afigurarem ou sejam vistos aos olhos dos munícipes como ilegais ou de cariz duvidoso. Mas os visados têm o direito de se justificarem perante a mesma Assembleia sobre os actos que lhes sejam pessoalmente atribuídos ou em que tenham participado, quando nela estejam presentes.

IV- É normal que a pessoa visada ou aquela que dá a cara pelo órgão que dirige e cuja actuação seja posta em causa, não consiga despegar-se de uma certa paixão ou emotividade e que, no calor dos esclarecimentos ou da defesa, tenha de trazer a terreiro alguns factos que, em circunstâncias normais, não teria necessidade de referir ou revelar.

V- Os caminhos das discussões não são sempre absolutamente lineares ou limpos, sendo também absolutamente normal que, no calor delas, possa haver alguns destemperos, por palavras ou gestos, susceptíveis de ferir a melopeia da boa educação ou das conveniências sociais de terceiros, pessoas visadas mais sensíveis.

VI- Para bem da *res publica*, não devem castrar-se à partida essas discussões, em órgãos vitais para a democracia, instituindo ou exigindo uma autocensura tão rígida, feita “palavra a palavra”, que corresponda a uma mordça face ao muito que haja a dizer-se ou esclarecer-se, pois, colocada a situação de exigência a esse nível, corre-se o grave risco de nem tudo se poder levar ao conhecimento da Assembleia para que o assunto fique devida e cabalmente esclarecido.

VII- Por isso, nesses ambientes, devem tomar-se eventuais destemperos como questões menores.

21-09-2010 – Revista n.º 254/06.9TBFZZ.C1.S1 – 1.ª Secção – Mário Cruz (Relator) – Garcia Calejo e

Helder Roque

Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Direitos de personalidade – Direito ao bom nome – Direito à honra – Conflito de direitos – Jornalista – Televisão – Responsabilidade extracontratual – Danos não patrimoniais

I- A actividade dos jornalistas está submetida a regras apertadas impostas pela lei ordinária, tendentes a, por um lado, permitir o exercício pleno do direito constitucional de liberdade de expressão e de informação e, por outro lado, compatibilizar esse exercício com o respeito dos direitos de personalidade dos cidadãos.

II- Essas regras constam quer da Lei da Televisão (aprovada pela Lei n.º 31-A/98, de 14-07, em vigor à data dos factos), quer da Lei de Imprensa (aprovada pela Lei n.º 2/99, de 13-01), bem como do Estatuto dos Jornalistas (aprovado pela Lei n.º 1/99, de 13-01, em vigor à data dos factos) e do Código Deontológico (aprovado pela Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas em 04-05-1993).

III- Destas normas resulta que os jornalistas estão sujeitos aos deveres seguintes: exercer a actividade com respeito pela ética profissional, informando com rigor e isenção; abster-se de formular acusações sem provas; respeitar a privacidade de acordo com a natureza do caso e a condição das pessoas; não falsear ou encenar situações.

IV- Da necessidade legal de, por um lado, permitir o exercício do direito de liberdade de expressão e de informação e de, por outro, possibilitar o respeito do direito de personalidade e, sobretudo, do direito à honra e ao bom nome, nele integrado, pode resultar um conflito de direitos, para cuja solução têm sido apontados diversos critérios como o de procurar o melhor equilíbrio possível entre os direitos colidentes, por forma a atribuir a cada um desses direitos a máxima eficácia possível, o da proporcionalidade ou o da supremacia do direito de maior relevância social.

V- É pacificamente aceite que o direito à honra e ao bom nome tem, em regra, supremacia sobre o direito de liberdade de expressão e de informar.

VI- Se o autor não logrou provar o factos necessários para o preenchimento da culpa, da ilicitude e do dano, requisitos legais de que depende a responsabilidade civil extracontratual das rés, improcede o pedido de indemnização formulado.

VII- É certo que se provou que o autor, ao tomar conhecimento do programa televisivo em causa, se sentiu ofendido e triste. Porém, estando em apreço a ressarcibilidade de um dano não patrimonial, há que concluir pela gravidade do mesmo dano aferido objectivamente (art. 496.º, n.º 1, do CC), gravidade essa que não resulta dos factos provados, não podendo o tribunal relevar uma sensibilidade excessivamente apurada.

19-10-2010 – Revista n.º 8215/04.6TBOER.L1.S1 – 6.ª Secção – João Camilo (Relator) – Cardoso de Albuquerque e Salazar Casanova

Matéria de facto – Quesitos – Factos conclusivos – Direitos de personalidade – Direito ao bom nome – Direito à honra – Dever de respeito – Liberdade de expressão – Direitos fundamentais – Colisão de direitos – Campanha eleitoral

I- É conclusivo o quesito no qual se pergunta “o réu, ao proferir este tipo de afirmações [num artigo publicado num concreto jornal, com o título de “Delinquente”, e no qual afirmou que “a delinquente socialista X fez mais uma das suas peixeiradas” e “numa atitude de insolência colonial atreveu-se a vir a este território autónomo perorar e salivar sobre a nossa estratégia de desenvolvimento, que não é a deles, os rectangulares”], quis ofender a honra e consideração da autora?”.

II- O direito à honra e consideração tem como contraponto o direito de liberdade de expressão, estando ambos consagrados na Constituição (arts. 1.º, 26.º, n.º 1, 37.º, n.ºs 1 e 2), na lei ordinária (70.º, n.º 1, e 484.º do CC) e no direito

internacional a que o Estado português tem de atender (Declaração Universal dos Direitos do Homem e Convenção Europeia dos Direitos do Homem).

III- A honra, em sentido amplo, inclui também o bom nome e reputação, enquanto síntese do apreço social pelas qualidades determinantes da unicidade de cada indivíduo e pelos demais valores pessoais por ele adquiridos.

IV- Estes valores impõem-se às pessoas por via de um dever geral de respeito e de abstenção de ofensas, ou mesmo de ameaças de ofensas à honra alheia.

V- O carácter ofensivo de certas palavras tem de ser visto num contexto situacional, para além de que se o significante daquelas permanece intocado, o seu significado varia consoante os contextos.

VI- A liberdade de expressão é um dos pilares fundamentais de toda a sociedade democrática, uma das condições primordiais do seu progresso e da realização individual. VII - Daí que as excepções a que se encontra sujeita devam ser objecto de interpretação estrita e qualquer restrição estabelecida de modo convincente.

VII- A liberdade de expressão não tem como limite absoluto o bom nome e a reputação de terceiros quando se trata de questões de interesse geral.

VIII- Na luta político-partidária, nomeadamente em períodos de pré-campanha ou campanha eleitoral, é recorrente a utilização de linguagem mais descabida, agressiva e indelicada, sendo esse um risco do confronto político-eleitoral.

IX- Resultando dos factos provados que o réu, ao apodar a autora de “delinquente socialista”, não a visou como pessoa, mas antes a sua vertente política, é de considerar que tal expressão não é ofensiva do bom nome e da honra da visada.

X- Do mesmo modo, as expressões “peixeiradas”, “insolência colonial”, “perorar” e “salivar”, referidas em I, não têm carácter estigmatizante da honra e consideração pessoais nem consubstanciam um juízo

de valor negativo referente à autora.

09-12-2010 – Revista n.º 734/05.3TCFUN.L1.S1 – 2.ª Secção – Abílio Vasconcelos (Relator) – Bettencourt de Faria e Pereira da Silva

Responsabilidade extracontratual – Direitos de personalidade – Direito à imagem – Direito a reserva sobre a intimidade – Protecção da vida privada – Vida privada – Reserva da vida privada – Liberdade de expressão – Liberdade de imprensa – Publicação

I- A lesão da personalidade é, em princípio, ilícita.

II- Para a apreciação do grau de ilicitude deve ser ajuizado, em concreto, o modo como for feita a publicação da imagem ou a revelação dos factos da vida privada.

III- O direito à honra é uma das mais importantes concretizações da tutela da privacidade e do pudor e do direito da personalidade.

IV- Só deve considerar-se ofensivo da honra e consideração de outrem aquilo que, razoavelmente, isto é, segundo a sã opinião das pessoas de bem, deverá considerar-se ofensivo daqueles valores individuais.

V- A dignidade das pessoas exige que lhe seja reconhecido um espaço de privacidade em que possam estar à vontade, ao abrigo da curiosidade dos outros.

VI- A reserva da privacidade deve ser considerada a regra e não a excepção.

VII- O direito à privacidade só pode ser lícitamente agredido quando – e só quando – um interesse público superior o exija, em termos tais que o contrário possa ser causa de danos gravíssimos para a comunidade;

VIII- O direito à privacidade colide frequentemente com o direito à liberdade de expressão, principalmente com da liberdade de imprensa.

IX- Quando o interesse público o imponha, o direito à honra e à privacidade não podem impedir a revelação daquilo que for estritamente necessário e apenas no que for estritamente necessário.

X- Qualquer pessoa tem o direito de exigir que o conhecimento da sua situação de presidiária seja apenas conhecida pelas pessoas que necessariamente e inevitavelmente tomaram contacto com ela como actores de factos relacionados com a prisão e não seja publicitada para além desse círculo de pessoas.

13-01-2011 – Revista n.º 153/06.4TVLSB.L1.S1 – 2.ª Secção – Oliveira Vasconcelos (Relator)* – Serra Baptista e Álvaro Rodrigues

Associação desportiva – Clube de futebol – Sociedade anónima – Sociedade anónima desportiva – Interpretação da declaração negocial – Contrato de prestação de serviços – Rescisão do contrato – Acordo – Direito à honra – Liberdade de expressão – Cláusula penal – Redução

I- Pese embora as “SAD” serem sociedades anónimas, o seu escopo e o seu processo de formação, a partir de clubes desportivos, que são meras associações de direito privado, conferem ao novo ente uma especial conformação, não sendo dissociáveis o clube e a SAD; de outro modo, não se compreenderiam aspectos essenciais dos requisitos das SAD, mormente, a menção obrigatória do nome do clube, a irreversibilidade da opção de constituição do clube em SAD, sob pena de não poder participar em competições desportivas de carácter profissional e o facto de as acções do clube no capital da SAD serem privilegiadas.

II- Se Autor e Rés, Clube Desportivo e SAD, acordaram, extrajudicialmente, no contexto da rescisão de um contrato de prestação de serviço, que aquelas entidades se empenhariam em evitar que colaboradores seus, publicamente, fizessem afirmações que pusessem em causa a honorabilidade e a competência profissional do Autor, esse acordo é violado se um jogador de futebol profissional, ao serviço daquelas entidades, devendo ser considerado colaborador das Rés, publica um livro com a concordância do

responsável máximo do Clube e da SAD, onde põe em causa o bom nome e a competência profissional daquele.

III- A cláusula penal, livremente negociada, prevista para a violação daquele acordo, tem caráter compensatório e um fim punitivo, que só será ilegítimo se houver uma chocante desproporção, entre os danos que previsivelmente o infractor causar com a sua conduta e a indemnização prevista na cláusula para os ressarcir.

IV- O devedor, que pretender a redução da cláusula penal com fundamento na sua excessividade manifesta, carece de alegar e provar os factos pertinentes, não sendo a questão de conhecimento oficioso pelo Tribunal.

V- Tendo em conta o intuito compulsório da cláusula penal e o interesse do lesado, bem como o dano efectivo num bem da personalidade, valor imaterial violado, e o elevado grau de culpa dos lesantes, com ampla difusão mediática de afirmações atentatórias da honra e profissionalismo do Autor, não se afigura excessiva, no circunstancialismo do caso, a convencionada cláusula penal de € 200 000.

Revista n.º 4922/07.OTVLSB.L1.S1 – 6.ª Secção – Fonseca Ramos (Relator)* – Salazar Casanova e Fernandes do Vale

Jornal – Meio de comunicação social – Liberdade de expressão – Liberdade de imprensa – Direito ao bom nome – Direito à honra – Conflito de direitos – Direitos fundamentais – Princípio da proporcionalidade – Lei de Imprensa – Responsabilidade extracontratual – Culpa

I- Em qualquer notícia é necessário distinguir o facto da imputação.

II- A liberdade de imprensa é o pressuposto da formação de uma opinião pública livre, indispensável ao pluralismo político no Estado democrático.

III- A solução de um conflito entre o direito à liberdade de expressão através da imprensa e o direito à honra, ao bom nome e reputação há-de

assentar na ponderação dos bens e direitos em conflito, buscando reduzir ao máximo a eventual afectação de cada um para tentar obter a concordância prática e otimizar a eficácia de ambos, já que todos decorrem da dignidade da pessoa humana.

IV- Esta ponderação concretiza-se através da convocação para a solução do problema do princípio da proporcionalidade nos três sub-princípios em que este se desdobra: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

V- O problema não é de hierarquia de bens ou normas (ambos são direitos constitucionais situados ao mesmo nível), mas de equilíbrio de direitos fundamentais.

VI- O critério normativo que deve presidir à ponderação dos bens, para solucionar o problema do conflito entre liberdade de expressão e o direito à honra, bom nome e reputação, é o que consta do art. 3.º da Lei da Imprensa, no qual se apontam os limites internos e externos dessa mesma liberdade.

VII- Deve ter-se como cumprido o dever de verdade quando o jornalista realizou previamente um trabalho de averiguação dos factos sobre os quais versa a informação e a referida indagação se realizou com a diligência exigível a um profissional de informação.

VIII- A publicação de notícias e comentários sobre factos que envolvam pessoas que exerçam cargos públicos e, como tal notoriamente conhecidas, relacionadas com o exercício do respectivo cargo (interesse público), representa o exercício legítimo do direito de liberdade de expressão e informação através da imprensa e, como tal, insusceptível de desencadear responsabilidade civil, a menos que se demonstre que o respectivo autor tinha consciência da sua falsidade ou actuou com negligência grosseira quanto a saber se eram ou não falsos (falta de preocupação com a verdade).

24-05-2011 – Revista n.º 4957/04.4TVPRT.S1 – 2.ª Secção – Fernando Bento (Relator) – João Bernardo

e João Trindade

**Nulidade de acórdão – Omissão de pronúncia –
Direito à honra – Liberdade de expressão –
Liberdade de informação – Liberdade de imprensa –
Convenção Europeia dos Direitos do Homem –
Hierarquia das leis**

I- A nulidade prevista na primeira parte do art. 668.º, n.º 1, al. d), do CPC só tem lugar quando o juiz deixe de conhecer, em absoluto, de questões que devesse apreciar.

II- A CRP tutela, quer o direito à honra, quer o direito à liberdade de expressão e informação.

III- Sem estabelecer hierarquia entre eles.

IV- Por força dos arts. 8.º e 16.º, n.º 1, da Lei Fundamental, a CEDH situa-se em plano superior ao das leis ordinárias internas.

V- Esta não tutela, no plano geral, o direito à honra, a ele se reportando apenas como possível integrante das restrições à liberdade de expressão enunciadas no art. 10.º, n.º 2.

VI- O que leva o intérprete a ter seguir o caminho consistente, não em partir da tutela do direito à honra e considerar os casos de eventuais ressalvas, mas em partir do direito à livre expressão e averiguar se têm lugar algumas das excepções deste n.º 2.

VII- Este caminho sai reforçado pelo texto da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

VIII- Na interpretação daquele art. 10.º é de acatar, pelos tribunais internos, a orientação jurisprudencial que, muito reiteradamente, o TEDH vem seguindo e que se caracteriza, no essencial, pelo seguinte: - a liberdade de expressão constitui um dos pilares fundamentais do Estado democrático e uma das condições primordiais do seu progresso e, bem assim, do desenvolvimento de cada pessoa; - as excepções constantes deste n.º 2 devem ser interpretadas de modo restrito; - tal liberdade abrange, com alguns limites, expressões ou outras manifestações que criticam, chocam, ofendem, exageram ou distorcem a realidade; - os políticos e outras figuras públicas, quer pela sua exposição, quer

pela discutibilidade das ideias que professam, quer ainda pelo controle a que devem ser sujeitos, seja pela comunicação social, seja pelo cidadão comum – quanto à comunicação social, o Tribunal vem reiterando mesmo a expressão “cão de guarda” – devem ser mais tolerantes a críticas do que os particulares, devendo ser, concomitantemente, admissível maior grau de intensidade destas; - na aferição dos limites da liberdade de expressão, os Estados dispõem de alguma margem de apreciação, que pode, no entanto, ser sindicada pelo próprio TEDH. IX - Neste quadro – considerando que o autor era Presidente da Câmara, que se tratou de obras públicas e que, nos documentos alusivos a estas obras, se passou da designação de “Obras de recuperação e beneficiação do edifício dos Paços do Concelho” para “Reabilitação do Centro Histórico- Restauro e Renovação do Edifício do Antigo Hospital do Espírito Santo” – ainda é de considerar integradas no círculo de liberdade de imprensa as seguintes expressões, proferidas em entrevista a um jornal local: “O processo antes designado como da “Câmara Municipal.....” passou, a dada altura, a chamar-se “Hospital do Espírito Santo.” Sabe porquê? Porque a União Europeia (UE) não subsidia obras em Câmaras. Quero dizer que, à boa maneira portuguesa, vigarista, para se conseguir subsídios da UE, alterou-se o nome do processo. O Estado português, a CMB, o arquitecto Teles e AA defraudaram a UE em milhares de euros. Isto é uma trifulhice. E se calhar na UE nem sequer sabem o que pagaram”.

IX- O que não significa que tais expressões sejam de avaliar.

X- Cabendo a cada um, quer na vertente de produção da comunicação social, quer na sua vertente de consumo, ajuizar sobre a inaceitabilidade de muito do que se diz ou do modo como se diz.

30-06-2011 – Revista n.º 1272/04.7TBCL.G1.S1 – 2.ª Secção – João Bernardo (Relator)* – Oliveira Vasconcelos e Serra Baptista



Meio de comunicação social – Jornalista – Direitos de personalidade – Direito à honra – Direito ao bom nome – Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Liberdade de imprensa – Conflito de direitos – Danos não patrimoniais – Lesado – Direito à indemnização – Pessoa colectiva

I- Os arts. 26.º, n.º 1, da CRP, e 70.º do CC, visam proteger os indivíduos contra qualquer ofensa ilícita ou ameaça de ofensa à sua personalidade moral, assegurando-lhes a possibilidade de requerer as providências necessárias às circunstâncias do caso para evitar a consumação da ameaça ou atenuar os efeitos da ofensa já cometida e garantindo-lhes o recurso aos mecanismos da responsabilidade civil.

II- A honra configura-se como um direito fundamental do desenvolvimento da personalidade do indivíduo e estabelece-se como um valor axial e inderrogável da dimensão social-pessoal do homem numa determinada comunidade histórico-socialmente situada.

III- A par dos direitos de personalidade, de honra, bom nome e reputação, a Constituição consagra o direito à livre expressão de opinião e pensamento e de difusão de ideias – cf. art. 37.º, n.º 1, da CRP. Será ocioso debater a ideia de que uma sociedade democrática só mantém incólume a sua matriz de pluralidade e diversão de ideias se incentivar e promover a livre troca de ideias e o intercâmbio de opiniões.

IV- Numa sociedade pluralista e democrática surpreende-se uma tensão latente e permanente entre a salvaguarda do direito à honra e ao bom nome e reputação e o direito de informar e dar a conhecer a todos os cidadãos o que de mais relevante e com interesse para a formação de uma consciência cívica esclarecida acontece num determinado meio social.

V- A gravidade dos danos não patrimoniais, a que alude o n.º 1 do art. 496.º do CC, deve ser aferida objectivamente e de acordo com um padrão de

valorações ético-culturais aceite numa determinada comunidade histórica.

VI- Na determinação do quantitativo para ressarcimento por danos não patrimoniais resultante da lesão de um direito subjectivo e absoluto de personalidade, através da comunicação social, *maxime* de uma publicação com uma razoável e impressiva difusão, devem ter-se em conta alguns vectores orientadores, ainda que meramente enunciadores: 1.º) a veracidade ou falsidade da notícia; 2.º) a difusão da notícia e/ou a possibilidade de conhecimento que a notícia teve no meio social, em geral e em concreto, frequentado pelo visado; 3.º) o destaque gráfico e/ou simbólico conferido à notícia, 4.º) o tratamento jornalístico dado à notícia e o conteúdo objectivo da mesma; 5.º) o estatuto social do visado; 6.º) a projecção que a notícia, potencialmente, teve no meio social em que o lesado se movimenta, tanto no plano pessoal, como profissional; 7.º) as apreensões concretas pressentidas e, objectivamente, projectadas na esfera pessoal e familiar do lesado.

VII- O desânimo e a falta de iniciativa provocada pelo estado de espírito de um sócio gerente, momentaneamente, quebrado na sua iniciativa por condicionalismos determinados por uma notícia, desde que não se tenham repercutido, de forma indelével e inarredável, na imagem da empresa, não podem servir como factor indutor de um ressarcimento por danos não patrimoniais desta.

06-07-2011– Revista n.º 2619/05.4TVLSB.L1.S1 – 1.ª Secção – Gabriel Catarino (Relator) – Sebastião Póvoas e Moreira Alves



Direito à honra – Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Liberdade de imprensa – Meio de comunicação social – Jornal – Direito à informação – Colisão de direitos – Conflito de interesses

I- Numa sociedade livre, democrática e plural, a existência duma opinião pública atenta e esclarecida é essencial à vitalidade da democracia, sendo verdade que para a formação de tal opinião pública a liberdade de expressão e de informação constitui elemento nuclear.

II- O direito à honra, ao bom nome e reputação constitui igualmente suporte essencial de uma sociedade livre e democrática.

III- De acordo com o disposto nos arts 18.º, 25.º, 26.º, 37.º e 38.º da CRP, em abstracto, não deve estabelecer-se uma qualquer relação de hierarquia entre o direito de liberdade de expressão e o direito à honra e ao bom nome.

IV- Quando o exercício do direito de informar, *maxime* pelos órgãos da comunicação social, e o direito à honra, ao bom nome do visado pela notícia conflituem, deve prevalecer em cada caso o interesse que se mostre de maior relevo, salvaguardando o núcleo essencial de cada um dos direitos em presença.

V- Numa sociedade livre e democrática há um inquestionável interesse legítimo na notícia que revela a existência de uma investigação do Ministério Público sobre eventuais práticas de natureza penal num serviço público por responsável público.

VI- Há interesse público legítimo na notícia que dá conta de eventual irregular exercício de funções por parte de médico que na qualidade de agente de um instituto público, entre outras actividades, certifica o óbito das pessoas.

VII- Se um jornal revela existência da investigação criminal relativa a determinado cidadão deve noticiar o seu encerramento, designadamente quando não é formulada acusação e o processo é arquivado.

15-09-2011 – Revista n.º 2634/06.0TBPTM.E1.S1 – 7.ª

Secção – Sérgio Poças (Relator)* – Granja da Fonseca e Silva Gonçalves

Direitos de personalidade – Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Direito ao bom nome – Colisão de direitos – Lei de Imprensa – Jornalista – Jornal – Responsabilidade extracontratual

I- A liberdade de expressão de pensamento constitui um dos pilares fundamentais do Estado de Direito, com sede de previsão no art. 26.º, n.º 1, da CRP, que o reconhece expressamente de forma programática remetendo no n.º 2 para a lei ordinária a forma como o exercício do mesmo deverá processar-se.

II- Estando em causa a prática de ofensas ao bom nome cometidos através da imprensa regem as disposições da Lei n.º 2/99, de 13-01, que aprovou a Lei de Imprensa.

III- Para além de ali se consagrar a liberdade de imprensa apenas com os limites que decorrem da Constituição e da lei, de molde a encontrar o ponto de equilíbrio entre o direito de informar e o de garantir o bom nome e a defesa do interesse público e a ordem democrática (direitos de igual hierarquia constitucional) – art. 3.º da Lei de Imprensa – nos arts. 29.º e segs. estabelece-se formas de responsabilidade, tipificando criminal e contravencional mente condutas ao arrepio do estatuído.

IV- Provado que a directora do jornal onde foi publicada uma notícia, susceptível de gerar a responsabilidade civil, a desconhecia, não pode aquela nem a empresa ser responsabilizada pela mesma, mas tão só, e eventualmente, a jornalista que a escreveu.

V- Perfilando-se no seio do ordenamento jurídico os dois direitos supra aludidos em III com igual relevo constitucional, haverá pois que conciliar tanto quanto possível, ainda que por vezes tal passe, de harmonia com as circunstâncias do caso concreto,

em valorizar um deles em detrimento do outro, com o fito de encontrar a solução justa.

13-10-2011 – Revista n.º 2729/08.6.TBLSB.L1.S1 – 2.ª Secção – Távora Victor (Relator) * – Sérgio Poças e Granja da Fonseca

Recurso de agravo na segunda instância – Admissibilidade – Recurso para o Supremo Tribunal de Justiça – Nulidade de acórdão – Falta de fundamentação – Matéria de facto – Nulidade da decisão – Prova testemunhal – Prova documental – Excesso de pronúncia – Condenação *ultra petitum* – Pedido – Poderes do Supremo Tribunal de Justiça – Abuso do direito – *Venire contra factum proprium* – Liberdade de imprensa – Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Direito ao bom nome – Colisão de direitos – Direitos fundamentais – Responsabilidade extracontratual – Danos não patrimoniais – Cálculo da indemnização

I- Não é admissível recurso de agravo em 2.ª instância de decisão proferida pela Relação, por violação de lei de processo, salvo se o recorrente especificar, no requerimento de interposição, que o recurso tem uma função de uniformização de jurisprudência, visando solucionar o conflito de arestos por ele especificado.

II- Não é nulo por falta de fundamentação da decisão sobre a matéria de facto o acórdão da Relação que especifica as razões pelas quais manteve a decisão da matéria de facto proferida em 1.ª instância, debruçando-se especificadamente sobre a prova testemunhal e documental.

III- A nulidade a que alude o art. 668.º, n.º 1, al. e), do CPC, não se confunde com a errada aplicação do direito.

IV- Só nos estritos limites em que há violação de normas de direito probatório substantivo, definidos pelos arts. 722.º, n.º 2, e 729.º, n.º 3, do CPC, é que em recurso de revista se pode questionar a decisão sobre a matéria de facto.

V- O abuso de direito na modalidade de *venire contra*

factum proprium só se verifica se a conduta do titular do direito for adequada a criar a convicção, fundada, na contra parte, de que nunca o exerceriam.

VI- Os direitos (e as liberdades) de expressão e informação, constitucionalmente consagrados, encontram-se em igual valência normativa com outros direitos, com o direito fundamental à honra.

VII- É à luz do princípio da ponderação de interesses, que, em concreto, tem que definir-se a medida e o direito que deve prevalecer.

VIII- O direito de informar deve prevalecer quando, no caso concreto, resulta que a notícia (i) é dada na prossecução de interesse público legítimo, (ii) é verdadeira ou, não há razões objectivas para em boa fé não a considerar como tal; e (iii) se mantém dentro dos limites informativos.

IX- Há razões objectivas para em boa fé a considerar como verdadeira determinada notícia se a notícia é dada após se proceder a investigação, recolher informação e diversificação de fontes para apurar da sua veracidade.

X- Mantém-se nos limites informativos a notícia que é necessária para uma informação clara e isenta, relatando factos com relevância para o esclarecimento do público.

XI- Empresa jornalística, a que alude o n.º 2 do art. 29.º da Lei da Imprensa (Lei n.º 2 /99, de 13/01), é a expressão utilizada para referir, sinteticamente, as pessoas singulares ou colectivas que exercem, em nome e por conta própria, e de um modo organizado, uma actividade de recolha, tratamento e divulgação de informações destinadas ao público.

XII- A imputação de plágio, ainda que sob a forma de suspeita, constitui ofensa grave à honra, bom-nome e reputação do autor, sendo a ultima ofensa que pode ser feita a um escritor, pelos efeitos destruidores que encerra.

XIII- Provando-se que o artigo contendo a imputação referida em XII: (i) foi publicado em revista com tiragem de 34 000 exemplares semanais; (ii) deixou o autor magoado, revoltado, desanimado,

amargurado; (iii) atingiu o autor no seu prestígio pessoal e profissional; (iv) que o 1.º réu é jornalista, tendo escrito a notícia; que o 2.º réu é director da revista; e que o 3.º réu é seu proprietário, é adequada a condenação solidária destes na indemnização, pelos danos não patrimoniais sofridos, de € 65 000, fixada pelas instâncias.

XIV- Se, além do referido em XIII, se provou que o 1.º réu tem um blogue, que assina, onde colocou um post-it com o referido artigo, que ocasionou vários comentários ao mesmo, referindo-se ao autor como “vergonhoso”, é ainda equitativa a sua condenação na indemnização de € 5 000, fixada pelas instâncias.

19-01-2012 – Revista n.º 414/07.5TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção – Sérgio Poças (Relator) – Pires da Rosa e Silva Gonçalves

Responsabilidade extracontratual – Direitos de personalidade – Direito ao bom nome – Direito à honra – Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Liberdade de imprensa – Colisão de direitos – Abuso de liberdade de imprensa – Jornal – Jornalista – Cargo de direcção – Deveres funcionais – Conhecimento – Ilicitude - Culpa – Dolo – Negligência – Presunções legais – Ónus da prova – Causas de exclusão da ilicitude – Matéria de direito - Matéria de facto – Danos não patrimoniais

I- Impondo-se ao director da publicação o dever, de acordo com as competências definidas por lei, de conhecer e decidir, antecipadamente, sobre a determinação do seu conteúdo, em ordem a impedir a divulgação de escritos ou imagens susceptíveis de constituir um facto ilícito gerador de responsabilidade civil, a imputação ao mesmo do conteúdo que resulta da própria titularidade e exercício da função e dos inerentes deveres de conhecimento, integra uma presunção legal, porque a lei considera certo um facto quando se não faça prova em contrário.

II- Esta presunção legal dispensa o lesado do ónus

da prova do facto a que a presunção conduz, isto é, a demonstração da culpa do agente, admitindo-se, porém, que o onerado a ilida, mediante prova em contrário, dada a natureza *tantum iuris* da presunção em causa.

III- O art. 29.º, n.º 2, da Lei da Imprensa, não determina, como condição da efectivação da responsabilidade da proprietária da publicação, que o director da mesma seja demandado, conjuntamente com aquela, por inexistir uma situação de litisconsórcio necessário passivo, relativamente ao director da empresa, independentemente de se ter provado que o escrito tinha ou não sido publicado com o conhecimento e sem a oposição do mesmo.

IV- A questão de saber se houve ofensa à honra, se há ou não ilicitude, há-de ser decidida pelo julgador de direito, pelo menos, em parte, em face dos factos provados relativos à imputação, não devendo ser provada através de um juízo de valor a efectuar pelo julgador de facto.

V- O direito ao bom-nome e reputação consiste, essencialmente, no direito a não ser ofendido ou lesado na honra, dignidade ou consideração social, mediante imputação feita por outrem.

VI- A tutela civil da honra abrange a globalidade deste bem, não se limitando ao sancionamento das condutas dolosas, compreendendo, igualmente, as condutas meramente negligentes, sendo indiferente que o facto ou opinião informativa sejam ou não verdadeiros, desde que os mesmos sejam susceptíveis, dadas as circunstâncias do caso, de abalar o prestígio de que a pessoa goze ou o bom conceito em que seja tida [prejuízo do bom-nome], no meio social em que vive ou exerce a sua actividade.

VII- Mas deve exigir-se a negligência grosseira, consubstanciada na violação grave dos deveres mais elementares, concretamente, impostos e que regem o exercício da profissão de informar o público.

VIII- O direito do público a ser informado tem



como parâmetro a utilidade social da notícia, ou seja, deve restringir-se aos factos e acontecimentos que sejam relevantes para a vivência social, sendo certo que a importância social da notícia deve ser integrada pela verdade do facto noticiado ou pela seriedade do artigo de opinião, o que pressupõe a utilização pelo jornalista de fontes de informação fidedignas, tanto quanto possível, diversificadas, por forma a testar e controlar a veracidade dos factos.

IX- As afirmações de facto ou são verdadeiras ou falsas, pressupondo a indispensabilidade da sua prova, ao contrário do que sucede com os juízos de valor, que não podendo encontrar-se, totalmente, desprovidos de base factual, já não impõem, em princípio, a averiguação da sua verdade ou falsidade, ou do seu escoramento emocional ou racional, desde que a génese subjectiva do juízo de valor seja, imediatamente, perceptível junto dos destinatários.

X- São pressupostos da justificação das ofensas à honra, cometidas através da imprensa, causa de exclusão da ilicitude da conduta, a exigência de que o agente, ao fazer a imputação, tenha actuado, dentro da sua função pública de formação da opinião pública e visando o seu cumprimento [a], utilizando o meio, concretamente, menos danoso para a honra do atingido [b], com respeito pela verdade das imputações [c], em que, fundadamente, acreditou [d], depois de ter cumprido o dever de verificação da verdade da imputação [e].

XI- O dever de comprovação não corresponde ao facto histórico narrado, nem à sua comprovação científica ou sequer à sua comprovação judiciária, antes há-de satisfazer-se com as exigências derivadas das *legis artis* dos jornalistas, que se não contentarão com um convencimento, meramente subjectivo, mas imporão que aquele repouse numa base objectiva, de que resulta que, no quadro do direito de informação, uma crença fundada na verdade haverá que possuir o mesmo efeito que esta, por se estar perante um erro relevante, que pode afastar a ilicitude.

XII- O direito não assegura ao lesado a protecção contra todas as opiniões, desmesuradamente, agrestes, mas não afasta a valoração como ilícitas das ofensas, exclusivamente, motivadas pelo propósito de caluniar, rebaixar e humilhar o ofendido, pelo que, exceptuadas estas, dificilmente se conceberão constelações de formulações críticas cuja ilicitude possa escapar à eficácia dirimente do exercício de um direito.

XIII- Não sendo a imputação legítima, nem tendo o agente actuado de boa fé, o conflito de direitos verificado entre a personalidade [a honra] e o seu exercício [a liberdade de expressão], sendo ambos de igual importância e não ocorrendo a possibilidade da sua cedência recíproca, resolve-se, *in casu*, em detrimento da liberdade de expressão, que cede o seu lugar, em virtude de o seu exercício se revelar ilícito, com base no abuso de direito, ao direito à honra, cuja supremacia só seria sacrificada quando não fosse ilegítimo o exercício da liberdade de expressão.

XIV- A ilicitude da conduta do agente traduz-se na violação dolosa da norma que tutela a ofensa do crédito e do bom-nome a que o lesado tem direito, não tendo aquele actuado no exercício de um direito, como causa justificativa do facto danoso.

XV- A afectação da consideração pessoal do lesado, junto da sua família, e a ofensa profunda da sua credibilidade, prestígio, crédito, reputação e imagem constituem danos relevantes que, pela sua gravidade, aferida por um padrão objectivo, ainda que a sua apreciação deva ter em linha de conta as circunstâncias concretas, merecem a tutela do direito, porquanto atingem a dignidade da personalidade moral do mesmo.

XVI- A gravidade do dano depende, por um lado, da intensidade das afirmações feitas e da divulgação que lhes foi dada, e, por outro, da personalidade e funções do visado, assumindo particular acuidade, no caso de alguém que desempenhava as mais altas funções na chefia do

Governo, como Primeiro-Ministro.

14-02-2012 – Revista n.º 5817/07.2TBOER.L1.S1 –
1.ª Secção – Helder Roque (Relator)* – Gregório
Silva Jesus e Martins de Sousa

Responsabilidade extracontratual – Direitos de personalidade – Direito ao bom nome – Direito à honra – Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Liberdade de imprensa – Abuso de liberdade de imprensa – Jornal – Jornalista – Cargo de direcção – Deveres funcionais – Conhecimento – Ilícitude – Culpa – Presunções legais – Ónus da prova – Obrigação solidária – Litisconsórcio necessário – Danos não patrimoniais – Nexo de causalidade – Teoria da causalidade adequada

I- Impondo-se ao director da publicação o dever especial de conhecer e decidir, antecipadamente, sobre a determinação do seu conteúdo, em ordem a impedir a divulgação de escritos ou imagens susceptíveis de constituir um facto ilícito gerador de responsabilidade civil, a imputação ao mesmo do conteúdo que resulta da própria titularidade e exercício da função e dos inerentes deveres de conhecimento integra uma presunção legal.

II- Trata-se de uma presunção legal que dispensa o lesado do ónus da prova do facto a que a presunção conduz, isto é, a demonstração da culpa do agente, admitindo-se, porém, que o onerado a ilida, mediante prova em contrário, dada a sua natureza de presunção *tantum iuris*.

III- Tendo o lesado invocado os factos constitutivos do ilícito, isto é, no caso concreto, a publicação do «escrito» e a qualidade de director do agente, o qual, por seu turno, não alegou e provou que ignorava, de forma não culposa, o teor do escrito causador da lesão ou que este foi publicado sem o seu conhecimento ou com a sua oposição, não ilidiu, consequentemente, a base da presunção, tornando-se, assim, civilmente, responsável pelos danos causados.

IV- Em matéria de responsabilidade civil, no âmbito

da comunicação social, está consagrado um regime de solidariedade passiva dos titulares das empresas jornalísticas com o autor da publicação, mas não de litisconsórcio necessário, relativamente ao director da publicação.

V- A gravidade do dano não patrimonial depende, por um lado, da intensidade das afirmações feitas e da divulgação que lhes foi dada, e, por outro, da personalidade e funções do visado, assumindo particular acuidade no caso de alguém que foi futebolista de eleição e exercia, na ocasião, funções de responsabilidade na Federação Portuguesa de Futebol.

VI- De acordo com a doutrina da causalidade adequada, na sua vertente negativa, um facto é causal de um dano quando é um de entre várias condições sem as quais aquele se não teria produzido, exigindo-se entre o facto e o dano indemnizável um nexos mais apertado do que a simples sucessão cronológica, de modo que nem todos os danos sobrevivendo ao facto ilícito estão incluídos na responsabilidade do agente.

VII- Muito embora os réus, na contestação, não tenham invocado a insolvência de terceiro como circunstância obstativa do cumprimento do contrato que o lesado celebrou com o mesmo, mas apenas com a junção de documentos que efectuaram antes da audiência de discussão e julgamento, não se tratando de defesa por excepção, mas antes de factos que compõem a negação motivada, era ao autor que competia a prova dos mesmos, como factos constitutivos do seu alegado direito à indemnização, e não aos réus.

15-03-2012 – Revista n.º 3976/06.0TBCSC.L1.S1 – 1.ª
Secção – Helder Roque (Relator)* – Gregório Silva
Jesus e Martins de Sousa

**Poderes do Supremo Tribunal de Justiça –
Matéria de facto – Factos conclusivos – Matéria
de direito – Direito ao bom nome – Direito à honra
– Ofensa do crédito ou do bom nome – Liberdade**



de imprensa – Liberdade de expressão – Meio de comunicação social – Conflito de direitos – Figura pública – Interesse público – Direito à informação

I- Ao STJ, nos poderes de apreciação da matéria de facto a que aludem os arts. 729.º e 722.º do CPC, não está vedada a apreciação sobre se determinada matéria que consta nos factos provados deve ser considerada não escrita, por constituir mera conclusão ou encerrar em si o “thema decidendum”.

II- Factos, para os efeitos do art. 511.º do CPC, são não só as situações da vida real mas também o estado, a qualidade ou a situação real das pessoas ou das coisas.

III- Não contém matéria conclusiva a afirmação de que “o réu visou apenas criticar o percurso político e público do autor”.

IV- O direito ao bom nome e reputação consiste, essencialmente, em não ser ofendido na sua honra ou consideração social, mediante a imputação feita por outrem, mas também o direito a defender-se dessa ofensa e obter a competente reparação.

V- A liberdade de imprensa implica a liberdade de expressão dos jornalistas, ou seja, o direito de informação sem impedimentos, discriminações ou limitações por qualquer tipo de censura.

VI- O conflito de direitos pode conduzir à sua concordância (direitos constitucionalmente garantidos) ou à prevalência do que seja superior – arts. 18.º da CRP e 335.º do CC, respectivamente.

VII- O critério normativo que deve presidir à ponderação em caso de conflito entre liberdade de expressão e o direito à honra, bom-nome e reputação, é o da adequação da informação ao cumprimento do fim (interesse público) de informar.

VIII- Referindo-se a pessoa que exerça cargos públicos, descrevendo, ainda que em tom irónico e crítico, o seu percurso político e público – a actuação no âmbito do funcionamento de algumas Universidades privadas (em que foi conferido grau de licenciatura ao então Primeiro-Ministro, das relações do visado) e o percurso partidário, em que

foi nomeado Ministro (cargo de que foi demitido) e administrador de instituição bancária – sem qualquer referência à vida íntima da mesma, a(s) notícia(s) e opiniões do réu – comentarista político e um dos mais importantes “opinion makers” portugueses – inserem-se no âmbito de um “relevante interesse público” que se sobrepõe ao direito à honra e ao bom nome referido em IV.

IX- O exercício legítimo do direito de liberdade de expressão e informação através da imprensa, nos moldes referidos em VII, é lícito e, como tal, insusceptível de desencadear responsabilidade civil, em que se funda a obrigação de indemnizar nos termos gerais dos arts. 483.º e 484.º do CC.

28-06-2012 – Revista n.º 3728/07.0TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção – Granja da Fonseca (Relator)* – Silva Gonçalves e Ana Paula Boularot

Meio de comunicação social – Jornalista – Deveres funcionais – Pessoa colectiva – Comitente – Comissário – Responsabilidade extracontratual – Titulares de cargos políticos – Direitos de personalidade – Direito ao bom nome – Direito à honra – Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Liberdade de imprensa – Danos não patrimoniais – Danos patrimoniais – Teoria da causalidade adequada

I- Em toda e qualquer acção cível para ressarcimento de danos provocados por factos – acções ou omissões – cometidos através da comunicação social, os responsáveis são os autores das peças divulgadas e a empresa proprietária do órgão ou estação difusora, desde que esteja provado que os factos danosos praticados pelos referidos autores (comissários) tenham sido no exercício das funções confiadas ao comitente.

II- Para qualquer pessoa dotada de um padrão médio de razoabilidade e bom senso, apresenta-se como óbvio que a não fundada imputação, pública e reiterada, através de um órgão de comunicação social (no caso, um relevante canal de televisão) a um cidadão (em concreto um cidadão com



demonstrada e reconhecida intervenção a nível cívico, público e político) de envolvimento em actos de pedofilia e envolvimento sexual com menores, ainda que objecto de posterior rectificação, constitui, no seu conjunto, muito mais do que meros incómodos destituídos de relevância jurídica.

III- Tal imputação constitui uma grave lesão de aspectos essenciais dos direitos fundamentais de personalidade que atingem de forma marcante a honra e dignidade da pessoa e merecem a protecção do direito.

IV- Os danos morais ou prejuízos de natureza não patrimonial são, por princípio, insusceptíveis de avaliação pecuniária, uma vez que atingem bens que não integram o património material do lesado, e o seu ressarcimento deve assumir uma natureza fundamentalmente compensatória e acessoriamente sancionatória, não servindo para aqui o dano de cálculo, julgando-se adequado, no caso concreto, fixar em € 50 000 a indemnização devida a título de danos não patrimoniais sofridos pelo autor.

V- A teoria ou princípio da causalidade adequada não pressupõe a exclusividade da condição determinante, no sentido de que tenha determinado por si só e exclusivamente o dano, entendendo-se, antes, a possibilidade de intermediação de outros factores que podem colaborar na produção do dano, factores esses concomitantes ou posteriores (relevância da causalidade indirecta ou mediata).

VI- Nestas circunstâncias, apesar de a demissão do autor, a seu pedido, de cargo político que exercia e a consequente perda de rendimentos não ser consequência directa e imediata dos factos lesivos da sua honra, verdade é que tais efeitos não se teriam verificado se não fossem esses factos, havendo assim causalidade adequada entre os factos e o prejuízo patrimonial sofrido pelo autor.

VII- No domínio da apreciação da responsabilidade civil por actos praticados através da comunicação social importa ter em conta que o trabalho dos

jornalistas nos operadores de televisão (tal como em geral acontece em todo o sector da comunicação social) é prestado num regime de relação juridicamente subordinada, sob orientação e supervisão dos órgãos próprios da hierarquia das empresas operadoras, sendo importante realçar que a decisão de transmitir ou não determinados programas, notícias ou conteúdos pertence exclusivamente ao operador, através do órgão por si designado, implicando esta circunstância, em primeira linha, a eventual ou potencial responsabilização da empresa operadora pela divulgação de factos violadores de direitos de terceiros.

VIII- Estando-se perante uma situação onde não seja possível apurar a responsabilidade individual e subjectiva dos jornalistas que actuaram no interesse e por conta do operador de televisão, deverá a decisão ser ponderada e tomada por recurso ao disposto nos arts. 165.º e 500.º, n.º 2, do CC. Ou seja, havendo responsabilidade solidária entre a pessoa colectiva e o órgão, agente ou mandatário, responderá apenas a sociedade se não for possível determinar em concreto o agente culpado do acto.

23-10-2012 – Revista n.º 2398/06.8TBPD.L1.S1 – 1.ª Secção – Mário Mendes (Relator) – Sebastião Póvoas e Moreira Alves

Responsabilidade extracontratual – Liberdade de imprensa – Jornal – Rádio – Jornalista – Liberdade de expressão – Direitos de personalidade – Direito à honra – Direito ao bom nome – Abuso sexual – *Leges artis* – Boa fé – Obrigação de indemnizar – Nexo de causalidade – Causalidade adequada – Danos não patrimoniais – Cálculo da indemnização

I- O consentimento do lesado (anterior à lesão) constitui causa justificativa do facto, consistindo aquele na aquiescência do titular do direito à prática de acto que, sem aquela, constituiria uma violação desse direito ou uma ofensa da norma tuteladora



do respectivo interesse.

II- A publicação de uma carta enviada pelo autor ao director do jornal onde se reporta a caluniosos boatos que circulam e adverte da sua intenção de responsabilizar judicialmente quem ajudou a difundir a notícia, afasta qualquer consentimento por parte do autor quanto à notícia publicada no jornal.

III- O director de uma publicação periódica que permite a publicação de notícia cujo conteúdo lese gravemente o bom nome e reputação de alguém preenche a previsão do art. 484.º do CC, sendo solidariamente responsável – juntamente com os autores do escrito e a empresa jornalística proprietária – pelo ressarcimento dos danos sofridos pelo demandante (art. 497.º do CC), verificados que estejam todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual.

IV- À liberdade de transmitir informações contrapõe-se o dever de informação e de cumprimento das *leges artis*, isto é, o cumprimento das regras deontológicas que regem a profissão de jornalista, designadamente procedendo de boa fé na aferição da credibilidade respectiva antes da sua publicação.

V- Uma dessas regras deontológicas é a que vincula o jornalista a comprovar os factos que relate, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso.

VI- Embora se reconheça o interesse público de uma notícia que denuncia publicamente situações de abuso sexual (por forma a evitar o cometimento de outros actos de igual natureza) bem com a necessidade de divulgar a identidade dos (alegados) autores dos factos para a prossecução daquele fim, deveriam os autores da notícia ter ouvido o jovem, ou pelo menos tentado fazê-lo, e assim aferido da sua credibilidade.

VII- A obrigação de indemnizar só existe quando ocorre um nexo de causalidade entre o acto ilícito do agente e o dano produzido, tendo o nosso sistema acolhido a teoria da causalidade adequada, ao consignar no art. 563.º do CC, que a tal obrigação só se verifica em relação aos danos que o lesado

provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão.

VIII- Tendo-se apurado que (i) algumas pessoas que ouviram e leram as notícias difundidas e publicadas, ou tiveram conhecimento através de quem o fez, ficaram convencidas que o autor tinha praticado os factos nelas referidos; (ii) nas semanas que se seguiram à divulgação e propagação das notícias houve pessoas na rua e no estabelecimento que se dirigiram ao autor dizendo “maricas”, “paneiro”, e escreveram na montra do seu estabelecimento «olha o Bibi cá da vila» e «O Bibi de Alenquer»; (iii) o autor é pessoa sensível, de bom relacionamento, trabalhadora, respeitadora e respeitada por todos quantos o rodeiam; (iv) antes da divulgação da notícia era uma pessoa alegre e bem disposta, tendo – em consequência da mesma – sofrido abalo psicológico, depressão, desgosto, vergonha, humilhação e tristeza; (v) a filha do autor foi alvo de comentários na escola que frequenta, e por via disso o autor deixou de a levar e buscar à escola; (vi) depois da divulgação das notícias o autor tentou suicidar-se; e sendo previsível, para um homem médio, que da publicação das notícias poderiam resultar os danos referidos em (i) a (vi), considera-se verificado o nexo de causalidade.

IX- A vertente negativa do nexo de causalidade não pressupõe a exclusividade do facto condicionante do dano.

X- A determinação indemnizatória dos danos não patrimoniais deve ser efectuada segundo um juízo de equidade, que mais não é do que a procura da justiça do caso concreto, assente numa ponderação prudencial e casuística das circunstâncias do caso.

XI- Tendo em atenção os factos referidos em VIII afigura-se adequado o montante indemnizatório de € 22 500 – a título de danos não patrimoniais – atribuído pela Relação ao autor.

18-12-2012 – Revista n.º 352/07.1TBALQ.L1.S1 – 2.ª Secção – Pereira da Silva (Relator) – João Bernardo e Oliveira Vasconcelos



Responsabilidade extracontratual – Liberdade de imprensa – Direito ao bom nome – Meio de comunicação social – Jornalista – Falsidade – Dano – Danos não patrimoniais – Culpa – Obrigação de indemnizar – Juiz

I- Os danos não patrimoniais podem consistir em sofrimento ou dor, física ou moral, provocados por ofensas à integridade física ou moral duma pessoa, podendo concretizar-se, por exemplo, em dores físicas, desgostos por perda de capacidades físicas ou intelectuais, vexames, perdas de reputação, sentimentos de vergonha ou desgosto decorrentes de má imagem perante outrem, estados de angústia e outros, tudo com o sofrimento psíquico que lhes é inerente.

II- A avaliação da sua gravidade tem de aferir-se segundo um padrão objectivo, e não à luz de factores subjectivos.

III- As simples contrariedades ou incómodos apresentam um nível de gravidade objectiva insuficiente para os efeitos no n.º 1 do art. 496.º do CC.

IV- Dano grave não terá que ser considerado apenas aquele que é exorbitante ou excepcional, mas também o que sai da mediania, que ultrapassa as fronteiras da banalidade; um dano considerável que, no seu mínimo, espelha a intensidade duma dor, duma angústia, dum desgosto, dum sofrimento moral que, segundo as regras da experiência e do bom senso, se torna inexigível em termos de resignação.

V- Provado que, na sequência da publicação de um acórdão que o juiz desembargador autor subscreveu como adjunto, entregue por cópia integral à imprensa, a agência de notícias ré inseriu no seu “site” na Internet uma notícia na qual são atribuídos ao colectivo de juízes que o subscreveu juízos e afirmações da autoria dos defensores de um dos arguidos no processo, extraídos do relatório do acórdão, o que foi transmitido a outros órgãos de comunicação social e veio a ser publicado em importantes jornais diários,

tendo a notícia em causa e aquelas que nela se fundaram sido lidas por muitos milhares de pessoas, nomeadamente profissionais do foro, sendo várias as pessoas que contactaram o autor para lhe manifestar perplexidade pelo facto de ter subscrito um acórdão com tal tipo de retórica, tendo o autor, juiz muito prestigiado, que sempre foi considerado um profissional altamente qualificado, sensato e dedicado às suas funções, e que é uma pessoa bastante conhecida, tendo desempenhado, além da magistratura, elevados cargos públicos, sentiu profunda indignação, preocupação, incomodidade, perturbação, angústia e desgosto, verifica-se que a situação configurada ultrapassa a medida de exigibilidade de resignação que, objectivamente, será razoável fazer suportar a alguém colocado na posição do autor.

VI- Os réus jornalistas, estando vinculados a relatar os factos com rigor e exactidão, desrespeitaram esses comandos comportamentais, não se mostrando que não tivessem podido transmitir a informação correcta, sendo que circunstâncias como a pressão inerente ao trabalho jornalístico e o erro comum a outros seus colegas de profissão de outros órgãos de informação não integra qualquer situação de não exigibilidade atendível para efeito de exclusão da culpabilidade; se se aceita que a primeira possa mitigá-la, o segundo apresenta-se completamente despido de relevância, pois que o que está sob avaliação é a actuação dos réus, que não a de terceiros que nela não interferiu.

A culpa do agente refere-se ao acto ilícito, no tempo e modo em que foi praticado, contemporânea e indissociavelmente, e não ao dano, razão por que o direito desconsidera, em sede de culpabilidade, o circunstancialismo que não se reporte directamente à ilicitude do acto; de desconsiderar, portanto, em matéria de culpa, como requisito de responsabilidade – relevará apenas para efeito de reparação de prejuízos ou de



valoração do dano –, a actuação posterior de anulação de notícias anteriormente divulgadas ou pedidos de desculpa.

26-02-2013 – Revista n.º 6064/05.3TVLSB.L1.S1 – 1.ª Secção – Alves Velho (Relator) Paulo Sá – Garcia Calejo

Liberdade de imprensa – Direitos de personalidade – Direito de crítica – Liberdade de expressão – Texto de opinião – Jornalista – Juiz

I- Os arts 70.º, n.º 1, e 484.º do CC, são preceitos legais que tutelam os direitos de personalidade, os quais, aliás, encontram consagração constitucional no art. 25.º da CRP.

II- A par da protecção dos direitos de personalidade, a lei protege igualmente, designadamente em sede constitucional, o direito à liberdade de imprensa e o direito de livre expressão de opinião e pensamento, bem como o direito de difusão de ideias – arts. 37.º e 38.º da CRP. Os mesmos direitos têm consagração na CEDH – art. 10.º – e na DUDH – art. 19.º.

III- Não obstante a importância fundamental que assumem os direitos de liberdade de imprensa e de livre expressão nos modernos Estados democráticos, há que frisar que não se trata de direitos absolutos e ilimitados, como, da mesma forma, não são ilimitados os direitos de personalidade.

IV- O jornalista não pode publicar aquilo que entender se, ao fazê-lo, violar outros direitos de igual dignidade, designadamente, se violar os direitos de personalidade de outrem.

V- Na doutrina e na jurisprudência tem-se procurado encontrar uma linha de orientação na ponderação de cada caso concreto, isto é, casuisticamente, lançando mão dos princípios gerais do abuso do direito – art. 334.º do CC –, sem esquecer, porém, que nessa ponderação o direito de informação e junto com ele o de livre expressão garante a existência de uma opinião livre, condição necessária, por seu lado, para um recto exercício de todos os demais direitos em que se fundamenta o sistema

político democrático.

VI- Tem-se admitido que, em casos especiais, pode dar-se prevalência ao direito de liberdade de imprensa em detrimento do direito de personalidade, mas, para que se imponha tal solução há que submeter o conflito concreto ao crivo de três critérios de análise: o critério da verdade, o critério do interesse público e o critério da personalidade e adequação.

VII- Assim e desde logo, nunca poderá prevalecer o direito de liberdade de imprensa ou o direito de livre expressão da opinião, se os factos noticiados forem falsos, equívocos, traduzirem meras suspeitas sem prova ou se fundarem em simples boatos.

VIII- Por outro lado, é sempre necessário que a informação veiculada pela comunicação social corresponda à realização de um interesse público ou social de relevância, isto é, o interesse público há-de, atenta a sua relevância, justificar a agressão do direito de personalidade com o qual, eventualmente, entre em colisão.

IX- Finalmente, pressuposta a verdade da imputação e o interesse público relevante, deve ser respeitado o devido grau de proporcionalidade e adequação, perante as circunstâncias concretas, em ordem a maximizar a eficácia prática dos dois direitos em conflito ou a prejudicar, o menos possível, aqueles dos direitos que deve ceder perante o outro.

X- Resultando claramente da prova, e de qualquer modo é uma evidência, que a questão tratada pelas publicações em causa nos autos era de manifesto interesse social, justificava-se o seu debate público e o respectivo tratamento não estava prejudicado, mesmo quando se critica, debate e opina sobre matéria de sentenças judiciais.

XI- Num país democrático qualquer decisão judicial, para além do controlo interno, a cargo dos tribunais superiores (através dos recursos) está sujeita à crítica pública.

08-05-2013 – Revista n.º 1486/03.7TVLSB.L1.S1 – 1.ª

Secção – Moreira Alves (Relator) – Alves Velho – Paulo Sá

Matéria de facto – Juízo de valor – Liberdade de imprensa – Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Direito ao bom nome – Direito à honra – Ofensa do crédito ou do bom nome – Colisão de direitos – Conflito de direitos – Direitos fundamentais – Responsabilidade extracontratual – Danos não patrimoniais – Cálculo da indemnização – Meio de comunicação social – Figura pública – Interesse público – Direito à informação

I- As conclusões e juízos de valor que o Juiz legitimamente tira dos factos provados, não têm que ater-se a estes, podendo ir mais além desde que obedeçam a uma linha coerente de raciocínio; neste caso não há pronúncia indevida.

II- Estando em causa a prática de ofensas ao bom nome cometidas através da imprensa, regem as disposições da Lei n.º 2/99, de 13-01, que aprovou a Lei de Imprensa. Ali se consagra a liberdade de imprensa apenas com os limites que decorrem da CRP e da lei de modo a encontrar o ponto de equilíbrio entre o direito de informar e o direito ao bom nome e defender o interesse público e a ordem democrática (direitos de igual hierarquia constitucional) – art. 3.º da Lei de Imprensa.

III- Ao aquilatar da lesão ao direito à honra das queixosas visadas num artigo de jornal ou revista, não pode deixar também de ter-se em linha de conta as suas pessoas, nomeadamente quando se trata de uma figura pública com forte exposição aos media, que procuram, por seu turno, e para satisfazer uma clientela ávida de mexericos, inteirar-se de aspectos mais íntimos da sua vida que depois vertem em artigos de revistas dedicadas a este tipo de matérias.

IV- Movendo-se, a pessoa alvo desse jornalismo, permanentemente no raio de acção dos *media*, bem se compreende que apenas os casos que comportem nítida e grave ofensa de dignidade

daquela devam ser alvo de censura jurídica.

V- Os mesmos factos publicados numa revista de grande tiragem e que visam uma conhecida apresentadora de TV e a sua mãe, podem relevar em diversos termos de ilicitude e culpa para com cada uma delas, gerando a obrigação de indemnizar esta última, porque lesam o recato que mantém e pretende preservar, ao mesmo tempo que não são geradores de responsabilidade civil para com a primeira, tendo em linha de conta o critério mais amplo que deve presidir à respectiva ponderação.

03-10-2013 – Revista n.º 687/10.6TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção – Távora Victor (Relator) – Sérgio Poças (vencido) – Granja da Fonseca

Televisão – Suicídio – Direitos de personalidade – Direito à imagem – Liberdade de expressão – Direito à informação – Colisão de direitos – Direito à indemnização – Ex-cônjuge – Descendente

I- A liberdade de expressão e o direito à informação constituem direitos fundamentais, neste sentido podendo ser convocados os princípios plasmados no art. 19.º da DUDH, de 10-12-1948, e no art. 100.º, n.º 1, da CEDH, de 04-11-1950, integrados no direito interno ex vi do art. 8.º da CRP, gozando de consagração constitucional nos arts. 37.º, n.ºs 1 e 2, e 38.º, n.ºs 1 e 2.

II- Reflexamente, a todas as pessoas é assegurado, em condições de igualdade e eficácia, o direito de resposta e de rectificação, bem como o direito a indemnização pelos danos sofridos – art. 37.º da CRP.

III- Os direitos em colisão com a liberdade de expressão só podem prevalecer sobre esta na medida em que a própria Constituição os acolha e valorize.

IV- Havendo colisão de direitos iguais ou da mesma espécie, devem os titulares ceder na medida do necessário para que todos produzam igualmente o seu efeito, sem maior detrimento para qualquer das partes, o que traz ínsita a ideia de limites ao próprio

exercício do direito, que, uma vez ultrapassados, conduzirá o agente para o campo da ilicitude.

V- Tendo uma estação de televisão exibido, em virtude do cometimento de suicídio pelo A, que se imolou pelo fogo – na sequência da execução de uma decisão administrativa de despejo do seu restaurante –, uma entrevista a um amigo da vítima mortal, seguida das imagens de arquivo de uma pessoa que se encontrava num quarto de hospital, coberta de ligaduras, incluindo a face, à excepção dos olhos, com 90% do corpo queimado, e ligado a um ventilador, demonstrando o sofrimento do doente que estava a ser filmado, e cuja visualização causou uma forte e intensa dor nas autoras (respectivamente, viúva e filha da vítima) – que, além do mais, tiveram negado o acesso ao quarto de A e se convenceram que tal acesso havia sido dado aos jornalistas –, deveria a mesma (estação de televisão) ter informado que a imagem exibida era de arquivo, afastando, assim, a ideia nos espectadores, e em particular nos familiares próximos, de que o visionado era A.

VI- Afigura-se, no entanto, que não ocorreu qualquer violação dos arts. 6.º e 9.º do Código Deontológico dos Jornalistas, apenas se podendo sustentar ter ocorrido uma infracção ao art. 10.º, por o relato não ter sido rigoroso, permitindo interpretações erróneas, sendo que esta norma não se destina a proteger qualquer direito pessoal dos espectadores.

VII- É certo que as autoras invocam que as imagens lhes causaram e agravaram o sofrimento, mas também que parte desse sofrimento, como se deu por provado, derivou não directamente da notícia mas da sua convicção de que lhes havia sido coarctado o acesso à vítima e autorizado o mesmo à comunicação social; por outro lado, o sofrimento resultante de terem sido abordadas por diversas pessoas não pode ser imputado ao visionamento da imagem do hospitalizado, mas antes pelo insólito da imolação pelo fogo (no nosso meio e pela publicitação da notícia), perfeitamente natural, uma vez que a vítima optou por uma atitude pública de

protesto, dessa forma tão radical.

VIII- Não existe violação do direito à imagem, nem reserva da intimidade das autores, uma vez que não se demonstrou que tenham sido tomadas fotografias não autorizadas à vítima, nem existe violação da reserva da vida privada, uma vez que foi a própria vítima que tornou público o facto e suscitou esse mesmo interesse público, afastando assim a ilicitude da actuação da ré.

IX- A transmissão das imagens descritas, imprimindo no contexto da notícia uma especial nota de dramatismo, com infracção da moderação e objectividade a que a ré, operadora de televisão, estava obrigada, não releva senão relativamente ao espectador em geral e ao seu direito de ser informado com verdade.

X- Reconhece-se que todas as notícias que relatam um grave acidente, uma catástrofe natural ou acto de desespero que deixa determinada pessoa em risco de vida cria nos seus familiares um agravamento da ansiedade e do sofrimento, mas este facto não pode dar origem a uma indemnização por não ser, em si mesmo, um acto ilícito.

XI- É de conceder revista e revogar a decisão das instâncias que atribuíram a cada uma das vítimas, a título de danos não patrimoniais, a indemnização de € 10 000 a cada uma, no montante global de € 20 000.

02-12-2013 – Revista n.º 1667/08.7TBCBR.L1.S1 – 1.ª Secção – Paulo Sá (Relator) – Garcia Calejo – Helder Roque

Direitos fundamentais – Direitos de personalidade – Figura pública – Liberdade de imprensa – Direito ao bom nome – Colisão de direitos – Danos não patrimoniais – Indemnização

I- No normativo inserto no art. 70.º, n.º 1, do CC, instituiu-se o direito geral de personalidade, com natureza de direito subjectivo, pessoal e absoluto, que, como tal, goza da tutela do direito público – direito constitucional e criminal – e de

“reforçada” tutela civil, nomeadamente, a derivada do instituto da responsabilidade civil por facto ilícito.

II- De entre os direitos especiais de personalidade em que aquele se desdobra, emergem os direitos ao bom nome e à reputação pessoal, que integram o bem da personalidade humana e têm a seu lado a tutela inerente a esta.

III- A regra da prevalência deste direito fundamental no confronto com o exercício do direito de liberdade de imprensa sofre uma interpretação restrita quando os queixosos são políticos ou outras figuras públicas, cujo estatuto e proeminência no governo das sociedades hodiernas há-de ser mais permissivo e tolerante com o tom mais elevado e intenso das críticas de que são objecto pela imprensa, desde que não se trate de ofensa gratuita, desproporcionada ou desvirtue o interesse geral subjacente à informação.

IV- Atenta contra o bom nome e reputação do autor – ao tempo a exercer funções de Secretário Regional do Governo Regional de Região Autónoma –, um título/notícia de um jornal diário, que os respectivos subdirector e director fizeram publicar, por ser falsa e suscitar a suspeita de o autor ter violado a lei em favor de um familiar.

V- O autor – que gozava de prestígio profissional – viu, como efeito da notícia publicada, prejudicada a sua imagem pessoal e profissional, causando-lhe inerente desgosto e desconforto os comentários a que a mesma deu azo.

VI- Trata-se de danos não patrimoniais que, pela sua gravidade, merecem a tutela do direito, e justificam a atribuição de uma compensação adequada, acentuando-se também nesta uma função sancionatória, fixada na quantia de € 10 000 (e não de € 15 000, conforme decidiu o acórdão recorrido).

01-04-2014 – Revista n.º 218/11.0TBPD.L1.S1 – 1.ª Secção – Martins de Sousa (Relator) – Gabriel Catarino – Maria Clara Sottomayor

Direito à honra – Liberdade de informação –

Jornalista – Segredo de justiça – Presunção de inocência – Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

I- A prevalência do direito à honra e ao bom-nome, no confronto com o direito à liberdade de expressão e de informação, relativamente a afirmações lesivas do mesmo, não se compadece com as situações em que aquelas afirmações, embora potencialmente ofensivas, sirvam o fim legítimo do direito à informação e não ultrapassem o que se mostra necessário ao cumprimento da função pública da imprensa.

II- O direito do público a ser informado tem como referência a utilidade social da notícia – interesse público –, devendo restringir-se aos factos e acontecimentos que sejam relevantes para a vivência social, apresentados com respeito pela verdade.

III- A verdade noticiosa não significa verdade absoluta: o critério de verdade deve ser mitigado com a obrigação que impende sobre qualquer jornalista de um esforço de objectividade e seguindo um critério de crença fundada na verdade.

IV- Embora seja difícil estabelecer o equilíbrio ténue entre o princípio da presunção de inocência, de que todos os cidadãos devem gozar, mormente na fase de inquérito, e o direito à informação, é inderrogável o interesse em dar a conhecer aos cidadãos uma matéria que, encontrando-se porventura sujeita ao segredo de justiça, releva do cometimento de irregularidades graves passíveis de configurar a prática de crimes. Há interesse público.

V- O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) tem acentuado que a liberdade de imprensa constitui um dos vértices da liberdade de informação, não podendo as autoridades nacionais, por princípio, impedir o jornalista de investigar e recolher as informações com interesse público, e de as transmitir, o que é inerente ao funcionamento da sociedade democrática.

VI- No que toca ao confronto do segredo de justiça com a liberdade de expressão e de informação, o



TEDH tem-se pronunciado contra as restrições à liberdade de expressão que não considera serem necessárias, designadamente quando as informações em causa já sejam públicas.

21-10-2014 – Revista n.º 941/09.0TVLSB.L1.S1 –
1.ª Secção – Gregório da Silva Jesus (Relator)* –
Martins de Sousa – Gabriel Catarino

Sumários de acórdãos das Secções Criminais

Ofensa a pessoa colectiva – Difamação – Meio de comunicação social – Constituição de arguido – Nulidade – Alteração da acusação – Despacho de pronúncia – Recurso penal

I- Para que ocorra a agravante, mencionada no n.º 2 do art. 183.º do CP, da difusão do crime de difamação através de meio de comunicação social, não tem que se verificar necessariamente um crime de abuso de liberdade de imprensa.

II- Tendo sido promovida pelos arguidos a “conferência de imprensa” em que foram proferidas as afirmações indiciariamente consideradas criminosas, os jornalistas transmitiram o que lhes foi veiculado, com referências de enquadramento normais em situações do mesmo tipo, nomeadamente a qualificação dos eventos como de “escândalo”, na presunção razoável de que era verdadeira a informação transmitida, que a imputação realizava “interesses legítimos”, ou que os agentes estavam em condições de provar a sua verdade - n.º 2 do art. 180.º do CP.

III- A não observância dos preceitos referentes à constituição de arguido, não se encontra prevista como nulidade nem consta do elenco das mencionadas nos arts. 119.º e 120.º, do CPP; também não se configura nem é invocada qualquer situação de ausência a acto processual em que fosse exigível a comparência do arguido ou lhe fosse provocado algum prejuízo processual; considerado já arguido no debate instrutório disse outrossim renunciar à arguição de eventual nulidade de não ter sido ouvido em inquérito, e prestou declarações nessa qualidade, pelo que não se verifica qualquer invalidade de acto processual.

IV- Sem embargo de se considerar formalmente mais correcta a indicação, na acusação, do disposto no n.º 2 do art. 183.º do CP, em vez da simples menção de violação do art. 183.º, como disposição aplicável, uma vez que esta engloba tanto o n.º 1 como o n.º 2, o recorrente teve oportunidade de se defender quanto à totalidade da previsão, como

aliás, a interpretou, não tendo havido alteração substancial ou não substancial, feita pelo despacho de pronúncia.

V- Observado o teor do “Assento” n.º 6/2000, conjugado com o que se refere no art. 310.º - Recurso da decisão instrutória – do CPP, uma vez analisada a matéria relativa às nulidades arguidas no decurso do inquérito ou da instrução e às demais questões prévias ou incidentais, no restante do despacho de pronúncia vinga a situação da sua irrecorribilidade.

23-01-2002 – Proc. n.º 3645/01 – 3.ª Secção – Lourenço Martins (relator)*, Pires Salpico e Leal-Henriques

Recurso para fixação de jurisprudência – Oposição de julgados – Identidade de situações de facto – Abuso de liberdade de imprensa

I- Para que exista relevante oposição de julgados com vista ao recurso extraordinário para fixação de jurisprudência, importa que o recorte das situações jurídicas seja idêntico, o que supõe a identidade de situações de facto.

II- Não há identidade de situações jurídicas quando num dos acórdãos pretensamente em confronto, ambos versando a responsabilidade criminal do director de um mesmo periódico por abuso de liberdade de imprensa, num – o acórdão fundamento – se decidiu absolvê-lo por ter sido considerado com trânsito em julgado que o artigo publicado era de opinião e só responsabilizava o respectivo autor, e noutra – o recorrido – o mesmo director foi condenado, agora com fundamento em que estava em causa não, um qualquer artigo de opinião, antes e só, uma difamação através da imprensa.

23-10-2003 – Proc. n.º 2390/03 – 5.ª Secção – Pereira Madeira (relator)*, Simas Santos e Costa Mortágua

Comissão Nacional de Eleições – Contra-ordenação

– Eleições – Órgãos de comunicação social – Princípio da igualdade de tratamento das candidaturas – Erro – Competência do Supremo Tribunal de Justiça – Crime continuado – Questão nova

I- Se um arguido num processo de contra-ordenação não invocou, na sua defesa perante a CNE, que não é ele o proprietário de uma “publicação informativa”, já não pode fazê-lo no recurso para o STJ, pois que os recursos, como remédios jurídicos que são, não se destinam a conhecer questões novas não apreciadas pela entidade recorrida, mas sim para apurar da adequação e legalidade das decisões sob recurso.

II- Interpretar, em matéria de leis, quer dizer não só descobrir o sentido que está por detrás da expressão, como também, dentro das várias significações que estão cobertas pela expressão, eleger a verdadeira e decisiva: é fixar o seu sentido e o alcance com que ela deve valer, ou seja determinar o seu sentido e alcance decisivo, pôr a claro o verdadeiro sentido e alcance da lei.

III- Os arts. 49.º e 212.º da LEOAL (Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14-08) dirigem-se a todos os órgãos de comunicação social e publicações informativas, e não só à imprensa escrita, o que inclui as televisões a quem se impõe igualmente o dever de dar um tratamento jornalístico não discriminatório às diversas candidaturas em presença, na decorrência dos princípios gerais de direito eleitoral consagrados na Constituição, nomeadamente do princípio da igualdade de oportunidades e de tratamento das diversas candidaturas, prescrita na al. b) do n.º 3 do seu art. 113.º, que a LEOAL, enquanto legislação eleitoral, reafirmou e desenvolveu, vinculando todas as entidades públicas e privadas.

IV- Pretendeu a lei impedir que os órgãos de informação, pela sua importância no esclarecimento do eleitorado, bloqueiem a comunicação entre as acções das candidaturas e os eleitores ou que realizem um tratamento jornalístico que, de alguma maneira, gere uma deturpação daquelas mesmas

acções junto dos eleitores.

V- O que não é contrariado pela liberdade de expressão e criação dos jornalistas, que não tem um carácter absoluto, uma vez que tem de ser conjugado, no caso, com o falado dever de igualdade de tratamento das candidaturas aos órgãos de poder local.

VI- A exclusão de candidaturas de debates públicos, com convites dirigidos só a candidaturas “com assento na assembleia municipal” viola esse dever de tratamento igual e não discriminatório, pois que a actividade dos órgãos de comunicação social, que façam a cobertura da campanha eleitoral, deve ser norteadada por critérios que cumpram os requisitos de igualdade entre todas as forças concorrentes às eleições; por preocupações de equilíbrio e abrangência, não podem adoptar condutas que conduzam à omissão de qualquer uma das candidaturas presentes.

VII- Sendo a estação de televisão a marcar unilateralmente e sem fundamentar a duração do debate e não determinando em concreto se o número de candidaturas impedia tecnicamente esse debate, nunca poderia invocar sequer a necessidade de um critério limitativo.

VIII- E tendo a CNE tomado anteriormente deliberações em relação à mesma estação de repúdio do critério que norteara o adoptado - «candidaturas com representação parlamentar» -, não pode esta invocar um pretense erro sobre o elemento normativo do tipo.

IX- É pressuposto essencial da continuação criminosa a existência de uma relação que, de fora, e de modo considerável, facilitou a repetição da actividade criminosa, tornando cada vez menos exigível ao agente que se comporte de maneira diferente, isto é, de acordo com o direito, o que se não verifica quando o que facilitou a repetição da sua actividade foi o seu próprio entendimento que esteve subjacente àquela repetição.

06-07-2006 – Proc. n.º 1383/06 – 5.ª Secção – Simas

Santos (relator)*, Santos Carvalho, Costa Mortágua e Rodrigues da Costa

Interpretação – Interpretação extensiva – Analogia – Princípio da legalidade – Contra-ordenação – Eleições – Comissão Nacional de Eleições – Princípio da igualdade – Propaganda eleitoral – Órgãos de comunicação social – Rádio – Liberdade de expressão – Liberdade de informação – Coima – Publicação informativa – Constitucionalidade

I- Em sede de interpretação jurídico-penal está excluído o recurso à analogia.

II- Por um lado, o direito penal não contém lacunas, devido às suas características de subsidiariedade e de fragmentariedade, que levam a que só sejam puníveis os factos que foram eleitos, segundo uma prévia valoração axiológico-social, como capazes de representarem um especial tipo de ilicitude.

III- De outro ângulo, o princípio da legalidade, exigindo a determinação, com o máximo de objectividade, de todas as componentes do facto que é objecto da incriminação, impõe que o tipo legal não possa conter zonas lacunosas ou vazias, que possam vir a ser integradas pelo recurso à solução conferida a casos análogos.

IV- Não está, porém, excluída a interpretação extensiva, pois sendo o texto legal constituído por palavras e sendo estas, quase sempre, polissémicas, «tal texto torna-se carente de interpretação, oferecendo as palavras que o compõem, segundo o seu sentido comum e literal, um quadro (e portanto uma pluralidade) de significações dentro do qual o aplicador da lei se pode mover e pode optar sem ultrapassar os limites legítimos da interpretação. Fora desse quadro, sob não importa que argumento, o aplicador encontra-se inserido já no domínio da analogia proibida» (Figueiredo Dias, Direito Penal, Parte Geral, Coimbra Editora, Tomo I, págs. 175 e ss.).

V- Os princípios hermenêuticos acabados de referir aplicam-se às contra-ordenações, não obstante as

diferenças que distinguem o direito penal primário ou secundário do regime contra-ordenacional.

VI- Dos arts. 40.º e 49.º da LEOAL decorre claramente que o legislador pretendeu dar às diversas forças concorrentes ao acto eleitoral condições para serem todas tratadas igualmente por entidades públicas e privadas no que toca aos actos de propaganda, a levar a cabo livremente por aquelas. E, no que toca aos órgãos de comunicação social que façam a cobertura da campanha, impôs a estes um tratamento não discriminatório das diversas candidaturas, excluindo da injunção legal as publicações de carácter doutrinário, nas condições referidas no n.º 2 do mencionado art. 49.º.

VII- Enquanto o referido art. 40.º se refere ao dever de proporcionar igualdade de tratamento e de oportunidades que as entidades públicas e privadas têm de observar face à propaganda que as candidaturas entendam levar a cabo, no exercício de um direito próprio, o art. 49.º já impõe um tratamento não discriminatório a uma actividade própria da comunicação social e não das forças concorrentes ao acto eleitoral: a cobertura jornalística. Tal importância advém do papel crucial que a informação (ou dito de outro modo: o direito à liberdade de expressão e à informação) desempenham na formação, consolidação e desenvolvimento de uma sociedade democrática, em que toda a soberania reside no povo; no papel que os partidos políticos e, eventualmente, grupos promotores de candidaturas desempenham na formação da opinião pública e da vontade popular; na relevância dos princípios da igualdade de oportunidades e de isenção das entidades públicas e privadas em relação à propaganda dos partidos, coligações partidárias e grupos proponentes de candidaturas para o correcto e cabal esclarecimento do público e formação daquela vontade popular - tudo princípios estruturantes que

derivam de vários preceitos constitucionais (entre outros, os arts. 2.º, 3.º, 9.º, als. b) e c), 10.º, 12.º, 13.º, 38.º, 39.º, 45.º, 46.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 108.º, 109.º, 113.º e 266.º) e da própria LEOAL.

VIII- Comentando o art. 113.º da Constituição, Vital Moreira e Gomes Canotilho (CRP Anotada) opinam no sentido de que «a igualdade de oportunidades e de tratamento das candidaturas, além de exigir iguais tempos de antena (art. 40.º, n.º 3) impõe a atribuição de iguais facilidades aos candidatos em todos os domínios».

IX- Ora, sendo esta a razão de ser da lei, não se compreenderia que a violação dos comportamentos impostos e dos princípios que se pretendem ver respeitados não acarretasse qualquer sanção. Seria o mesmo que consagrar normas utópicas ou, quando muito, facultativas, despidas de toda a eficácia ou tendo uma eficácia aleatória, num domínio de grande relevância para a vida social e pública. Mais: para a organização e estruturação da sociedade democrática.

X- Por isso, a LEOAL consagrou, no Capítulo III, um sistema sancionatório com 4 secções, o que significa que quis dotar de eficácia sancionatória (e uma eficácia sancionatória exaustiva) as disposições relativas a toda a orgânica eleitoral.

XI- O termo “publicação informativa” constante do art. 212.º da LEOAL pode aplicar-se, ainda que de forma menos própria, à publicidade dada pelos órgãos de comunicação social, sobretudo quando se trata de informar e esclarecer o público em matérias que relevam da informação em termos gerais, tanto mais que aqueles também praticam jornalismo, estando nessa parte os seus profissionais subordinados à deontologia própria dos jornalistas, ao seu estatuto e às mesmas ou idênticas *leges artis*.

XII- Aliás, a génese do termo “publicação” aponta para tornar público, tornar conhecido de todos um determinado facto (Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa).

XIII- Em conclusão: na previsão do art. 212.º cabem, por interpretação extensiva, os órgãos de comunicação social. Com efeito, não se trata de lacuna que importasse preencher pelo recurso a outras normas ou aos princípios gerais do direito, mas de reconstituição do pensamento legislativo sem extravasar o teor verbal da lei.

XIV- E não se vê como tal interpretação seja inconstitucional, nomeadamente por referência ao art. 29.º, n.ºs 1 e 3, da CRP, que se reporta ao chamado princípio da legalidade da lei criminal. É que não se trata de falta de lei ou de falta de previsão legal mas de lei já existente ao tempo da prática do facto e prevendo o mesmo facto, mas apenas sujeita a uma interpretação extensiva, permitida no âmbito da interpretação da lei criminal e, por maioria de razão, no âmbito contra-ordenacional.

XV- Apurando-se que:

- a estação de rádio R, na cobertura que realizou no âmbito das eleições autárquicas de A, referentes a 2005, entendeu levar a cabo um frente-a-frente com as duas principais forças partidárias concorrentes (a coligação B e D), as quais teriam mais possibilidade de ganhar as eleições, de fora do debate ficando, entre outros, o candidato da X que de imediato reclamou para a CNE, a qual pediu esclarecimento à rádio R;
- aquela estação de rádio veio a realizar tal frente-a-frente sem a participação do candidato da X, alegando tratar-se de uma opção sua e que isso nada tinha a ver com a cobertura das acções de campanha eleitoral em A, que dava relevo a todos os partidos ou forças concorrentes;

é óbvio que estamos perante uma discriminação da candidatura X, pois tal tipo de debate, ainda que se possa dizer que só logra resultado com a intervenção de um número limitado de participantes, devido à sua natureza contraditória, representa sempre uma oportunidade para os intervenientes exporem os seus programas eleitorais,

confrontarem pontos de vista, extremarem posições, definirem as suas singularidades e caracterizarem o seu perfil eleitoral.

XVI- Ora, se essa possibilidade é dada a uns e negada a outros, sempre se pode dizer que há uns que são privilegiados e outros que são discriminados, assim se fazendo tábua rasa do princípio da igualdade de tratamento e da não discriminação, princípios que, como vimos, são estruturantes do nosso sistema constitucional.

XVII- Quando se trata de campanha eleitoral, a lei quer que todos os concorrentes sejam tratados por igual, e isto porque quer que os cidadãos sejam esclarecidos igualmente de todas as propostas eleitorais, para poderem votar o mais livre, consciente e informadamente possível.

04-10-2007 – Proc. n.º 809/07 – 5.ª Secção – Rodrigues da Costa (relator), Carmona da Mota e Simas Santos

Santos Carvalho (*tem declaração de voto no sentido de que: «Voto a decisão, mas com o entendimento de que o “tratamento jornalístico não discriminatório” a que estão obrigados os órgãos de comunicação social que fazem a cobertura de uma campanha eleitoral, referido no art. 49.º da LEOAL, se afere pela cobertura geral da campanha, que não pelos debates frente-a-frente. Contudo, no caso em apreço, a arguida não fez acintosamente a entrevista ao candidato da [X], como o mesmo expressamente reclamou para compensar o facto de vir a estar ausente no frente-a-frente e, por isso, houve “tratamento discriminatório”, expressão esta que não é equivalente a “tratamento igual”»*)

Pedido de indemnização civil – Princípio da adesão – Absolvição crime – Direitos de personalidade – Pessoa colectiva – Abuso de liberdade de imprensa – Títulos – Liberdade de expressão – Causas de exclusão da ilicitude – Princípio da necessidade – Princípio da proporcionalidade – Responsabilidade civil emergente de crime – Director da publicação –

Presunções

I- O art. 71.º do CPP («processo de adesão») consagra a interdependência das acções penal, para aplicação das reacções criminais adequadas, e civil, para a reparação dos danos patrimoniais e não patrimoniais a que a infracção tenha dado causa.

II- A interdependência das acções significa que mantêm a independência nos pressupostos e nas finalidades (objecto), sendo a acção penal dependente dos pressupostos que definem um ilícito criminal e que permitem a aplicação de uma sanção, e a acção civil dos pressupostos próprios da responsabilidade civil; a indemnização de perdas e danos emergente de um crime é regulada pela lei civil (art. 129.º do CP) nos respectivos pressupostos, e só processualmente é regulada pela lei processual penal. A interdependência das acções significa, pois, independência substantiva e dependência (a «adesão») processual da acção cível ao processo penal.

III- Aderindo ao processo penal, o pedido («a acção») para indemnização civil mantém, no entanto, alguma autonomia funcional, quer por regras procedimentais próprias a que está vinculado (art. 73.º e ss. do CPP), quer pela possibilidade de intervenção dos responsáveis meramente civis que, enquanto tais, seriam *extraneus* no processo penal.

IV- A obrigatoriedade, como regra, da adesão (que só por excepção e nos casos enumerados cede - art. 72.º do CPP, permitindo-se, então, o uso autónomo dos meios processuais civis), determina, porém, para respeitar a finalidade funcional do princípio, que a autonomia qualitativa dos pressupostos se sobreponha e exija a continuidade instrumental do processo para apreciação do pedido de indemnização sempre que, cedendo por circunstâncias próprias a acção penal, se mantenham, ainda assim, em aberto possibilidades de verificação dos pressupostos da reparação civil.

V- Os fundamentos da acção que, aderindo ao



processo penal, ficam interdependentes, sendo qualitativamente diversos, têm, no entanto, que revelar uma unidade material que constitui a base relevante para a verificação, positiva ou negativa, dos respectivos pressupostos. A reparação fundada na prática de um crime reverte, na base, às correlações factuais e ao complexo de factos que constituem, ou são processualmente identificados como constituindo, um crime: tipicidade dos factos, ilicitude, imputação ao agente, dignidade penal.

VI- Consistindo a ilicitude penal numa «ilicitude qualificada», não está excluído que uma base factual, com autonomia e identidade próprias, que não atinja a dimensão «qualificada» do nível de ilicitude, possa suportar ou exigir uma valoração de outro nível segundo uma outra fonte de antinormatividade, nomeadamente no plano dos pressupostos da responsabilidade civil.

VII- Deste modo, se o arguido for absolvido de um crime e subsistir, apesar da absolvição, uma base factual com autonomia que suscite, ou permita suscitar, outros níveis de apreciação da normatividade como pressuposto ou fonte de indemnização civil (autonomia qualitativa dos pressupostos), haverá que considerar o pedido de reparação civil (dependência ou adesão especificamente processual) que se possa fundamentar nos mesmos factos – seja responsabilidade por facto ilícito, seja responsabilidade pelo risco.

VIII- No que respeita a valores inerentes à personalidade, a lei tutela em geral, no art. 70.º do CC, a personalidade individual, determinado a protecção dos indivíduos contra qualquer ofensa ilícita ou ameaça de ofensa à personalidade física e moral, e especificamente protege no art. 484.º do CC aspectos particulares da personalidade moral, impondo a reparação dos danos causados por «quem afirmar ou difundir facto capaz de prejudicar o crédito ou o bom nome de qualquer pessoa singular ou colectiva».

IX- O crédito ou o bom-nome são, pois, elementos

que compõem e integram os direitos inerentes à personalidade, tanto no plano da seriedade e honestidade negocial, como na reputação, que é «a consideração dos outros na qual se reflecte a dignidade pessoal» e que pode ser afectada «independentemente de se atribuírem qualidades eticamente aviltantes». A reputação «representa a visão exterior sobre a dignidade de cada um, o apreço social, o bom-nome de que cada um goza no círculo das suas relações» ou da comunidade onde se insere (cf. Ac. do STJ de 12-01-2000, Proc. n.º 761/99).

X- A ofensa ao crédito resultará da divulgação de facto que tenha como consequência a diminuição ou a afectação da confiança sobre a capacidade de cumprimento das obrigações da pessoa visada; a ofensa ao bom-nome abala o prestígio e a consideração social de que uma pessoa goze, perturbando o conceito e a apreciação positiva com que alguém é considerado no meio social onde se insere e se desenvolve a sua vida: o prestígio coincide, assim, com a consideração social das pessoas, que se projecta em perspectiva relacional entre a pessoa e o meio social.

XI- Os direitos de personalidade não estão, por seu lado, excluídos da capacidade de gozo das pessoas colectivas, que têm direito ao bom-nome e à honra e consideração social - arts. 26.º, n.º 1, da CRP, e 70.º, n.º 1, e 72.º, n.º 1, do CC. O direito ao bom-nome das pessoas colectivas está, assim, protegido por lei, entendido no quadro da actividade que desenvolvem, ou seja, na imagem e consideração exterior, na honestidade da acção, na credibilidade e no prestígio social (cf. Ac. do STJ de 08-03-2007, Proc. n.º 566/07).

XII- A afirmação ou divulgação de facto susceptível («capaz», na expressão da lei – art. 484.º do CC) de prejudicar o crédito ou o bom-nome constitui, pois, um facto ilícito que integra um dos pressupostos da obrigação de indemnizar com base em responsabilidade civil – art. 483.º, n.º 1, do CC.

XIII- Na imprensa escrita, os títulos, bem como as fotografias ou outras representações gráficas, têm uma função de destaque preliminar, imediato, impressivo que se destina a transmitir uma mensagem de primeira aparência, simples e mais facilmente apreensível sobre determinados factos noticiados ou sobre comentários produzidos.

XIV- Os títulos pretendem evidenciar os aspectos mais característicos da notícia, «apresentando-a de forma icástica e sintética», com «particular força impressiva», possuindo, por isso, muitas vezes, «uma acrescida eficácia corrosiva»; constituem uma «síntese» que «por antonomásia se identifica com o conteúdo total da notícia», com a consequência de muitas vezes a imagem ou a impressão resultante do título ser aquilo que se retira e se fica a saber (cf. Faria Costa, Comentário Conimbricense do Código Penal, I, págs. 620-621). Por isso, para intensificar a força das impressões, o título exorbita, por vezes, dos factos narrados, em «escala variável» de distanciamento com maior ou menor deformação ou desvio dos textos a que se refere e que pretende apresentar de forma sintética.

XV- Os títulos possuem, assim, um conteúdo informativo ou de mensagem que existe (pode existir) autonomamente na análise de conjunto com o conteúdo do artigo ou da notícia a que se referem, identificam ou titulam. Possuindo conteúdo autónomo, que pode descolar dos textos titulados que assinalam, possuem uma «intrínseca idoneidade» para afectar o direito ao crédito ou ao bom-nome, que pode ser particularmente reforçada pela natureza «sintética, apelativa e assertiva» que usualmente revelam (Faria Costa, *ibidem*, pág. 621).

XVI- O grau de autonomia do conteúdo do título está, pois, dependente da leitura conjunta com o texto a que se refere, e da relação de confirmação, infirmação, proximidade ou afastamento, ou da natureza assertiva dos juízos de valor que impressivamente transmite, e do maior, menor ou

mesmo inexistente fundamento nos factos narrados ou comentados no texto que enquadra, ou até na identificação externa com o conteúdo total da notícia.

XVII- Na construção do título, o qualificativo «maus tratos», associado a «terror» e «pesadelo», transmite, por si, uma ideia de imensa e pavorosa gravidade, dada a carga significativa ligada a «maus tratos» que é assimilada a crimes contra menores e vista como atitudes ou comportamentos em que se manifestam no mais elevado grau qualidades muito desvaliosas, sobretudo estando em causa uma instituição que se destinaria precisamente a garantir segurança, tranquilidade e bem-estar aos menores para o adequado desenvolvimento psicológico e educativo destes e para segurança e tranquilidade dos pais, pelo que a publicação dos títulos com o referido conteúdo constitui um facto «capaz» de prejudicar o crédito e o bom-nome, sendo, por isso, ilícito, com o sentido dos arts. 483.º, n.º 1, e 484.º do CC, salvo se concorrer alguma causa de justificação que afaste a ilicitude da afirmação ou divulgação.

XVIII- A circunstância de a afirmação e a divulgação terem ocorrido através da imprensa introduz um elemento específico de decisão, porque a ilicitude será excluída se a divulgação constituir o exercício do direito de expressar opiniões ou o pensamento, ou o cumprimento do dever de informar.

XIX- A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, não obstante o respectivo lugar constitucional (arts. 37.º e 38.º da CRP), estão, como outros direitos fundamentais, sujeitas a condições ou limites que são impostos pela consideração de outros valores ou direitos com semelhante dignidade constitucional, de entre os quais avultam, pela natureza e pela susceptibilidade de frequência do conflito, os direitos de personalidade, especialmente os direitos ao bom-nome e reputação, à imagem e à reserva da intimidade da vida privada e familiar, também constitucionalmente protegidos no art. 26.º, n.º 1, da

CRP, e no art. 70.º e ss. do CC.

XX- A coordenação, compatibilidade ou concordância prática em casos de confluência ou conflito devem considerar o «efeito recíproco de mútuo condicionamento entre normas protectoras de diferentes bens jurídicos», que impõe que «a violação do núcleo essencial do direito ao bom nome e reputação dificilmente poderá ser legitimada com base no exercício de um outro direito fundamental» (cf. Jónatas Machado, *Liberdade de Expressão: Dimensões Constitucionais da Esfera Pública no Sistema Social*, 2002, pág. 767).

XXI- Na consideração do «efeito recíproco de mútuo condicionamento», a demonstração da existência de um interesse socialmente relevante, não estritamente político ou público, que justifique a conduta expressiva, constitui um elemento essencial de avaliação, uma vez que «dadas as dimensões públicas do crédito e do bom nome há que ponderar o impacto negativo efectivo da expressão nos bens jurídicos em presença, comparando-a com o impacto positivo das expressões na transparência e na verdade das relações sociais» (ibidem, pág. 770).

XXII- Na interpretação e aplicação do art. 10.º da CEDH (que garante a «liberdade de expressão») no que respeita à liberdade de imprensa, a jurisprudência do TEDH tem revelado acentuada coerência em registo de protecção forte, por vezes numa função de verdadeira quarta instância - cf., v.g., os acórdãos Gomes da Silva c. Portugal, de 28-09-2000, Roseiro Bento c. Portugal, de 18-04-2008, e Azevedo c. Portugal, de 27-03-2008.

XXIII- Tendo em consideração que:

- no contexto em que foram produzidas, as expressões em causa («creche do terror» e «maus tratos denunciam terror e pesadelo na creche ...») não têm relação nem correspondência factual, ou, ao menos, proporcionada, com os factos mencionados nos artigos que sinalizam ou titulam, não constituindo, por isso, uma forma forte, simples, imediata e sintética de apresentação dos artigos

publicados no jornal C, pela amplitude da «escala» de afastamento que revelam entre a narrativa factual das disfunções ocorridas na creche e o conteúdo semântico e significativo das expressões utilizadas;

- as disfuncionalidades ou os incidentes relatados sobre o funcionamento da creche, embora geradores de legítima preocupação dos pais das crianças, não eram de natureza exponencialmente grave que indignasse, justificasse, ou estivesse «à medida» da «resposta» contida nas expressões dos títulos em causa;

- embora a função da imprensa na revelação de situações que podem causar inquietação, exercendo o direito de denúncia em assuntos de interesse público e social relevante, possa justificar alguma dose de exagero ou mesmo de provocação, como meio de sublinhar a força da mensagem ou da revelação, não poderá chegar ao limite de afectar o direito ao bom nome sem qualquer necessidade ou proporcionalidade, usando modos verbais impressionistas cujo significado não tem escala de correspondência com as contingências narradas no artigo elaborado com rigor informativo e de acordo com as regras de cuidado, responsabilidade e deontologia da profissão de jornalista. Neste particular aspecto, tem de haver algum sentido *grano salis*, sem leituras de valor facial, que a adequação e a proporcionalidade não suportariam. Alguma «dose de exagero e mesmo de provocação», na interpretação da jurisprudência, tem de ser sempre compreendida no contexto, pela gravidade dos factos relatados e «na medida» da indignação que suscitem;

é de concluir que ao títulos se constituem assim, autonomamente, como desproporcionados, ultrapassando manifestamente a necessidade própria ao exercício da liberdade de informação e expressão.

XXIV- E, nestas circunstâncias, em leitura conjugada e em contexto comunicante dos arts. 10.º, § 2, da CEDH, e 483.º, n.º 1, e 484.º do CC, não se verifica

uma causa de justificação, porque a publicação dos títulos com o referido conteúdo não integra, nas condições referidas, o exercício do direito de criação jornalística e expressão adequada e proporcional à afirmação da liberdade de imprensa. A publicação das expressões contestadas constitui um facto ilícito, e a reparação no âmbito da responsabilidade civil, se integrados os restantes elementos de que depende, uma ingerência que se impõe numa sociedade democrática, e proporcional à necessidade de protecção dos direitos da pessoa visada.

XXV- Da conjugação normativa dos arts. 19.º a 21.º e 29.º da Lei 2/99, de 13-01 (Lei de Imprensa), sobre as competências e as obrigações do director, resulta que, por directa imposição da lei, a orientação e a determinação do conteúdo da publicação competem àquele - ou a quem legalmente o substitua nas ausências e impedimentos -, ficando constituído em primeiro e último responsável pelos «escritos ou imagens» inseridos em publicação periódica que dirija (cf., também, Ac. do STJ de 14-05-2002, Proc. n.º 4212/01, e Ac. do TC n.º 270/87, BMJ 369.º/250).

XXVI- A imputação ao director da publicação do «escrito», que resulta da própria titularidade e exercício da função e dos inerentes deveres de conhecimento, integra, na construção conceptual, uma presunção legal, que dispensa o interessado da prova do facto (o conhecimento, a aceitação e a imputação da publicação) a que a presunção conduz (art. 350.º, n.º 1, do CC), admitindo, porém, que o onerado ilida a presunção mediante prova em contrário (art. 350.º, n.º 2, do CC). Deste modo, demandado civilmente o director, e vista a amplitude da formulação dos termos da responsabilidade e da consequente presunção, basta invocar os factos que integrem o ilícito (no caso, a publicação do «escrito») e a qualidade de director do demandado, cabendo a este ilidir a presunção, alegando e provando que o escrito foi publicado sem o seu conhecimento ou com oposição sua ou do seu substituto legal.

XXVII- Não tendo o director do jornal, demandado civil, alegado sequer qualquer facto que, se provado, permitisse ilidir a base da presunção, há que concluir, segundo as regras materiais e processuais referidas, que agiu com culpa, por ter aceite, expressa ou tacitamente - ou por, no cumprimento dos deveres do cargo, não ter impedido -, a publicação dos textos questionados.

10-07-2008 – Proc. n.º 1410/08 – 3.ª Secção – Henriques Gaspar (relator) e Armindo Monteiro

Recurso de revisão - Difamação - Liberdade de expressão – Tribunal Europeu dos Direitos do Homem – Convenção Europeia dos Direitos do Homem – Inconciliabilidade de decisões

I- O recorrente foi condenado pela prática de um crime de difamação, na pena de 100 dias de multa, à taxa diária de € 10 ou 66 dias de prisão subsidiária, sendo certo que, com base no mesmo quadro factual, o TEDH concluiu que a condenação do requerente “resultaria num entrave substancial da liberdade de que devem beneficiar os investigadores no âmbito do seu trabalho científico”, pelo que, no caso concreto, foi violado o art. 10.º da CEDH, assim sendo condenado Portugal, na sua qualidade de subscritor dessa Convenção - Ac. de 27-03-2008.

II- Esta decisão, proferida por uma instância internacional e que vincula o Estado Português, está frontalmente em oposição com a decisão condenatória proferida pelos Tribunais portugueses.

III- O TEDH, na esteira, aliás, de jurisprudência abundante, onde se contam várias decisões condenando o Estado Português, considerou que, estando em causa a liberdade de expressão em matéria científica e portanto, em matéria de relevante interesse público, a liberdade de expressão goza de uma ampla latitude, só se justificando uma ingerência restritiva do Estado, mesmo por meio dos tribunais, desde que a restrição constitua uma providência necessária, numa sociedade democrática, entre outros

objectivos, para garantir a protecção da honra ou dos direitos de outrem, em conformidade com o n.º 2 do art. 10.º da Convenção, sendo que essa excepção tem de corresponder a uma “necessidade social imperiosa”.

IV- No caso *sub judice*, o TEDH teve como não verificada essa condição, afirmando a primazia da liberdade de expressão, considerando que a condenação do requerente não representou um meio razoavelmente proporcional, com vista ao cumprimento do objectivo legítimo visado, tendo em conta o interesse da sociedade democrática em assegurar e manter a liberdade de expressão.

V- Verifica-se inconciliabilidade de decisões e, mais do que isso, oposição de julgados, visto que, enquanto que os Tribunais portugueses consideraram violado o direito à honra da assistente e condenaram o recorrente com esse fundamento, o TEDH considerou que aquela violação se continha dentro dos limites do art. 10.º da Convenção, sendo a sua condenação desproporcionada e não justificada como meio de defesa do direito à honra, em face do direito à liberdade de expressão.

VI- A CEDH foi acolhida pela CRP (art. 16.º) e o Estado Português ratificou-a pela Lei 65/78, de 13-10; tendo sido depositada em 09-11-1978, entrou em vigor nessa data, passando a vincular o Estado Português; assim sendo e dada a inconciliabilidade de decisões, há fundamento para a pretendida revisão de sentença.

23-04-2009 – Proc. n.º 104/02.5TACTB – A.S1 – 5.ª Secção – Rodrigues da Costa (relator), Arménio Sottomayor e Carmona da Mota

Recurso de revisão – Sentença – Tribunal Europeu dos Direitos do Homem – Inconciliabilidade de decisões – Caso julgado – Interpretação – Violação de segredo

I- O fundamento de revisão de sentença previsto na al. g) do n.º 1 do art. 449.º do CPP foi introduzido no nosso ordenamento jurídico-penal pelas alterações processuais operadas em 2007,

concretamente pela Lei 48/2007, de 29-08, fundamento que o legislador estendeu, também, ao processo civil (art. 771.º, al. f), do CPC, na redacção dada pelo art. 1.º do DL 303/2007, de 24-08).

II- O legislador de 2007, na estrita literalidade da lei, foi bem mais longe do que a Recomendação R (2000) 2 [adoptada na reunião do Comité de Ministros do Conselho da Europa ocorrida em 19-01-2000] dirigida aos Estados membros, relativa ao reexame e reabertura de determinados processos ao nível interno na sequência de acórdãos do TEDH.

III- Não só considerou admissível a revisão de sentença (condenatória) perante sentença proveniente de qualquer instância internacional, obviamente desde que vinculativa do Estado Português, como se limitou a exigir, como seu único pressuposto, a ocorrência de inconciliabilidade entre as duas decisões ou de graves dúvidas sobre a justiça da condenação.

IV- Verdadeiramente, o legislador de 2007, ao permitir a revisão de sentença em termos tão latos, instituiu, indirectamente, um novo grau de recurso, quer em matéria criminal, quer em matéria civil, grau de recurso manifestamente inconstitucional, por notoriamente violador do caso julgado. Tenha-se em vista que a própria CEDH prevê como excepções ao caso julgado, em processo penal, a descoberta de factos novos ou recentemente revelados ou um vício fundamental no processo anterior.

V- Por isso, é mister proceder a uma interpretação restritiva da lei no que concerne ao fundamento de revisão recentemente criado, interpretação que deverá ser claramente assumida pela jurisprudência deste Supremo Tribunal designadamente nos casos em que se revele intoleravelmente postergado o princípio *non bis in idem*, obviamente na sua dimensão objectiva, ou outros direitos e princípios de matriz constitucional.

VI- Tal interpretação restritiva deve orientar-se no sentido dos princípios consignados na referida

Recomendação, concretamente do princípio segundo o qual a reabertura de processos só se revela indispensável perante sentenças em que o TEDH constate que a decisão interna que suscitou o recurso é, quanto ao mérito, contrária à Convenção, ou quando constate a ocorrência de uma violação da Convenção em virtude de erros ou falhas processuais de uma gravidade tal que suscite fortes dúvidas sobre a decisão e, simultaneamente, a parte lesada continue a sofrer consequências particularmente graves na sequência da decisão nacional, que não podem ser compensadas com a reparação razoável arbitrada pelo TEDH e que apenas podem ser alteradas com o reexame ou a reabertura do processo, isto é, mediante a *restitutio in integrum*.

VII- É esta, aliás, a solução legislativa consagrada na lei processual penal francesa que permite, também, a revisão de sentença penal condenatória perante decisão proferida pelo TEDH.

VIII- Trata-se de limitações razoáveis que visam a harmonização entre o princípio *non bis in idem*, na sua dimensão objectiva (*exceptio iudicati*), princípio inerente ao Estado de Direito, e a necessidade de reposição da verdade e da justiça, designadamente quando estão em causa direitos fundamentais do cidadão, limitações impostas, também, pela necessidade de garantir, minimamente, a soberania nacional em matéria judicial.

IX- Para além destas limitações, decorrentes da própria Recomendação, há que ter em consideração, ainda, a partir de uma interpretação histórica e teleológica, o desejo e a intenção do Comité de Ministros do CE que aprovou a Recomendação, desejo e intenção expressos na respectiva exposição de motivos, através da indicação das situações em que se justifica a revisão, quais sejam:

- a) pessoas condenadas a longas penas de prisão e que continuam presas quando o seu caso é examinado pelo TEDH;
- b) pessoas injustamente privadas dos seus direitos

civis e políticos;

- c) pessoas expulsas com violação do seu direito ao respeito da sua vida familiar;
- d) crianças interditas injustamente de todo o contacto com os pais;
- e) condenações penais que violem os arts. 10.º ou 9.º, porque as declarações que as autoridades nacionais qualificam de criminais constituem o exercício legítimo da liberdade de expressão da parte lesada ou exercício legítimo da sua liberdade religiosa;
- f) nos casos em que a parte não teve tempo ou as facilidades para preparar a sua defesa nos processos penais;
- g) nos casos em que a condenação se baseia em declarações extorquidas sob tortura ou sobre meios que a parte lesada nunca teve a possibilidade de verificar;
- h) nos processos civis, nos casos em que as partes não foram tratadas com o respeito do princípio da igualdade de armas.

X- No caso vertente estamos perante decisão do TEDH condenatória do Estado Português, na qual se considerou que a sentença condenatória proferida pelas instâncias nacionais contra o recorrente violou o art. 10.º da CEDH, por se haver entendido que a sua condenação não correspondia a uma necessidade social imperiosa, atenta a necessidade de tutela do segredo de justiça no caso concreto, constituindo uma ingerência desproporcionada no direito à liberdade de expressão, razão pela qual foi decidido condenar o Estado Português a pagar ao recorrente a quantia pedida de € 1750, a título de danos materiais, acrescida de € 7500, a título de reembolso de custas e outras despesas, e considerar que a confirmação da violação ocorrida por parte do TEDH constitui por si reparação equitativa suficiente pelos danos morais sofridos, nos termos do art. 41.º da CEDH.

XI- Tendo o TEDH considerado violado o art. 10.º da CEDH há que conceder provimento ao recurso, autorizando a revisão de sentença.

XII- Já a peticionada revogação da sentença terá de improceder, consabido que o ordenamento jurídico nacional permite, apenas, a revisão de sentença e não também recurso de revogação ou anulação.

27-05-2009 – Proc. n.º 55/01.0TBEPs-A.S1 – 3.ª Secção – Oliveira Mendes (relator), Maia Costa (*tem declaração de voto*) e Pereira Madeira

Difamação – Injúria – Bem jurídico protegido – Crimes de perigo – Abuso de liberdade de imprensa – Liberdade de expressão – Direito de crítica

I- O crime de difamação, tendo como objecto o mesmo bem jurídico do crime de injúria – a honra e consideração –, distingue-se desta por a imputação de factos ou utilização de expressões ser feita por intermediação de um terceiro, com quem o agente comunica por qualquer forma verbal ou escrita, imputando ao ofendido ausente factos ou formulando juízos ofensivos da sua honra e consideração, ao passo que, na injúria, a imputação ou juízo ofensivos da honra são dirigidos directamente ao titular desse bem jurídico (arts. 180.º, n.º 1, e 181.º, n.º 1, do CP).

II- Não é necessário que tais expressões atinjam efectivamente a honra e consideração da pessoa visada, produzindo um dano de resultado, bastando a susceptibilidade dessas expressões para ofender. É que o crime em causa é um crime de perigo, bastando a idoneidade da ofensa para produzir o dano.

III- Se as expressões utilizadas pelo demandado no seu escrito constituem um ataque directo à pessoa do demandante, nada têm a ver com uma crítica da sua actuação, pois esta, por muito contundente que seja, exige sempre uma relação com o objecto criticado, e uma relação lógica, racionalmente fundada, o que não exclui a ironia, o humor, mesmo corrosivo, e o tom sarcástico.

IV- Criticar é tomar o objecto da crítica e julgá-lo, pois a crítica tem uma vertente judicativa. Não se exigindo que a actividade judicatória seja

necessariamente sisuda e circunspecta, sendo compatível com uma multiplicidade de registos, desde o sério ao cómico, o que é certo é que ela tem de manter uma relação lógica com o objecto criticado e não descambar para o ataque pessoal, sobretudo quando tal ataque entre no domínio da ofensa à honra e consideração das pessoas. Se é verdade que o exercício da liberdade de expressão e de comunicação exigem, muitas vezes, um recuo da tutela da honra, esse recuo há-de ser justificado como meio necessário, adequado e proporcional para o exercício eficaz daquele direito.

V- O mesmo se diga em relação ao direito de emitir opinião num artigo opinativo. Sendo a opinião de tónica subjectiva, a verdade é que ela tem de partir de um substrato objectivo e manter com ele uma ligação lógica. Podendo expender-se uma opinião, tanto sobre um facto, um acontecimento, como sobre uma pessoa, esta última é sempre mais difícil de aceitar, sobretudo quando se traduz numa opinião desfavorável, porque aí é mais fácil o resvalamento para o domínio do ilícito.

VI- Uma tradição longamente firmada no seio das democracias admite com largueza a crítica e a opinião em certos domínios sociais e sobretudo políticos, aqui envolvendo mesmo os protagonistas. Todavia, a crítica e a opinião não podem ter como único sustentáculo, mesmo aí, o ataque pessoal, sobretudo quando esse ataque é imotivado, cego, ditado pela paixão ideológica ou por um espírito de vindicta ou de ajuste de contas.

03-06-2009 – Proc. n.º 617/09 – 5.ª Secção – Rodrigues da Costa (relator) e Arménio Sottomayor

Recurso para fixação de jurisprudência – Pressupostos – Difamação

I- O recurso para fixação de jurisprudência é um recurso excepcional, com tramitação especial e autónoma, tendo como objectivo primordial a estabilização e a uniformização da jurisprudência, eliminando o conflito originado por duas decisões



contrapostas a propósito da mesma questão de direito e no domínio da mesma legislação.

II- Como se extrai do Ac. do STJ de 26-09-1996, Proc. n.º 47750, CJSTJ 1996, tomo 3, pág. 143, face à natureza excepcional do recurso, a interpretação das normas que o regulam deve fazer-se *apertis verbis*, ou seja, com o rigor bastante para o conter no seu carácter extraordinário e não o transformar em mais um recurso ordinário na prática. Ou, como se refere no Ac. de 23-01-2003, Proc. n.º 1775/02 - 5.ª, que citado no Ac. de 12-03-2008, no Proc. n.º 407/08 - 3.ª, in CJSTJ 2008, tomo 1, pág. 253 (5) e no Ac. de 19-03-2009, Proc. n.º 306/09 - 3.ª, a interpretação das regras jurídicas disciplinadoras deste recurso deve fazer-se com as restrições e o rigor inerentes (ou exigidas) por essa excepcionalidade.

III- O “Assento n.º 9/2000”, de 30-03, publicado in DR - I Série – A, de 27-05-2000, fixou jurisprudência no sentido de que, no requerimento de interposição de recurso deveria constar, sob pena de rejeição, para além dos requisitos exigidos no n.º 2 do art. 438.º, o sentido em que deveria fixar-se a jurisprudência cuja fixação era pretendida.

IV- O AUJ n.º 5/2006, de 20-04, publicado in DR - I Série - A, de 06-06-2006, que reputou ultrapassada a jurisprudência assim fixada, procedeu ao seu reexame, e fixou-a no sentido de que no requerimento de interposição do recurso extraordinário de fixação de jurisprudência o recorrente ao pedir a resolução do conflito não tem de indicar o sentido em que deve fixar-se jurisprudência.

V- Para além dos requisitos de ordem formal, como o trânsito em julgado de ambas as decisões, a interposição de recurso no prazo de 30 dias posteriores ao trânsito em julgado do acórdão recorrido, a invocação de acórdão anterior ao recorrido que sirva de fundamento ao recurso e a identificação do acórdão - fundamento, com o qual o recorrido se encontra em oposição, indicando-se o lugar da sua publicação, se estiver publicado, é

necessária a verificação de outros pressupostos de natureza substancial, como a justificação da oposição entre os acórdãos, que motiva o conflito de jurisprudência e a verificação de identidade de legislação à sombra da qual foram proferidas as decisões.

VI- Como se extrai do Ac. do STJ de 13-10-1989, in AJ, n.º 2, «É indispensável para se verificar a oposição de julgados:

- a) que as asserções antagónicas dos acórdãos invocados como opostos tenham tido como efeito fixar ou consagrar soluções diferentes (e não apenas contraposição de fundamentos ou de afirmações) para a mesma questão fundamental de direito;
- b) que as decisões em oposição sejam expressas (e não implícitas);
- c) que as situações de facto e o respectivo enquadramento jurídico sejam, em ambas as decisões, idênticos. A expressão “soluções opostas” pressupõe que nos dois acórdãos é idêntica a situação de facto, em ambos havendo expressa resolução de direito e que a oposição respeita às decisões e não aos fundamentos».

VII- Segundo o Ac. de 25-09-1997, Proc. n.º 684/97 - 3.ª, in Sumários de Acórdãos do STJ, Gabinete de Assessoria, n.º 13, pág. 142, são pressupostos da admissibilidade do recurso extraordinário para fixação de jurisprudência na oposição de acórdãos da mesma Relação:

- existência de soluções opostas no acórdão recorrido e no acórdão fundamento;
- relativamente à mesma questão de direito;
- no domínio da mesma legislação;
- identidade das situações de facto contempladas nas decisões em confronto; e
- julgados explícitos ou expressos sobre idênticas situações de facto.

VIII- No que respeita aos requisitos legais (decisões opostas proferidas sobre a mesma questão de direito e identidade de lei reguladora - requisitos resultantes directamente da lei) a

jurisprudência do STJ, de forma uniforme e pacífica, aditou, de há muito e face ao disposto no art. 763.º do CPC, a incontornável necessidade de identidade dos factos contemplados nas duas decisões e decisão expressa, não se restringindo à oposição entre as soluções ou razões de direito.

IX- Segundo o Ac. de 15-11-1966, Proc. n.º 61536, publicado no BMJ n.º 161, pág. 354, não há oposição que legitime o recurso para o Tribunal Pleno quando o acórdão invocado em oposição só implicitamente se pronunciou sobre a questão controvertida.

X- Como se extrai do Ac. de 23-05-1967, Proc. n.º 61873, BMJ n.º 167, pág. 454, de entre os requisitos de seguimento de um recurso para o Tribunal Pleno, era “indispensável, ainda, segundo a orientação do STJ, que sejam idênticos os factos contemplados nos dois acórdãos e que em ambos sejam expressas as decisões”. Ainda neste sentido podem ver-se os Acs. do STJ de 19-02-1963, BMJ n.º 124, pág. 633; de 25-05-1965, BMJ n.º 147, pág. 250; de 08-02-1966, BMJ n.º 154, pág. 263 e de 21-02-1969, BMJ n.º 184, pág. 249.

XI- A jurisprudência do STJ tem sido constante neste sentido ao longo do tempo – cf. Acs. de 11-07-1991, Proc. n.º 42043; de 26-02-1997, Proc. n.º 1173, SASTJ, n.º 8, pág. 102; de 06-03-2003, Proc. n.º 4501/02-3.ª, in CJSTJ 2003, tomo 1, pág. 228; de 28-09-2005, Proc. n.º

642/05 - 3.ª, in CJSTJ 2005, tomo 3, pág. 178; de 18-10-2006, Proc. n.º 3503/06 - 3.ª; de 23-11-2006, Proc. n.º 3032/06 - 5.ª; de 10-01-2007, Proc. n.º 4042/06 - 3.ª; de 06-02-2008, Proc. n.º 4195/07 - 3.ª; de 27-02-2008, Proc. n.º 436/08 - 3.ª; de 27-03-2008, Proc. n.º 670/08 - 5.ª; de 16-09-2008, Proc. n.º 2187/08 - 3.ª; de 03-04-2008, Proc. n.º 4272/07 - 5.ª, in CJSTJ 2008, tomo 2, pág. 194; de 02-10-2008, Proc. n.º 2484/08 - 5.ª; de 08-10-2008, Proc. n.º 2807/08 - 5.ª; de 12-11-2008, Proc. n.º 3541/08 - 3.ª CJSTJ 2008, tomo 3, pág. 221; de 12-02-2009, Proc. n.º 3542/08 - 5.ª; de 15-04-2009, Proc. n.º 3263/08 - 3.ª; de 01-10-2009, Proc. n.º

107/07.3GASPS-B.C1-A.S1 - 3.ª; de 10-02-2010, Proc. n.º 583/02.0TALRS.L1-A.S1 - 3.ª, de 18-02-2010, Proc. n.º 12323/03.2TDLSB.L1-A.S1 - 5.ª; de 03-03-2010, Proc. n.º 6965/07.4TDLSB.L1-A.S1 - 3.ª.

XII- Explicitam os citados Acs. de 03-04-2008, de 02-10-2008, de 08-10-2008 e de 12-02-2009, todos do mesmo relator, que a expressão “soluções opostas” «pressupõe que nos dois acórdãos seja idêntica a situação de facto, em ambos havendo expressa resolução de direito e que a oposição respeita às decisões e não aos fundamentos; se nas decisões em confronto se consideraram idênticos factores, mas é diferente a situação de facto de cada caso, não se pode afirmar a existência de oposição de acórdãos para os efeitos do n.º 1 do art. 437.º do CPP».

XIII- Segundo o Ac. de 13-02-2008, Proc. n.º 4368/07 - 5.ª, a exigência de soluções antagónicas pressupõe identidade de situações de facto, pois não sendo elas idênticas, as soluções de direito não podem ser as mesmas.

XIV- E de acordo com o Ac. de 10-07-2008, Proc. n.º 669/08 - 5.ª e de 25-03-2009, Proc. n.º 477/09 - 5.ª, o recurso tem de assentar em julgados explícitos ou expressos sobre situações de facto idênticas, sendo necessário, como requisito prévio, que tenha havido decisões jurídicas fundamentadas e expressas sobre o mesmo ponto de direito, por dois tribunais superiores e em sentido oposto, sendo necessário, na explicitação do Ac. de 03-07-2008, Proc. n.º 1955/08 - 5.ª, que ambos se debrucem especificamente sobre a questão jurídica que esteve na base da decisão diferente.

XV- Podem ver-se ainda os Acs. de 12-03-2009, Procs. n.º 576/09 - 5.ª (interessa pois que a situação fáctica tenha os mesmos contornos, no que releva para desencadear a aplicação das mesmas normas) e n.º 477/09 - 5.ª (o recurso para fixação de jurisprudência tem de assentar em julgados explícitos ou expressos sobre situações de facto idênticas); de 25-03-2009, Proc. n.º 477/09 - 5.ª;

de 15-04-2009, Proc. n.º 3263/08 - 3.ª; de 10-09-2009, Proc. n.º 458/08.0GAVGS.C1-A.S1 - 5.ª (interessa que a situação fáctica se apresente com contornos equivalentes, para o que releva no desencadeamento da aplicação das mesmas normas) e de 10-09-2009, Proc. n.º 183/07.9GTGRD.C1.S1 - 3.ª, onde se refere: «Situação de facto idêntica para efeitos de recurso de fixação de jurisprudência é apenas a que consta dos acórdãos legitimados à fixação, no caso a matéria de facto fixada respectivamente em cada acórdão da Relação. (...). Se a matéria de facto provada nos acórdãos da Relação é diferente, implicando consequência jurídica também diferente, é óbvio que não pode dizer-se que houve soluções divergentes que conduziram a soluções opostas relativamente a mesma questão jurídica. (...) Somente após a fixação da matéria de facto provada se pode definir e decidir o direito, pois que é sobre a matéria de facto, definitivamente estabelecida, que incide depois o direito constante da lei aplicável. É a matéria de facto que gera a questão de direito e convoca à aplicação da lei e não o contrário. E somente depois de fixada a questão de facto é que surge a questão de direito. Por isso se compreende que somente perante situações jurídicas decididas de forma oposta perante matéria de facto idêntica é que pode configurar-se recurso de fixação de jurisprudência, verificados os demais pressupostos».

XVI- No mesmo sentido ainda os Acs. de 28-10-2009, Proc. n.º 326/05.7IDVCT-B - 3.ª, Proc. n.º 536/09.8YFLSB-A.S1 - 3.ª, e de 05-05-2010, Proc. n.º 61/10.4YFLSB - 3.ª.

XVII- Ainda de acordo com o Ac. de 13-01-2010, Proc. n.º 611/09.9YFLSB.S1 - 3.ª, a oposição tem de ser expressa, e não meramente tácita, e incidir sobre a decisão, e não apenas sobre os seus fundamentos, e pressupõe igualmente uma identidade essencial da situação de facto de ambos os acórdãos em confronto.

XVIII- Como se extrai do Ac. de 25-02-2010, Proc. n.º 471/08.7GEGMR.G-A.S1 - 5.ª, não se pode fixar

jurisprudência sobre o grau de culpa de um determinado facto ilícito, pois a apreciação da culpa supõe sempre uma margem de liberdade do tribunal que não pode ser objecto de qualquer fixação de jurisprudência; essa apreciação varia de caso para caso, de acordo com as circunstâncias concretas, em que entram elementos objectivos como subjectivos.

XIX- Segundo o Ac. de 18-03-2010, proferido no Proc. n.º 353/04.1GDSNT.L1-A.S1 - 5.ª, o recurso em causa não visa a correcção de erros de subsunção.

XX- A questão central em debate num e noutro dos processos em confronto gira em torno da dicotomia direito à honra e bom nome/direito à liberdade de crítica e expressão, discutindo-se a prevalência de um ou outro, mas assume características, enquadramentos, contornos, incidências e desenvolvimentos muito diversos num e noutro processo.

XXI- Ademais, as circunstâncias concretas em que assentaram os julgados são efectivamente muito diversas, tendo os julgadores de pronunciar-se sobre situações de facto diferentes, sem dúvida revestindo maior complexidade o caso do escrito difundido na imprensa, desde logo face à “intromissão” da ponderação de ocorrência no caso da causa de justificação prevista na al. b) do n.º 2 do art. 180.º CP. Desde logo, há que assinalar que em confronto estão, por um lado, um acórdão confirmativo de uma sentença final, condenatória, que inclusive passou pelo crivo do TC por questões relacionadas com a fixação da matéria de facto, determinando segundo julgamento com vista a reparar o juízo de constitucionalidade, para possibilitar ao arguido a prova da *exceptio veritatis*, do que resultou ampliação da matéria de facto; por outro, um acórdão confirmativo de um despacho de não pronúncia, o que desde logo patenteia as diferenças entre um e outro casos.

XXII- Confrontadas as duas situações pode concluir-se que no fundo a razão da discrepância das duas

decisões não reside tanto na interpretação divergente da lei aplicável, pois essa divergência seria visível se estivessemos perante situações de facto idênticas. Mas não é isso o que ocorre aqui. O que se verifica é a divergência entre a facticidade apurada num e noutro caso, e inclusive, a necessidade de formulação de juízos de diversa amplitude, bastando atender que no caso do processo de que emergiu o acórdão recorrido houve que decidir, se sim ou não, se preenchia a causa de justificação da prova da veracidade dos factos imputados, supondo-se num e noutro caso uma margem de apreciação do tribunal que não pode ser uniformizada, pois variará de caso para caso.

XXIII- Não se pode fixar jurisprudência em caso em que o que está em causa é saber se determinada conduta, consoante a sua intensidade/potencialidade ofensiva da honra deve ou não prevalecer sobre o direito de expressão e assim, determinar se é ou não punível, pois tal depende da configuração de parâmetros objectivos e subjectivos, absolutamente variáveis, que suportarão a formulação de juízo num ou noutro sentido, o que impede que se trace um sentido uniformizador de procedimentos.

XXIV- Sendo diferentes os pressupostos factuais, diversas foram as situações de facto e em consequência os respectivos enquadramentos jurídicos, o que não surpreende, pois a aferição da tipicidade/atipicidade das condutas tem necessariamente de ser feita caso a caso, tendo em conta o circunstancialismo próprio, as especificidades de cada situação submetida a juízo.

15-09-2010 – Proc. n.º 82/00.5TBVGS.C1-A.S1 - 3.ª Secção – Raul Borges (relator) – Fernando Fróis e Pereira Madeira

Acusação – Princípio da vinculação temática – Rejeição – Despacho que designa dia para a audiência – Nulidade sanável – Difamação – Injúria – Bem jurídico protegido – Direito de crítica- Direito

à honra

I- O objecto do recurso centra-se em saber se o despacho de rejeição da acusação (particular, que rejeitou considerando-a manifestamente infundada, por os factos imputados ao arguido não constituírem crime), se contém nos limites do controlo dos vícios estruturais da acusação.

II- A acusação, sendo uma condição indispensável do julgamento, por ser pela acusação que se fixa o objecto do processo, há-de conter os factos que são imputados ao arguido e esses factos hão-de integrar a prática, pelo arguido, do ilícito penal pelo qual é requerido o seu julgamento; não havendo lugar à fase da instrução, a legalidade da acusação está sujeita a fiscalização judicial, por via do despacho a que se refere o art. 311.º do CPP, no âmbito do qual se terá de aferir da ocorrência dos pressupostos legais para que a acusação possa ser admitida.

III- O art. 311.º, n.º 2, al. a), dispõe que se o processo tiver sido remetido para julgamento sem ter havido instrução, o presidente despacha no sentido de rejeitar a acusação, se a considerar manifestamente infundada, devendo entender-se como tal aquela que não contenha a identificação do arguido, a narração dos factos, as disposições legais aplicáveis ou as provas que a fundamentam, ou se os factos não constituírem crime (n.º 3 dessa norma).

IV- Já foi notado, e com razão, que os vícios elencados no n.º 3 do art. 311.º se sobrepõem às nulidades sanáveis do art. 283.º, n.º 3, als. a), b), e c), pelo que as ditas nulidades se convertem em matéria de conhecimento oficioso do tribunal.

V- A tutela penal do direito constitucional “ao bom-nome e reputação” – art. 26.º, n.º 1, da CRP –, é assegurada, em primeira linha, pelos arts. 180.º e 181.º do CP que, na descrição típica, utilizam a expressão “ofensivos da honra e consideração”, não se podendo prescindir de definir o conceito de “honra”.

VI- A doutrina dominante adopta uma concepção dual da honra: esta é vista como um bem jurídico complexo que inclui, quer o valor pessoal ou interior de cada indivíduo, radicado na sua dignidade, quer a própria reputação ou consideração exterior. O que o bem jurídico protege é a honra interior inerente à pessoa enquanto portadora de valores espirituais e morais e, para além disso, a valência deles decorrente, a sua reputação no seio da comunidade.

VII- Esta é a doutrina compatível com a nossa própria lei, já que o nosso ordenamento jurídico-penal, em consonância com a ordem constitucional, alarga o conceito da honra também à consideração ou reputação exteriores.

VIII- A jurisprudência e a doutrina jurídico-penais portuguesas têm correctamente recusado sempre qualquer tendência para uma interpretação restritiva do bem jurídico “honra”, que o faça contrastar como o conceito de “consideração” ou com os conceitos jurídico-constitucionais de “bom-nome” e de “reputação”, nunca tendo tido entre nós aceitação a restrição da “honra” ao conjunto de qualidades relativas à personalidade moral, ficando de fora a valoração social dessa mesma personalidade; ou a distinção entre opinião subjectiva e opinião objectiva sobre o conjunto das qualidades morais e sociais da pessoa; ou a defesa de um conceito puramente fáctico, quer – no outro extremo – estritamente normativo da honra. Por isso se pode concluir seguramente pela total congruência entre a tutela jurídico-penal e a protecção jurídico-constitucional dos valores da honra das pessoas – cf. Figueiredo Dias, RLJ, Ano 115.º, pág. 105.

IX- Segundo o entendimento hoje dominante, os juízos de apreciação e valoração vertidos sobre realizações ou prestações, na medida em que não seja ultrapassado o âmbito da crítica objectiva, caem já fora da tipicidade de incriminações como a difamação – cf. Costa Andrade, Liberdade de

Imprensa e Inviolabilidade Pessoal, Coimbra Editora, 1996, págs. 232 a 240.

X- E no sentido da atipicidade da crítica objectiva afastam-se, hoje, as exigências de proporcionalidade e da necessidade objectiva, do bem-fundado ou da “verdade”, bem como o pressuposto do meio menos gravoso.

XI- Ou seja, a tese da atipicidade da crítica objectiva não depende do acerto, da adequação material ou da “verdade” das apreciações subscritas. Por outro lado, o direito de crítica com este sentido não conhece limites quanto ao teor, à carga depreciativa e mesmo à violência das expressões utilizadas.

XII- É hoje igualmente pacífico o entendimento que submete a actuação das instâncias públicas ao escrutínio do direito de crítica objectiva.

XIII- São ainda de levar à conta da atipicidade os juízos que, como reflexo necessário da crítica objectiva, acabam por atingir a honra do autor da obra ou prestação em exame: nesta linha, o crítico que estigmatizar uma acusação como “persecutória” ou “iníqua” pode igualmente assumir que o seu agente teve, naquele processo, uma conduta “persecutória” ou “iníqua” ou que ele foi, em concreto, “persecutório” ou “iníquo”. Aqui, está já presente uma irreduzível afronta à exigência de consideração e respeito da pessoa, mas trata-se de sacrifício ainda coberto pela liberdade de crítica objectiva, não devendo ser levado à conta de lesão típica.

XIV- Já o mesmo não se poderá sustentar para os juízos que atingem a honra e consideração pessoal perdendo todo e qualquer ponto de conexão com a prestação ou obra que, em princípio, legitimaria a crítica objectiva.

17-11-2010 – Proc. n.º 51/10.7YFLSB.S1 – 5.ª Secção – Isabel Pais Martins (relatora, por vencimento) – Soares Ramos (com declaração de voto) e Santos Carvalho



Abuso de liberdade de imprensa – Juiz – Acórdão da Relação – Admissibilidade de recurso – Prova indiciária – Direito de crítica – Prevenção geral – Prevenção especial – Medida concreta da pena – Danos não patrimoniais – Indemnização – Equidade

I- O recurso, intentado mercê da absolvição, pela Relação, de juiz de direito, pela imputação de crime cometido no exercício das suas funções, contra procuradora-adjunta, endereçado ao STJ por força dos arts. 12.º, n.º 3, al. a), 433.º e 432.º, n.º 1, al. a), do CPP, abrange no seu poder cognitivo a reponderação, em forma parcial, de pontos de facto havidos por incorrectamente julgados, para os quais se procura remédio, em ordem ao estabelecimento de uma acertada decisão de direito.

II- A decisão, em tal caso, não se basta com meras declarações gerais quanto à razoabilidade do decidido, requerendo sempre a reponderação especificada, em juízo autónomo, da força e da compatibilidade probatória entre os factos impugnados e as provas que serviram de base à convicção.

III- A fundamentação da convicção probatória, nos termos do art. 374.º, n.º 2, do CPP, não impõe a descrição, à exaustão, de todas as motivações, argumentos, razões, em substituição concentrada dos princípios da oralidade e imediação, transformando-os numa redocumentação da prova, sem embargo de perante os intervenientes processuais e perante a própria comunidade a decisão a proferir dever ser clara, transparente, permitindo acompanhar de modo linear a forma como se desenvolveu o raciocínio que culminou com a decisão da matéria de facto e, também, de direito.

IV- No processo penal há quem distinga entre factos principais e factos instrumentais, estes integrados por fragmentos individualizáveis, referindo-se aqueles aos que titulam o objecto da imputação penal, a premissa fáctica da norma aplicável, e que são pressuposto essencial para que siga o efeito jurídico visado por tal norma.

V- A actividade probatória socorre-se de elementos aptos a integrar directamente a imputação do facto principal, mas também de factos sobrevivendo ao longo da sequência probatória e que auxiliam à fixação definitiva e mais rigorosa do acervo factual. E esses são os factos instrumentais. Entre os factos principais ocupam relevo os factos probatórios e, neles, os notórios e os elementos de prova.

VI- O Tribunal recorrido não fixou factos, não compreendidos entre os provados e os não provados, mas que relevam à decisão da causa, em certa medida se quedando por uma fixação lacunar integrante do vício da insuficiência da matéria de facto para a decisão de direito – art. 410.º, n.º 2, do CPP – e que o STJ, a fim de evitar o reenvio, ele próprio, os fixa, como lhe é legalmente consentido, já que funciona, excepcionalmente, como tribunal em primeiro e último grau de recurso.

VII- O art. 180.º do CP, ao tipificar o conceito de difamação, distingue entre imputação de facto, ou suspeita dele, juízo ofensivo da honra e consideração ou reprodução de tal impugnação, obriga à distinção clássica entre honra e consideração, que conotam os dois bens ou valores jurídicos envolvidos no tipo.

VIII- A suspeita não envolve um juízo de valor. O juízo só se faz quando se chega a uma certeza a respeito de alguém. A suspeita é uma hipótese que se formula a respeito de alguém, não se apresentando, sem mais, um juízo temerário. Uma suspeita só é censurável quando se basear em elementos logicamente insuficientes, ou seja, quando o for por leviandade, má vontade ou malícia. Trata-se do mau emprego das regras da lógica e implicitamente de uma injustiça censurável.

IX- O homem, só pelo facto de o ser, de existir, de ter nascido, tem direito a que a sua dignidade como tal seja respeitada, por isso, a CRP, no seu art. 26.º, n.º 1, protege, além do mais, o bom nome e a reputação pessoal, funcionando tal direito como limite a outros, como, por exemplo, o de informar.



X- A arguida, enquanto juiz de direito, em jeito de balanço sobre o que fora a sua actividade num determinado tribunal, ao longo de mais de 10 anos, concedeu uma entrevista a um jornal, onde, depois de aflorar outras questões, aborda a temática da corrupção, acabando por afirmar que sempre que «se me suscitam dúvidas, elaboro o *dossier* respectivo e envio para quem de Direito». Por via de regra, disse, essas participações vão para os superiores hierárquicos e/ou para o MP.

XI- Mais referiu que no caso que lhe pareceu de maior gravidade, claro que dentro dessa linha de pensamento com conexão à corrupção, «mandei para o topo da autoridade, o que fiz muito recentemente, e que não caiu em saco roto». Ora, o *dossier* reputado por si, da maior gravidade, enviado ao PGR, permitem os indícios probatórios recolhidos, devidamente concatenados, sem dispensar, como cumpre em ofensas cometidas em documento, a leitura integral, concluir ser o que respeitava a certidão de inquérito onde a assistente promoveu a suspensão provisória e não mereceu acolhimento, ao invés do que antes sucedera em casos similares.

XII- A prova indiciária é uma prova indirecta, baseada em indícios, também apelidada de prova lógica; indícios esses que são todas as provas conhecidas e apuradas a partir das quais, mediante um raciocínio lógico, pelo método indutivo, se obtém a conclusão firme, segura e sólida; a indução parte do particular para o geral e apesar de ser prova indirecta tem a mesma força que a testemunhal, documental ou outra.

XIII- Os indícios representam uma grande importância em processo penal, já que se não tem à disposição prova directa, sendo imperioso fazer um esforço lógico, jurídico-intelectual para o facto não ficar impune. Exigir a todo o custo a existência destas provas directas seria um fracasso em processo penal, ou forçar a confissão, o que constitui a característica mais notória do sistema de prova taxada e como expressão máxima a tortura.

XIV- O indício, para servir de base probatória, tem como requisito de teor formal o facto de da sentença deverem constar os factos-base e a sua prova, os quais vão servir de base à dedução ou inferência, além de ali se explicitar o raciocínio através do qual se chegou à verificação do facto punível, explicitação essa necessária para controlar a racionalidade da inferência.

XV- Requisito material é estarem os indícios plenamente comprovados por prova directa, os quais devem ser de natureza inequivocamente acusatória, plurais, contemporâneos de facto punível e sendo vários, devem mostrar-se interrelacionados de modo a reforçarem o juízo de inferência. Este juízo de inferência deve ser razoável, não arbitrário, absurdo ou infundado, respeitando a lógica da experiência da vida, para que dos indícios derive claramente o facto a provar, existindo umnexo directo, preciso e adequado.

XVI- A arguida agiu intencionalmente, ao denunciar a suspeita de corrupção, considerando que, para além de ausência de transparência e a verificação de irregularidades, o procedimento usado na apresentação do concreto processo no TIC, não sendo habitual, «vem sendo usado em certos e determinados processos, que envolvem certas e determinadas pessoas e via de regra, mais cedo ou mais tarde, são alvo de celeuma, para já não falar daquela que provocam de imediato nos Tribunais aonde ocorrem, tais “atropelos” ao normal e habitual procedimento».

XVII- E esse seu comportamento intencional, visando a assistente, mostra-se, ainda, presente na prestação de depoimento no âmbito de inquérito, onde reitera o “eventual favorecimento pessoal” presente no inquérito onde foi proposta a suspensão provisória do processo.

XVIII- Mas mesmo que não lhe presidisse esse específico intuito, por não ser necessário o dolo específico, que não prescinde da actuação de acordo com a forma de dolo indicada no tipo legal,



nem por isso o seu comportamento seria impunível, pois o legislador basta-se com a formulação da suspeita e esta a ser ofensiva da honra e consideração.

XIX- A arguida, juiz de direito, não ignora – não pode ignorar – porque julga o seu semelhante e, mais ainda, possui em sentido axiológico ou normativo das palavras, arredo, por vezes, do cidadão comum, que ao pôr a descoberto a existência de favorecimento pessoal, ofendia a honra e consideração da ofendida.

XX- A arguida criticou certas práticas processuais seguidas em processos penais, em geral, para depois, em particular, endereçar a crítica a um processo que as entidades nele directamente envolvidas – e outras sem o estarem –, logo identificaram, e, necessariamente, a assistente, usando meio público, como é um jornal, em violação, além do mais, do direito de reserva (art. 12.º, n.º 1, do EMJ) a que está vinculada, por isso sendo até punida, embora sem trânsito até ao presente, disciplinarmente pelo CSM, além de que a magistrada em causa não é sua subordinada, devendo-lhe, como às demais pessoas, um tratamento correcto, urbano.

XXI- O direito de crítica, sobretudo o ligado à imprensa, tende a provocar situações de conflito potencial com bens jurídicos como a honra, e cuja relevância jurídico-penal está, à partida, excluída por razões de atipicidade. Mas há uma linha de fronteira abaixo da qual se não pode descer em termos de protecção da honra e consideração da pessoa, sob pena do seu aviltamento e atentado inqualificável; em nome de uma liberdade irrestrita não pode desculpabilizar-se uma ofensa à pessoa humana e muito menos se gratuita, sem fundamento, pois, mais intolerável.

XXII- A independência, imparcialidade e objectividade que se não dispensa a quem julga, aplica ou promove a aplicação da lei, ou seja, aos magistrados, não é um privilégio seu, mas um dever funcional que a comunidade lhes defere para a

defesa dos seus interesses, situando-se numa posição acima e além dos intervenientes, à margem de centros de pressão, condicionantes de uma actuação de isenção e rigor.

XXIII- A acusação de suspeição de favorecimento pessoal, de corrupção, é altamente lesiva da visada, por ser magistrada, a quem cumpre, além do mais, o exercício da acção penal, subordinada ao princípio da legalidade – art. 3.º, n.º 1, al. c), do EMP –, desqualificando-a pessoal e profissionalmente em alto grau, altamente censurável, porque vinda de juiz de direito, adstrito à obrigação especial de não lançar essa suspeita sobre outro magistrado e mais ainda quando absolutamente infundada.

XXIV- A finalidade da pena é a da protecção dos bens jurídicos, sua finalidade pública, instrumento de contenção de eventuais prevaricadores, ou seja, de prevenção geral, tanto mais necessária quanto o for a importância dos bens jurídicos a acautelar, sempre com respeito pelo princípio da proporcionalidade, consagrado no art. 18.º, n.º 1, da CRP, e a de reinserção social do agente, finalidade particular da pena, actuando sobre a pessoa do agente, em termos de se conseguir uma emenda cívica, em ordem a não voltar a afrontar a lei, a reincidir – art. 40.º, n.º 1, do CP.

XXV- Estas duas vertentes, exprimindo a teleologia pragmática cabida à pena, interagem na medida agora concreta da pena, a determinar em função da culpa e das exigências de prevenção, interferindo, nesse concretismo, circunstâncias inerentes à pessoa do agente, que agravam ou atenuam a responsabilidade penal, como resulta do art. 71.º, n.ºs 1 e 2, do CP.

XXIV- O dolo da arguida é intenso; a ilicitude, ou seja, o grau de contrariedade à lei, a atender ao meio de que se serviu para veicular a suspeita, aos maus efeitos dela derivados, levando à desfiguração da sua imagem, precisamente através de um meio de informação, um jornal de grande tiragem,



aviltando magistrada de grande prestígio entre os seus pares – e não só –, pessoa de apurada sensibilidade, educação esmerada, de grande apego e brio pelo trabalho, de reconhecida competência profissional, honesta e digna, absolutamente ímerna do labéu de que foi alvo.

XXVII- E se num primeiro momento essa suspeita, aos olhos do leitor comum, não tinha rosto, salvo para o núcleo restrito de pessoas que logo a identificaram, logo passou a ser visada mais a descoberto no mesmo jornal, em data posterior, para depois o seu nome vir completamente à luz do dia, num outro jornal, desfazendo-se equívocos, dúvidas ou interrogativas.

XXVIII- O juízo de censura a dirigir-lhe é mais acentuado quando, tendo sido a arguida juiz de direito por mais de 10 anos no referido tribunal, forçosamente não desconhecia que aquilo que lhe gerou estranheza não tinha fundamento, era prática seguida. A arguida é delinquente primária, empenhada no trabalho, dedicada, humana e juiz há longos anos. Gerou algumas desavenças no mencionado tribunal, conseqüentes a questões administrativas e de distribuição de processos, como provimentos.

XXIX- As necessidades de prevenção especial, de emenda cívica, mostram-se esbatidas, visto a sua ausência de antecedentes criminais, pela integração laboral que denota, pela qualidade profissional que detém, tudo levando a crer que não reiterará.

XXX- As necessidades de prevenção geral sobrelevam as anteriores, pela frequência a que se assiste à ofensa ao bom nome e reputação das pessoas, servindo os meios de comunicação social, escrita e falada, de meio de transmissão da ofensa.

XXXI- Por isso, se condena a arguida como autora material de um crime de difamação agravada, p. e p. nos arts. 180.º, n.º 1, 184.º e 132.º, n.º 2, al. I), do CP, na pena de 75 dias de multa, à taxa diária de € 10, ou seja, na multa de € 750.

XXXII- A lei protege a violação da personalidade,

tanto física como moral, desde que esse dano não patrimonial assuma gravidade para ascender à categoria de interesse juridicamente protegido, por sensibilização comunitária impressa na lei – art. 70.º do CC. A ofensa ao crédito e ao bom nome é protegida no art. 484.º do CC. A gravidade da ofensa há-de aferir-se por um padrão objectivo, segundo as circunstâncias do caso concreto, que exclui uma sensibilidade embotada ou particularmente sensível, hiperbolizando o grau de satisfação a ter presente, pois que o dano deve assumir uma gravidade tal que não fique sem compensação.

XXIII- Dano é a frustração de uma utilidade que era objecto de tutela jurídica. A responsabilidade atinente aos direitos de personalidade insere-se, como regra, no âmbito da responsabilidade extracontratual, por respeitar ao exercício dos direitos subjectivos. Os interesses cuja lesão desencadeia um dano não patrimonial são infungíveis, não podendo ser reintegrado mesmo por equivalente. Mas é possível, em certa medida, contrabalançar o dano, compensá-lo mediante satisfações derivadas da utilização do dinheiro, em virtude da aptidão deste para propiciar a realização de uma ampla gama de interesses.

XXXIV- Esse dano é fixado em função da equidade, que é o critério do bom senso, da justa medida das coisas, objectivadas nelas, modelado pelo contributo da jurisprudência dos tribunais superiores, repudiando o arbítrio e o subjectivismo puro.

XXXV- Esse dano não patrimonial deve, no caso, ser compensado com a atribuição da importância de € 5000.

26-01-2011 – Proc. n.º 417/09.5YRPTR.S2 – 3.ª Secção – Armindo Monteiro (relator) – Santos Cabral (com voto de vencido, porquanto «entre os elementos objectivos do tipo a que alude o art. 180.º do CP avulta a distinção entre facto e consideração, exigindo um horizonte de contextualização para que se afirme a sua integração. Porém, tal contextualização tem sempre de ser efectivada em

função da sua relevância interpretativa do concreto acto que corporiza o acto ilícito de difamação, o qual, no caso vertente, é o teor da entrevista publicada. Esta consubstancia a ofensa da honra e consideração e a sua compreensão é passível de recurso à coadjuvação de elementos exteriores que possibilitem uma perspectiva do contexto em que se reproduziu. Todavia, já não é admissível que seja o elemento externo a corporizar a outorga da ilicitude à conduta concreta, ou seja, que a tipicidade criminal do acto seja concedida por algo que lhe é exógeno e sem correspondência no acto ilícito. A conduta típica vale pelo que vale e não em função de outros elementos que não os que nela estão recenseados. Significa o exposto que, em nosso entender, a mesma entrevista não atinge directamente a honra e consideração da assistente (...). Pode-se suscitar a questão de o mesmo acto ser gerador de grave suspeita sobre a honorabilidade profissional dos magistrados do MP que exerciam funções naquele tribunal e que tal efeito devesse ser previsto como consequência da conduta da arguida. Porém, tal situação é distinta da que ficou consignada nos presentes autos, em que a integração objectiva do crime com a ofensa da honra e consideração de uma concreta e determinada pessoa – a assistente – só logra concretização com a apelo a todo um historial das relações profissionais, mas sem correspondência no texto da entrevista. Assim, entende-se que deveria ser diversa a factualidade provada com as inerentes consequências») e Pereira Madeira («com voto de desempate»)

Decisão instrutória – Difamação – Acusação manifestamente infundada – Processo respeitante a magistrado – Direito à honra – Dolo específico – Fundamentação de facto – Fundamentação de direito – Causas de exclusão da ilicitude

I- Com a alteração operada pela Lei 59/98, de 25-08, continuou a subsistir a redacção da al. a) do n.º 2 do art. 311.º do CPP, no sentido de que se o

processo tiver sido remetido para julgamento sem ter havido instrução, o presidente despacha no sentido de rejeitar a acusação, se a considerar manifestamente infundada, mas foi aditado o n.º 3 que, fazendo caducar a jurisprudência fixada no Assento do STJ n.º 4/93, segundo o qual «A alínea a) do n.º 2 do artigo 311.º do Código de Processo Penal inclui a rejeição da acusação por manifesta insuficiência de prova indiciária», esclarece que a acusação se considera manifestamente infundada:

- quando não contenha a identificação do arguido;
- quando não contenha a narração dos factos;
- se não indicar as disposições legais aplicáveis ou as provas que a fundamentam;
- se os factos não constituírem crime.

II- Como refere Maia Gonçalves, *in* Código de Processo Penal Anotado – Legislação Complementar, 17.ª edição, 2009, pág. 729, «Acusação manifestamente infundada é aquela que, em face dos seus próprios termos, não tem condições de viabilidade. Os casos em que, para efeitos do n.º 2, a acusação se considera manifestamente infundada estão agora contemplados no n.º 3», entre os quais o da al. d): se os factos não constituírem crime e, por conseguinte, sem dependerem da prévia insuficiência indiciária dos mesmos.

III- O art. 379.º, n.º 1, do CPP, determina que a sentença condenatória especifique os fundamentos que presidiram à escolha e à medida da sanção aplicada, o que aliás resulta do art. 71.º do CP, que manda o tribunal atender na determinação concreta da pena e todas as circunstâncias que, não fazendo parte do tipo, depuserem a favor do agente ou contra ele, nomeadamente as ali indicadas, impondo o n.º 3 do citado preceito que na sentença são expressamente referidos os fundamentos da medida da pena.

IV- A sentença penal condenatória contém sempre factos desfavoráveis ao arguido são susceptíveis, em abstracto, de integrar um tipo legal de crime e, na medida em que configuram um



comportamento criminoso são, objectivamente, uma ofensa à honra. Embora nem sempre, o mesmo pode acontecer nos motivos de facto e de direito que fundamentam a decisão, bem como na indicação e exame crítico das provas ou dos meios de prova em que se baseou e fazer um resenha daquilo que de cada um extraiu, mas também demonstrar o raciocínio que lhe permitiu chegar à prova dos factos, sem o que a sentença também é nula.

V- No caso dos autos, as expressões que os assistentes consideraram difamatórias, para além de constarem dos factos provados, constam também da motivação de facto e da motivação de direito, concretamente da escolha e medida concreta da pena. Tais expressões resultam do teor dos depoimentos das testemunhas (elementos da GNR), devidamente escalpelizados na motivação fáctica e outras foram retiradas dos relatórios sociais, encontrando-se algumas delas entre aspas. Com efeito, as apontadas expressões são usadas, nos factos provados, com um verdadeiro *animus narrandi*, ou seja, para descrever a ocorrência e, no mais, para fundamentar as premissas do raciocínio da julgadora, não podendo, por isso, ficar vulneráveis e sujeitas ao crivo da tipificação penal comum.

VI- As expressões utilizadas pela arguida em decisão judicial no exercício da função jurisdicional, de harmonia com os seus poderes legais de cognição, no âmbito do objecto do processo, não resultaram de actuação pessoal, particular, de sua mera invenção, de forma a que delas se retire que a arguida quis ofender a honra e consideração dos assistentes; outrossim, as explica com fundamento na prova que indica e delas retirando a fundamentação da pena, pelo que não extravasam os limites legalmente exigidos pela decisão, circunscrevendo-se, assim, no exercício de um direito e no cumprimento de um dever imposto por lei (o direito de julgar perante o dever de administrar a justiça), o que exclui a ilicitude nos termos do art. 31.º, n.º 1, als. b) e c), do CP, e, por isso, não constitui ilícito criminal.

23-05-2012 - Proc. n.º 6/09.4TRGMR.S1 - 3.ª Secção - Pires da Graça (relator) e Raul Borges

Instrução – Requisitos – Factos genéricos – Objecto do processo – Princípio da vinculação temática – Direitos de defesa – Princípio do contraditório – Rejeição – Requerimento – Abertura da instrução – Juiz de instrução – Convite ao aperfeiçoamento – Nulidade – Inquérito – Taxa de justiça – Processo respeitante a magistrado

I - O requerimento de abertura de instrução, não estando sujeito à observância de quaisquer formalidades, deve, por imposição de lei – n.º 2 do art. 287.º do CPP – conter uma narração sintética das razões de facto e de direito de discordância da acusação, narrar os factos e indicar as normas jurídicas violadas, pois é ele que vai delimitar o objecto do processo, pela vinculação temática que desempenha, e especificar os meios de prova adequados, quer os não valorados em inquérito, quer os que o foram.

II- No caso vertente, o requerimento de abertura de instrução não se aproxima sequer da conformação de uma acusação à luz da exigência da lei – art. 283.º, n.º 3, do CPP –, pois deixa ao tribunal a tarefa, vedada, de sondar nas entrelinhas quais os concretos autores dos ilícitos que se diz terem sido cometidos, a sua concreta quota parte de responsabilidade neles, os concretos e muito claros factos em que incorreram, em ordem ao pleno exercício do seu direito de defesa, que não prescinde dessa enunciação balizada, não passando de um bloco de afirmações genéricas, difusas, sem conexão evidente com pessoas visível e individualmente discriminadas e sequência temporal.

III- E porque a falta de imputação de factos concretos não satisfaz, de forma alguma, a exigência, nos termos do art. 32.º, n.º 1, da CRP, da vertente inabdicável do direito de defesa, por esta não consentir acusação sem factos, vazia de conteúdo substantivo a que se equiparam os factos genéricos,

resta concluir pela inadmissibilidade legal da instrução, seu motivo de rejeição, nos termos do art. 287.º, n.º 3, do CPP.

IV- Embora ao juiz caiba investigar autonomamente o caso sujeito a instrução, tem de mover-se dentro do quadro factual fornecido, que constitui o limite material e formal da sua actuação, qual linha de força, estando-lhe vedado completar o requerimento ou convidar o apresentante a fazê-lo (neste sentido, AUJ 7/05, de 12-05-2005, DR I Série-A, de 04-11-2005).

V- Está ao alcance do JIC sindicar, nos termos do art. 308.º, n.º 3, do CPP, as nulidades cometidas a montante da instrução, no inquérito, em ordem a alcançar a finalidade de tal fase processual, judicial, situada a meio caminho entre o inquérito e o julgamento. Mas esse conhecimento tem que ser útil, o que não sucede quando a instrução não é admitida e o arquivamento do inquérito adquiriu, por isso mesmo, foros de definitividade.

VI- A abertura de instrução leva ao pagamento de 1 UC de taxa de justiça, podendo ser corrigida, a final, pelo juiz, para um valor entre 1 e 10 UCs, tendo em conta o propósito a atingir, a utilidade prática da instrução. Nesta situação, está em causa a incriminação de três magistrados e a obtenção de pressupostos condenatórios em vista da liquidação da indemnização, a pedir-lhes, no futuro. Por isso, a taxa de justiça acolhida (5 UCs) não se mostra desajustada – art. 8.º, n.º 2, do RCP.

20-06-2012 – Proc. n.º 8/11.OYGLSB.S2 – 3.ª Secção – Armindo Monteiro (relator) e Santos Cabral

Liberdade de expressão – Delito de opinião – Criminalização do negacionismo do Holocausto – Mandado de Detenção Europeu

I- Os motivos de não execução facultativa não vinculam a autoridade judiciária de execução a não proceder á detenção e entrega, pois conferem-lhe, uma *potestas decidendi* dentro da liberdade e independência de convicção e de decisão que lhe é comumente reconhecida, mas vinculam-na a

perpetrar um juízo jurídico de hermenêutica profundo e de ponderação da tutela de interesses juridicamente protegidos em conflito – a protecção de bens jurídicos em confronto com o crime e a protecção de interesses humanos face ao *ius puniendi*.

II- A recusa facultativa assenta em argumentos e elementos de facto adicionais aportados ao processo e susceptíveis de adequada ponderação, nomeadamente factos invocados pelos interessados, que, devidamente equacionados, levem a dar justificada prevalência ao processo nacional sobre o do Estado requerente.

III- O mandado de detenção europeu corporiza três características que simbolizam o princípio do reconhecimento mútuo.

IV- A liberdade de opinião e de expressão são indissociáveis: a primeira é a liberdade de escolher a sua verdade no segredo do pensamento, a segunda é a liberdade de revelar a outrem o seu pensamento; liberdades simétricas, têm necessidade uma da outra para se desenvolverem e se expandirem.

V- A liberdade de expressão, segundo a jurisprudência do TEDH "constitui um dos fundamentos essenciais de uma sociedade democrática, o que vale mesmo para as ideias que ferem, chocam ou inquietam; e qualquer restrição a essa liberdade só é admissível se for proporcionada ao objectivo legítimo protegido.

VI- A liberdade de expressão não é, não pode ser, a possibilidade de um exercício sem quaisquer limites alheio á possibilidade de colisão com outros valores de igual ou superior dignidade constitucional. Em Portugal, tal como na Alemanha, existem limites ao exercício do direito de exprimir, e divulgar, livremente o pensamento, e a sua violação pode conduzir á punição criminal ou administrativa. Esses limites visam salvaguardar os direitos ou interesses constitucionalmente protegidos de tal modo importantes que gozam de protecção, inclusive, penal.



VII- A liberdade de expressão não pode prevalecer quando o seu exercício violar outros valores aos quais a lei confere tutela adequada. Tais valores tanto podem emanar de uma necessidade de defesa de bens jurídicos radicados na ordem constitucional, e cuja valoração é intuitiva, como podem resultar de uma necessidade de tutela de valores que inscritos no espaço jurídica em que o nosso país se inscreve nomeadamente o comunitário.

VIII- Critério da dupla incriminação, ou da sua ausência, sendo omissa no elenco do artigo 12 da Lei 65/2003, está por alguma forma enunciado no nº3 do artigo 2 quando afirma que só é possível a entrega da pessoa reclamada se os factos que justificam a emissão do mandado de detenção europeu constituírem infracção punível pela lei portuguesa, independentemente dos seus elementos constitutivos ou da sua qualificação.

IX- Fundamental na negação do Holocausto é a rejeição do facto de ter existido uma política de perseguição, e extermínio, dos judeus, elaborada pelo estado nacional-socialista alemão, com a finalidade de sua exterminação enquanto povo; que mais de cinco milhões de judeus foram sistematicamente mortos pelos nazistas e seus aliados; e que o genocídio foi realizado em campos de extermínio recorrendo a formas de extermínio em que prevalece a utilização de ferramentas de assassinato em massa, tais como câmaras de gás.

X- Existem duas formas de encarar a maneira de combater o negacionismo: ou no campo das ideias do debate livre, e aberto, ou na valorização do bem jurídico fundamental que está em causa, tutelando-o com o recurso á criminalização. Tal dualidade está bem patente na circunstância de o negacionismo do Holocausto ser explícita ou implicitamente ilegal em dezasseis países, mas não criminalizado noutros países.

XI- A mera difusão de conclusões sobre a existência, ou não, de determinados factos, sem emitir juízos de valor sobre os mesmos, ou a sua ilicitude, não se pode considerar como uma excepção á liberdade de

expressão, mas sim como o produto de uma eventual elaboração intelectual, porventura injustificada ou patética, mas admissível. Falamos, assim, da diferença entre a mera negação do genocídio por contraposição á conduta que comporta uma adesão valorativa ao mesmo crime de genocídio, promovendo-o e exprimindo sobre ele um juízo de apreciação positiva. No mesmo plano se situa a incitação indirecta ao genocídio apresentando-o como justo, ou resultante de alguma espécie de provocação por parte daqueles que foram as suas vítimas. O entendimento de que deve ser penalizada a difusão de condutas justificativas do genocídio como manifestação do discurso do ódio está em consonância com as mais recentes aquisições em termos de direito comunitário como é o caso da Decisão-Quadro 2008/913/JAI do Conselho.

XII- Não contém o vício da inconstitucionalidade a penalização de condutas que, embora não sejam claramente idóneas para incitar directamente á comissão de delitos contra o direito dos povos como o genocídio, supõem uma incitação indirecta ao mesmo ou provocam, de modo mediato, a discriminação, o ódio ou a violência que é precisamente o que permite, em termos constitucionais, o estabelecimento do tipo legal do artigo 240 nº 2 b) do Código Penal.

XIII- A decisão sobre a prestação de garantia nos termos do artigo 13 da Lei 65/2003 depende da resposta formulada ao módulo do formulário pré estabelecido e, nomeadamente, á resposta afirmativa, ou negativa, á pergunta de se o interessado foi notificado pessoalmente, ou por outro modo informado da data e local da audiência. Interpretada a norma pela forma referida a resposta apenas admite uma daquelas alternativas e não uma incursão sobre a notificação dos prazos judiciais que foram fixados, como faz o mandado emitido.

05-07-2012 – Proc. n.º 48/12.2YREVR.S1 – 3.ª Secção – Santos Cabral (relator) – Oliveira Mendes

e Pereira Madeira

Concurso de infracções – Conhecimento superveniente – Cúmulo jurídico – Denúncia caluniosa – Difamação – Extinção da pena – Fins das penas – Fórmulas tabelares – Fundamentação – Imagem global do facto – Juiz – Matéria de facto – Medida concreta da pena – Novo cúmulo jurídico – Pena cumprida – Pena parcelar – Pena suspensa – Pena única – Revogação da suspensão da execução da pena – Suspensão da execução da pena

I- O pressuposto básico da efectivação do cúmulo superveniente é a anulação do cúmulo anteriormente realizado, o que significa que no novo cúmulo entram todas as penas, as do primeiro cúmulo e as novas, singularmente consideradas.

II- Na reelaboração do cúmulo não se atende à medida da pena única anterior, não se procede à acumulação, ainda que jurídica, das penas novas com o cúmulo anterior. O novo cúmulo não é o cúmulo entre a pena conjunta anterior e as novas penas parcelares.

III- Não tem, assim, fundamento jurídico considerar como limite mínimo do novo cúmulo a pena única fixada no primitivo cúmulo jurídico.

IV- As penas objecto de suspensão devem ser incluídas no cúmulo jurídico a efectuar porquanto o juiz que decreta a suspensão da pena parcelar, ignorando a existência do concurso, elabora um juízo de prognose sobre a evolução da personalidade do arguido com base numa delinquência ocasional que não se verifica.

V- Dentro das penas susceptíveis de ponderação para efeito de cúmulo, a Lei 59/2007, suprimiu o requisito que anteriormente estava inscrito normativamente exigindo que a condenação anterior não se encontrasse ainda cumprida, prescrita ou extinta.

VI- Face à actual redacção da norma é necessária a realização do concurso mesmo nestes casos, o que

implica pelo tribunal que realiza o concurso o ónus de descontar a pena já cumprida, quando da efectivação da pena conjunta do concurso.

VII- A pena de prisão cuja execução foi suspensa só deve ser englobada no cúmulo jurídico desde que não tenha sido declarada extinta pelo decurso do prazo de suspensão. Por contraposição devem ser abrangidas as penas suspensas na sua execução, desde que subsistam como realidades autónomas.

VIII- A extinção da pena suspensa implica uma declaração consubstanciada numa decisão fundamentada e recorrível. Por isso, deve proceder-se à sindicância do cúmulo jurídico efectuado com a inscrição dos processos em que a pena foi declarada suspensa quando não existiu a declaração de extinção a que alude o art. 57.º do CP.

IX- O STJ tem-se pronunciado, de forma uniforme, no sentido de que se impõe um especial dever de fundamentação na elaboração da pena conjunta, o qual não pode reconduzir-se à vacuidade de formas tabelares e desprovidas das razões do facto concreto.

X- Na indicação dos factos relevantes para a determinação da pena conjunta não relevam os factos que concretamente fundamentaram as penas parcelares, mas sim os que resultam de uma visão panóptica sobre aquele pedaço de vida do arguido, sinalizando as circunstâncias que consubstanciam os denominadores comuns da sua actividade criminosa o que, ao fim e ao cabo, não é mais do que traçar um quadro de interconexão entre os diversos ilícitos e esboçar a sua compreensão à face da respectiva personalidade.

XI- É uniforme o entendimento do STJ de que, após o estabelecimento da respectiva moldura legal a aplicar, em função das penas parcelares, a pena conjunta deve ser encontrada em consonância com as exigências gerais de culpa e prevenção.

XII- Os factos ocorridos, no mínimo há cerca de 7 e no máximo há cerca de 10 anos, foram cometidos por um cidadão com um processo de socialização normal, em que relevam a

proximidade à família e o trajecto profissional empreendedor. Dotado de personalidade paranóide, o eixo da conduta do arguido situa-se num litígio em que, em seu entender, os magistrados ofendidos adoptaram intervenção parcial. As razões de prevenção geral são intensas já que a expectativa dos cidadãos é que seja preservada a dignidade institucional dos magistrados. Deste modo, tem-se por adequada a pena conjunta de 5 anos de prisão.

XIII- Pressuposto básico da aplicação de pena de substituição é a existência de factos que permitam um juízo de prognose favorável em relação ao comportamento futuro, ou seja é necessário que o tribunal esteja convicto de que a censura expressa na condenação e a ameaça de execução da pena de prisão aplicada são suficientes para afastar o arguido de uma opção desvaliosa em termos criminais para o futuro.

XIV- Como o arguido tem assumido na vida uma postura globalmente normativa e como os factos cometidos constituíram um momento da vida do arguido em que se conjugaram as características da sua personalidade com o envolvimento em litígio judicial, é de determinar a suspensão da execução da pena nos termos do art. 50.º do CP.

17-10-2012 – Proc. n.º 182/03.0TAMCN.P2.S1 – 3.ª Secção – Santos Cabral (relator) – Oliveira Mendes (“vencido” de acordo com declaração que junta nos seguintes termos: “(...) tendo em atenção o ilícito global e a personalidade do arguido, da qual não pode ser dissociada a sua paranóia, anomia que, simultaneamente, mitiga e agrava o juízo a formular, tanto mais que bem reflectida nos factos, em especial na recorrente perpetração do crime de denúncia caluniosa (dez crimes), reduziria a pena conjunta para 5 anos e 6 meses de prisão”) e Pereira Madeira

Recurso contencioso – Comissão Nacional de Eleições – Contra-ordenação – Decisão Remissão – Proposta do instrutor – Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal – Princípio da imediação –

Princípio da oralidade – Decisão administrativa – Garantias de defesa – Direito de informar – Liberdade de imprensa e meios de comunicação social – Liberdade de expressão – Pluralismo ideológico – Notícia – Campanha eleitoral – Princípio da igualdade de tratamento das candidaturas – Princípio da oportunidade de esclarecimento público – Liberdade de expressão jornalística – Liberdade de escolha esclarecida do eleitor – Dolo – Prova indiciária - Medida concreta da coima

I- A decisão da CNE fundamenta-se expressamente no relatório de instrução, e projeto de decisão, que consta em anexo à respectiva acta.

II- Quanto à remissão feita na decisão recorrida para a proposta elaborada por um instrutor, entidade que continua legalmente encarregada de elaborar a instrução e que esteve em contacto directo com a defesa, pois que presidiu à audição do arguido e à inquirição das testemunhas por aquele apresentadas ou constantes da acusação, entende-se que os preceitos do processo penal deverão ser aplicados “devidamente adaptados”, o que não pode ter outro sentido senão o de considerar que é diferente a natureza da decisão porque é diversa a estrutura organizatória e funcional da Administração.

III- Por um lado, é preciso ter em conta que a estrutura do processo de contraordenação na sua fase administrativa não é uma estrutura acusatória baseada em duas magistraturas autónomas e independentes, ao contrário do que sucede com os processos judiciais. Na fase administrativa o processo obedece a uma estrutura inquisitória, tanto mais que quem instrui está na dependência hierárquica de quem decide.

IV- Por outro lado, a função jurisdicional do juiz não é rigorosamente a mesma da autoridade administrativa quando decide aplicar a coima. Se mais diferenças não houvesse, aí está a lei a dispor que a decisão administrativa é revogável até ao envio dos autos ao



tribunal, e quanto a nós poderá mesmo ser reformada em caso de invalidade relativa, ao passo que a função do juiz se esgota com a prolação da sentença, salvaguardando-se apenas a correcção de erros materiais.

V- Acresce que se não se põe em dúvida que se aplicam no processo contraordenacional não só os princípios constitucionais de garantia processual penal dos arguidos, além de diversos outros inseridos no respectivo CPP, não é menos verdade que alguns haverá que não terão ali aplicação. É o caso do princípio da imediação e do seu corolário da oralidade ou do princípio de que toda a prova é feita em julgamento. Ao contrário do que se passa com o juiz, o decisor administrativo não esteve em contacto directo com o arguido nem assistiu à audiência e defesa. A realidade do que ali se passou tem, por isso, de lhe ser transmitida por quem ali esteve: o instrutor.

VI- Por último, não se pode nunca esquecer que a decisão, se bem que integrando um “procedimento especial”, aparentado com o processo administrativo de tipo sancionador, mas dele se distinguindo, é fatalmente uma decisão administrativa, porque tomada por autoridade administrativa, embora a lei-quadro lhe atribua características especiais, entre as quais avulta a não admissão de recurso hierárquico em busca da definitividade vertical, uma vez que a decisão da autoridade administrativa (Delegado) se torna definitiva transcorrido o prazo de impugnação judicial.

VII- Como decisão administrativa que é, hão-de aplicar-se neste procedimento especial “as normas que não envolvam diminuição das garantias dos particulares”, conforme determina o próprio CPA a partir da reforma de 96.

VIII- Face às características e natureza do procedimento por contraordenação não se vê que sejam diminuídas as garantias de defesa pelo facto de ser o instrutor a elaborar a proposta de decisão de onde conste o designado “relatório” e a

“fundamentação”, ficando o decisor incumbido de proferir a decisão em sentido próprio, isto é, a determinar a coima, eventualmente as sanções acessórias que ao caso couberem, remetendo, quanto à fundamentação de facto e de direito, quanto aos elementos de agravação ou de atenuação da culpa e às normas legais aplicáveis, para a proposta do instrutor.

IX- Esta posição vai ao encontro do disposto no n.º 1 do art. 125.º do CPA. Acresce que se trata de solução que encontra eco numa corrente que se vem formando por virtude da decantada morosidade da justiça e que já teve um primeiro afloramento, ao nível judicial, nas alterações do CPP entradas em vigor no início de 2001, designadamente no que se refere aos acórdãos absolutórios mencionados no art. 400.º, n.º 1, al. f), do CPP.

X- No fundo, obrigar a decisão a repetir literalmente considerações já expressas noutra peça processual é uma imposição vazia de sentido, que apenas tem por resultado o desperdício de tempo.

XI- Em Portugal, o direito de informação encontra consagração constitucional no art. 37.º da CRP, integrando três níveis: o direito «de informar», o direito «de se informar», e o direito «de ser informado». A conjugação desse artigo com o art. 38.º, que incide concretamente sobre a liberdade de imprensa e meios de comunicação social, imprime a ideia de protecção quer da actividade individual de comunicação das notícias quer a “informação”, entendida como a acção de comunicar as notícias através dos meios de comunicação social. A liberdade de informação, como base da formação da opinião democrática, é um elemento essencial da liberdade de expressão. A liberdade de informação não é o direito de informar os outros, mas o direito de a si mesmo se informar, sendo um pressuposto da liberdade de expressão e da livre formação da opinião pública e não uma consequência; um Estado democrático não funciona sem uma opinião pública livre e informada, o mais objectivamente



possível, sobre os factos.

XII- A não referência expressa, na CRP (art. 37.º, n.º 1), aos meios através dos quais opera o direito de informação deverá, por força do art. 16.º, n.º 2, ser colmatada pelo recurso à DUDH, que, no seu art. 19.º, consagra o direito de procurar, receber e difundir informações, sem consideração de fronteiras, «por qualquer meio de expressão»; tal significa que tanto a expressão do pensamento como a informação podem ser veiculadas por qualquer meio; significa também não estar nominalmente previsto um regime especial para os meios de comunicação de massa; finalmente, em termos puramente normativos, resulta dificultada a possibilidade de aderir à posição que distingue a crónica individual da liberdade de informação levada a cabo pelos meios de comunicação.

XIII- É do conceito de informação – no que respeita ao lado activo do direito de informação – que decorrerá, em certa medida, o estatuto de alguns meios de comunicação.

XIV- O direito de informar é um direito de estrutura complexa, capaz de conter em si faculdades que o qualificam simultaneamente como direito, liberdade e até garantia institucionais.

XV- O conteúdo do direito de informação não pode desentender-se da definição do respectivo objecto. Se olharmos em especial ao direito de informar, poderemos verificar que os pressupostos e requisitos que integram o conceito de informação acabam por funcionar como margens delimitadoras do seu conteúdo.

XVI- Os limites do direito de informar são, por consequência, mais numerosos e mais extensos que os limites da liberdade de expressão. Assim, além dos limites assinalados a esta – que se aplicam, por maioria de razão, ao direito de informar –, podem indicar-se as seguintes linhas orientadoras:

a) A delimitação do direito de informar tem de resultar igualmente de uma interpretação sistemática da CRP, podendo relevar, consoante os

vários tipos de mensagem (política, religiosa, filosófica, publicitária, etc.), porém, não só os demais direitos e liberdades fundamentais, como a tutela de certos princípios e valores constitucionais inerentes à liberdade política e à forma democrática do governo;

b) Tal delimitação só pode ocorrer no quadro da CRP (art. 18.º, n.º 2) e deverá corresponder essencialmente à modulação do alcance dos direitos fundamentais concorrentes; em particular, além dos direitos que relevam da inviolabilidade pessoal, e que não podem ser lesados no seu conteúdo essencial, devem ser aqui chamadas outras limitações como as relativas à utilização de informação sobre pessoas e famílias (art. 26.º, n.º 2, da CRP), aos direitos dos arguidos (art. 32.º da CRP) ou à protecção constitucionalmente amparada do segredo;

c) Tal como para a liberdade de expressão, em princípio, a CRP (salvo os casos já apontados) não permite à lei que venha estabelecer limitações – no sentido que habitualmente lhe vem sendo dado de restrições – decorrentes de exigências da moral, da ordem pública ou do mal)

e, por outra, os que correspondem à delimitação do âmbito de protecção ou conteúdo do direito.

XVII- É liminar, por um lado, a importância do direito a informar como pilar de uma sociedade democrática, mas também a circunstância de que tal direito não é uma entidade absoluta e está limitado pela observância de regras de igual ou superior dimensão. Um dos princípios fundamentais do estatuto constitucional do sector público da comunicação social é o pluralismo ideológico. Cada órgão de comunicação social deve apresentar uma programação ou conteúdo ideologicamente «contrabalançado» e expressivo das diversas correntes de opinião.

XVIII- O pluralismo traduz-se em dar expressão às «diversas correntes de opinião». Não especifica a CRP que tipo de opinião é que está em causa, mas



há-de naturalmente tratar-se das correntes de opinião de natureza política, ideológica, religiosa, e, em geral, cultural. O princípio pluralista exige, designadamente: a proibição de silenciamento de qualquer corrente de opinião relevante na colectividade; a obrigação de atribuir a cada um mínimo adequado de expressão; a proibição de dar expressão a cada uma de forma desproporcionadamente grande ou pequena.

XIX- É nesta compreensão da relatividade do direito de informar que se deve partir para a distinção entre a notícia que se inscreve num inalienável exercício de um direito, e que não está cerceada por qualquer limitação legal, obedecendo única e simplesmente ao critério da importância jornalística e a notícia que, em período de campanha eleitoral, toca ou, por alguma forma, convoca algo mais do que a mera notícia, entrando no tratamento das candidaturas em presença.

XX- A recorrente, no caso em apreço, orientou-se naquele primeiro caminho aduzindo duas ordens de razões que se consubstanciam na existência de um critério editorial tendo em conta a representação que cada um dos partidos tinha no executivo municipal sendo natural que a cobertura jornalística tivesse sido feita na mesma proporção, e, ainda, a circunstância de a eleição à Presidência da Câmara Municipal X revestir a particularidade de o ainda Presidente da Câmara se ter candidatado num movimento independente e o seu vice Presidente ser o candidato do Partido A.

XXI- Contudo, a peça jornalística em causa estendeu-se às afirmações produzidas por um candidato de um terceiro partido, que nada tinha a ver com a invocada situação que, na perspectiva da arguida, justificaria o tratamento jurídico diferenciado. A partir do momento em que é dada oportunidade a um candidato às eleições locais da cidade de X de se pronunciar sobre as mesmas, também os restantes candidatos devem ter igual oportunidade não existindo qualquer justificação para um tratamento discriminatório,

tanto mais que esta era a única intervenção da recorrente relativa às eleições na mesma autarquia. Estamos pois em condições de afirmar que aquela peça noticiosa, respeitando, não só, mas também, à campanha eleitoral não deu um tratamento igual a todas as candidaturas.

XXII- Dispõe o art. 49.º da LOAL que os órgãos de comunicação social que façam a cobertura da campanha eleitoral devem dar um tratamento jornalístico não discriminatório às diversas candidaturas. Por seu turno, o art. 212.º do mesmo diploma pune a empresa proprietária de publicação informativa que não proceder às comunicações relativas a campanha eleitoral previstas naquela lei ou que não der tratamento igualitário às diversas candidaturas com coima de 200 000\$00 a 2 000 000\$00.

XXIII- Nos termos do DL 85-D/75, de 26-02, considera-se matéria relativa à campanha, as notícias, reportagens, a informação sobre as bases programáticas das candidaturas, as matérias de opinião, análise política ou de criação jornalística, a publicidade comercial de realizações, entre outros. Às notícias ou reportagens de factos ou acontecimentos de idêntica importância deve corresponder um relevo jornalístico semelhante. A parte noticiosa ou informativa não pode incluir comentários ou juízos de valor, não estando contudo proibida a inserção de matéria de opinião, cujo espaço ocupado não pode exceder o que é dedicado à parte noticiosa e de reportagem e com um mesmo tratamento jornalístico.

XXIV- Os princípios gerais de direito eleitoral consagrados na CRP, nomeadamente os prescritos na al. b) do n.º 3 do art. 113.º da LEOAL, visam a igualdade de tratamento de candidaturas e oportunidade de esclarecimento público.

XXV- Tratando-se, como se trata no caso vertente, de uma invocação feita da liberdade de expressão e criação dos jornalistas, a mesma não tem um carácter absoluto uma vez que tem de ser

conjugada, com o dever de igualdade de tratamento das candidaturas aos órgãos de poder local. A LEOAL estabelece regras de adequação de outros direitos, liberdades e garantias ao especial tempo de propaganda eleitoral, em nome exactamente de um outro direito fundamental em democracia e igualmente com assento constitucional: a liberdade de escolha esclarecida do eleitor alicerce, da soberania popular que funda o Estado de direito democrático, que somos (art. 2.º da CRP).

XXVI- Ao jornalista assiste a liberdade de adoptar os critérios de exercício da sua profissão e de tratamento da notícia, com a salvaguarda de que não crie, nomeadamente no período eleitoral, uma situação de discriminação de candidaturas concorrente a um órgão de poder local. A actividade dos órgãos de comunicação social, que façam a cobertura da campanha eleitoral, deve, pois, ser norteadada por critérios que cumpram os requisitos de igualdade entre todas as forças concorrentes às eleições; por preocupações de equilíbrio e abrangência, não podem adoptar condutas que conduzam à omissão de qualquer uma das candidaturas presentes.

XXVII- No caso dos autos, face aos seguintes factos demonstrados:

- no concelho de X concorreram aos dois órgãos municipais os seguintes partidos e coligações: A, B, C, D e o grupo de cidadãos eleitores E;
- apresentou candidatura apenas à Câmara Municipal o partido F;
- a recorrente transmitiu uma reportagem num dos seus noticiários, de 08-10-2009, em que apenas fez referência a três das candidaturas formalizadas à eleição da Câmara Municipal de X, tendo sido entrevistados os principais candidatos daquelas forças políticas;
- na reportagem da recorrente assim transmitida não foram feitas quaisquer referências às restantes candidaturas;
- a reportagem foi emitida durante o período de

campanha eleitoral, o qual se iniciou em 29-09-2009;

- no período de campanha eleitoral (entre 29-09-2009 e 09-10-2009) não se registaram quaisquer outras reportagens nos serviços noticiosos da recorrente relativas às eleições autárquicas dos órgãos do município de X;
- o critério editorial adoptado pela recorrente para a cobertura das campanhas no âmbito das eleições autárquicas de 2009, nela se incluindo a referente aos órgãos municipais de X, teve em conta a representação que cada um dos partidos políticos detinha no executivo municipal; entende-se que se encontram perfectibilizados os elementos fácticos relativos ao elemento material da infracção imputada.

XXVIII- A prova do elemento subjectivo do tipo, criminal ou contraordenacional, é complexa e, conseqüentemente, os tribunais para o afirmar têm que recorrer a juízos de inferência a partir de dados externos qualificados. Na verdade, os elementos subjectivos localizados no intelecto e consciência humana assumem-se como noções psicológicas que se furtam a uma percepção directa, ou apreciação imediata, por qualquer pessoa que não o próprio.

XXIX- É aqui que a prova indiciária assume uma especial importância para a acreditação desses elementos; tornando-se numa ferramenta necessária e única, na ausência de outros materiais comprobatórios que possam coadjuvar nesta tarefa. O conteúdo do pensamento só pode ser avaliado por indução ou por inferência, usando o juiz dados objectivos existentes no processo para afirmar até que ponto chegou o conhecimento do agente e quais eram suas verdadeiras intenções.

XXX- Conseqüentemente, será a partir do comportamento externo do sujeito e das circunstâncias em que surgiu o facto que o tribunal estará em condições de inferir os elementos subjectivos ou, por outras palavras, determinar

qual foi a intenção e o grau de conhecimento que, sobre as suas acções, teve a pessoa acusada da prática de uma infracção. Importa aqui a inferência operada na base dos elementos objectivos (indícios) decorrentes do seu comportamento e das características do facto.

XXXI- No caso concreto, encontramos-nos perante uma das mais importantes estações de televisão que opera em Portugal e para a qual não é desconhecida toda a problemática relacionada com a campanha eleitoral, incluindo as questões jurídicas suscitadas pela mesma. Igualmente é exacto que ao dar espaço de promoção eleitoral a um candidato no âmbito de uma notícia mais abrangente relativa a outros dois candidatos a arguida não estava a tratar de forma igualitária todas as candidaturas pois que não tiveram projecção televisiva as restantes candidaturas. De tais elementos objectivos pode-se inferir a existência do conhecimento de um tratamento desigual em relação a algo que não o devia ser.

XXXII- O dolo existente não se pode ajuizar como portador de uma forte carga de censura e as circunstâncias da contraordenação também se situam numa zona pouco densa em termos de consequências ou em termos de ilicitude contraordenacional. Sendo certo que não se justifica o apelo à mera admoestação, está suficientemente fundamentado a aplicação de uma coima situada no limite mínimo da moldura contraordenacional.

15-11-2012 – Proc. n.º 91/12.1YFLSB.S2 – 3.ª Secção – Santos Cabral (relator) – Oliveira Mendes e Pereira Madeira

Recurso de revisão – Sentença – Tribunal Europeu dos Direitos do Homem – Difamação – Liberdade de expressão – Incapacidade de decisões – Graves dúvidas sobre justiça da condenação – Direito ao recurso – Constitucionalidade – Caso julgado – Interpretação restritiva – Non bis in idem

I- O recorrente sustenta o seu pedido de revisão de sentença no fundamento previsto na al. g) do n.º 1

do art. 449.º do CPP, invocando a prolação de sentença pelo TEDH, instância a que recorreu nos termos do art. 34.º da CEDH, sob a alegação de que a sua condenação como autor material de um crime continuado de difamação agravada constitui uma ingerência no seu direito de liberdade de expressão, violadora do art. 10.º daquela CEDH.

II- O fundamento de revisão de sentença invocado pelo recorrente foi introduzido no nosso ordenamento jurídico-penal pelas alterações processuais operadas em 2007, concretamente pela Lei 48/07, de 29-08, fundamento que o legislador estendeu, também, ao processo civil, sendo resultado de recomendação adoptada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, relativa ao reexame e reabertura de determinados processos ao nível interno na sequência de acórdãos do TEDH. Porém, na estrita literalidade da lei, foi bem mais longe.

III- Não só considerou admissível a revisão de sentença (condenatória) perante sentença proveniente de qualquer instância internacional, obviamente, desde que vinculativa do Estado português, como se limitou a exigir, como seu único pressuposto, a ocorrência de inconciliabilidade entre as duas decisões ou de graves dúvidas sobre a justiça da condenação.

IV- Verdadeiramente, o legislador de 2007, ao permitir a revisão de sentença em termos tão latos, instituiu, indirectamente, um novo grau de recurso, quer em matéria criminal, quer em matéria civil, grau de recurso inconstitucional, por notoriamente violador do caso julgado. Tenha-se em vista que a própria CEDH prevê como excepções ao caso julgado, em processo penal, a descoberta de factos novos ou recentemente revelados ou um vício fundamental no processo anterior. Por isso, entendemos que é mister proceder a uma interpretação restritiva da lei no que concerne ao fundamento de revisão recentemente criado e ora em causa no presente recurso, interpretação que

deverá ser claramente assumida pela jurisprudência do STJ, designadamente nos casos em que se revele intoleravelmente postergado o princípio *non bis in idem*, obviamente na sua dimensão objectiva, ou outros direitos e princípios de matriz constitucional.

V- Interpretação restritiva que entendemos dever orientar-se no sentido dos princípios consignados na mencionada Recomendação, concretamente o princípio segundo o qual a reabertura de processos só se revela indispensável perante sentenças em que o TEDH constate que a decisão interna que suscitou o recurso é, quanto ao mérito, contrária à CEDH, ou quando constate a ocorrência de uma violação da CEDH em virtude de erros ou falhas processuais de uma gravidade tal que suscite fortes dúvidas sobre a decisão e, simultaneamente, a parte lesada continue a sofrer consequências particularmente graves na sequência da decisão nacional, que não podem ser compensadas com a reparação razoável arbitrada pelo TEDH e que apenas podem ser alteradas com o reexame ou a reabertura do processo, isto é, mediante a *restitutio in integrum*.

VI- Trata-se de limitações razoáveis que visam a harmonização entre o princípio *non bis in idem*, na sua dimensão objectiva (*exceptio iudicati*), princípio inerente ao Estado de direito, e a necessidade de reposição da verdade e da justiça, designadamente quando estão em causa direitos fundamentais do cidadão, limitações impostas, também, pela necessidade de garantir, minimamente, a soberania nacional em matéria judicial.

VII- No caso vertente, estamos perante decisão do TEDH condenatória do Estado Português, na qual se considerou que a sentença condenatória proferida pelas instâncias nacionais contra o recorrente violou o art. 10º da CEDH, por se haver entendido que a sua condenação constitui uma ingerência no direito à liberdade de expressão. Nesta conformidade, há que conceder provimento ao recurso autorizando a revisão de sentença.

VIII- Quanto à peticionada revogação da sentença é evidente que a pretensão do recorrente terá que improceder, consabido que o ordenamento jurídico nacional permite, apenas, a revisão de sentença e não também recurso de revogação ou anulação.

15-11-2012 – Proc. n.º 23/04.0GDSCD-B.S1 – 3.ª Secção – Oliveira Mendes (relator) – Maia Costa e Pereira Madeira

Liberdade de expressão – Segredo de justiça – Ofensa do crédito ou do bom nome – Pessoa colectiva – Pessoa singular – Admissibilidade de recurso – Acórdão da Relação – Competência do Supremo Tribunal de Justiça – Pena de multa – Alteração da qualificação jurídica – Alteração não substancial dos factos – Pedido de indemnização civil – Responsabilidade civil emergente de crime – Ilícitude – Culpa – Dolo directo – Dano – Indemnização – Prevenção geral – Prevenção especial – Equidade – Danos não patrimoniais

I- Não há recurso para o STJ quando o acórdão proferido pelo Tribunal da Relação, em recurso, não aplique pena privativa de liberdade, nos termos do art. 400.º, n.º 1, al. e), do CPP (pese embora o Tribunal da Relação não tenha mantido nos seus precisos termos a decisão da 1.ª instância, alterando a matéria de facto em determinados aspectos – alteração não substancial – e a qualificação jurídica, no que se refere a uma das agravantes, que retirou).

II- No que diz respeito às pessoas colectivas, a afectação do seu crédito ou bom nome está especificamente prevista, do ponto de vista civilístico, no art. 484.º do CC, constituindo, ao mesmo tempo, a lesão desse bem jurídico um crime com assento no CP.

III- Daí resulta que a violação desse direito ou bem jurídico afecta não só os interesses da pessoa lesada, mas também interesses colectivos que com a tutela civil e criminal se visam proteger, ou seja bens tidos como fundamentais à vivência comunitária, que dão à indemnização, enquanto

reparação dos danos causados, uma outra vertente, que tem a ver com aqueles interesses colectivos e que estão ligados à prevenção geral e especial (cf. Antunes Varela, in *Das Obrigações Em Geral*, 2.ª edição, Livraria Almedina, 1973, pág. 414).

IV - Segundo o art. 494.º do CC são a culpabilidade do agente, a situação económica deste e do lesado e as demais circunstâncias do caso que determinam o montante da indemnização a fixar. E uma vez que a responsabilidade de indemnizar se funda aqui num facto ilícito, haverá que atender também à gravidade do facto, ao seu grau de ilicitude, pois que a indemnização a arbitrar tem de ser proporcionada a tal gravidade, dentro do tal critério de equidade, que deve respeitar todas as regras da boa prudência, do bom senso prático, da justa medida das coisas, de criteriosa ponderação das realidades da vida.

IV- O demandado fez afirmações e propalou factos que são fortemente denegridores do crédito e bom nome de que gozam as pessoas colectivas ofendidas. Nomeadamente afirmou, no âmbito da Comissão de Ética Sociedade e Cultura da AR que aquelas agremiações eram «duas centrais de gestão de informação processual, concretizada através da promiscuidade com os jornalistas (...), obte[ndo] documentos de processos para os jornalistas publicarem, troca[ndo] esses documentos nos cafés, às escâncaras, se pude[ssem] ajudar a violar o segredo de justiça (...) e fornece[ndo] mesmo documentos.

V- O demandado, por fim, advertiu o respectivo presidente e deputados nestes termos: Isto vai acabar mal, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se não voltarmos ao período de regras em que a Justiça não faz política.». O arguido proferiu, ainda, estas palavras ao jornal ... «De onde sai a matéria que está em segredo de justiça? Só pode vir da justiça? (...) Se estivessem a resolver questões de natureza sindical, mas não: o que tenho visto é uma intervenção mais extensa e larga de intervenção política, com efeitos nocivos. (...) Tentam condicionar decisões do Procurador-

Geral da República e a opinião pública, e têm relações privilegiadas com jornalistas a quem, de vez em quando, vão passando documentos de natureza diversa.».

VI- Estas afirmações, para além de produzidas publicamente, em local de significado institucional e numa comissão especializada, imputando às referidas pessoas colectivas e seus membros factos tradutores de uma muito censurável falta de ética a nível profissional, e depois repetindo-as, fora dessa Comissão, para um jornal de grande projecção nacional, são profundamente lesivas do seu bom nome e reputação. A ampliação que foi dada às citadas afirmações pela sua divulgação por quase todos os meios de comunicação social, desde periódicos de âmbito nacional a meios audiovisuais de numerosas estações de rádio e canais de televisão intensifica a lesão daqueles bens jurídicos.

VII- Quer a AS, quer o SM se manifestaram, através dos seus órgãos directivos, profundamente atingidos com as afirmações feitas, tanto mais que são associações representativas dos magistrados de ambas as magistraturas no âmbito sócio-profissional, pugnano pela defesa de valores ligados à ética e deontologia profissionais, tais como a independência, a isenção e a objectividade, que são características do exercício das respectivas funções com assento na CRP e nos respectivos Estatutos. As imputações feitas pelo demandado implicam uma quebra total daqueles princípios por que se devem reger os juízes e os magistrados do MP, assim envolvidos nas afirmações ofensivas feitas pelo demandado de forma genérica – afirmações que, a corresponderem à verdade, por sobre serem violadoras dos sobreditos princípios, constituiriam crime. E, não obstante o anúncio por parte dos demandantes de que iriam participar criminalmente, pelos factos imputados, contra o demandado este reiterou as afirmações feitas desta forma: «Mantenho tudo o que disse ontem. A Justiça



deve ser prudente e exercer com recato as suas funções, algo que estas instituições não permitem que aconteça».

VIII- A fixação da indemnização tem aqui, também, uma natureza de sanção, visando também fins de prevenção, funcionando nesses casos como uma espécie de pena (ou de multa) privada, não tanto em proveito do Estado, mas em benefício das vítimas.

IX- A indemnização como reparação pelos danos não patrimoniais causados e como sanção de carácter civil gradua-se em função da culpabilidade (culpa/ilicitude), situação económica do lesante e do lesado e demais circunstâncias do caso. Tendo a culpa revestido a modalidade mais gravosa, ou seja, a forma dolosa e, dentro do dolo, uma especial intensidade, sendo a ilicitude de grau elevado, atendendo às consequências danosas, ao modo de actuação do demandante e ao universo das pessoas que compõem o substrato colectivo, tendo ainda em mente a situação económica dos demandantes e a do demandado, é adequada a indemnização de € 25 000 para cada um dos demandantes. 05-06-2013 – Proc. n.º 1667/10.7TDL5B.L1.S1 – 5.ª Secção – Rodrigues da Costa (relator) e Arménio Sottomayor

Convenção Europeia dos Direitos do Homem – Difamação – Inconciliabilidade de decisões – Recurso de revisão – Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

I- O recurso de revisão visa, não uma reapreciação do anterior julgado, mas uma nova decisão assente em novo julgamento da causa, com base em novos dados de facto.

II- Na primitiva condenação, o requerente foi alvo de condenação pela prática de um crime de difamação cometida através da comunicação social dos arts. 180.º, n.º 1, e 183.º, n.º 2, ambos do CP, mas o TEDH considerou que a decisão do tribunal português não era necessária numa sociedade democrática e que existiu violação do art. 10.º da CEDH.

III- Deve ser autorizada a revisão, de acordo com a al. g) do n.º 1 do art. 449.º do CPP, se a sentença vinculativa proferida por uma instância internacional for inconciliável com a sentença criminal condenatória proferida pelo Estado português ou se suscitarem dúvidas graves sobre a justiça da condenação.

26-03-2014 – Proc. n.º 5918/06.4TDPRT-A.S1 – 3.ª Secção – Santos Cabral (relator) – Oliveira Mendes e Pereira Madeira

Parte II – Jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

Jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria penal e processual penal



Comunicação apresentada na ação de formação “Jurisprudência Internacional e Constitucional Penal e Processual Penal”, realizada pelo CEJ no dia 07 de junho de 2013, em Lisboa.

[Ana Isabel Soares Pinto]

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS



Sumário:

- **I** – Breve balanço da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre cooperação judiciária em matéria penal.
- **II** – Os direitos fundamentais enquanto limite ao princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais penais: lições dos acórdãos do Tribunal de Justiça, de 26 de Fevereiro de 2013, Melloni, processo C-399/11 e de 30 de Maio de 2013, F, processo C- 168/13 PPU.
- **III** – Princípio do processo equitativo: artigo 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.
- **IV** – Princípio *nullum crimen sine lege, nulla poena sine lege*: artigo 49.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.
- **V** – Direitos de defesa: artigo 48.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia:

- Acórdão de 30 de Maio de 2013, F, processo C- 168/13 PPU.
- Acórdão de 26 de Fevereiro de 2013, Melloni, processo C-399/11.
- Acórdão de 28 de Junho de 2012, Caronna, processo C-7/11.
- Acórdão de 29 de Janeiro de 2013, Radu, processo C-396/11.
- Acórdão de 3 de Maio de 2007, Advocaten voor de Wereld, processo C-303/05.
- Acórdão de 16 de Junho de 2005, Pupino, processo C-105/03



Jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria penal e processual penal

I. Breve balanço da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre cooperação judiciária em matéria penal¹

A jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia² sobre cooperação judiciária em matéria penal é ainda incipiente. As razões que justificam o limitado número de acórdãos são várias.

Em primeiro lugar, o direito penal é um domínio de acção da U.E. relativamente novo e é reduzido o número de actos de direito da União em matéria penal e processual penal que logrou aprovação³.

Em segundo lugar, a competência limitada do Tribunal de Justiça em sede de cooperação judiciária em matéria penal. Limitação que vigorou até ao Tratado de Lisboa⁴ e é, ainda, transitoriamente vigente até Dezembro de 2014, em relação aos actos aprovados nesta matéria antes da entrada em vigor deste Tratado e que não tenham, entretanto, sido alterados ou revogados⁵. Este regime competencial vedava aos particulares o acesso directo ao recurso de anulação junto do TJUE⁶ e fazia depender a competência do TJ⁷ para decidir a título prejudicial de prévia declaração de aceitação por parte dos Estados-membros. Dos 28 Estados-membros da União Europeia, apenas, 19 aceitaram a competência do Tribunal de Justiça⁸.

¹ Utilizamos a terminologia do capítulo IV do título V do TFUE. O artigo 82.º, n.º 1, do TFUE prevê que a cooperação judiciária em matéria penal na União assenta no princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais e inclui a aproximação penal e processual penal.

² O Tribunal de Justiça da União Europeia inclui o Tribunal de Justiça, o Tribunal Geral (ex-Tribunal de Primeira Instância) e tribunais especializados (artigo 19.º, n.º 1, do T.U.E.). Actualmente existe um único tribunal especializado, o Tribunal da Função Pública da União Europeia.

³ *Infra* lista de actos de direito da União relevantes sobre cooperação judiciária em matéria penal.

⁴ Ex-artigo 35º, do TUE, na redacção vigente antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

⁵ Artigo 10.º do Protocolo n.º 36 relativo às disposições transitórias, anexo ao Tratado de Lisboa.

⁶ O Tribunal competente para conhecer dos recursos de anulação contra actos de direito da União interpostos por particulares é o Tribunal Geral (artigo 256.º, n.º 1, do TFUE).

⁷ Ainda que o n.º 3 do artigo 256.º, do TFUE, atribua também ao Tribunal Geral competência para conhecer das questões prejudiciais “em matérias específicas determinadas pelo Estatuto” (ETJUE), a persistente omissão do ETJUE, determina, na prática, que, apenas o Tribunal de Justiça detenha tal competência.

⁸ Informação disponível no *JOUE* L 56, de 6/03/2010, p. 14.



Portugal aceitou e permitiu que qualquer tribunal nacional colocasse questões prejudiciais. No entanto, os tribunais nacionais não colocaram, até à entrada em vigor do Tratado de Lisboa, qualquer questão prejudicial sobre a interpretação ou a apreciação da validade de disposições de actos da União Europeia sobre cooperação judiciária em matéria penal.

Em terceiro lugar, os actos aprovados reconduzem-se, quase sempre, a actos que carecem de transposição para a ordem jurídica interna dos Estados-membros – Decisões-Quadro até à entrada em vigor do Tratado de Lisboa e, actualmente, Directivas. Característica que pode eventualmente explicar o pouco interesse que a impugnabilidade e a interpretação destes actos têm merecido junto dos particulares e dos tribunais nacionais dos Estados-membros da União Europeia. É frequente a conclusão errónea de que a Decisão-Quadro ou a Directiva em nada relevam para a aplicação prática do diploma nacional que procede à respectiva transposição. Conclusão errada e que é desmentida pela jurisprudência do TJUE.

Em um dos mais significativos acórdãos sobre cooperação judiciária em matéria penal, o acórdão *Pupino*⁹, o TJ concluiu que o princípio da interpretação conforme, aplicável às Directivas, se aplica igualmente às Decisões-Quadro. A partir da entrada em vigor destes actos, os órgãos nacionais de aplicação do direito, incluindo os tribunais nacionais, estão obrigados a interpretar o direito nacional, na medida do possível, à luz do teor e da finalidade de Directivas e de Decisões-Quadro.¹⁰ O Estado, incluindo os tribunais nacionais, está vinculado quanto ao resultado a alcançar prescrito pelas Directivas e Decisões-Quadro desde a entrada em vigor destes actos¹¹, nos termos dos artigos 288.º, do TFUE e n.º 3 do artigo 4.º, do TUE. A obrigação de interpretação conforme está, porém, limitada pelos princípios gerais de direito, designadamente, os da segurança jurídica e da não retroactividade. Assim, por exemplo, uma Directiva não pode, por si só e independentemente de um acto interno de transposição, criar ou agravar a responsabilidade penal de quem viole as suas disposições¹². No entanto, pode aplicar-se ao processo e aos meios de produção de prova. A interpretação do direito nacional em conformidade com uma Directiva ou Decisão-Quadro não pode servir de fundamento a uma interpretação *contra legem* do direito nacional. Contudo, o tribunal nacional está

⁹ Acórdão de 16/06/2005, *Pupino*, processo C-105/03, Col. I-2005, pp. 5309-5334.

¹⁰ V. considerando 43 do acórdão *Pupino*, *op. cit.*

¹¹ Terceiro parágrafo do artigo 288.º, do TFUE. Em matéria de Decisões-Quadro, actos eliminados pelo Tratado de Lisboa com a supressão do ex-III pilar, a obrigação de resultado decorria do ex-artigo 34.º do ex-T.U.E..

¹² V. acórdãos de 28/06/2012, *Caronna*, processo C-7/11, ainda não publicado, considerando 52; de 7/01/2004, X, processo C-60/02, Col., p. I 651, considerando 61.



obrigado a tomar em consideração, se necessário, o direito nacional no seu todo para apreciar em que medida este pode ser objecto de uma interpretação que não conduza a um resultado contrário ao pretendido pelo direito da União Europeia¹³. Consequentemente, a obrigação de interpretação conforme impõe-se a partir da entrada em vigor do acto de direito da União Europeia e, salvo disposição em contrário no próprio acto, estes entram em vigor no vigésimo dia após a sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*¹⁴. Impõe-se antes do final do prazo de transposição do acto de direito da U.E para o direito nacional e independentemente da susceptibilidade daquele acto produzir efeito directo. Infelizmente, esta obrigação que permite aos tribunais nacionais assegurar, no âmbito das suas competências, a plena eficácia do direito da U.E. quando decidem os litígios que lhe são submetidos, não tem sido suficientemente observada.

Acresce que, se até à entrada em vigor do Tratado de Lisboa, os actos típicos de direito da U.E. sobre cooperação judiciária em matéria penal - as Decisões-Quadro¹⁵ - não dispunham de efeito directo, as Directivas são susceptíveis de produzir efeito directo. Segundo uma jurisprudência constante do TJ, os particulares podem invocar, nos tribunais nacionais, as disposições de uma directiva que i) lhes confirmam directa ou indirectamente direitos; ii) sejam claras, precisas e incondicionais; iii) contra o Estado, quando este não tenha transposto a directiva para o direito nacional dentro do prazo ou quando a tenha transposto incorrectamente¹⁶. O conceito de Estado contra o qual é possível invocar uma directiva não transposta ou incorrectamente transposta é amplo. Abrange o Estado, independentemente da sua actuação como autoridade pública ou empregador. Inclui, também, qualquer entidade, independentemente da sua forma jurídica, à qual tenha sido cometida, por acto de autoridade pública, a prestação, sob o controlo desta, de um serviço de interesse público e que disponha de poderes que ultrapassem os resultantes das regras aplicáveis entre particulares¹⁷.

¹³ V. considerando 47 do acórdão *Pupino*, *op. cit.*

¹⁴ Artigo 297.º, do TFUE.

¹⁵ Ex-artigo 34.º/2/b', do TUE, na redacção vigente antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa: «Adoptar decisões-quadro para efeitos de aproximação das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. As decisões-quadro vinculam os Estados-Membros quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à forma e aos meios. As decisões-quadro não produzem efeito directo.»

¹⁶ V. designadamente, acórdão de 24/01/2012, *Dominguez*, processo C-282/10, considerando 33.

¹⁷ V. designadamente, acórdão *Dominguez*, *op. cit.*, considerandos 38 e 39.



Uma pesquisa sobre jurisprudência do TJUE em matéria de justiça e assuntos internos no *site* deste Tribunal revela a existência de sessenta processos. Destes, cinco¹⁸ estão ainda pendentes e muitos foram considerados manifestamente improcedentes¹⁹. Os processos decididos pelo TJUE sobre actos de cooperação judiciária em matéria penal respeitam, na sua maioria, à Decisão-Quadro “mandado de detenção europeu”²⁰, à Decisão-Quadro “relativa ao estatuto da vítima em processo penal”²¹ e à Convenção Schengen²². Acresce o controverso contencioso relativo à base jurídica adequada para a aprovação de actos em matéria de sanção penal²³, hoje ultrapassado²⁴ e pouco relevante para aplicação dos tribunais nacionais.

¹⁸ *Comissão contra Parlamento e Conselho*, processo C-43/12; *Baláz*; processo C-60/12; *M*, processo C-398/12; *C*, processo C-122/13; e *Parlamento contra Conselho*, processo C-317/13.

¹⁹ Entre outros, foram considerados manifestamente improcedentes, o acórdão de 7/06/2012, *Vinkov*, processo C-27/11; e os despachos de 17/03/2009, *Ammayappan Ayyanarsamy*, processo C-251/08 P; de 01/04/2008, *Ayyanarsamy*, processo T-412/07; de 05/05/2009, *Comissão contra Eurgit e Cirese*, processo T-470/08; e de 21/04/2009, *Correia de Matos*, processo T-34/09.

²⁰ Acórdãos de 3/05/2007, *Advocaten voor de Wereld*, processo C-303/05; de 17/07/2008, *Kozłowski*, processo C-66/08; de 6.10/2009, *Wolzenburg*, processo C-123/08; de 12/08/2008, *Santesteban Goicoechea*, processo C-296/08 PPU; de 1/12/2008, *Leymann e Pustovarov*, processo C-388/08 PPU; de 16/11/2010, *Mantello*, processo C-261/09; de 21/10/2010, *I.B.*, processo C-306/09; de 28/06/2012, *West*, processo C-192/12 PPU; de 05/09/2012, *Jorge Lopes da Silva Jorge*, processo C-42/11; de 29/01/2013, *Radu*, processo C-396/11; de 26/02/2013, *Melloni*, processo C-399/11; e de 30/05/2013, *F*, processo C-168/13PPU.

²¹ Acórdãos de 16/6/2005, *Pupino*, processo C-105/03; de 28/06/2007, *Dell'Orto*, processo C-467/05 (e Directiva 2004/80/CE, relativa à indemnização das vítimas de criminalidade); de 9/10/2008, *Katz*, processo C-404/07; de 21/10/2010, *Eredics e Sápi*, processo C-205/09; de 15/09/2011, *Gueye e Salmerón Sánchez*, processos apensos C-483/09 e C-1/10; de 21/12/2011, *X*, processo C-507/10; de 12/07/2012, *Giovanardi e o.*, processo C-79/11.

²² Sobre o princípio “*ne bis in idem*”, os acórdãos de 11/02/2003, *Gözütok e Brügger*, processos apensos C-187/01 e C-385/01; de 10/03/2005, *Miraglia*, processo C-469/03; de 9/03/2006, *Van Esbroeck*, processo C-436/04; de 28/09/2006, *Gasparini e o.*, processo C-467/04; de 28/09/2006, *Van Straaten*, processo C-150/05; de 18/07/2007, *Kretzinger*, processo C-288/05; de 18/07/2007, *Kraaijenbrink*, processo C-367/05; de 11/12/2008, *Bourquain*, processo C-297/07; de 22/12/2008, *Turanský*, processo C-491/07.

²³ Acórdãos de 13/09/2005, *Comissão contra Conselho*, processo C-176/03; e de 23/10/2007, *Comissão contra Conselho*, processo C-440/05. Até à entrada em vigor do Tratado de Lisboa, discutia-se se a competência penal relevava exclusivamente do ex-III pilar – cooperação policial e judiciária em matéria penal, prevista no ex-T.U.E., o qual consagrava o seu ex-título IV especificamente à cooperação judiciária em matéria penal – ou também do I-pilar, do TCE. O Tribunal de Justiça concluiu que, ainda, que a Comunidade Europeia não tivesse, em regra, competência em matéria penal, sempre que a aplicação de sanções penais efectivas, proporcionais e dissuasoras constituísse uma medida indispensável para garantir a plena efectividade das normas comunitárias, poderia impor aos Estados-membros a obrigação de adoptar medidas penais, com fundamento no TCE. Entendimento que determinou a anulação de duas Decisões-



Igualmente dignos de registo, embora transcendam o direito penal e processual penal, são os acórdãos relativos ao Código de Fronteiras Schengen²⁵ e ao terrorismo²⁶.

O balanço da jurisprudência do TJ obriga a destacar a jurisprudência relativa à Decisão-Quadro “mandado de detenção europeu”²⁷. Percursora do reconhecimento mútuo no âmbito da cooperação judiciária em matéria penal foi objecto, até Agosto de 2013, de doze acórdãos e de dois despachos de cancelamento do registo²⁸ por parte do TJ.

No acórdão *Advocaten voor de Wereld*, em sede de reenvio prejudicial de apreciação da validade, o TJ concluiu que a supressão do controlo da dupla incriminação relativamente às infracções, consagradas no n.º 2 do artigo 2.º da Decisão-Quadro, não violava os princípios da legalidade dos crimes e das penas, da igualdade e da não discriminação. Louvou-se na jurisprudência do TEDH sobre o princípio da legalidade dos crimes e das penas²⁹ e na própria jurisprudência relativa ao princípio *ne bis in idem* respeitante à Convenção Schengen, aplicando-a por analogia à Decisão-Quadro “mandado de detenção europeu”³⁰.

À CDFUE foi, expressamente, reconhecida, a partir de 1 de Dezembro de 2009³¹, o valor de direito originário da U.E. (n.º 1 do artigo 6.º, do T.U.E.). O seu título V, sob a epígrafe justiça, consagra direitos como o direito à acção e a um tribunal imparcial (artigo 47.º), a

Quadro, aprovadas com fundamento no ex-T.U.E.: a Decisão-Quadro 2003/80/JAI, relativa à protecção do ambiente através do direito penal (processo C-176/03) e a Decisão-Quadro 2005/667/JAI, destinada a reforçar o quadro penal para a repressão da poluição por navios. A competência para definir o nível e o grau de sanções penais caberia, no entanto, à União Europeia, com fundamento no ex-T.U.E. V. nesse sentido, designadamente, anotação ao artigo 83.º, do TFUE de Anabela MIRANDA RODRIGUES, in Manuel LOPES PORTO / Gonçalo ANASTÁCIO (org.), *Tratado de Lisboa anotado e comentado*, Almedina, 2012, pp. 437-438.

²⁴ O n.º 2 do artigo 83.º, do TFUE consagra formalmente no Tratado a outrora polémica jurisprudência do TJ.

²⁵ Acórdãos de 22/10/2009, *Zurita García e Choque Cabrera*, processos apensos C-261/08 e C-348/08; de 22/6/2010, *Melki e Abdeli*, processos apensos C-188/10 e C-189/10; de 14/06/2012, *ANAFE*, processo C-610/12; de 19/07/2012, *Adil*, processo C-278/12 PPU; de 17/01/2013, *Zakaria*, processo C-23/12.

²⁶ Acórdãos do Tribunal de Justiça, em sede de recurso de decisões do Tribunal Geral (ex-Tribunal de Primeira Instância) de 27/02/2007, *Segi e o.*, processo C-355/04 P; de 27/02/2007, *Gestoras Pro Amnistia e o.*, processo C-354/04 P; de 15/11/2012, *Stichting Al-Aqsa*, processos apensos C-539/10 P e C-550/10 P.

²⁷ No entanto, a pedido da organização da presente conferência, não a analisaremos em detalhe. V., sobre este tema designadamente, documentação relativa à acção de formação contínua “Cooperação judiciária internacional em matéria penal”, realizada a 30 e 31 de Maio de 2013 (www.cej.mj.pt).

²⁸ Acórdãos referidos *supra* na nota 18. Despachos de 19/10/2010, *Kita*, processo C-264/10; e de 03/04/2010, *Gataev e Gataeva*, processo C-105/10 PPU.

²⁹ V., designadamente, os considerandos 49 e 50 do referido acórdão.

³⁰ V., designadamente, os considerandos 59 e 60 do referido acórdão.

³¹ Data da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.



presunção de inocência e direitos de defesa (artigo 48.º), os princípios da legalidade e da proporcionalidade dos delitos e das penas (artigo 49.º) e o direito a não ser julgado ou punido penalmente mais do que uma vez pelo mesmo delito (artigo 50.º). Os direitos processuais penais das vítimas de criminalidade e dos suspeitos e acusados em processos penais têm, igualmente, vindo a ser significativamente reforçados³² através da aprovação de Decisões-Quadro e de Directivas³³, que carecem de transposição mas, cujos prazos limite para a sua transposição se estão a esgotar.

No entanto, a actual incipiência da jurisprudência do TJUE pode ser ultrapassada pelo recurso à jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

O n.º 3 do artigo 52.º, da CDFUE, estipula que «*Na medida em que a presente Carta contenha direitos correspondentes aos direitos garantidos pela Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, o sentido e o âmbito desses direitos são iguais aos conferidos por essa Convenção. Esta disposição não obsta a que o direito da União confira uma protecção mais ampla.*». A CEDH garante o direito a um processo equitativo (artigo 6.º, da CEDH), o princípio da legalidade (artigo 7.º, da CEDH) e o direito a um recurso efectivo (artigo 13.º, da CEDH). De acordo com a anotação ao n.º 3 do artigo 52.º, da CDFUE³⁴, o sentido e o âmbito dos direitos garantidos são determinados pela letra da CEDH, mas também pela jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH).

O Direito da U.E. não pode conferir uma protecção mais ampla, mas quaisquer actos legislativos devem ser conformes com as normas mínimas estabelecidas pela CEDH, tal como interpretadas pelo TEDH.

Consequentemente, enquanto aguardamos pela emergente jurisprudência do Tribunal de Justiça, a CEDH constitui o padrão mínimo de protecção e a jurisprudência do TEDH em matéria penal e processual penal é transponível para o direito da União Europeia³⁵.

³² Em conformidade com a Resolução do Conselho de 30 de Novembro de 2009 sobre um roteiro para o reforço dos direitos processuais dos suspeitos ou arguidos em processos penais, in *JOUE* C 295, de 4/12/2009, pp. 1- 3.

³³ V. *infra*, lista de legislação relevante com indicação do respectivo prazo limite para a transposição.

³⁴ Segundo o terceiro parágrafo do n.º 1 do artigo 6.º, do T.U.E., “*Os direitos, as liberdades e os princípios consagrados na Carta devem ser interpretados de acordo com as disposições gerais constantes do Título VII da Carta que regem a sua interpretação e aplicação e tendo na devida conta as anotações a que a Carta faz referência, que indicam as fontes dessas disposições*” (sublinhado nosso).

³⁵ Assim, a comunicação da Dra. Ana Garcia Marques sobre a Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, na presente acção de formação contínua, releva também para a aplicação do direito da União Europeia.



Esperamos que, a “uniformização” da competência do TJUE no espaço de liberdade, segurança e justiça, o reconhecimento expresso de força jurídica vinculativa à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE) e a crescente aprovação de directivas em matéria penal e processual penal, contribuam para fortalecer a jurisprudência do TJUE nesta matéria, nos próximos anos.

II. Os direitos fundamentais enquanto limite ao princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais penais? - Lições dos acórdãos do Tribunal de Justiça de 26 de Fevereiro de 2013, *Melloni*, processo C-399/11 e de 30 de Maio de 2013, *F*, processo C- 168/13 PPU.

Os recentes acórdãos do TJ, *Melloni*³⁶ e *F*³⁷, relativos ao mandado de detenção europeu merecem análise atenta e cuidada pelas suas implicações em matéria de articulação entre

³⁶ Sobre o acórdão *Melloni v.*, nomeadamente, Maja BRKAN, «L'arrêt Melloni: nouvelle pierre dans la mosaïque de la protection des droits fondamentaux dans l'Union européenne», *Revue des affaires européennes* 2013, pp.139-145; Nik DE BOER, «Addressing rights divergence under the Charter: Melloni», *Common Market Law Review* 2013, pp.1083-1103; Marta CARTABLA, «Fundamental Rights and the Relationship among the Court of Justice, the National Supreme Courts and the Strasbourg Court», *50th anniversary of the judgment in Van Gend en Loos*, conference proceedings - Luxembourg, 13 may 2013, Court of justice of the European Union, 2013, pp. 155-167; Fabienne GAZIN, «Mandat d'arrêt européen. Reconnaissance mutuelle versus protection des droits fondamentaux : prévalence accordée à la première en droit pénal de l'EU», *Europe* 2013, n° 4, p.23; Lisa LANZONI, «Livello di tutela dei diritti fondamentali e art. 53 dalla Carta dei diritti fondamentali dell'Unione europea: nuove indicazioni della Corte di giustizia sulla nozione di interpretazione conforme», *Diritto pubblico comparato ed europeo* 2013, pp.620-625; Antonio RUGGERI, «La Corte di giustizia e il bilanciamento mancato (a margine della sentenza Melloni)», *Il diritto dell'Unione Europea* 2013, pp.399-408; Vassilios SKOURIS, «Développements récents de la protection des droits fondamentaux dans l'Union européenne: les arrêts Melloni et Åkerberg Fransson», *Il diritto dell'Unione Europea*, 2013, pp.229-243; E. VAN RIJCKEVORSEL, «La jurisprudence de la Cour de justice et du Tribunal de l'Union européenne. Chronique des arrêts. Arrêt «Stefano Melloni c. Ministerio Fiscal», *Revue du droit de l'Union européenne* 2013, n° 1, pp.182-187.

³⁷ Sobre o acórdão *F. v.*, nomeadamente, Michel AUBERT/ Emmanuelle BROUSSY / Hervé CASSAGNABÈRE «Chronique de jurisprudence de la CJUE. «D'un F qui veut dire futur...». L'arrêt F. illustre ce que pourrait être un avenir radieux du dialogue des juges, même autour de la question toujours sensible des droits fondamentaux que les constitutions garantissent», *L'actualité juridique; droit administratif* 2013, pp.1686-1688; Denis SIMON, «Mandat d'arrêt européen. Réponse de la Cour de justice au renvoi préjudiciel historique du Conseil constitutionnel français: consécration du droit au recours juridictionnel, mais dans des limites complexes», *Europe* 2013, n.º 7, pp. 22-23.



direitos fundamentais e reconhecimento mútuo. Implicações que se repercutem em todos os actos de direito da União Europeia em matéria de reconhecimento mútuo de sentenças e decisões penais - designadamente, o reconhecimento mútuo das decisões de congelamento de bens ou de provas, das sanções pecuniárias, das decisões de perda, das sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade, das sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, do mandado europeu de obtenção de provas destinado à obtenção de objectos, documentos e dados para utilização no âmbito de processos penais, das decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva.

Os dois acórdãos resultam de reenvios prejudiciais suscitados por Tribunais Constitucionais – o Tribunal Constitucional espanhol, no processo *Melloni* e o Tribunal Constitucional francês, no processo *F* – sobre a compatibilidade da Decisão-Quadro “mandado de detenção europeu” com o direito a um processo equitativo e os direitos de defesa. Os dois acórdãos complementam-se, mas deixam muitas questões por responder.

No processo *Melloni*, o TJ foi chamado a pronunciar-se sobre a compatibilidade do artigo 4.º-A, n.º 1³⁸ da Decisão-Quadro MDE, na redacção dada pela Decisão-Quadro

³⁸ Artigo 4.º-A: *Decisões proferidas na sequência de um julgamento no qual o arguido não tenha estado presente* - 1. A autoridade judiciária de execução pode também recusar a execução do mandado de detenção europeu emitido para efeitos de cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativas de liberdade se a pessoa não tiver estado presente no julgamento que conduziu à decisão, a menos que do mandado de detenção europeu conste que a pessoa, em conformidade com outros requisitos processuais definidos no direito nacional do Estado-Membro de emissão: a) Foi atempadamente, i) notificada pessoalmente e desse modo informada da data e do local previstos para o julgamento que conduziu à decisão, ou recebeu efectivamente por outros meios uma informação oficial da data e do local previstos para o julgamento, de uma forma que deixou inequivocamente estabelecido que tinha conhecimento do julgamento previsto, e ii) informada de que essa decisão podia ser proferida mesmo não estando presente no julgamento; ou b) Tendo conhecimento do julgamento previsto, conferiu mandato a um defensor designado por si ou pelo Estado para a sua defesa em tribunal e foi efectivamente representada por esse defensor no julgamento; ou c) Depois de ter sido notificada da decisão e expressamente informada do direito a novo julgamento ou a recurso e a estar presente nesse julgamento ou recurso, que permite a reapreciação do mérito da causa, incluindo novas provas, e pode conduzir a uma decisão distinta da inicial: i) declarar expressamente que não contestava a decisão, ou ii) não requereu novo julgamento ou recurso dentro do prazo aplicável; ou d) Não foi notificada pessoalmente da decisão, mas: i) será notificada pessoalmente da decisão sem demora na sequência da entrega e será expressamente informada do direito que lhe assiste a novo julgamento ou a recurso e a estar presente nesse julgamento ou recurso, que permite a reapreciação do mérito da causa, incluindo novas provas, e pode conduzir a uma decisão distinta da inicial, e ii) será



2009/299³⁹, com os direitos processuais de um arguido condenado na ausência, em especial, com o direito a um processo equitativo e os direitos de defesa garantidos pelos artigos 47.º e 48.º, da CDFUE. Mais, o TJ foi chamado a pronunciar-se sobre a interpretação dada ao artigo 53.º, da CDFUE⁴⁰ pelo Tribunal Constitucional espanhol – e, sublinhe-se, por alguma doutrina⁴¹ – como permitindo a aplicação do nível mais elevado de protecção em matéria de direitos fundamentais. Consequentemente, como autorizando o Estado-membro a aplicar o nível de protecção dos direitos fundamentais garantido pela sua Constituição, quando este fosse mais elevado do que o que decorre da CDFUE, e, sempre que necessário, a desaplicar as disposições de direito da U.E. incompatíveis.

O TJ concluiu secamente que tal interpretação do artigo 53.º, da CDFUE «*não pode proceder*»⁴². Deu prevalência ao primado do direito da U.E. e reiterou que, de acordo com uma jurisprudência assente, «*a invocação, por um Estado-Membro, de disposições de direito nacional, ainda que de natureza constitucional, não pode afectar o efeito do direito da União no território deste Estado*»⁴³.

Reconheceu que o artigo 53.º, da CDFUE, confirma que, quando um acto da U.E. carece de medidas nacionais de execução, as autoridades e os tribunais nacionais podem aplicar o padrão nacional de protecção dos direitos fundamentais. Porém, definiu como limites à sua aplicação, o primado, a unidade e a efectividade do direito da U.E..

informada do prazo para solicitar um novo julgamento ou recurso, constante do mandado de detenção europeu pertinente.

³⁹ Decisão-Quadro 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido (*JOUE* L 81, de 27/3/2009, pp. 24-36)

⁴⁰ *Nenhuma disposição da presente Carta deve ser interpretada no sentido de restringir ou lesar os direitos do Homem e as liberdades fundamentais reconhecidos, nos respectivos âmbitos de aplicação, pelo direito da União, o direito internacional e as Convenções internacionais em que são Partes a União ou todos os Estados-Membros, nomeadamente a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, bem como pelas Constituições dos Estados-Membros.*

⁴¹ V. nesse sentido, designadamente, Mariana CANOTILHO, «Anotação ao artigo 53.º», in Alessandra SILVEIRA / Mariana CANOTILHO (coord.), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia comentada*, Almedina, 2013, pp. 606 e ss; Fausto de QUADROS, *Direito da União Europeia*, 3.ª ed., Almedina, 2013, pp. 231 e ss e pp.518 e ss.

⁴² Considerando 57 do acórdão *Melloni*.

⁴³ Considerando 59 do acórdão *Melloni*.



Consciente das dificuldades da aceitação da prevalência do direito da U.E. sobre os direitos fundamentais garantidos pelas Constituições nacionais⁴⁴, o TJ acrescentou que «*permitir a um Estado-Membro invocar o artigo 53.º da Carta (...) levaria, ao pôr em causa a uniformidade do padrão de protecção dos direitos fundamentais definidos por esta decisão quadro, a violar os princípios da confiança e do reconhecimento mútuo que esta pretende reforçar e, assim, a comprometer a eficácia da referida decisão quadro*»⁴⁵.

Do acórdão Melloni decorre que, quando o direito da U.E. procede a uma harmonização, que tem por objectivo remediar as dificuldades do reconhecimento mútuo que resultam da existência de diferenças na protecção dos direitos fundamentais – como sucedia até à aprovação da Decisão-Quadro 2009/299 com os julgamentos na ausência – tal harmonização reflecte o consenso alcançado pelos Estados-membros e impede a aplicação de níveis nacionais de protecção mais elevados.

A conclusão do acórdão *Melloni* é questionável. As dificuldades do reconhecimento mútuo resultantes de diferenças na protecção de direitos fundamentais não devem ser resolvidas mediante uma harmonização de direitos processuais que promova o nivelamento pelo menor denominador comum, o do consenso possível.

No acórdão *F* o TJ clarificou e limitou o âmbito do acórdão *Melloni*. O Tribunal Constitucional francês questionou o TJ sobre a compatibilidade da Decisão-Quadro MDE com o direito a um processo equitativo e, especificamente, com a possibilidade de interposição de recurso suspensivo da execução de decisão da autoridade judiciária, ao abrigo de MDE, um direito garantido pela Constituição francesa.

Confrontado com a não previsão expressa da interposição de um recurso suspensivo no texto da Decisão-Quadro, o TJ admitiu que, desde que não ponha em causa a aplicação da Decisão-Quadro, esta não impede um Estado-membro de aplicar as suas normas constitucionais em matéria de direitos fundamentais⁴⁶.

No âmbito do procedimento penal ou do processo de execução da pena ou da medida de segurança privativas de liberdade, ou ainda no âmbito do procedimento penal de mérito, que não sejam abrangidos pelo âmbito de aplicação do direito da U.E., os Estados-Membros continuam submetidos à obrigação de respeito dos direitos fundamentais consagrados na CEDH e no seu direito nacional.

⁴⁴ Pelo menos, no domínio das atribuições não exclusivas da U.E.

⁴⁵ Considerando 63 do acórdão *Melloni*.

⁴⁶ Considerandos 51 e 53 do acórdão *F*.



O TJ impôs, contudo, limites à consagração de um direito de recurso suspensivo da decisão de execução do MDE.

O recurso suspensivo não pode violar os prazos previstos no artigo 17.º da Decisão-Quadro para a adopção da decisão definitiva, ou seja, no limite e, apenas, em casos excepcionais, um prazo máximo de 90 dias.

A exigência de respeito dos prazos do MDE é dificilmente compatível com um recurso suspensivo, que assegure as garantias processuais exigidas pela CEDH e pela ordem jurídica nacional dos Estados-membros. Os prazos definidos pela Decisão-Quadro foram pensados para uma tomada de decisão pelas autoridades judiciárias competentes, e não para um eventual recurso suspensivo da decisão das autoridades judiciárias, recurso que a Decisão-Quadro, aliás, não prevê.

O TJ reenvia, assim, aos tribunais nacionais a obrigação de garantir a tutela jurisdicional efectiva e de interpretar e aplicar as regras processuais nacionais em matéria de recursos de forma a permitir o exercício do direito a um recurso suspensivo dentro dos prazos previstos na Decisão-Quadro. Previsivelmente, o TJ será novamente chamado a pronunciar-se sobre a compatibilidade da obrigação de respeito dos prazos com o direito a um processo equitativo. Sintomaticamente, o TJ admitiu o desrespeito dos prazos quando o tribunal nacional competente para decidir do recurso lhe submeta uma questão prejudicial⁴⁷. Em 2012, a duração média dos processos de questões prejudiciais foi de 15,7 meses e, mesmo, os processos decididos através da tramitação prejudicial urgente duraram, em média, 1,9 meses.

No acórdão *F*, o TJ reiterou que o MDE se baseia no princípio do reconhecimento mútuo, assente na confiança recíproca, de que as respectivas ordens jurídicas nacionais estão em condições de fornecer uma protecção equivalente e efectiva dos direitos fundamentais, reconhecidos ao nível da União, em particular, na Carta. O Estado-membro de execução, somente, pode recusar a execução de um MDE, recusar o consentimento a uma entrega posterior ou recusar o consentimento à ampliação do MDE, nos casos previstos na Decisão-Quadro. Assim, é na ordem jurídica do Estado-Membro de emissão que as pessoas, objecto de decisão ou sentença penal, cuja execução é pedida, podem explorar eventuais vias de recurso que permitam contestar a legalidade do procedimento penal ou do processo de execução da pena ou da medida de segurança privativas de liberdade, ou ainda do procedimento penal de mérito que conduziu a essa pena ou a essa medida⁴⁸.

⁴⁷ Considerando 65 do acórdão *F*.

⁴⁸ V. acórdão *F*, considerando 50.



Por responder ficou a questão da possibilidade de as autoridades nacionais poderem ilidir a presunção de respeito de direitos fundamentais pelos demais Estados-membros da U.E.

Em matéria de asilo, no acórdão *N.S.*⁴⁹, o TJ reconheceu que o direito da U.E. se opõe a uma presunção inilidível de respeito dos direitos fundamentais pelos seus Estados-membros. Incumbiu os Estados-membros de, em caso de falha sistémica do procedimento de asilo e das condições de acolhimento dos requerentes de asilo, por parte de um Estado-membro, determinarem a não transferência do requerente de asilo para o Estado-membro incumpridor⁵⁰. Jurisprudência que, ao permitir ilidir a presunção em que se baseia o reconhecimento mútuo, desonera as autoridades nacionais de uma cooperação automática⁵¹ e atribui-lhes competência para fiscalizar o respeito pelos direitos fundamentais, caso a caso.

Desoladoramente, no acórdão *F*, o TJ parece limitar a possibilidade de suspensão da execução do MDE ao caso de violação grave e persistente, por parte de um Estado-Membro, dos princípios consagrados no n.º 1 do artigo 6.º, do TUE, constatada pelo Conselho, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º, do TUE⁵². Constatação que, depende da deliberação por maioria de quatro quintos dos membros do Conselho, após aprovação pelo Parlamento Europeu, o que, até hoje, nunca ocorreu e que não permitirá atender às especificidades das situações dos indivíduos afectados.

III. Princípio do processo equitativo: artigo 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia⁵³.

O princípio da protecção jurisdicional efectiva constitui um princípio geral do direito da U.E., que decorre das tradições constitucionais comuns aos Estados-membros, consagrado pelos artigos 6.º e 13.º da CEDH⁵⁴.

⁴⁹ Acórdão de 21/12/2011, *N.S.*, processos apensos C-411/10 e C-493/10, ainda não publicado.

⁵⁰ Para uma defesa da aplicação da jurisprudência *N.S.* à cooperação judiciária em matéria civil e em matéria penal, v. o nosso artigo «Breves reflexões sobre as implicações do acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, *M. S. S.*, no espaço de liberdade, segurança e justiça», *Obra colectiva em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, Coimbra Editora, 2012, vol. V, pp. 65-86; Valsamis MITSILEGAS, «The limits of mutual trust in Europe's area of freedom, security and justice: from automatic inter-state cooperation to the slow emergence of the individual», *Yearbook of European Law Review*, 2012, pp. 319-372.

⁵¹ A expressão é de Valsamis Mitsilegas, *op. cit.*

⁵² V. acórdão *F*, considerando 49.

⁵³ V. Maria José Rangel de Mesquita, «Anotação ao artigo 47.º», in Alessandra SILVEIRA / Mariana CANOTILHO (coord.), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia comentada*, Almedina, 2013, pp. 537-544.



O primeiro parágrafo baseia-se no artigo 13.º, da CEDH, mas concede uma protecção mais ampla ao garantir um direito a acção em tribunal.

O direito a um recurso jurisdicional efectivo pressupõe a garantia da protecção efectiva do direito do particular e a obrigação de fundamentação das decisões nacionais definitivas⁵⁵. A eficácia do controlo jurisdicional impõe que o interessado possa conhecer os fundamentos da decisão tomada contra si, através da leitura da própria decisão ou através da comunicação dos fundamentos, a seu pedido, de forma a permitir-lhe defender os seus direitos nas melhores condições possíveis e decidir com pleno conhecimento de causa da utilidade do recurso. O juiz da causa pode exigir a comunicação desses fundamentos pela autoridade competente⁵⁶. Devem ser-lhe garantidas todas as condições para exercer a fiscalização da legalidade da decisão nacional em causa⁵⁷.

O direito a um recurso efectivo assume especificidades nos processos de extradição e no processo de entrega, instituído pela Decisão-Quadro MDE. O TJ segue a jurisprudência do TEDH que determinou, em matéria de detenções com vista a uma extradição, que o artigo 5.º, n.º 4, da CEDH constitui uma *lex specialis* face às exigências mais gerais do artigo 13.º⁵⁸ e declarou que, quando a decisão privativa de liberdade é proferida por um tribunal que se pronuncia no termo de um processo jurisdicional, a fiscalização pretendida pelo artigo 5.º, n.º 4, da CEDH está incorporada na decisão⁵⁹. O TEDH concluiu que o artigo 5.º, n.º 4 da CEDH não obriga os Estados contratantes a instaurarem um duplo grau de jurisdição para o exame da legalidade da detenção e o exame dos pedidos de ampliação⁶⁰. Conclusões repetidas pelo TJ em matéria da entrega, prevista no MDE, para decidir pela sua compatibilidade com o artigo 47.º, da CDFUE. O direito a uma protecção jurisdicional efectiva assegura ao particular o

⁵⁴ Acórdãos de 15/05/1986, *Johnston*, processo 222/84, *Col.*, p. 1651, considerando 18 e 19; de 15/10/1987, *Heylens e o.*, 222/86, *Col.*, p. 4097, considerando 14; de 25/07/2002, *Unión de Pequeños Agricultores/Conselho*, processo C-50/00 P, *Col.*, p. I-6677, considerando 39.

⁵⁵ V. acórdão de 15/10/1987, *Heylens e o.*, processo 222/86, *Colet.*, p. 4097, considerando 14 e 16.

⁵⁶ V. acórdãos de 17/03/2011, *Peñarroja Fa*, processos apensos C-372/09 e C-373/09, *Colet.*, p. I-1785, considerando 63, e de 17/11/2011, *Gaydarov*, processo C-430/10, considerando 41, ainda não publicado.

⁵⁷ V. acórdãos de 15/10/1987, *Heylens e o.*, processo 222/86, *Colet.*, p. 4097, considerando 17, e de 3/09/2008, *Kadi e Al Barakaat International Foundation/Conselho e Comissão*, processos apensos C-402/05 P e C-415/05 P, *Colet.*, p. I-6351, considerando 337.

⁵⁸ V., nomeadamente, acórdão do TEDH de 15/11/1996, *Chahal c. Reino Unido*, *Recueil des arrêts et décisions* 1996 V, § 126.

⁵⁹ V., nomeadamente, acórdão do TEDH de 5/06/2012, *Khodzhamberdiyev c. Rússia*, considerando 103.

⁶⁰ V., nomeadamente, acórdão do TEDH de 4/03/2008, *Marturana c. Itália*, considerando 110.



direito de acesso a um tribunal e não a vários graus de jurisdição⁶¹. A intervenção de uma autoridade judiciária é requerida em todo o processo de entrega entre Estados-membros, previsto na Decisão-Quadro MDE – abrange a decisão relativa à emissão de mandato, a decisão sobre a entrega, a audição da pessoa procurada, a decisão de manutenção da pessoa em detenção ou a sua transferência temporária.

O TJ reconhece que a possibilidade de beneficiar de um direito de recurso decorre implícita e necessariamente dos termos «decisão definitiva»⁶².

O princípio da autonomia processual nacional determina que, na falta de regulamentação da U.E., cabe à ordem jurídica interna de cada Estado designar os tribunais competentes e regular as modalidades processuais dos meios internos destinados a garantir a protecção dos direitos conferidos aos litigantes que decorrem do direito da U.E.⁶³ As modalidades processuais dos meios internos, destinados a garantir a salvaguarda dos direitos conferidos pelo direito da U.E., não devem ser menos favoráveis do que as que respeitam a acções similares de natureza interna (princípio da equivalência) e não devem tornar impossível ou excessivamente difícil, na prática, o exercício dos direitos conferidos pela ordem jurídica da U.E. (princípio da efectividade)⁶⁴.

Cabe aos órgãos jurisdicionais dos Estados-Membros, em aplicação do princípio da cooperação leal, enunciado no n.º 3 do artigo 4.º, do T.U.E., assegurar a protecção jurisdicional dos direitos conferidos aos litigantes pelo direito da U.E.⁶⁵. Devem interpretar, na medida do possível, as modalidades processuais aplicáveis às acções neles propostas, de modo a que possam ser aplicadas de uma forma que contribua para a garantia de uma protecção jurisdicional efectiva⁶⁶.

⁶¹ Acórdão de 28/07/2011, *Samba Diouf*, processo C-69/10, considerando 69, ainda não publicado; acórdão *F*, *op. cit.*, considerando 44.

⁶² V. acórdão *F*, considerando 54.

⁶³ V., nomeadamente, os acórdãos de 16/12/1976, *Rewe*, processo 33/76, *Col.*, p. 813, considerando 5 e *Comet*, processo 45/76, *Col.*, p. 835, considerando 13; de 14/12/1995, *Peterbroeck*, processo C-312/93, *Col.*, p. I-4599, considerando 12; de 20/09/2001, *Courage e Crehan*, processo C-453/99, *Col.*, p. I-6297, considerando 29; e de 11/09/2003, *Safalero*, processo C-13/01, *Col.*, p. I-8679, considerando 49).

⁶⁴ V., designadamente, acórdão já referidos e *op. cit.*, *Rewe*, considerando 5, *Comet*, considerandos 13 a 16; *Peterbroeck*, considerando 12; *Courage e Crehan*, considerando 29; e *Safalero* considerando 49.

⁶⁵ V., nomeadamente, os acórdãos de 16/12/1976, *Rewe*, *op.cit.*, considerando 5; de 9/03/1978, *Simmenthal*, processo 106/77, *Col.*, p. 243, considerandos 21 e 22; de 19/06/1990, *Factortame e o.*, processo C-213/89, *Col.*, p. I-2433, considerando 19; de 14/12/1995, *Peterbroeck*, *op. cit.*, considerando 12

⁶⁶ Acórdão de 13/03/2007, *Unibet*, processo C-432/05, *Col.*, p. 2301.



IV. Direitos de defesa: artigo 48.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Dispõe o terceiro parágrafo do n.º 1 do artigo 6.º, do T.U.E. que os direitos consagrados na CDFUE devem ser interpretados de acordo com as disposições gerais constantes do Título VII da CDFUE e tendo na devida conta as anotações a que a CDFUE faz referência.

De acordo com as anotações elaboradas sob a responsabilidade do *Praesidium* da Convenção que redigiu a CDFUE⁶⁷, o artigo 48.º, da CDFUE é idêntico aos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, da CEDH. Nos termos do n.º 3 do artigo 52.º, da CDFUE, este direito tem um sentido e um âmbito iguais aos garantidos pela CEDH, conseqüentemente, a jurisprudência do TEDH é plenamente aplicável à U.E.

Lista de abreviaturas

- CDFUE – Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia
- CEDH – Convenção Europeia dos Direitos do Homem
- Col. – Colectânea de jurisprudência
- Ex-TUE – Tratado da União Europeia, na redacção anterior à do tratado de Lisboa
- JOUE – Jornal Oficial da União Europeia
- TCE – Tratado da Comunidade Europeia, na redacção anterior à do tratado de Lisboa
- TEDH – Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
- TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
- TJ – Tribunal de Justiça
- TJUE – Tribunal de Justiça da União Europeia
- TUE – Tratado da União Europeia
- EU – União Europeia

⁶⁷ Anotações publicadas no *JOUE* C 303, de 14/12/2007.

VIDEOGRAVAÇÃO DA COMUNICAÇÃO



ROTEIRO TEMÁTICO		
Tema	Tempo	Acórdãos
- Breve balanço da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria penal e processual penal	- 00.01.06	- Decisão-Quadro 2002/584/JAI - Decisão-Quadro 2003/577/JAI - Decisão-Quadro 2005/212/JAI - Decisão-Quadro 2006/783/JAI - Decisão-Quadro 2008/909/JAI - Decisão-Quadro 2008/947/JAI - Decisão-Quadro 2008/978/JAI - Decisão-Quadro 2009/299/JAI - Decisão-Quadro 2009/829/JAI - Diretiva 2011/99/UE
- Reforço dos direitos processuais penais das vítimas de criminalidade e dos suspeitos e acusados em processo penal	- 00.06.20	- Decisão-Quadro 2002/478/JAI - Decisão-Quadro 2009/948/JAI - Diretiva 2001/64UE

		<ul style="list-style-type: none"> - Diretiva 2011/36/UE - Diretiva 2011/92/UE - Diretiva 2012/29UE
- Os Direitos Fundamentais enquanto limite ao princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais penais	- 00.09.00	<ul style="list-style-type: none"> - Acórdão de 26/03/2013 – Ac. Melloni, Processo C-399/11 - Acórdão de 30/05/2013 – Ac. F., Processo C-168/13 PPU
- Princípio do processo equitativo – artº 47º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	- 00.46.02	- Acórdão de 28/06/2012 – Ac. Radu, Processo C-396/11
- <i>Nullum crimen sine lege, nulla poena sine lege</i> – artº 49º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	- 00.49:22	- Acórdão de 03/05/2007 – Ac. Advocaten vor de Wereld, Processo C-303/05
- Presunção de inocência – artº 48º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	- 00.50.58	
- Execução do Mandado de Detenção Europeu e direito ao recurso (vídeo debate)	- 00.06.30	



Legislação da União Europeia relevante:

- **Convenção Europeia dos Direitos do Homem**
http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf
- **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia**
- <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2000:364:0001:0022:PT:PDF>
- **Tratado de Lisboa**
http://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf

i. Reconhecimento mútuo:

Decisão-Quadro 2002/584/JAI, do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros (*JOUE* L 190 de 18/7/2002, pp. 1-20) – prazo limite de transposição: 31/12/2003.

- Alterada pela Decisão-Quadro 2009/299/JAI do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido (*JOUE* L 81 de 27/3/2009, pp. 24-36) – prazo limite de transposição: 28/03/2011.

Decisão-Quadro 2003/577/JAI, do Conselho, de 22 de Julho de 2003, relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas (*JOUE* L 196, de 2/8/2003, pp. 45-55), rectificada pela Declaração de rectificação publicada no *JOUE* L 374, de 27/12/2006, p. 20 – prazo limite de transposição: 2/08/2005.

Decisão-Quadro 2005/214/JAI, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias (*JOUE* L 76, de 22/3/2005, pp. 16-30) – prazo limite de transposição: 22/03/2007.

- Alterada pela Decisão-Quadro 2009/299/JAI do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido (*JOUE* L 81, de 27/3/2009, pp. 24-36) – prazo limite de transposição: 28/03/2011.



Decisão-Quadro 2006/783/JAI, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda (*JOUE* L 328, de 24/11/2006, pp. 59-78) – prazo limite de transposição: 24/11/2008.

- Alterada pela Decisão-Quadro 2009/299/JAI do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido (*JOUE* L 81, de 27/3/2009, pp. 24-36) – prazo limite de transposição: 28/03/2011.

Decisão-Quadro 2008/909/JAI, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia (*JOUE* L 327, de 5/12/2008, pp. 27-46) – prazo limite de transposição: 5/12/2011.

- Alterada pela Decisão-Quadro 2009/299/JAI do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido (*JOUE* L 81, de 27/3/2009, pp. 24-36) – prazo limite de transposição: 28/03/2011.

Decisão-Quadro 2008/947/JAI, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas (*JOUE* L 337, de 16/12/2008, pp. 102-122) – prazo limite de transposição: 6/12/2011.

- Alterada pela Decisão-Quadro 2009/299/JAI do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido (*JOUE* L 81, de 27/3/2009, pp. 24-36) – prazo limite de transposição: 28/03/2011.

Decisão-Quadro 2008/978/JAI, do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008, relativa a um mandado europeu de obtenção de provas destinado à obtenção de objectos, documentos e dados para utilização no âmbito de processos penais (*JOUE* L 350, de 30/12/2008, pp. 72-92) – prazo limite de transposição: 19/01/2011.



Decisão-Quadro 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido (*JOUE L 81*, de 27/3/2009, pp. 24-36) – prazo limite de transposição: 28/03/2011.

Decisão-Quadro 2009/829/JAI, do Conselho, de 23 de Outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva (*JOUE L 294*, de 11/11/2009, pp. 20-40) – prazo limite de transposição: 1/12/2012.

Directiva 2011/99/U.E., do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro de 2011, relativa à decisão europeia de protecção (*JOUE L 338*, de 21/12/2011, pp. 2-18) – prazo limite de transposição: 11/01/2015.

ii. Reforço dos direitos processuais penais das vítimas de criminalidade e dos suspeitos e acusados em processos penais:

Decisão-Quadro 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo (*JO L 164*, de 22/6/2002, pp. 3-7) – prazo limite de transposição: 31/12/2002.

- Alterada pela Decisão-Quadro 2008/919/JAI, do Conselho, de 28 de Novembro de 2008, que altera a Decisão-Quadro 2002/475/JAI relativa à luta contra o terrorismo (*JO L 330*, de 9/12/2008, pp. 21-23) – prazo limite de transposição: 9/12/2010.

Decisão-Quadro 2009/948/JAI, do Conselho, de 30 de Novembro de 2009, relativa à prevenção e resolução de conflitos de exercício de competência em processo penal (*JO L 328*, de 15/12/2009, pp. 42-47) – prazo limite de transposição: 15/06/2012.

Directiva 2010/64/U.E., do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Outubro de 2010, relativa ao direito à interpretação e tradução em processo penal (*JOUE L 280*, de 26/10/2010, pp. 1-7) – prazo limite de transposição: 27/10/2013.

Directiva 2011/36/U.E., do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à protecção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho (*JOUE L 101*, de 15/4/2011, pp. 1-11) – prazo limite de transposição: 6/04/2013.

Directiva 2011/93/U.E., do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro de 2011, relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia



infantil, e que substitui a Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho (*JOUE* L 335, de 17/12/2011, pp. 1-14) – prazo limite de transposição: 18/12/2013.

Directiva 2012/13/U.E., do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Maio de 2012, relativa ao direito à informação em processo penal (*JOUE* L 142, de 1/6/2012, pp. 1-10) – prazo limite de transposição: 2/06/2014.

Directiva 2012/29/U.E., do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Outubro de 2012, que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à protecção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho (*JOUE* L 315, de 14/11/2012, pp. 57-73) – prazo limite de transposição: 16/11/2015.

Directiva 2013/48/U.E., do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Outubro de 2013, relativa ao direito de acesso a um advogado em processo penal e nos processos de execução de mandados de detenção europeus, e ao direito de informar um terceiro aquando da privação de liberdade e de comunicar, numa situação de privação de liberdade, com terceiros e com as autoridades consulares (*JOUE* L 294, de 6/11/2013, pp. 1-12) – prazo limite de transposição: 27/11/2016.

Parte III – Jurisprudência do Tribunal Constitucional

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

Jurisprudência do Tribunal Constitucional em matéria penal e processual penal



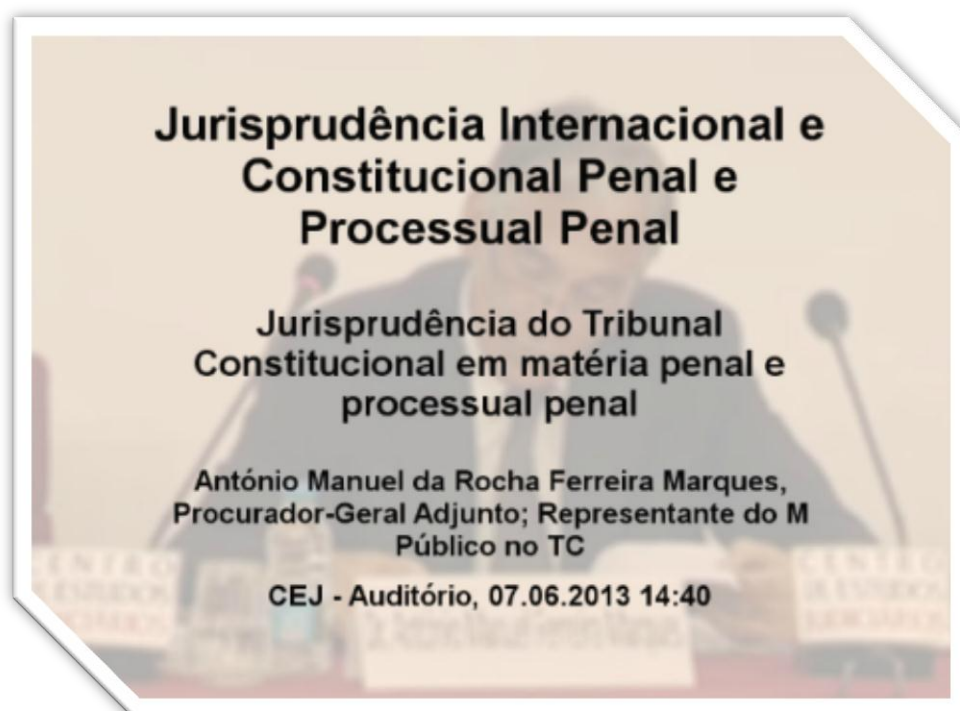
Comunicação apresentada na ação de formação “Jurisprudência Internacional e Constitucional Penal e Processual Penal”, realizada pelo CEJ no dia 07 de junho de 2013, em Lisboa.

[António Manuel da Rocha Ferreira]

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS



VIDEOGRAVAÇÃO DA COMUNICAÇÃO



ROTEIRO TEMÁTICO		
Tema	Tempo	Acórdãos
- O Tribunal Constitucional e o Princípio da legalidade	- 00.04.03	
- Princípio da legalidade e normas processuais	- 00.43.26	
- Princípio da legalidade e legalidade formal	- 00.49.35	
- A questão da inconstitucionalidade das novas regras do processo sumário	- 00.51.10	

Jurisprudência do Tribunal Constitucional

Decisão em prazo razoável – julgamento em prazo curto

Informação e Segredo

Liberdade de expressão, informação, honra, bom nome, difamação e
injúrias

Responsabilidade do Estado e Administração da Justiça

Processo equitativo

**Título: Jurisprudência Internacional e
Constitucional Penal e Processual Penal**

Ano de Publicação: 2015

ISBN: 978-972-9122-97-2

Série: Formação Contínua

Edição: Centro de Estudos Judiciários

Largo do Limoeiro

1149-048 Lisboa

cej@mail.cej.mj.pt